U.PORTO

MESTRADO

ARQUITECTURA

O Bairro do Riobom: cidade, participação e democracia associativa.

Guilherme Gil Oliveira Moutinho

M

2021

U.PORTO

Guilherme Gil Oliveira Moutinho. O Bairro do Riobom: cidade, participação e democracia associativa.

O Bairro do Riobom: cidade, participação e democracia associativa
Guilherme Gil Oliveira Moutinho

FACULDADE DE ARQUITETURA

M.FAUP **2021**

O Bairro do Riobom:
CIDADE, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA ASSOCIATIVA.

Guilherme Gil Oliveira Moutinho

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Orientação por: Prof. Doutor José Alberto Abreu Lage
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Ano lectivo 2020/2021

A PRESENTE DISSERTAÇÃO NÃO RESPEITA O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Agradecimentos

À minha família, com especial carinho à avó Conceição.
Ao colectivo Bergado, ao Bruno e à Marta.
À equipa do Laboratório, enaltecendo as conversas com o Fernando Matos Rodrigues no Asa de Mosca. Ao Asa de Mosca.
À comunidade do Riobom, ao Sr. Acácio , Sr. Arlindo e respectivos familiares.
Ao Alberto Lage, pela orientação, disponibilidade e apoio constantes.
Ao professor Manuel Correia Fernandes pela disponibilidade de discussão e diálogo .

Resumo

Os mecanismos e acções que integram o campo da arquitectura são tão vastos e ricos como ambíguos. O nevoeiro, que não cede horizonte, fomenta a dúvida de uma matéria que poderá ser uma 'disciplina', mas, tal como D. Sebastião, insiste em não aparecer. Isto agrava-se ao tentar decifrar o papel do arquitecto quando é difícil definir estes 'parâmetros científicos' dentro do exercício arquitectónico, em que poder, interesse e mercado actuam livremente, submetendo esta prática e colocando o arquitecto entre pedreiro e deus, entre especialista e artista, no poder ou na ilegalidade.

As manifestações de revolta foram muito pontuais e o *colonialismo* perdura, reiterando-se cada vez mais amorfo na contemporaneidade. Nega-se, ainda, o verdadeiro sentido de habitar e do uso; o morador ainda é um número, uma mera estatística, ficando, assim, uma liberdade fundamental em suspenso. A segregação de classes no espaço físico demonstra-se na vida quotidiana da cidade, regulada por um mercado liberal autónomo, em que ficamos todos em silêncio.

Neste contexto, podemos levantar a questão do papel social do arquitecto. A partir de uma análise histórico-crítica, desdobram-se as acções dos planos urbanos europeus desde o período do colonialismo, incidindo na «grelha» espanhola, que se disseminou rapidamente para a Europa e outros países nomeados ocidentais, até à evolução para o neoliberalismo, com presença bruta na cidade do Porto. Reflecte-se a cidade espontânea, focando-nos nas experiências participativas europeias dos anos 1960 e 1970. Encontra-se no Bairro do Riobom, em paralelo com as acções do LaHB, um lugar de resistência e resiliência, procurando atingir um urbanismo e uma arquitectura inclusiva através do diálogo e da multidisciplinaridade.

Dentro da cidade, o arquitecto deve restaurar a sua dignidade e perceber quais os valores a defender, enquanto mediador entre as entidades e a população, incentivando a participação e a luta pelo direito ao lugar. Contudo, continua uma ignorância e refuta transversal sobre alguns modos de habitar, ilegalizados e, por isso, clandestinos e marginais.

É tempo de acção, de reunião e de comunidade na cidade; comecemos em casa.

Abstract

The mechanisms and actions that build up the field of architecture are as vast and rich as they are ambiguous. The fog, which does not yield a horizon, fosters the doubt of a matter that could be a 'discipline' but like D. Sebastião insists on not appearing. This is aggravated while trying to decipher the role of the architect when it is difficult to define these 'scientific parameters' within the architectural exercise, in which power, interest and the market, act freely, submitting this practice and placing the architect between mason and god, between specialist and artist, in power or in illegality.

The demonstrations of revolt were very sparse, and *colonialism* endures, reiterating itself more and more amorphous in contemporary times. The true meaning of dwelling and use is also denied; the resident is still a number, a mere statistic, thus leaving a fundamental freedom on hold. The segregation of classes in physical space is demonstrated in the city's daily life, regulated by an autonomous liberal market, in which we are all silent.

In this context, we can raise the question of the architect's social role. From a historical-critical analysis, the actions of European urban plans have unfolded since the period of colonialism, focusing on the Spanish "grid", which spread quickly to Europe and other Western nominated countries, until the evolution towards neoliberalism, with a strong presence in the city of Porto. The spontaneous city is reflected, focusing on the European participatory experiences of the 1960s and 1970s; in Riobom neighbourhood, in parallel with the actions of the LaHB, a place of resistance and resilience is found, seeking to achieve an urbanism and architecture that are inclusive through dialogue and multidisciplinarity.

Within the city, the architect must restore his dignity and realize which values to defend, while mediator between the entities and the population, encouraging their participation and the struggle for the right to a place. However, there remain ignorance and spread refutation about some ways of living, which are illegal and therefore clandestine, and marginalized.

It is time for action, assembly, and community in the city; let's start at home.

What's the use of a roof without a house
(Dream's that money can buy, Hans Richter)

Índice

PREÂMBULO

Chegar ao Riobom 9

INTRODUÇÃO

Do plano à cidade espontânea 11

CAPÍTULO 1 — A CIDADE E O PLANO

1.1 Colonialismo contemporâneo 17

1.1.1 O plano colonial 18

1.1.2 Do industrial ao liberal 21

1.1.3 As transformações da habitação no Porto 27

1.1.4 O plano do modernismo 30

1.2 Escalas da participação 37

1.2.1 Lucien Kroll: uma ideologia participativa 44

1.2.2 Giancarlo De Carlo: via para o urbanismo inclusivo 48

CAPÍTULO 2 — CIDADE SECURITÁRIA VS CIDADE ESPONTÂNEA

2.1 Do Porto: 57

2.1.1 Participado (uma breve síntese) 57

2.1.2 Europeu e cultural 62

2.1.3 Vigiar e punir 65

2.1.4 As problemáticas da cidade espontânea dentro do plano 67

2.1.5 Lugares de resistência 71

2.1.6 Construir = Habitar 80

CAPÍTULO 3 — Bairro do Riobom
3.1 A ilha da Bela Vista 85
3.1.1 Enquadramento 85
3.1.2 Processo LaHB 87
3.2 O bairro do Riobom 93
3.2.1 Enquadramento 94
3.2.2 Caracterização 115
3.2.3 Desenhos técnicos 119
3.2.4 Esquemas de caracterização 126
3.2.5 Anotações do Riobom 147
3.3 Comunidade assistida 155
3.3.1 Mapa metodológico 159

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Projecto total 163
Cenários para o Riobom 165

FONTES
Bibliografia 171
Referências digitais 174
Fonte de imagens 175

ANEXOS
Anexo I 181
Entrevista 183
Anexo II 199
Notícias 201
Carta do Habitar 205
Bairro do Riobom 213
Questionário 229
Trabalho de campo 231

APÊNDICE
Levantamento LaHB 243

Índice de imagens

1. IV Seminário do Riobom, Junta de Freguesia de Santo Ildefonso.
2. Rua corredor (Le corbusier).
3. Tratado de Tordesilhas.
4. Planta da cidade de Guatemala, México.
5. Plaza mayor da Cidade do México.
6. Gravura da cidade da Revolução Industrial (construção do troço de ferrovia Londres — Birmingham).
7. Planta de Paris em 1853.
8. Avenida da Ópera de Paris (Quarteirões expropriados no plano de Haussmann).
9. Tipologia habitacional 'haussaminiana' de Paris.
10. Ilha na rua 5 de Outubro nº194, Porto 2012.
11. Parte da constituição do quarteirão na rua de S. Victor.
12. Back to back houses.
13. Cartaz da exposição "Die wohnung fur das existenzminimum".
14. Plano Voisin (Le Corbusier).
15. Modulor (Le Corbusier).
16. Unidade de habitação de Marselha (Le Corbusier).
17. Reunião do Team X em Otterlo.
18-20. Frames retirados do filme "Una lezione d'urbanistica", 1954, Giancarlo De Carlo.
21. The elements of change, John Turner.
22. Projecto "Fun palace for Joan Littlewood", Cedric Price, Londres.
23. "Spacial City" de Yona Friedman sobre Paris,1960.
24. Projecto para Berlin-Haupstadt de Alison and Peter Smithson e Sigmond, 1958.
25. "Self-build house" de Walter Segal.
26. Pormenor da fachada de La MéMé.
27. "La Mémé", pormenor da caixa de escadas.
28. Edifício "La MéMé" em 2019.
29. Fotografia aérea da cidade de Urbino vista do Norte.
30-34. Evolução da cidade de Urbino (Romana — Medieval — Renascentista — XIX — 1970).
35. Residências universitárias da Universidade de Urbino.
36. Perfil dos edifícios do plano de Urbino.
37. Exemplo do estudo de reabilitação por quarteirão.
38. Manifestação, pós-25 de Abril, «Casa sim, barracas não».
39. Estudo do Barredo (QIII), 1969, levantamento dos alunos da ESBAP.
40. Estudo do Barredo, 1969 (QIII), proposta de renovação.
41-42. Primeira fase construída do Bairro da Bouça.
43. Trabalhos do metro do Porto na Avenida dos Aliados.
44. Movida da baixa do Porto.
45. Relações da cultura de controlo social.
46-47. Hortas urbanas das Fontainhas (Bananeira).
48. Bairro do Bom Sucesso.

49. Ocupações no viaduto (Rua Entrecampos) da Via Panorâmica.
50. Ocupações no viaduto (VCI) da Via Panorâmica.
51. Hortas urbanas do bairro de Francos, face à linha metropolitana 2019.
52. Destruição das Hortas urbanas de Francos, Março 2020.
53. Incêndio na antiga Estação da Boavista.
54. Ilha reabilitada na rua de S. Victor, nº104.
55. Cartaz do debate sobre a ilha do Mirante, na Lapa.
56. Apresentação e discussão do projecto da Bela Vista com os moradores.
57. Fotografia aérea (1939-40) com marcação da ilha da Bela Vista.
58. Esquemas da proposta da ilha da Bela Vista (LAHB — IMAGO).
59-60. Esquemas da tipologia A e B.
61. Fotografia de um corredor da Bela Vista.
62. Iniciação da montagem do estaleiro de obra na ilha da Bela Vista.
63. Vista aérea com marcação do território do bairro do Riobom.
64. Cartografia de 1892 (Augusto Gerardo Teles Ferreira).
65. Esquema geral da área de S. Victor e Riobom.
66-67. Entrada da ilha Nº 42 na rua de S. Victor, 1941 e Nº42-46, 2019.
68. Projecto São Victor, desenho de Fernando Barroso, 1976. Particular interesse na representação de 'domes' para utilização agrícola e a ligação por funicular da Alemeda das Fontainhas ao Ramal da Alfândega.
69. Plantas do painel de análise da Brigada SAAL de S. Victor.
70. Projecto de 1835 para o alargamento da rua de S. Victor à Rua do Reimão (Av. Rodrigues de Freitas).
71. Planta do fim do século XIX, referente à nova ligação Campanhã — S. Bento e suas consequentes expropriações.
72. Esquema da evolução temporal da zona de S. Victor, 1839-1940.
73. Planta do início do século XX com marcação da avenida Baltazar Guedes, terreno da CMP e o lote da fábrica Riobom.
74. Fotografia aérea (1939-40) com indicações dos acessos ao território do bairro de Riobom e fábrica.
75. Projecto da plataforma do Seminário do Porto, 1915.
76. Vista aérea (2020) do complexo do Seminário e Colégio dos Salesianos.
77. Bairro de lata no Monte do Seminário com plano de fundo, à direita, parte do complexo da fábrica Riobom.
78. Bairro de lata no Monte do Seminário com plano de fundo, à esquerda, o Seminário do Porto.
79. Construção no bairro do Riobom.
80-81. Esquema do estado actual em contraponto com a planta da década de 1940.
82. Esquema do estado actual em contraponto com a planta da década de 1940. Marcação do alinhamento com o último edifício da rua Duque de Saldanha.
83. Projecto de modificação de dois barracões de 1911.
84. Projecto de 1927 para o gaveto entre a rua de S. Victor e a rua Duque de Saldanha.
85. Conjunto de habitações no bairro do Riobom paralelo à linha de comboio.
86. Enquadramento temporal do edificado do Riobom realizado pela equipa do LaHB.
87. Caracterização actual da encosta entre a ponte do Infante e a ponte D. Maria II da equipa do LaHB.
88. Caracterização inicial do edificado do Riobom e envolvente realizada pela equipa do LaHB.
89. Bairro e ilha dos Moinhos.
90. Esquema de acesso pedonal ao bairro do Riobom através do Lugar dos Moinhos.

91. PDM: Carta da Infraestrutura de Modos Suaves.
92. Esquema de mobilidade (transporte eléctrico) da CMP para o Ramal da Alfândega, 2021.
93. Planta da proposta de mobilidade (ecopista) da CMP para o Ramal da Alfândega, 2021.
94. Modelo tridimensional do bairro do Riobom.
95. Planta geral com marcação dos cortes.
96. Planta do rés-do-chão com marcação das ligações interior — exterior.
97. Corte transversal AB.
98. Corte transversal CD.
99. Corte longitudinal EF.
100. Alçado norte do primeiro bloco habitacional
101. Alçado sul do bloco habitacional principal.
102. Esquema de apresentação geral do Riobom.
103-105. Enquadramento visual do esquema geral.
106. Esquema altimétrico.
107. Vista aérea do território do Riobom
108. Esquema de percursos exteriores.
109-117. Enquadramento visual dos percursos.
118. Esquema de pavimentos.
119-127. Enquadramento visual dos pavimentos.
128. Esquema do construído habitacional e marcação cadastral identificada.
129-135. Enquadramento visual das habitações.
136. Esquema do construído não-habitacional.
137-142. Enquadramento visual dos anexos agrícolas.
143. Esquema arbóreo — identificação das árvores principais.
144. Esquema dos terrenos agrícolas com marcação cadastral.
145-148. Enquadramento visual das hortas.
149. Esquemas das infra-estruturas — electricidade e água.
150-155. Enquadramento visual das infra-estruturas.
156. Bairro do Riobom
157. Infografia de apropriações.
158. Esquema de localização das transformações durante a pandemia.
159-165. Enquadramento visual das transformações durante a pandemia.
166. Planta da habitação do Sr. Arlindo, esc. 1:100.
167-170. Levantamento fotográfico.
171-172. Estudos desenvolvidos nas "Tertúlias das Fontainhas".
173. Infografia das acções públicas do processo LaHB no Riobom.
174. Esquemas da cidade como espaço político.
175. Esquema para as actividades técnicas.
176. Projecto total.
177. Cenário para o Riobom I.
178. Cenário para o Riobom II.
179. Cenário para o Riobom III.
180. Bairro do Riobom (Sr. Acácio em primeiro plano).

Lista de abreviaturas

ADP	Arquivo Distrital do Porto
AR	Assembleia da República
ARU	Área de Reabilitação Urbana
BE	Bloco de Esquerda
CIAM	Congresso Internacional da Arquitectura Moderna
CMP	Câmara Municipal do Porto
ELH	Estratégia Local de Habitação
ESAP	Escola Superior de Artes do Porto
ESBAP	Escola Superior de Belas Artes do Porto
FAUP	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
IMAGO	Cerejeira Fontes Arquitectos
INH	Instituto Nacional da Habitação
LaHB/Laboratório	Laboratório de Habitação Básica e Participada
Matadouro	Antigo Matadouro Industrial do Porto
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Director Municipal
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PER	Projecto Especial de Realojamento
PIP	Pedido de Informação Prévia
PS	Partido Socialista
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto
TIC	Terminal Intermodal de Campanhã



Fig.1 IV Seminário do Riobom, Junta de Freguesia de Santo Ildefonso.

Preâmbulo

CHEGAR AO RIOBOM

> *" (...) um pretexto para aprofundar e valorizar os instrumentos de mediação e participação em função de um conjunto de práticas arquitectónicas que tinham como princípios fazer uma arquitectura de baixos custos e sem grande manutenção, onde a simplicidade do desenho não fosse um bloqueio à criação poética das formas arquitectónicas, mas cujo objectivo principal era resolver o problema da habitação das classes pobres e insolventes das nossas cidades.*
> *Hoje, podemos de novo, levantar a questão da necessidade de re-inventar processos e instrumentos da arquitectura participada na resolução dos problemas que afectam as classes excluídas do direito à cidade e do direito à habitação, de forma a possibilitar que a habitação digna se transforme num bem social por direito, cumprindo com os acordos internacionais que o governo da nossa república subscreveu."* [1]

A vontade de integrar uma equipa preocupada e activa na questão da habitação centrada nos métodos participativos foi o grande gerador de todo este processo. Despertou desde cedo o meu interesse pelas problemáticas dos métodos participativos; o contacto prévio como aluno da cadeira de Antropologia do Espaço, na Escola Superior Artística do Porto (ESAP), leccionada pelo professor Fernando Matos Rodrigues, com uma abordagem prática intensa, colocou todos os problemas inerentes à habitação e participação em perspectiva e fomentou ainda mais a necessidade de conseguir envolver-me, profissionalmente, nestes processos e discussões dentro da cidade e no quotidiano, com foco na cidade do Porto, onde se fortificam as minhas vivências.

---

1 Rodrigues, F. M. (2015), *O processo SAAL 74/76 — Um programa de habitação com direito à cidade*.

A cadeia de acontecimentos surge numa primeira conversa com o professor Fernando Matos Rodrigues, anos após a experiência como seu aluno, em que explano o meu interesse em envolver-me nas questões da cidade e da participação, nomeadamente, a partir do Laboratório de Habitação Básica e Participada — o LaHB — para a prática da minha dissertação. Nos meses posteriores discutiu-se sobre a pertinência do tema a desenvolver; não havia muito tempo, entre 2013 e 2017, tinham concluído, com muita luta, o processo da ilha da Bela Vista, localizada na rua D. João IV, com os números 792-832, que faz a ligação do largo do Padrão à rua da Alegria.

No projecto e na comunidade do Riobom observou-se a oportunidade de realizar, em parceria com o LaHB, um estudo mais alargado, quer de análise territorial, da população e dos seus hábitos e habitat, quer numa perspectiva crítica e de interferência no projecto, iniciado no contexto de *workshop* entre alunos e arquitectos da ESAP e da FAUP; percurso que decorre desde 2014, quando a própria comunidade procurou o apoio junto do LaHB e que, a partir daqui, começou uma relação, ainda informal, com os moradores do bairro. Isto, porque, mais do que a técnica e os projectos de arquitectura, o LaHB procura agregar e associar, social e administrativamente, os moradores das comunidades no contexto de ilha ou bairro, na tentativa de os reforçar, também, nos mecanismos legais. Desde então, muitas tentativas têm sido executadas para que estas pessoas consigam ter uma habitação digna. Comuniquei a minha intenção, com o professor Fernando Matos Rodrigues, ao professor Dr. José Alberto Abreu Lage que, desde logo, demonstrou interesse e disponibilidade para acompanhar todo este processo.

Integrei, formalmente, as actividades no IV Seminário do Riobom, em Março de 2019, com a participação dos intervenientes deste projecto e dissertação. Aqui, apresentou-se o estádio em que se encontrava o projecto do Riobom, pelo arquitecto António Cerejeira Fontes e foram discutidos, em assembleia pública, os diplomas da Lei de Base da Habitação, na presença da deputada Helena Roseta e, quando necessária, a opinião determinada e argumentativa do LaHB aos respectivos agentes políticos.

Decorreram, ao longo do período de trabalho, debates e seminários co-organizados pelo Laboratório, também no Porto, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto — onde participou Graeme Bristol — e na sede da Ordem dos Arquitectos — com Josep Llop Torné. Todavia, a discussão que se notabilizou, pela interacção, participação pública e de encontro a problemáticas concretas da experiência citadina, articuladas com histórias na primeira pessoa, foi o debate sobre os acontecimentos na ilha do Mirante, na Lapa, aberta a quem quisesse intervir ou simplesmente assistir, na galeria Olga Santos, situada na praça da República.

Espera-se que esta colaboração não se cristalize apenas com a concepção desta dissertação e que estas dinâmicas possam coexistir em processos futuros, quer no bairro do Riobom quer noutros lugares das cidades.

*

Introdução

DO PLANO À CIDADE ESPONTÂNEA

Impõe-se a pertinência deste objecto de dissertação no estudo e análise histórico-crítica do plano, urbanístico e arquitectónico, para uma maior clareza das dinâmicas dos métodos de controlo, sociais e urbanos, respectivamente associados; — com as cidades como principais elementos vividos — na definição dos valores sociais e da permanência de modos de vida institucionalizados, burocratizados e manipulados. Como mote, a sequência do plano até à cidade espontânea desemboca no caso de estudo, em trabalho de campo, do bairro do Riobom, como exemplo e estandarte de um dos lugares de resistência que permanecem na cidade e que pode influenciar e dinamizar a consciência para outra possibilidade, utilizando os métodos participativos, proporcionados pelo LaHB, e discutindo as valências e incapacidades dos planos urbanos tradicionais.

Devido às contingências adversas, resultantes da pandemia, o método e o processo de trabalho tornou-se bastante volátil, o que fez com que a seguinte exposição sofresse alterações na sua estrutura e na densidade da respectiva componente prática. Se inicialmente a referência do bairro era preponderante, quando se começou o trabalho de campo, em meados de 2019, estas vicissitudes pandémicas coagiram a que este estudo tivesse uma teorização mais alargada. Contudo, a experiência física no bairro do Riobom foi determinante para a escolha e pertinência dos temas abordados.

Nas seguintes linhas, iniciaremos a comunicação que suporta o trabalho e a comunidade do Riobom. Tornou-se imprescindível definir um espaço temporal de análise sobre a evolução do plano e da respectiva cidade, incidindo na formulação dos planos urbanos europeus, tendo em conta cada um dos enquadramentos e o contexto histórico, físico e social do bairro do Riobom e da cidade do Porto.

Define-se, assim, a partir da obra de Lars Lerup, "Buildind the unfinished", a concepção da terminologia *colonialismo contemporâneo*, como tema de abertura. Atribuindo extrema importância ao plano das cidades coloniais, principalmente ao método espanhol, na evolução do plano urbano contemporâneo — quer nas definições legislativas quer nas inovações dos programas base — continuando a definição dos modelos de cidade em conluio com os métodos de controlo, e meios de poder, para a criação de novos e vastos programas de urbanização e desenho das respectivas sociedades, utilizando a «grelha» como principal ferramenta do sistema urbano para a sua modelação. A análise estende-se para a evolução das cidades europeias e dos seus variados programas inerentemente ligadas à sua herança colonial; estudam-se, assim, a partir da Revolução Industrial, os novos conceitos de cidade, conectados à economia do capital e a consequente transmutação da cidade para liberal e neoliberal, que mais tarde se mostrou cúmplice do Movimento Moderno, na ideologia da sociedade artificial, sendo a cidade de Paris a grande referência para explanar estas dinâmicas. Faz-se um paralelismo dos programas higienistas e de salubridade parisienses *haussmanianos* com a realidade portuguesa, que durante o Estado Novo multiplicou a mesma substância urbana e política, reflectindo que o direito à habitação e ao lugar tenha sido constantemente negligenciado, analisando, também, a tardia industrialização em Portugal, que transformou a maior parte do tecido urbano da cidade do Porto em meados do século XIX.

De importância ressalvar que esta análise baseia-se simultaneamente com uma crítica contemporânea, tendo sempre a cidade de Porto e o contexto próximo como pano de fundo. Em contraponto, também a posição do arquitecto, como elemento social, está em constante esmiuçamento quer como a sua representação no espaço de ensino e político.

No tema seguinte, *escalas da participação*, analisa-se a contra-argumentação do Movimento Moderno, com a mudança do discurso, beneficiando a interacção da arquitectura com outras disciplinas sociais para a construção de uma prática participativa, que floresceu entre a década de 1960 e 1970, após a renovação dos CIAM para o conhecido grupo Team X. Reflectem-se duas atitudes, uma ainda bastante ligada à herança moderna sobre a posição do arquitecto no desenho de novas sociedades e de ideologias centradas nos criadores/autores, a outra, perspectivando acções participativas independentes, requerendo a liberdade individual e comunitária, que se desvincularam, ou não, das entidades públicas de soberania. À parte de outros/as, suplanta-se o exemplo de Giancarlo De Carlo, na construção do plano urbano da cidade de Urbino, em Itália, enquadrado com a segunda posição descrita, mas sempre em tentativa de constante diálogo entre as entidades e comunidades e propulsor do urbanismo inclusivo e da metalinguagem, reiterando a constante permanência do contexto portuense e das dinâmicas socioeconómicos e políticas da cidade, terminando com uma pequena síntese das acções participativas ocorridas.

No segundo capítulo são descritas as conjecturas da cidade do Porto e as problemáticas associadas aos seus processos urbanos e à postura municipal neoliberal actual, e como as mesmas incapacitam os métodos e processos participativos e de resistência, que consequentemente perfuram a concepção da abertura para a cidade espontânea. Desenvolve-se a análise crítica das ferramentas de controlo, económicas, sociais e políticas que se transferem para o plano urbano da cidade e que gradualmente vão deteriorando os seus lugares de resistência, incapacitando as acções reivindicativas através da ideologia individual associada à posição neoliberal. Ambiciona-se que esta análise consiga propor capacidades teórico-práticas para a mudança de paradigma, identificando as manobras invisíveis que o sistema opera, concluindo com uma exposição em benefício da cidade espontânea e da construção de um urbanismo inclusivo.

A partir do projecto da ilha da Bela Vista elabora-se um mapa-síntese participativo, onde se tentam assimilar os processos utilizados pelo LaHB em conjunto com a análise-critica realizada até esse momento, servindo também de posfácio; estabelece-se a conexão das metodologias participativas no caso prático do bairro do Riobom.

Articula-se o trabalho de campo com três pontos principais: o enquadramento, onde se estabelece a relação do espaço físico do bairro com a cidade e a sua evolução, desde o início do seu desenho até à actualidade; a caracterização, que descreve como a comunidade do Riobom se relaciona dentro do espaço edificado e entre os próprios habitantes, onde se evidenciam os meios de autoconstrução e princípios da autogestão e subsistência, fazendo um paralelo de como e onde usufruem da cidade desconectada e dos seus respectivos serviços urbanos; a comunidade assistida, onde se identifica o processo participativo com a comunidade e as relações com as entidades envolvidas, apoiado por elementos fornecidos pelo Laboratório e com o suporte de entrevista/questiónario à sua equipa, aqui, desdobrando a interpretação pessoal de todo o enquadramento — físico e teórico — e caracterização do bairro e comunidade do Riobom.

Em conclusão, realiza-se um balanço sobre o bairro do Riobom e a sua comunidade, tendo em conta todas as vicissitudes do projecto e do processo, o seu contexto socioeconómico e político e o que poderá acontecer ao bairro nos respectivos cenários plausíveis: a do término do processo, portanto, alcançar o construído; o desentendimento entre partes e oscilações das circunstâncias políticas ou, até, a renúncia e o abandono, caindo na resignação dos movimentos do sistema.

Esperamos que esta exposição seja um contributo para uma maior abertura à discussão de outras possibilidades de fazer cidade, não esmorecendo a sua prática em conceitos de utopia ou de conformação com a realidade estabelecida e premente.

*



Fig.2 Rua corredor (Le corbusier).

Capítulo 1 —
A cidade e o plano

1.1
Colonialismo contemporâneo

No decorrer do modernismo e início do pós-modernismo apresenta-se uma crítica intensa aos modelos estabelecidos em que vigoraram as soluções de organização das cidades e habitacionais, nomeadamente nos períodos críticos dos pós-guerras mundiais, em que a maior parte das grandes cidades europeias ficaram devastadas, destruídas, física e/ou economicamente, com graves problemas no realojamento da população. Portanto, discute-se o tema como um pêndulo; tanto podemos afirmar que as medidas tomadas careciam de rapidez e os processos para tal, mais ou menos apropriados, não contemplavam um pensamento social mais rigoroso, tentando resolver um problema real e concreto das consequências directas que a guerra proporcionou; ou do erro que prevaleceu, e prevalece: a repetição sistemática desses modelos estabelecidos na era moderna e contemporânea, que transformaram os tecidos urbanos, sociais e o habitat, não resolvendo sequer problemas adjacentes anteriores ou, até mesmo, agravando-os; fala-se de um conjunto de medidas idealistas em que podemos presumir certos valores coloniais, pela sua necessidade de (re)congregar, (re)ocupar, (re)construir edifícios e populações feridas; populações que tampouco olhavam aos meios, a fim de atingirem a sua necessidade básica de habitação e habitat, por isso, na sua consciência, não vigorava a vontade reivindicativa, sendo compreensível este distanciamento intelectual. Estas tendências mantêm-se ao longo da história.

> *"No jogo social, a pluralidade de situações actuantes permite menos o predeterminar do que o compreender depois. (...) e um pequeno furo transforma-se, no momento seguinte, em grande brecha por onde corre a torrente caudalosa."* [2]

Explora-se o tema a partir da obra "Building the unfinished" de Lars Lerup, que aborda os mecanismos constitutivos das cidades coloniais, incidindo pormenorizadamente no método espanhol, não olvidando a sua crítica aos processos da massificação habitacional moderna e aos denominados, pelo autor, de *behaviourists*, aqueles que transformaram a arquitectura e o habitante numa relação de medidas e acções funcionais. Assim, fazemos uma análise crítica com início no método colonial interpelado pelo novo modelo da cidade liberal após a Revolução Industrial e a sua evolução com as idealizações da cidade moderna, exemplificado com o caso da cidade de Paris, ao debruçarmo-nos sobre o plano *haussaminiano* e o plano *Voisin* de Le Corbusier; em que o passado próximo e a contemporaneidade estarão sempre em paralelo à cidade do Porto e ao papel do arquitecto.

2 Filgueiras, O. L. (1985), *Da função social do arquitecto*, p.89.

1.1.1 O PLANO COLONIAL

O começo da colonização europeia com a expansão ibérica, à entrada do século XVI, fomentou a implementação de novos e vastos programas de urbanização e sociedade em territórios onde se encontrava um conjunto de grandes espaços inalterados. Houve uma consequente disparidade de circunstâncias que Portugal e Espanha encontraram nos diferentes lugares a colonizar após o acerto do Tratado de Tordesilhas, que dividiu o território de exploração entre os dois países em dois hemisférios — ocidental e oriental —; Portugal encontrou povoações pobres e territórios mais inóspitos, centrando muito o seu modelo de colonização com a abertura de novas rotas comerciais, enquanto Espanha conseguiu implementar largamente o seu modelo de cidade colonial, ao explorar os lugares da América Central e o oeste da América do Sul, onde estavam já instalados os impérios indígenas mais ricos e avançados, no entanto sem auferir poder de resistência ao domínio colonial espanhol.

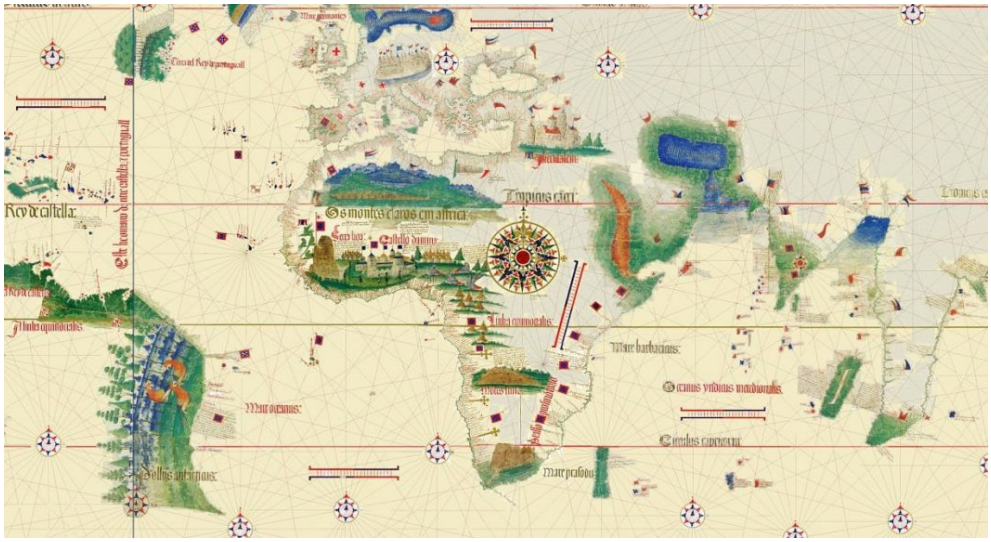


Fig.3 Tratado de Tordesilhas.

O enraizamento das primeiras cidades coloniais espanholas é determinado pela praça e consequentemente pela unidade de medida imposta pela mesma — a «grelha» —; é aquela que vai determinar todo o desenvolvimento uniforme, técnico, político e religioso, tornando-se numa das principais medidas de controlo urbano e social ao longo da história moderna e contemporânea; é a grelha que determina a divisão, valor e mediação dos espaços urbanos das cidades, com vários feitios mas de competências e finalidades convizinhas; foi sistematicamente replicada nos séculos XVII e XVIII pelos britânicos e franceses, assim como na fundação dos Estados Unidos da América por Thomas Jefferson.

> *"The gridiron makes the pricing of land possible because of its measurability; the cost of each part of the grid-geometry may be controlled. Land price is determined by proximity to the street system and designated preference locations in the city, as well as by each added improvement to the land, such as buildings, water and waste systems."* [3]

3 Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.77.

Um novo tipo de comportamentos é, assim, ensinado pela cidade colonial às populações indígenas, — o abarco da lei, da sociedade e da religião cristã — que ao não ser respeitado levava à sua imposição, à exclusão das populações dos territórios ou a punições mais gravosas.

> *"Las colonizaciones españolas en Latinoamérica fueron destructivas (...)"*[4]
> *"Destruye lo que existe hasta aquel momento, sea natural o fruto de una cultura previamente existente, y lo transforma en un nuevo dispositivo productivo. Se trata. En último término, de obtener una rentabilidad de la acción militar y colonizadora a través del cultivo, de una cultura, que será capaz de producir nueva riqueza."*[5]

A combinação da legislação espanhola nas cidades coloniais americanas produz, assim, um novo tipo de cidade que Leonardo Benevolo define em três pontos:

> *"1) Quel che si stabilisce al momento di fondare una città non è un organismo in tre dimensioni, ma una traza (un piano regolatore a due dimensioni, come a Ferrara). (...) Nelle città americane il disegno delle strade e delle piazze è talvolta inutilmente grandioso, mentre gli edifici sono bassi e modesti (...)*
> *2) La città deve poter crescere, e non si sa quanto diventerà grande; perciò il disegno a scacchiera può essere esteso in tutti i sensi, man mano che occorre aggiungere altri isolati. (...)Il contrasto fra città e campagna, così evidente in Europa e specialmente in Spagna, risulta attenuato, sia per l'incertezza dei confini, sia per l'abbondanza di spazi aperti esistenti nell'abitato (...)*
> *3) L'uniformità della scacchiera (...) impedisce di trovare un adattamento al carattere dei luoghi. (...) Anche l'incertezza sullo sviluppo futuro rende precario e generico il paesaggio urbano: alcune città che al principio avevano poche decine di isolati crescono, con lo stesso disegno, fino a diventare grandi metropoli. Il disegno iniziale stabilito nel'500 può servire allo sviluppo della città nell'800 e ai nostri giorni; infatti somiglia, per vari aspetti, a un piano regolatore contemporaneo."*[6]

---

4 Solà-Morales, I. (2009), *Los artículos de Any*, p.55.
5 Ibidem, p.52.
6 "1) O que é estabelecido no momento da fundação de uma cidade não é um organismo tridimensional, mas uma praça (um plano de regulação bidimensional, como em Ferrara). (...) Nas cidades americanas o desenho das ruas e praças é desmesurado, enquanto os edifícios são baixos e modestos (...)
2) A cidade deve poder crescer, e não se sabe quanto; portanto o desenho quadriculado pode ser estendido em qualquer direcção, para mais blocos poderem ser adicionados. (...) O contraste entre a cidade e o campo, tão evidente na Europa e especialmente em Espanha, é atenuado devido à incerteza das fronteiras e à abundância de espaços abertos existentes na área habitada (...)
3) A uniformidade do tabuleiro de xadrez (...) impede uma adaptação ao carácter dos lugares. (...) A incerteza sobre o seu futuro desenvolvimento torna a paisagem urbana precária e genérica: algumas cidades, que no início tinham algumas dezenas de blocos, crescem com o mesmo desenho para se tornarem grandes cidades. O projecto inicial estabelecido nos anos 1500 pode servir ao desenvolvimento da cidade de 1800 e de hoje; assemelhando-se, em vários aspectos, a um plano director contemporâneo." (Tradução livre) Benevolo, L. (1982), *Storia della città*, p.675-687.

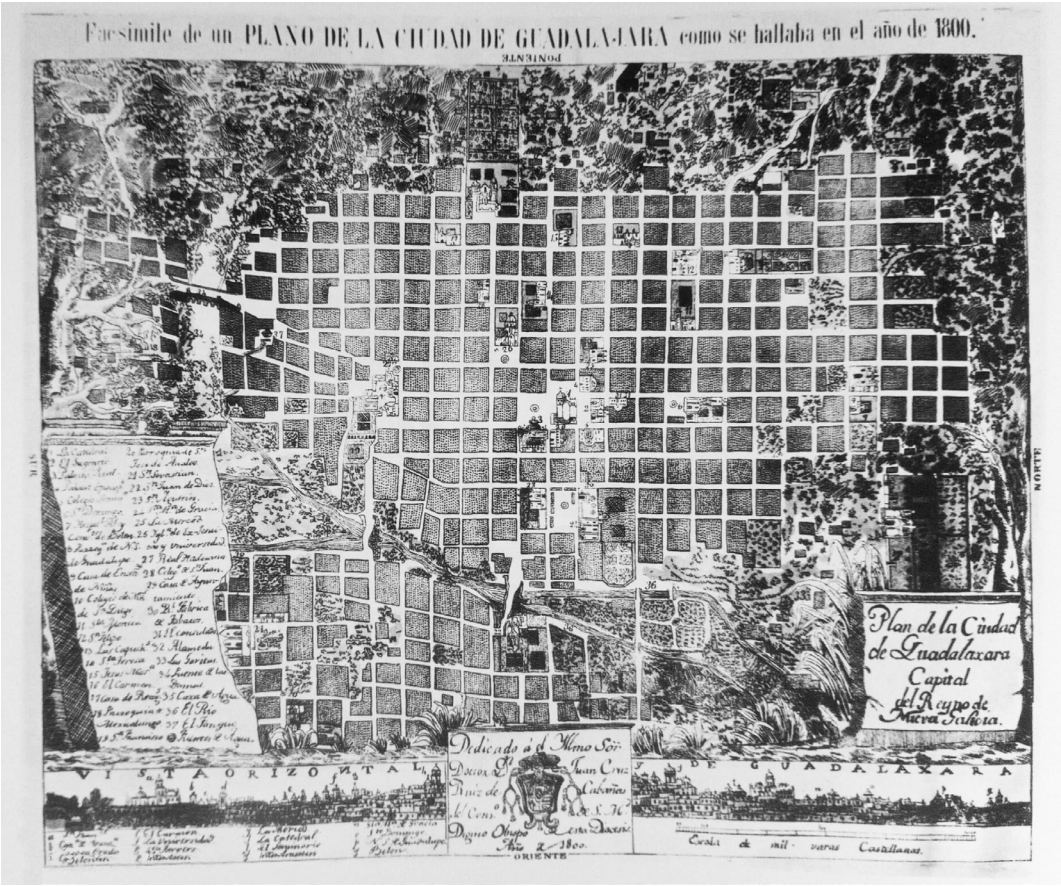


Fig.4 Planta da cidade de Guatemala, México.

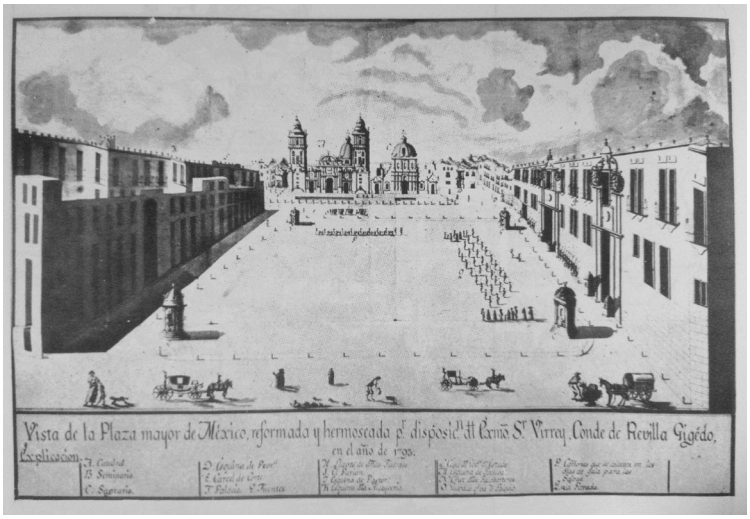


Fig.5 Plaza mayor da Cidade do México.

1.1.2 DO INDUSTRIAL AO LIBERAL

No século XVIII, em Inglaterra, surge uma personagem que foi o principal agente impulsionador da Revolução Industrial: Adam Smith. Com as suas reflexões transfigurou o modelo da sociedade existente numa outra realidade ideológica e económica baseada no modelo capitalista. Isto configurou a vida socioeconómica das cidades em que as próprias classes sociais sofreram profundas alterações e em que a nova cidade liberal se fundamenta, operaram-se, em simultâneo, significativas mudanças na caracterização da classe operária, permitindo o desenvolvimento do sindicalismo e florescimento de movimentos políticos.

As transformações que ocorreram nas grandes cidades da Europa, após a Revolução Industrial, desafiaram as organizações social, económica e política anteriormente enraizadas, desde o alargamento a outras actividades por parte da burguesia, e seus respectivos ritos, os processos de redistribuição populacional entre campo-cidade derivado da nova realidade da actividade laboral, às infra-estruturas e equipamentos imprescindíveis a esse desenvolvimento económico no novo conceito indelével de *cidade liberal* do início do século XIX, que necessitou de actualizar as medidas de controlo face a conjunturas nunca antes experienciadas; tudo isto moldou o pensamento sobre a cidade que evoluiu até ao início do século XX — cidade pós-liberal — e que intrinsecamente sobrevive na sociedade de consumo contemporânea.



Fig.6 Gravura da cidade da Revolução Industrial (construção do troço de ferrovia Londres — Birmingham).

Na segunda metade do século XIX, foi executado em Paris, a partir de 1853, por Georges Haussmann, mandatário de Napoleão III, imperador do Segundo Império Francês, um plano urbano, continuado durante mais de duas décadas, que impulsionou as dinâmicas económicas capitalistas da cidade, como, também, de outras cidades de relevo francesas e da Europa Central, que adoptaram posteriormente a mesma regulação urbana.

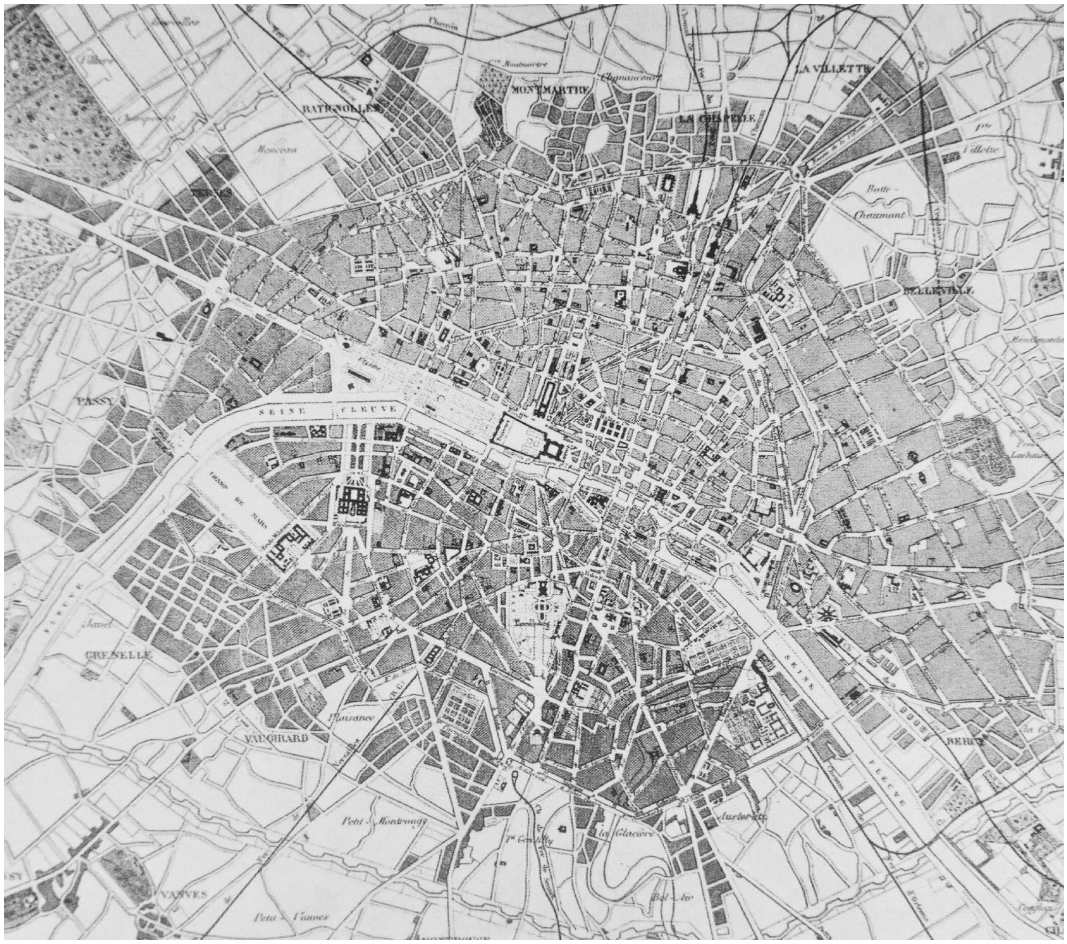


Fig.7 Planta de Paris em 1853.

> *"Na realização desse plano global, Haussmann, administrador apolítico por excelência, recusou-se a aceitar a lógica política do regime a que servia. Acabou sendo vencido por uma burguesia ambivalente, que durante sua gestão apoiou suas "melhorias proveitosas", ao mesmo tempo que defendia seus direitos de propriedade contra sua intervenção."* [7]

No entanto, será sempre errado considerar qualquer atitude arquitectónica, que envolve o meio concreto, social e económico, como apolítica, mesmo que por pura ignorância. Apesar das ambíguas intenções de Haussmann contra os desígnios da burguesia, que implicavam o seu direito à propriedade, a verdade é que quem mais beneficiou após a conclusão do plano foi esta classe que conseguiu apoderar-se do espaço urbano em prol dos interesses de mercado, o que fomentou o seu exponencial crescimento.

7 Frampton, K. (1997), *História crítica da arquitectura moderna*, p.18.

"Naquele tempo a máquina provocava grandes concentrações humanas, mas não unia os homens... O fenómeno urbano ganha vulto, a escala dos problemas postos é ameaçadora, e no entanto os remédios que se ensaiam estão sujeitos a todas as restrições que a utilização de um artigo 544 dum Código Napoleónico implica, nomeadamente no que resulta em especulação-venda de terrenos e em especulação-renda imobiliária. A situação geral agravara-se tanto que, dos fundamentos da «revolução» de Haussmann, foi um princípio de contra-revolução o que se destaca dominador."[8]

"A essência do socialismo burguês é querer manter a base de todos os males da sociedade actual e, ao mesmo tempo, abolir esses males"[9]

O arquitecto sendo técnico e instrumento da concepção das cidades, inevitavelmente na condição de representante de um Estado, dificilmente se distanciará do processo de construção das mesmas. Haussmann apodera-se do método da grelha — *parcement* — como medida e função reguladora do espaço urbano e social, que tem, *a priori*, intenções políticas. Filgueiras destaca, ainda, os propósitos fundamentais do plano de Haussmann, através de Gideon, em quatro pontos:

"1.ª) — «aislar los grandes edificios, palacios y cuarteles, de manera que resultaran más agradables a la vista, y que permitieran un acceso más fácil en los días de celebración de actos, y simplificaran la defensa en los momentos de revuelta»;
2.ª) — «mejoramiento del estado de salud de la ciudad por medio de la destrucción sistemática de callejones infectos y otros focos de epidemia»;
3.ª) — «asegurar la paz pública por medio de la creación de amplios bulevares, que no sólo permitieran la circulación del aire y de la luz, sino que también el fácil acceso y movimiento de tropas. Con esta ingeniosa combinación el destino del pueblo se verá mejorado, y su continua disposición hacia la revuelta disminuirá»;
4.ª) — «facilitar la circulación de ida y de regreso a las estaciones ferroviarias por medio de líneas de penetración que condujeran directamente a los centros comerciales y de distracción, y que evitaran retrasos, congestiones en la circulación y accidentes»."[10]

Conseguimos compreender que com a premissa de melhoramento da salubridade da cidade, da qualidade de vida, dos acessos para o crescimento de uma economia capitalista, que a grelha e as novas infra-estruturas projectadas definem comportamentos sociais e, ao mesmo tempo, são usadas como dispositivos de controlo do Estado. As *boulevards*, para além das suas funções urbanísticas, impediam a construção de barricadas nas ruas, como sucedeu na revolução de 1848; grandes concentrações ou manifestações eram neutralizadas pelo seu desenho e planeamento em concordância militar. O plano *haussaminiano*[11] antecipava a destruição de vários quarteirões consolidados de habitação; um dos exemplos é a via que liga o Teatro Francês à Ópera de Paris. Ao ser aplicado, parte da população, maioritariamente constituída por

8 Filgueiras, O. L. (1985), *Da função social do arquitecto*, p.82.
9 Engels, F. (1873), *Para a questão da habitação*, p.24.
10 Filgueiras, O. L. (1985), *Da função social do arquitecto*, p.83-84.
11 "Por «Haussmann» entendo não apenas a maneira especificamente bonapartista do Haussmann parisiense de abrir ruas compridas, direitas e largas pelo meio dos apertados bairros operários e de guarnecê-las de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a ►

classes desfavorecidas, foi realojada em zonas periféricas da cidade. Verificou-se uma massiva ocupação da burguesia no centro da cidade, estabilizada nas últimas décadas do século XIX, devido ao desenvolvimento da nova tipologia de habitação parisiense incorporada por Haussmann, que influenciou o conceito da *rua corredor* moderna. Assim, Paris tornou-se numa das principais cidades europeias onde as diferenças sócio-económicas eram mais acentuadas no espaço urbano, facto, que até hoje, é reflectido nas dinâmicas sociais de Paris, e que se foi alastrando para os principais centros europeus.

> *"In questa combinazione, gli interessi della proprietà immobiliare — parassitari e contrastanti con gli interessi del capitale produttivo — sono chiaramente privilegiati.*
> *La forma della città è quella che rende massima la rendita fondiaria urbana, cioè la più ricca di differenze (un centro più denso e una periferia più rada, divisa in settori di carattere diverso), anche se risulta inefficiente e costosa.*
> *Il meccanismo urbano è sempre congestionato, perché le attrezzature pubbliche — strade, impianti servizi — sono sempre insufficienti, mentre lo sfruttamento dei terreni privati raggiunge o supera i massimi fissati dai regolamenti.*
> *Ma questi inconvenienti tecnici e economici sono compensati da un vantaggio politico decisivo: infatti le difficoltà della vita urbana gravano più pesantemente sulle classi più deboli, e la città diventa un grande apparato discriminante, che conferma il dominio delle classi più forti.*
> *Tutta la borghesia ha convenienza a privilegiare un suo settore arretrato, per rendere automatico questo apparato: facendo i suoi interessi, la proprietà immobiliare difende gli interessi generali della clàsse dominante."* [12]

► finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo. Por «Haussmann» entendo também a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito, tais como vias-férreas, ruas, etc. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata."
Engels, F. (1873), *Para a questão da habitação*, p.41.

12 "Nesta combinação, os interesses da propriedade imobiliária — parasitas e conflituosos com os interesses do capital produtivo — são claramente privilegiados.
A forma da cidade é aquela que maximiza o aluguer urbano, isto é, a mais rica das diferenças (um centro mais denso e um subúrbio disperso, divididos em sectores de características diferentes), mesmo que resulte ineficiente e caro.
O mecanismo urbano está sempre congestionado, porque os equipamentos públicos — estradas, instalações de serviços — são sempre insuficientes, enquanto que a exploração de terras particulares atinge ou excede os máximos estabelecidos pelos regulamentos.
Mas estes inconvenientes técnicos e económicos são compensados por uma vantagem política decisiva: as dificuldades da vida urbana são mais severas para as classes mais fracas, e a cidade desvenda um grande aparato discriminador, o que confirma o domínio das classes mais fortes.
Toda a burguesia exerce a vantagem de privilegiar o ser próprio sector, atrasado, a fim de automatizar esse aparato: realizando os seus interesses, a propriedade imobiliária defende os interesses gerais do classe dominante." (Tradução livre) Benevolo, L. (1982), *Storia della città*, p.834.

O problema do direito à habitação foi, mais uma vez, negligenciado, favorecendo o mercado de consumo e da instalação da classe dominante no(s) centro(s) da(s) cidade(s). Obviamente não se pode refutar a necessidade e o objectivo sistemático de um aumento da qualidade da vida urbana, mas é necessário por em evidência o que essas mesmas políticas provocam na vida económica e social das comunidades, populações e diferentes classes sociais.

> *"La nuova città, per quanto brutta e scomoda, è accettata come modello universale perché non ha alternative: gli intellettuali rimpiangono la città del passato remoto e i politici rivoluzionari non hanno interesse a descrivere la città di un futuro lontano."* [13]

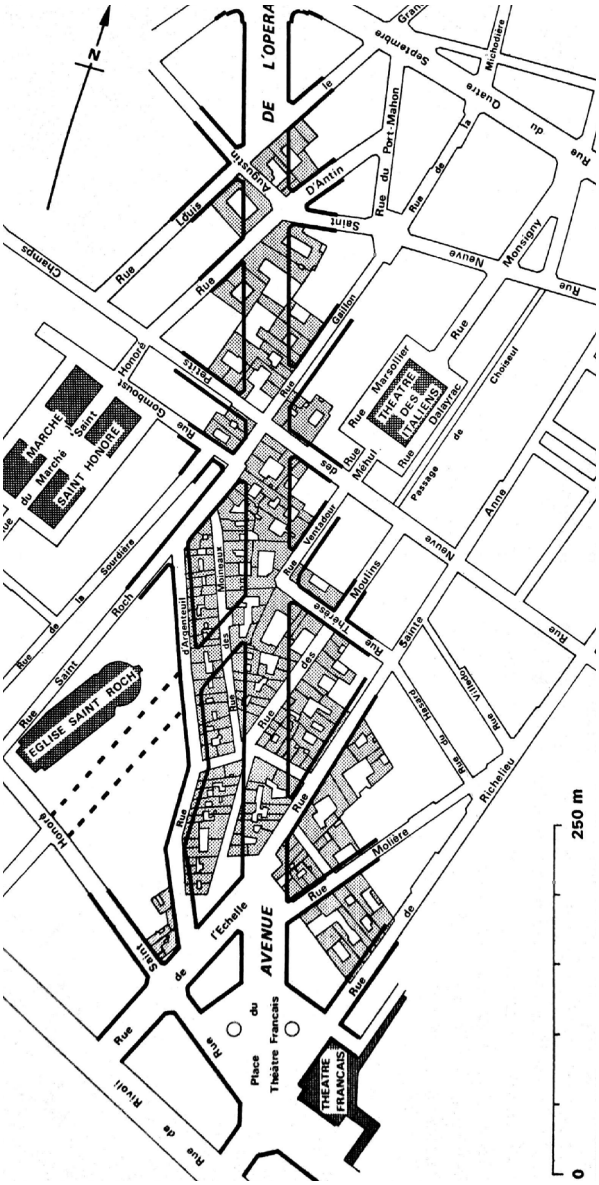


Fig.8 Avenida da Ópera de Paris (Quarteirões expropriados no plano de Haussmann).

13 "A nova cidade, por mais bruta e incómoda, é aceite como modelo universal porque não existe alternativa: os intelectuais lamentam a cidade do passado remoto e os políticos revolucionários não têm interesse em descrever a cidade de um futuro distante." (Tradução livre)
Benevolo, L. (1982), *Storia della città*, p.852

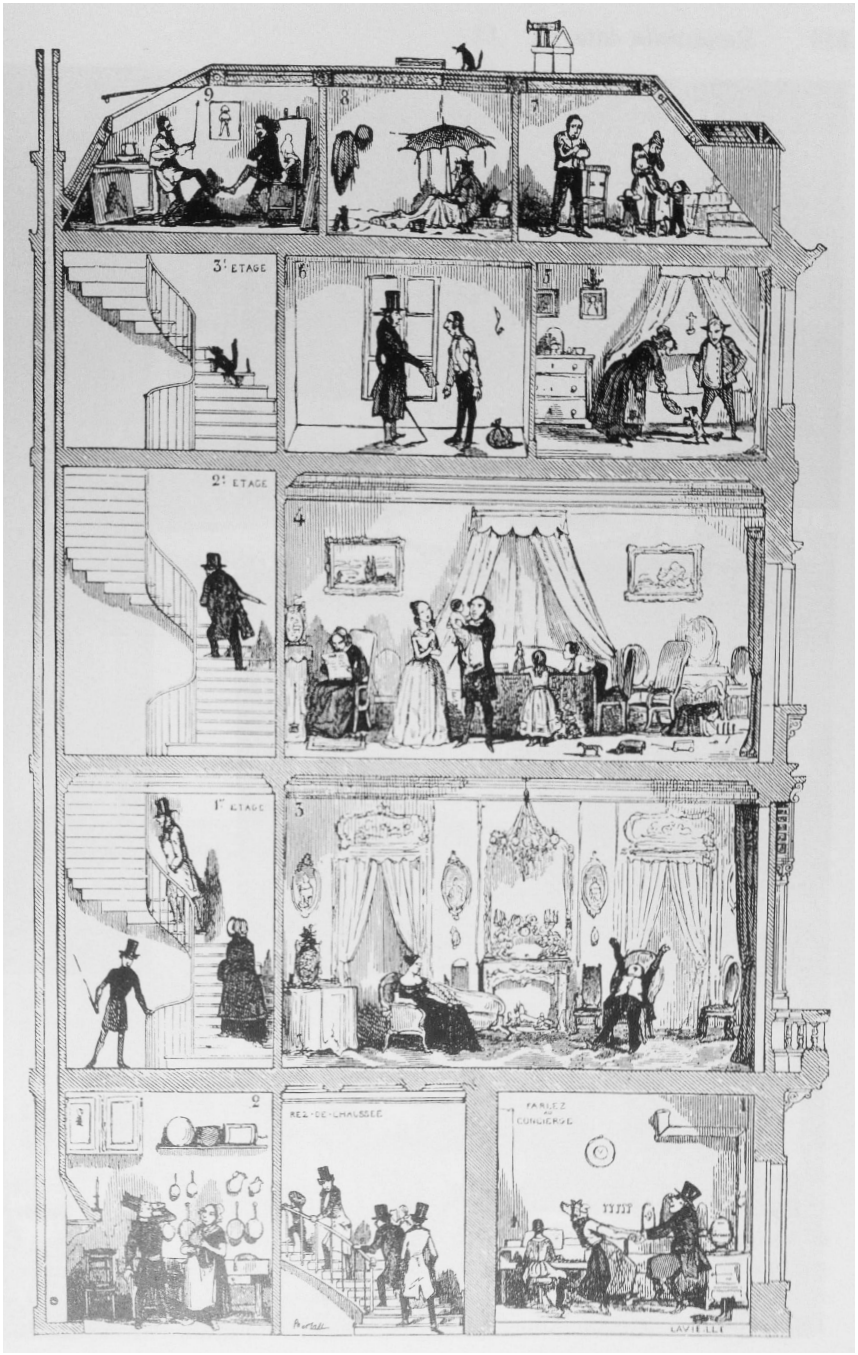


Fig.9 Tipologia habitacional 'haussaminiana' de Paris.

1.1.3 AS TRANSFORMAÇÕES DA HABITAÇÃO NO PORTO

As 'ilhas' do Porto foram a solução encontrada, pela pequena e média burguesia, para resolver o problema da falta de habitação na cidade, como consequência ao grande êxodo rural provocado pela Revolução Industrial que rapidamente sobrelotou as casas disponíveis nos grandes centros urbanos do país. Para alojar os moradores da classe operária, as construções realizadas eram, em grande percentagem, impulsionadas por privados, nos interiores dos lotes de casas senhoriais e pelas fábricas e indústrias. Conferimos, então que, em regra, ao encontrar uma 'ilha' também nos situamos numa antiga ou actual zona de produção industrial da cidade.



Fig.10 Ilha na rua 5 de Outubro nº194, Porto 2012.

Sabemos que o tecido urbano da cidade do Porto é constituído, na sua génese, por loteamentos estreitos e compridos; estreitos devido à técnica construtiva utilizada com lajes suportadas por vigas em madeira, cujo comprimento máximo atingia um limite de, sensivelmente, 5 metros. As 'ilhas' foram construídas no interior destes lotes, por trás das casas senhoriais, com um acesso em corredor, pela ilharga do edifício, ou mesmo por baixo, utilizando um dos seus vãos, sendo quase imperceptível a existência dessas mesmas construções no seu interior. As 'ilhas' distribuem-se também em corredor, construídas num ou nos dois muros que limitam o lote e tendo assim apenas uma frente. Actualmente, é-nos impossível dissociar as 'ilhas' deste tecido urbano.

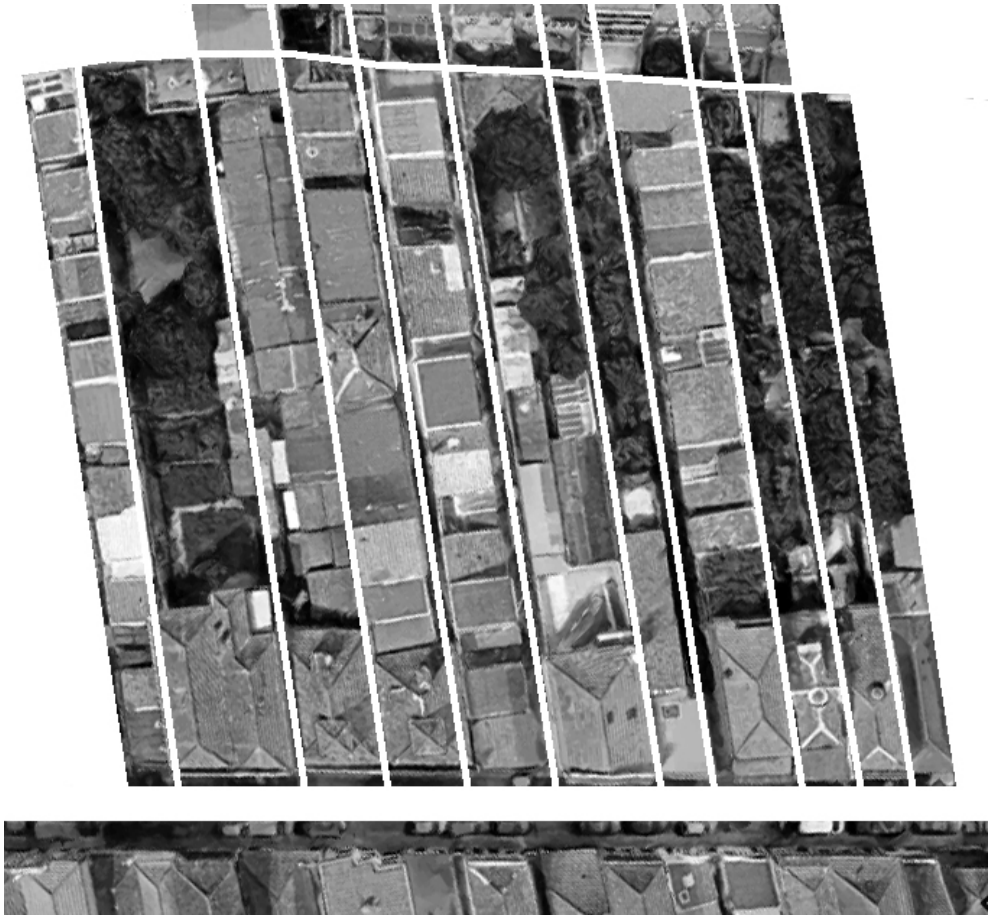


Fig.11 Parte da constituição do quarteirão na rua de S. Victor.

> *"No Porto as principais formas de alojamento para as classes trabalhadoras eram a sobreocupação de velhos edifícios e a construção de novas habitações — as «ilhas» — que começaram a ser construídas a partir de 1850. Estas habitações consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, com áreas que não excediam os 16 m², e circunscrito nos quintais de antigas habitações burguesas."* [14]

Na construção, divisão territorial e espacial procurava-se rentabilidade — não muito diferente da situação contemporânea da cidade do Porto, em que se enchem as carcaças dos edifícios com *pladur* para proveito de mercado —; as casas eram pequenas e podiam habitar nelas uma família inteira ou, até, mais do que uma família, muitas vezes sem acesso as mais básicas infra-estruturas, com condições habitacionais miseráveis que não sofreram quaisquer alterações significativas até aos dias de hoje, por isso ainda constatamos, na constituição de várias 'ilhas', falta de salubridade e saneamento, com uma casa de banho exterior às habitações que serve todos os moradores. Importante referir que esta tipologia nunca tinha existido em Portugal, quer no espaço rural quer urbano, podendo ser feita a comparação com as *back to back houses* construídas em Inglaterra, na cidade de Leeds.

14 Teixeira, M. C. (2019), *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, p.67.



Fig.12 Back to back houses.

> *"Em que consiste a crise da habitação? — Na existência de um número insuficiente de casas, o que faz com que vivam duas ou mais famílias em promiscuidade na mesma habitação, ou uma família inteira numa único quarto. — Nas más condições de higiene que estas apresentam. — Na sua exiguidade em relação às exigências da composição dos agregados familiares. — Nas rendas desproporcionadas das novas casas, em relação às posses dos que delas carecem."* [15]

No final do século XIX, sobretudo com a emergência da grande epidemia de peste bubónica em 1899, quer os políticos quer alguns higienistas, como Ricardo Jorge, consideraram que as 'ilhas' não seriam a melhor solução para habitação salubre. Estas intenções não vingaram face à resistência quer dos operários/habitantes quer dos industriais/financiadores, acrescidas pela incapacidade das finanças públicas e consequente inoperância para a construção de planos de habitação.

> *"As necessidades de habitação de uma população crescente, com uma manifesta tendência para a concentração junto dos grandes centros populacionais e a dificuldade da maior parte da população em fazer face às rendas exigidas para as habitações construídas em regime livre (sem ajuda directa ou indirecta do Estado) torna-se em Portugal um grave problema — idêntico aliás ao da maioria dos outros países."* [16]
>
> *" (...) por que razão se pensou que a habitação devia ser o mais barata possível (...) A escala de prioridades estabelecida pelas estruturas do poder não tem outro sentido que não o da sua própria autopreservação."* [17]

As políticas de habitação durante o Estado Novo, pelos seus programas vigilantes e higiénicos — como o Plano de Melhoramentos —, levaram a que muitas habitações e 'ilhas' fossem destruídas, proporcionando processos de realojamento que se centraram na deslocação

---

15 Sousa, A. S. (1949), *O problema da habitação: suas causas e soluções a adoptar*, p.11.
16 Pacheco, D. (1963), *A habitação em Portugal*, p.9.
17 Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.270 — sobre a discussão da habitação no CIAM'29.

dos moradores para novos bairros construídos nas periferias dos centros urbanos, comportados por blocos estandardizados de elevada densidade com ínfimos serviços — guetos (Lefebvre).

> *"As casas económicas construídas pelo Estado Novo pretendiam ser baseadas nos supostos valores e modos de vida tradicionais da população portuguesa."* [18]
> *" (...) expansão da iniquidade social no seu aspecto mais feroz e vergonhoso: a segregação de classes no espaço físico. (...) Empurrados para os subúrbios na sua habitação mínima, os pobres foram excluídos da vida real da cidade."* [19]

A implementação do programa das 'Casas Económicas' limitava-se a apoiar parte da classe média e classe média-alta, normalmente com ligações à função pública ou a sindicatos apoiados pelo próprio regime, não havendo sequer hipótese a que os habitantes das 'ilhas' participassem nestes concursos para a atribuição de casas. A deslocação para as periferias de uma parte da população urbana veio a revelar-se um problema crucial que, no pós-25 de Abril, se agudizou e transpareceu, mais visivelmente, nas revoltas e manifestações populares.

1.1.4 O PLANO DO MODERNISMO

O exercício da arquitectura é indissociável das estruturas do poder, ao qual o arquitecto tem de dar resposta, colocando-se numa posição de inferioridade ou, até, submissa, como sublinha Giancarlo de Carlo esta classe profissional «precisava de dinheiro, materiais, terrenos e autoridade para trabalhar, e o poder reinante era a única força capaz de os fornecer»; é, também, perceptível ao autor a preocupação da resolução dos problemas da arquitectura especializada, vista como um conjunto de exercícios meramente formais em detrimento dos problemas do porquê e da justificação dos próprios objectos gerados; ao que assistimos durante o Movimento Moderno é uma apropriação e «conquista» do campo arquitectónico «que já estava ocupado pela arquitectura académica» e pelo «profissionalismo burguês» que «excluía tudo, em termos económicos, sociais, culturais e estéticos»[20]. Demonstra-se este caso na discussão da habitação — *Existenzminimum* —, no CIAM'29, em que se estabeleceram uma série de regras que defendiam uma habitação de existência mínima, de baixos custos para o homem estandardizado, com foco na técnica e na burocracia da estrutura de poder e não nas questões socioideológicas da justificação dessas mesmas medidas; fica a pergunta «por que razão devia ser o mais barata possível», padrão consoante o homem imaginário, mínima ou distante da realidade, e defendendo primordialmente o exercício estético? Mais premente seria dar resposta ao porquê da constante repetição destes modelos vazios de contexto na contemporaneidade.

O ideal da cidade moderna apropria-se da regra da grelha e do racionalismo — construtivo, funcional, filosófico —; e acarreta consigo um certo pensamento militarizado ou de missão na construção de novas cidades ou nas respectivas reabilitações; pensamento que pode estar a par de um método colonial no que toca à fabricação de novos comportamentos e actividades sociais.[21] [22]

---

18 Teixeira, M. C. (2019), *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, p.80.
19 Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.272.
20 Ibidem, p.270-271.
21 "El término vanguardia tiene un origen militar, así como la expresión revolution architecturelle (Le Corbusier)" Solà-Morales, I. (2009), *Los artículos de Any*, p.56
22 "Architecture is a poor conveyor of social purpose. This is a dilemma for the behaviourist designer who, like the colonialists, designs for, rather than with the dwellers." Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.71.

O Movimento Moderno contem em si atitudes de ruptura com a tradição, em conjunto com as vanguardas artísticas; há uma expressão premeditada da concepção de uma ideologia global[23] fomentada por uma desmesurada crença no desenho, e em como este auto-regula o funcionamento da sociedade.[24] É um trabalho intenso para uma sociedade de futuro em consequência da ruptura com a sociedade de então e as suas problemáticas, por isso, podemos entender uma certa sensação de anacronismo na sua experimentação; também, pelo facto da sociedade e modelo económico terem sido incapazes de acompanhar este desenvolvimento.

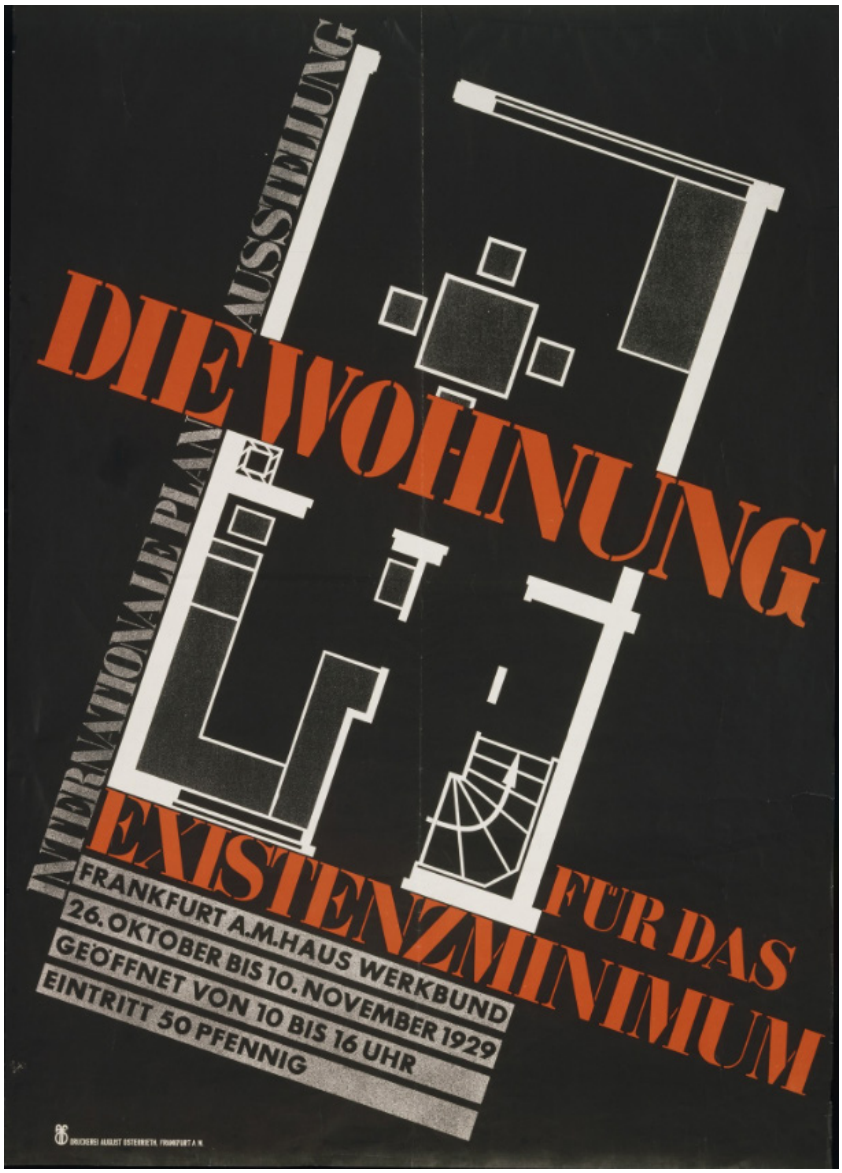


Fig.13 Cartaz da exposição "Die wohnung fur das existenzminimum".

23 "Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de comunicação, como centro de informações e decisões, constitui uma ideologia absoluta; esta ideologia procedente de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa dá-se como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Ela conduz ao urbanismo das tubagens e condutas, da recolha e das contagens que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico." Lefebvre, H. (2011), *O direiro à cidade*, p.52.
24 Le corbusier não se deteve "a analisar os aspectos económicos, sociais ou políticos, pensando que a restauração do ambiente material traria, como consequência, o aparecimento de instituições idóneas para o seu governo." Goitia, F. C. (1982), *Breve história do urbanismo*, p.199.

Le Corbusier, como uma das figuras centrais do pensamento do Movimento Moderno, concebeu uma série de modelos técnicos e filosóficos[25], de carácter idílico e progressista conotando-se com uma sociedade movida pelo capital, tornando imperativo o ponto de referência como esses modelos foram utilizados na realidade política e social ao longo do tempo até ao presente. Os modelos concebidos não deixavam de criar, subsequentemente, uma imposição de um modo de vida específico e fundamental para o seu pleno funcionamento — a cidade imaculada para a sociedade perfeita.

A partir dos anos 20, do século passado, a intensidade do trabalho de Le Corbusier, na concepção de modelos de cidade, culminou no plano *Voisin* para Paris. Após o desenvolvimento dos modelos utópicos da *Ville Contemporaine* e, mais tarde, a sua extensão e readaptação para cinco milhões de habitantes com a *Ville Radieuse*; o conceito é abordado e projectado na cidade consolidada, com as seguintes características:

> *" (...) 1) cidades-satélites dedicadas à educação; 2) zona comercial; 3) zona de transporte, incluindo comboios e transporte aéreo; 4) zona de hotéis e embaixadas; 5) zona residencial; 6) zona verde; 7) zona da indústria leve; 8) armazéns (...) e 9) indústria pesada."*[26]

A segregação do espaço da cidade é inequívoca no primeiro modelo de Le Corbusier,— tema primordial em como compreender o desenvolvimento das cidades contemporâneas — quer nos seus usos quer no desenvolvimento da habitação na ambicionada *cidade-livre*; como também é intrínseca a utilização da grelha para a sua organização, uma verosimilhança com a planificação das cidades coloniais espanholas em que a cidade se poderia expandir infinitamente, e com a cidade pós-liberal na recuperação da velocidade e movimentação dentro dos seus limites, resultante da ascensão meteórica da locomoção auto-motora. Na *Ville Contemporaine* a habitação era, assim, deliberadamente dividida no espaço urbano por classes — pela «elite urbana» e «proletariado» — fazendo com que estes modelos aplicados, em parte, na sociedade real, criassem um conjunto de interferências nocivas à vida harmónica. A evolução para a *Ville Radieuse* alterou as dinâmicas, as normas urbanas e de habitação anteriormente mencionadas, porém não o suficientemente para subverter o *modus vivendi*, nomeadamente o abandono do modelo urbano centralizado em prol do novo conceito de *cidade-satélite*.

No plano *Voisin* nasce uma nova planificação da produção e do consumo da cidade, existe uma apropriação da rua corredor, que já era identificada na cidade pós-liberal, desenhada ao limite; Le Corbusier desmonta «a sequência arquitectura — bairro — cidade: a estrutura urbana como tal, enquanto unidade física e funcional, é depositária de uma nova escala de valores, e a dimensão na qual há que buscar significado das suas comunicações é a própria dimensão da paisagem.»[27] Na continuidade da ruptura vanguardista com o tradicional, este plano destruía grande parte do tecido urbano parisiense, onde subsistiam apenas alguns monumentos integrados num novo contexto urbano e «inspirou as renovações destruidoras levadas a cabo até aos anos sessenta do século XX e para além.»[28]

---

25 "Ao contrário de seus contemporâneos europeus (…) Le corbusier ansiava por desenvolver as conotações urbanas da sua arquitectura. A Ville Contemporaine, para 3 milhões de habitantes, foi a demonstração máxima desse aspecto do seu trabalho até 1922." Frampton, K. (1997), *História crítica da arquitectura moderna*, p.185.

26 Ibidem, p.217.

27 Tafuri, M. (1985), *Projecto e utopia*, p.87.

28 Choay, F. (2000), *A alegoria do património*, p.112.

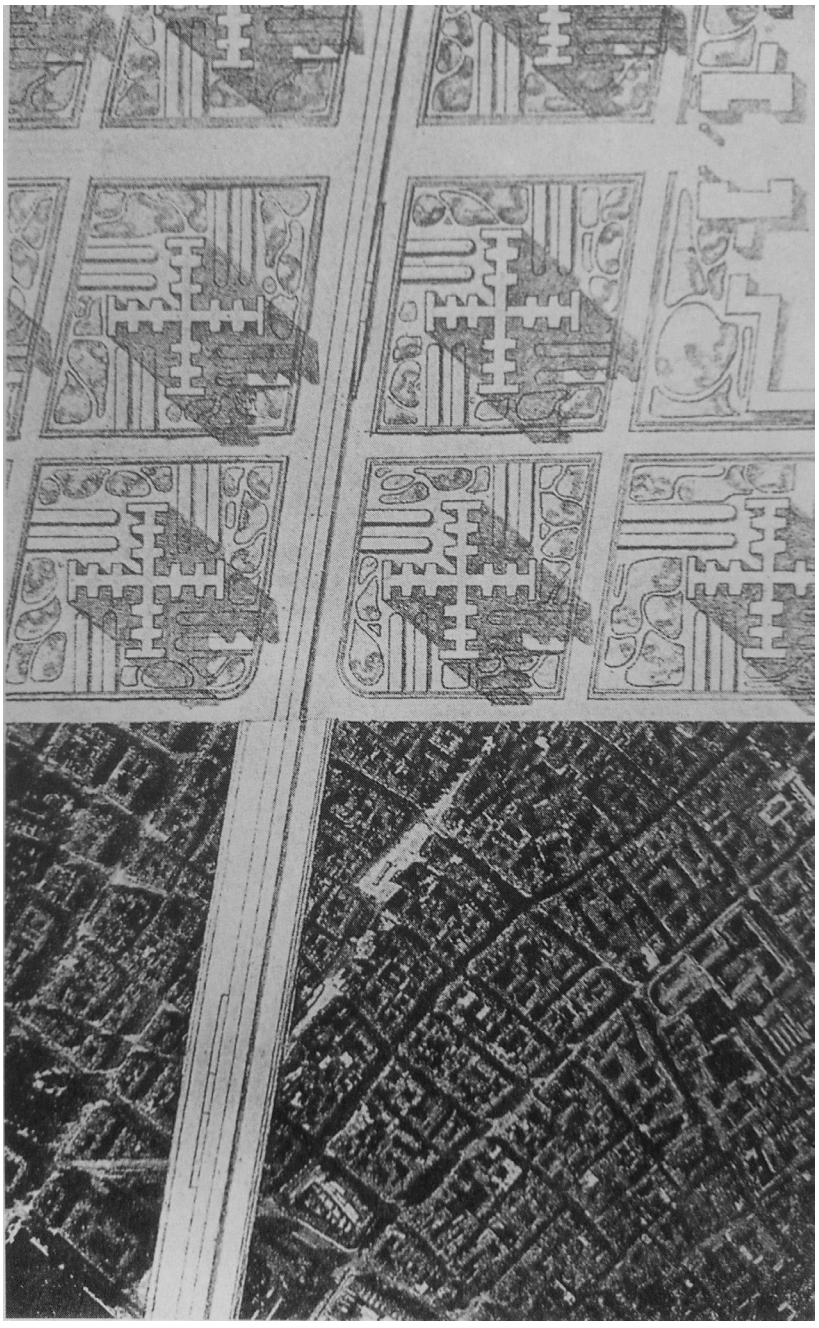


Fig.14 Plano *Voisin* (Le Corbusier).

A crise da arquitectura moderna pode ser justificada pela grande crise económica de 1929, que desencadeou uma reorganização internacional do capital, a par com o crescimento de regimes ideológicos totalitários, culminando na Segunda Guerra Mundial; o subsequente, dramático, período de pós-guerra tornou difícil o desenvolvimento das «superestruturas»[29] modernas e a implementação da sua ideologia.

Terá havido um desvirtuamento dos ideais *corbusianos* (representados na cidade-satélite)? Na verdade, assistimos a uma alteração significativa na quase generalidade dos projectos modernos que privilegiaram o cliente capitalista em detrimento do usuário. A máquina progressista, com experiências como o *modulor*[30], implementado em Marselha[31] e a sua sistemática repetição, na verdade, reflectiram no espaço urbano vivido uma descentralização das classes mais pobres e um desapego social ao centro urbano tradicional que, de forma evidente, prejudicou e ampliou o fosso entre classes e as respectivas oportunidades de vivências das cidades e do urbano. Podemos observar, transparentemente, como a problemática do zoneamento transfigurou a cidade contemporânea e desenvolveu sérios problemas do direito à cidade e ao lugar, pela constante segregação do espaço urbano a partir das funções e classes, replicada conforme a vida socioeconómica, partindo da *cidade-satélite* moderna. Isto gerou uma série de modelos com traços identificativos de cada classe social, que se organizam no território das cidades e nas suas periferias.[32]

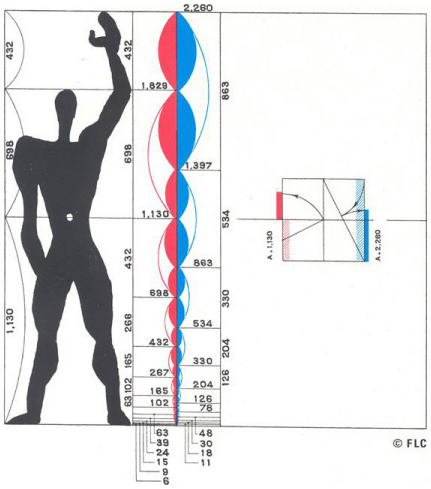


Fig.15 *Modulor* (Le Corbusier).

29 "A crise da arquitectura moderna começa no preciso momento em que o seu destinatário natural — o grande capital industrial — supera a sua ideologia de fundo, pondo de parte as superestruturas. A partir desse momento, a ideologia arquitectónica vê esgotados os seus próprios objectivos. A sua obstinação em querer ver realizadas as suas hipóteses torna-se, ou numa mola para a superação de realidades retrógradas, ou em incómoda perturbação." Tafuri, M. (1985), *Projecto e utopia*, p.92.

30 "E porque a máquina ideológica projecta as casas, também elas são maquinas de abrigar os ritos dessa ideologia, independentemente da sua escala. A machine à habiter funcionalista é uma machine ideológica, e como tal, é programada para dar resposta às necessidades definidas pelo sistema."
Coimbra, J & Seara, I. (1986), *Sine qua non ou a ideologia do habitar*, p.74.

31 "Esta iniciativa, que então parecia utópica e isolada, aparece hoje enquadrada em uma série de tentativas no sentido de definir de maneira nova a relação entre a residência e os serviços, não adoptando relações quantitativas aplicáveis a qualquer escala, mas isolando a escala que permite associar residência e serviços segundo certas modalidades qualitativas; isto é, definindo um novo género de unidade funcional a que se refiram todos os raciocínios sobre a organização do bairro e dos agregados maiores."
Benevolo, L & Longo, T. G. & Melograni, C. (1980), *Projectar a cidade moderna*, p.89.

32 "Já nessa época o capital imobiliário e a burocracia oficial tinham interesses comuns na preparação da operação brutal conhecida por 'renovação urbana'. (…) Nas cidades europeias as classes ricas tinham permanecido nas preciosas zonas centrais, portanto foi o estado obsoleto dos bairros circundantes, cada vez mais ocupados pelas classes pobres cada vez mais numerosas, que começou a ser um peso difícil de suportar." Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.272.

Face a estes acontecimentos, continuamos a assistir a uma *guetificação* generalizada nas cidades — principalmente nas cidades históricas —; os centros recebem as práticas de consumo e as excessivas políticas ligadas ao turismo, desmembrando, assim, o quotidiano das comunidades e segregando-as consoante as suas possibilidades económicas e posição social; isto não só se evidencia, como Lefebvre esclarece, nas classes mais pobres, mas, também, em todas as classes e denominações sociais, que se vão dispersando isoladamente pelo território das cidades; desde as zonas habitacionais das classes mais favorecidas ou dominantes, com os bairros residenciais, os condomínios, as zonas de moradias ou outras tipologias semelhantes até aos bairros sociais e às estruturas de lazer implementadas estrategicamente para um rápido e feroz consumo. Nas palavras de Lefebvre, uma segregação de indicadores «ecológicos», «formais», e «sociológicos»[33] [34]

1 corredor interno
2 ginásio
3 café e solário
4 restaurante
5 parque infantil
6 centro de saúde
7 berçário
8 creche
9 club
10 oficinas e salas de reuniões para jovens
11 lavandaria
12 portaria
13 garagens
14 apartamento tipo em duplex
(Tradução livre da figura original)

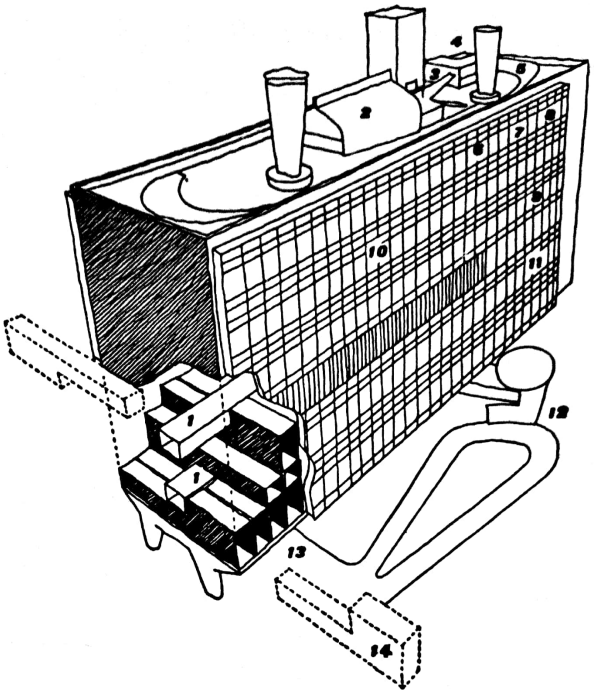


Fig.16 Unidade de habitação de Marselha (Le Corbusier).

33 Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.100.
34 "The modern city is rapidly losing the social dimension, by an overemphasis on the void and the law. The social is disappearing in favour of a no-man's land of managerial space (…) The funcionalist-managerial city, with its suburbs, ghettos, downtowns, industrial parks, grey areas, marinas, leisure communities, and office-landscapes, is a series of disconnected and insulated 'behaviour settings' (...)"
Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.118-119.

"A imagem do inferno urbano que se prepara não é menos fascinante, e as pessoas precipitam-se para a ruína das cidades antigas com o objectivo de as consumir turisticamente, julgando assim obter a cura para a sua nostalgia. Diante de nós, como um espectáculo (para espectadores 'inconscientes' daquilo que têm diante da sua 'consciência'), perfilam-se os elementos da vida social e do urbano, dissociados e inertes. Eis as 'urbanizações' sem adolescentes nem pessoas de idade. Eis as mulheres sonolentas à hora a que os homens vão trabalhar para longe e à hora que chegam a casa exaustos. Eis os bairros de vivendas que formam um microcosmos, permanecendo urbanos porque dependem dos centros de decisão e porque cada lar possui um aparelho de televisão. Eis uma vida quotidiana bem cortada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazer. A separação analítica isolou-os como ingredientes ou elementos químicos, como materiais em bruto (apesar de eles resultarem de uma longa história e de implicarem uma apropriação da materialidade). (...) Eis o ser humano desmembrado, dissociado. Eis os sentidos: o olfacto, o gosto, a visão, o tacto: uns atrofiados e os outros hipertrofiados. Eis, funcionando separadamente, a percepção, a inteligência e a razão. Eis a palavra e o discurso, a escrita, Eis a quotidianidade e a festa, moribunda: com toda a evidência, com toda a urgência, incapaz de se manter."[35]

A cidade há muito que não representa as dinâmicas da sociedade consolidada, isto advém de um real intuito de retardar certas transformações, de forma a manter, até um limite desconhecido e aparentemente duradouro, a hierarquia de interesses dos meios do poder. A cidade moderna representa-se, assim, como «uma gama de modelos teóricos e de realizações parciais que ainda não puderam transformar-se numa experiência difundida»[36] (ver esta problemática, analisada por FMR, em Entrevista, Anexo I, p.216).

*

35 Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.102-103.
36 Benevolo, L. (1984), *A cidade e o arquitecto*, p.47.

1.2
Escalas da participação

"It amounts to little more than a who's who of architects who commemorated power and wealth; an anthology of buildings of, by, and for the privileged — the houses of true and false gods, of merchant princes and princes of the blood — with never a word about the houses of lesser people. Such preoccupation with noble architecture and architectural nobility to the exclusion of all other kinds may have been understandable as late as a generation ago, when the relics and ruins of ancient buildings served the architect as his sole models of excellence (to which he helped himself as a matter of course and convenience)." [37]



Fig.17 Reunião do Team X em Otterlo.

Após a Segunda Guerra Mundial, a décima edição do CIAM'56 saldou-se por uma desilusão e a vivência de um ambiente inóspito entre gerações de arquitectos, derivada da falta de consenso e comparência dos membros fundadores. Os princípios aplicados pelo Movimento Moderno, integrados na Carta de Atenas, não convenciam a geração mais nova e perscrutadora para resolver os problemas habitacionais vigentes na época. Como corolário deste ambiente hostil assistiu-se à génese do Team X, em 1959, na sua edição em Otterlo, dos seus principais fundadores destacamos Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck e Alison e Peter Smithson. A partir daí incentiva-se a criação de uma arquitectura inter-relacional, desdobrando-se uma discussão intensa, que culmina com uma forte actividade no campo teórico-prático para a subversão e diluição dos poderes centralizados, na defesa de um movimento arquitectónico

37 Rudofsky, B. (1965), *Architecture without architects*, p.5.

participado e de aplicações para a importância e consciência da cidade da continuidade, — nas suas características espaciais, sociais e político-económicas — em que o foco problemático e necessidade de acção se encontrava nas promiscuidades programáticas da habitação, causadas pelo incentivo moderno à *mass housing*. Apesar de ter sido um dos períodos mais fervorosos, da história próxima, na expansão intelectual, simplificou as interpretações humanas, sociais e comportamentais, tornando a função limitada a representações convencionais e, subsequentemente, à reiteração da denominada sociedade artificial. Até ao fim dos anos 1970 assistimos a diferentes abordagens conceptuais da arquitectura, e de como a disciplina poderia interferir na sociedade, mas, como se compreendeu no texto anterior, a necessidade de mudar o paradigma da relação da arquitectura, e da sua própria construção, com o usuário era teoricamente transversal e de relativa conformidade intelectual; assim, vários projectos, que correspondiam ao início da arquitectura participativa, vão sendo estudados e aplicados, porém, compreende-se uma relação com a profissão individualizada, no que toca ao objectivo de concretização da idealização autoral dos sistemas operativos e dos métodos participativos; conduta que põe em causa as próprias acções participativas, embrenhando-as numa posição displicente e autoritária[38], eufemizando características de uma arquitectura participativa selectiva com um raio de acção de tradição moderna estabelecido pelos meios de poder na sua estruturação[39].

Sem dúvida que o grande desafio se centra na necessidade da sociedade e respectivos meios de poder para dialogar com as novas ferramentas de arquitectura e vice-versa, nomeadamente com a abertura à participação, a favor de uma cidade democrática, comunicativa e de continuidade; é natural a aversão do poder político e sistémico à heterodoxia mas, também, dentro do próprio ofício e nas instituições ou entidades adjacentes, cujas conjecturas profissionais contra o enraizamento dos actos participativos Giancarlo De Carlo explana:

> *"The political power, (...), doubt the validity of the architecture of participation because they fear it; it extends the use of criticism and stimulates direct intervention, putting into question the fixed principle of delegation once and for all.*
> *Local administrations hesitate because participation allows for conflicts, confirms a pretence to intervention in future programs, (...), and finds it difficult to accept and understand negotiations, transactions, and compromises.*
> *Public administrators and technical officials are against participation because it implies detailed analysis work, (...). It interrupts 'routine' and disturbs bureaucratic immobility.*
> *Professionals are against participation because it destroys the arcane privileges of specialization, (...), multiples responsibilities and converts them form the private to the social.*
> *Academic communities are against it because participation nullifies all the schemes on which teaching and research are based."*[40]

---

38 " (…) a participação precisa de transformar o planeamento arquitectónico de modo a que ele deixe de ser acto autoritário que sempre foi e passe a ser um processo. Esse processo principia com a identificação das necessidades dos utilizadores, passa pela formulação de hipóteses formais e organizacionais e entra depois na fase de utilização"
Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p. 276.
39 "Participatory architecture is, to my mind, however, only part of the answer, or maybe just an initial stage in the development towards a full understanding of the dweller's position. The problem with participation as it is spoken of and presented is that it is still largely a managerial solution. The architect, now a facilitator, is still apart from the client — seen as before, as an outsider, reaching into the dweller's world (…)"
Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.136.
40 Carlo, G. (1980), *An architecture of participation*, p.79.

À objecção da participação está inerente a abordagem de escala e a sua respectiva aplicação e interacção com a sociedade consolidada e na definição do seu limite interventivo; parte deste problema pode derivar das inúmeras soluções habitacionais inicialmente impostas à *mass housing* após o declínio do Movimento Moderno; encontravam-se, também elas, delineadas através de exercícios generalizados e/ou de especialização dos métodos participativos e da consequente estandardização formal[41]. Apesar dos importantes avanços no pensamento da arquitectura, como profissão de consciência multidisciplinar ligada às várias ciências sociais e político-económicas, denota-se um distanciamento insuficiente do papel do arquitecto moderno[42], em que os *modeladores* são substituídos por manuais ou exigências participativas[43]. Assumimos, a partir das palavras de John Turner, o argumento paradoxal à viabilidade das duas acções, a primeira, embora contextualizada na habitação sistémica, mas de igual cariz às soluções participativas com perspectivas ligadas à industrialização e especialização, a segunda, em benefício da regulação comunitária e da acção directa, apoiada numa descentralização da participação no espaço e tempo, defendida por De Carlo:

> *"Those that assume a higher potential for centralized housing systems with or without the industrialization of building construction, generally regard the more localized and traditional procedures as intrinsically less desirable. It is often assumed that small-scale local development, construction and management procedures for housing are bound to produce inferior goods and services. At the other extreme, there are those who have concluded that large organizations, especially if they employ industrialized buildings systems, have a substantially lower economic potential and are bound to produce socially, if not material, inferior goods and services."* [44]



Fig.18-20 Frames retirados do filme "Una lezione d'urbanistica", 1954, Giancarlo De Carlo.

---

41 " (…) la participatión en el diseño depende del tamaño de os proyectos: si los proyectos son demasiado grandes matamos todo o proceso de participatión. (…) Si los proyectos son todavía mayores, la representación de los usuarios se convierte en algo muy lejano y el edificio en sí mismo se convierte en algo muy impersonal. (…) Los edificios enormes roban y destruyen los sentimientos de la gente. Cuando se construyen edificios gigantes, las personas son tratadas como si fueran objetos y dos grupos de personas se reparten (…)"
Alexander, C. (1976), *Urbanismo y participación: el caso de la Universidad de Oregon*, p.45-46.
42 "Part of our troubles results from the tendency to ascribe to architects — or, for that matter, to all specialists — exceptional insight into problems of living when, in truth, most of them are concerned with problems of business and prestige." Rudofsky, B. (1965), *Architecture without architects*, p.8.
43 " (…) o que nos interessa aqui é definir novos procedimentos para a transformação do habitat humano baseados em acção directa e portanto independentes, por definição, de todos os automatismos alienantes do sistema produtivo e da estrutura do poder."
Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.277.
44 Turner, J. (1976), *Housing by people*, p.135-136.

Compreendemos que a abordagem da participação imposta por métodos estabelecidos como sistemáticos, de *standard* ou pré-fabricação advém da necessidade do arquitecto para descodificar a sua linguagem com o usuário[45] e vice-versa. No Movimento Moderno percebemos que as funções arquitectónicas se traduziam para o usuário *médio*, pela incapacidade e impossibilidade de interpretar e descobrir as necessidades específicas de cada habitante, necessidades estas que, também, seriam incompatíveis com as programáticas habitacionais modernas, desenhadas para o utilizador ficcionado, manipulando a realidade na defesa de uma ideologia para uma sociedade artificial, não conseguindo atender a nenhuma delas[46]. Nalgumas interpretações arquitectónicas para a integração da participação, também esta manipulação da realidade era exercida, originando programas ou projectos também eles artificializando a sociedade ou tentando resolver problemas sociais da cidade consolidada em alternativa à introspecção da existência dos mesmos, por outras palavras, não puxando o mal pela raiz. Esta atitude abre o exercício utópico, que não carecendo de oportunidade, está inevitavelmente ligado à sua inoperatividade dentro da sociedade-sistema, e consequentemente facilmente profanado, apesar da sua construção para a sociedade ideal; como aconteceu aos programas modernos, pela sua extrema racionalidade e aplicação a larga escala baseada em conceitos coloniais, já abordados, de grelha ou *pattern*. É neste campo que se encontra o grande problema da versatilidade participativa, muito embrionada nos problemas de construção e facilidade aplicativa, formando projectos altamente industrializados e operando a participação selectiva ou forçada[47]. Dentro desta concepção arquitectónica podemos abranger os trabalhos de Yona Friedman ou Cedric Price que, apesar de uma prospecção positiva do campo teórico ao nível do utilizador e da participação, resultaram em projectos de grande envolvimento industrial, das megaestruturas adaptáveis ou da definição rigorosa padronizada. Em John Habraken e Christopher Alexander assistimos a uma intensa cientificização do alfabeto da arquitectura vernacular e anónima para a criação de uma linguagem participativa ordinária facilmente disseminada em qualquer contexto — *modeladores participativos* —; portanto, várias regras eram impostas por cada um dos autores, condicionando os jogos operativos e a própria liberdade participativa.

Transversalmente, vozes independentes manifestaram-se pela defesa da descentralização das instituições que coordenavam e operavam os programas de habitação e, por sua vez, a participação, em concordância com o lema «habitar é igual a construir», no sentido em que o utilizador tem, de facto, os seus traços no desenho arquitectónico; o activismo de Giancarlo De Carlo, John Turner, Walter Segal ou Lucien Kroll, confundido com ditames cerrados de anarquia, pelos meios de poder e críticos de arquitectura, tentava, em contextos específicos, trabalhar a partilha de conhecimento e informação com o objectivo de atingir uma proximidade à liberdade individual e comunitária, defendendo uma ligação da arquitectura ao próprio ofício, à vida e ao mundano.

---

45 " (…) a tentativa de construir uma linguagem directamente dedutiva dos desejos expressos, renunciando a equacionar o problema de responsabilidade de quem propõe uma forma arquitectónica e do seu uso, que é a tarefa de quem, como arquitecto, tem a possibilidade cultural da tradução, na linguagem da cultura especifica do presente, das tensões e dos desejos de quem se pronuncia como futuro utilizador."
Tafuri, M. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.91.

46 Friedman, Y. (1973), *Hacia una arquitectura científica*, p.17.

47 "It is an error to think that participation in housing is synonymous with self-help construction. This is reinforced by the false assumption that construction matters more than management and maintenance. New home owner-builders commonly save more money by being their own contractors even where labour is relatively cheap. Finally, the over-emphasis on dwellings diverts attention from the importance of participation in the provision of utilities and amenities and, although in less direct forms, from the importance of citizen participation in the planning and management of resources, as well as major infrastructure."
Turner, J. (1976), *Housing by people*, p.146.

O método de autoconstrução de Segal, por exemplo, apesar de se articular com os príncipios do *self-build* e pré-fabricação, estava desvinculado de uma atitude amarrada à ideologia autoral, mas surge como defesa da liberdade de se poder decidir construir e habitar pelos meios próprios disponíveis. Esta acção desdobrou-se em várias réplicas no contexto comunitário de Segal, assim como por outras comunidades britânicas. Assim, é defendida uma acção arquitectural directa, em pequena escala mas intensa, beneficiando as comunidades em detrimento das regras burocráticas e institucionais que operam longe das mesmas. Turner deixa-nos quatro propostas para o seu desenvolvimento e aplicação, enquanto as palavras, assertivas e intemporais, de Teotónio Pereira nos elucidam para um *modus operandi* pelo qual os técnicos de arquitectura e arquitectos se deviam reger:

> *"Proposal One is to set up an international communications network in order to intensify the use of existing channels of communication (both formal and informal) in ways that increase universal access and reduce the risks of exploitation by centralizing powers.(...)*
> *Proposal Two, therefore, is to set up a number of centres where case materials will be collected, indexed and made available to those needing access to the precedents set. All such centres will be interconnected so that anyone can search the rest for particular documents or topics. (...)*
> *Proposal Three is to institute a new school of the built environment: not to create a new organization, but to establish the fact that there is such a school and that it exists by virtue of many scattered individuals and a few groups and small organizations. The medium of the school is the international communications network. (...)*
> *The Fourth proposal, then, is to initiate a programme for the design of proscriptive law that will generate self-governing form."*[48]

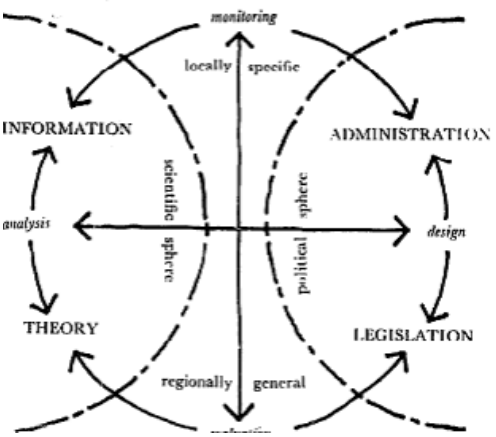


Fig.21 The elements of change, John Turner.

> *"— ser de denúncia e contestação dos mecanismos de exploração;*
> *— ser pedagógicas nos dois sentidos (técnico-população e vice-versa);*
> *— envolver grupos técnicos multidisciplinares;*
> *— empenhar politicamente os participantes, na sua qualidade de técnicos;*
> *— ser exemplares no âmbito restrito em que se processem;*
> *— prefigurar relações orgânicas válidas numa perspectiva de abolição das actuais estruturas político-económicas."*[49]

48 Turner, J. (1976), *Housing by people*, p.165-166.
49 Pereira, N. T. (2018), *Participação popular e trabalho do arquitecto*, p.4.



Fig.22 Projecto “Fun palace for Joan Littlewood”, Cedric Price, Londres.

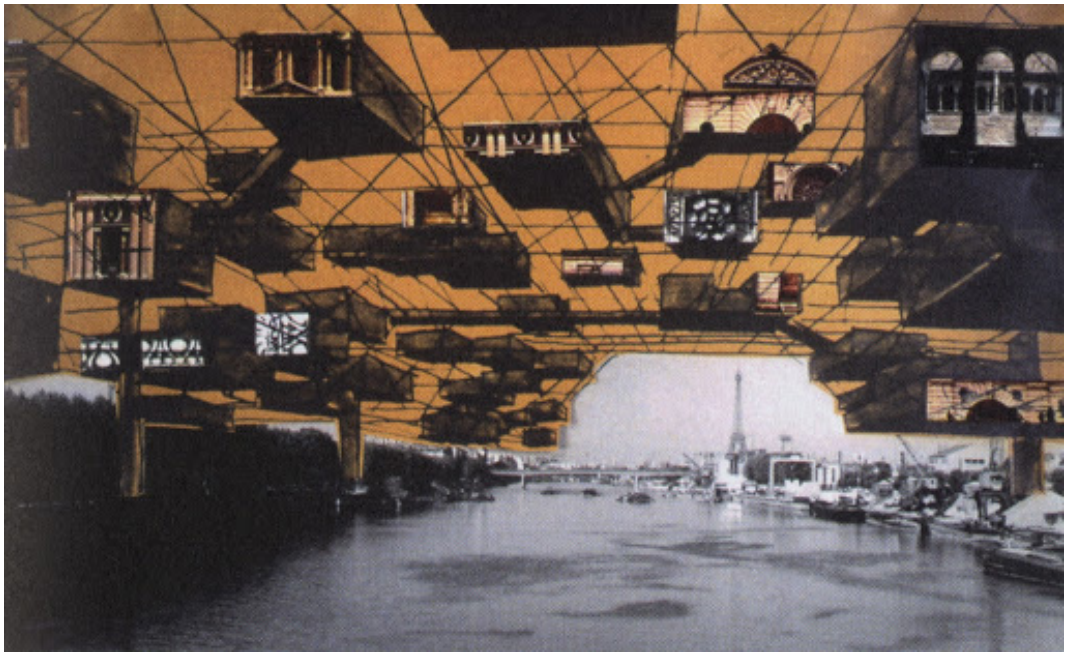


Fig.23 “Spacial City” de Yona Friedman sobre Paris,1960.

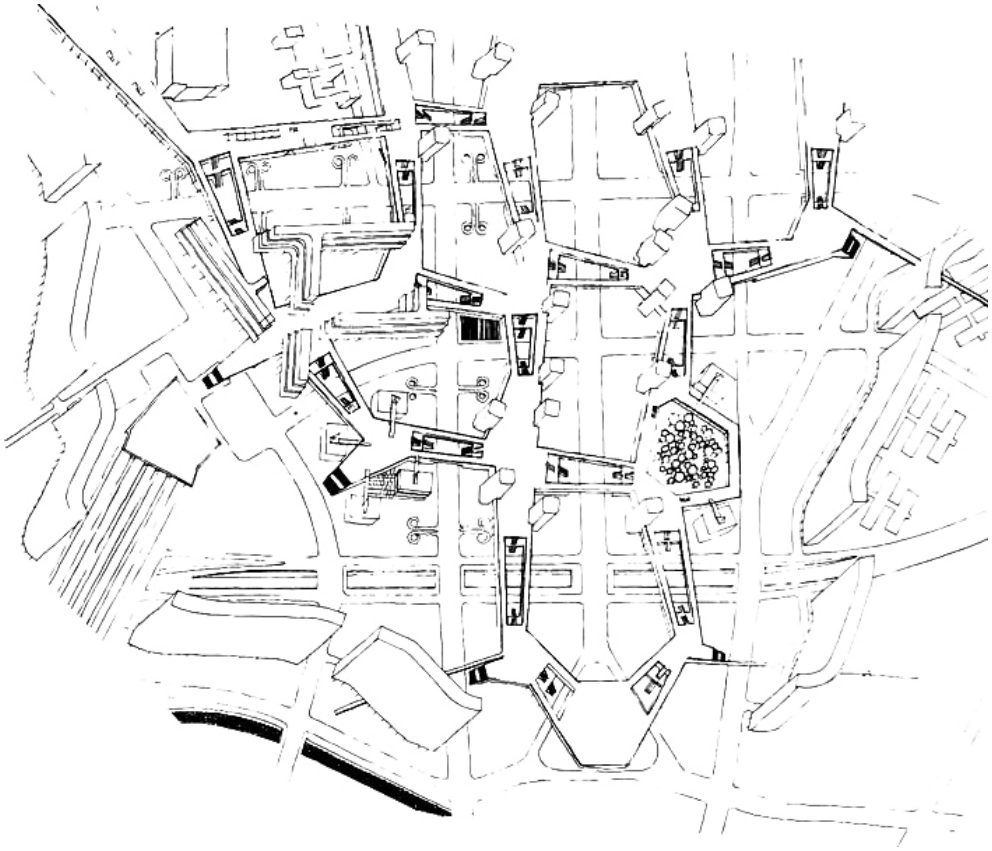


Fig.24 Projecto para Berlin-Haupstadt de Alison and Peter Smithson e Sigmond, 1958.



Fig.25 “Self-build house” de Walter Segal.

1.2.1 LUCIEN KROLL: UMA IDEOLOGIA PARTICIPATIVA

No caso de Lucien Kroll, a sua obra arquitectónica deriva de uma forte consciência ideológica e da capacidade de desbloqueio e refutação dos princípios modernos; está integrada numa abordagem e estudo multidisciplinar da arquitectura com a vida em comunidade, e ferozmente aplicadas pelas suas convicções[50]; *La Mémé* culminou num ponto de ruptura com as instituições e numa reacção de (auto)sabotagem do próprio processo arquitectónico por adversidades políticas. Assim, Kroll não interage apenas como mediador do processo arquitectónico participativo, mas assume-se como personagem principal, activa na consagração dos seus valores sociais e da idealização da sociedade e do que a imagem de um edifício deve propor, nomeadamente de como a própria participação deveria ser aplicada. Se considerarmos traçar a definição de duas atitudes vigentes no campo participativo, obtemos uma altamente ligada à envolvência pessoal com a profissão e, a outra, à tentativa de especialização e, subsequentemente, a uma obrigatoriedade de estabelecer algum tipo de estandardização dos actos participativos; podemos encontrar em Kroll particularidades de ambas, em que a especialização se foca na tentativa de aplicar o método autoral ideológico, o que revela a tendência prática da acção participativa dos intervenientes do core dos anos 1960 e 1970. Em concordância com a linha de pensamento da contra-argumentação dos *Team X*, Lucien Kroll opõe-se à cidade moderna e aos *behaviorists* — (na sua organização e estandardização com os métodos industriais e desenhada como fábrica, na relação distante da arquitectura com os seus habitantes, apoiada no conceito de manufactura, que resulta na construção do habitat para *máquinas precisas* numa sociedade artificial centrada no capitalismo e na organização do trabalho inerente a um único modelo de vida) — com o discurso de que o processo arquitectónico deveria transformar-se no mais orgânico e espontâneo possível, alicerçado no método participativo e incremental[51], com todas as suas variantes adjacentes, sociais, económicas e próprias do território; abraça-se um sítio que encara o erro e a imprevisibilidade como parte da construção do objecto arquitectónico, espelhando, formalmente, as vicissitudes das comunidades. Apropriava-se da *landscape* percepcionada para a coesão do *environment* urbano experienciado, desmistificado com um vocabulário de materiais concretos, amplos e facilmente acessíveis em cada contexto intervencionado.

La MéMé apelida o único edifício resultante do processo arquitectónico para o complexo residencial universitário da Faculdade de Medicina da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, que estava destinado a ocupar todo o quarteirão onde o edifício está, agora, inserido; em 1977, por conflitos cerrados entre arquitecto e as entidades institucionais e do poder local, devido aos métodos arquitectónicos utilizados e explicados acima, justificada por uma atitude de anarquia, é retirado o projecto a Kroll, conseguindo apenas completar *La Mémé*; estas vicissitudes acentuaram, assim, a característica que já era compreendida pelo edifício, como objecto-manifesto, marginal à cultura moderna, que apoiava toda a sua construção no método participativo da comunidade estudantil, que foi preponderante para a formalização do projecto deixando transparecer as suas pretensões de habitar.

---

50 " (...) his buildings derive solely from rigorous application of his own philosophy of what a building should be." Williams, S. (1979), *The ecological architecture of Lucien Kroll*.

51 " (...) an action open to new necessities and decisions that are always provisional and incomplete" Poletti, R. (2010), *Lucien Kroll: Utopia interrupted*, citando Lucien Kroll.

Este processo desenvolveu-se antes de qualquer desenho ou projecto fechado, como um acto e uma escolha política que ia contra uma habitação massificada e árida desenvolvida pelos *beauviorists* e métodos subjacentes declarados pela Carta de Atenas e *modeladores* de habitar.

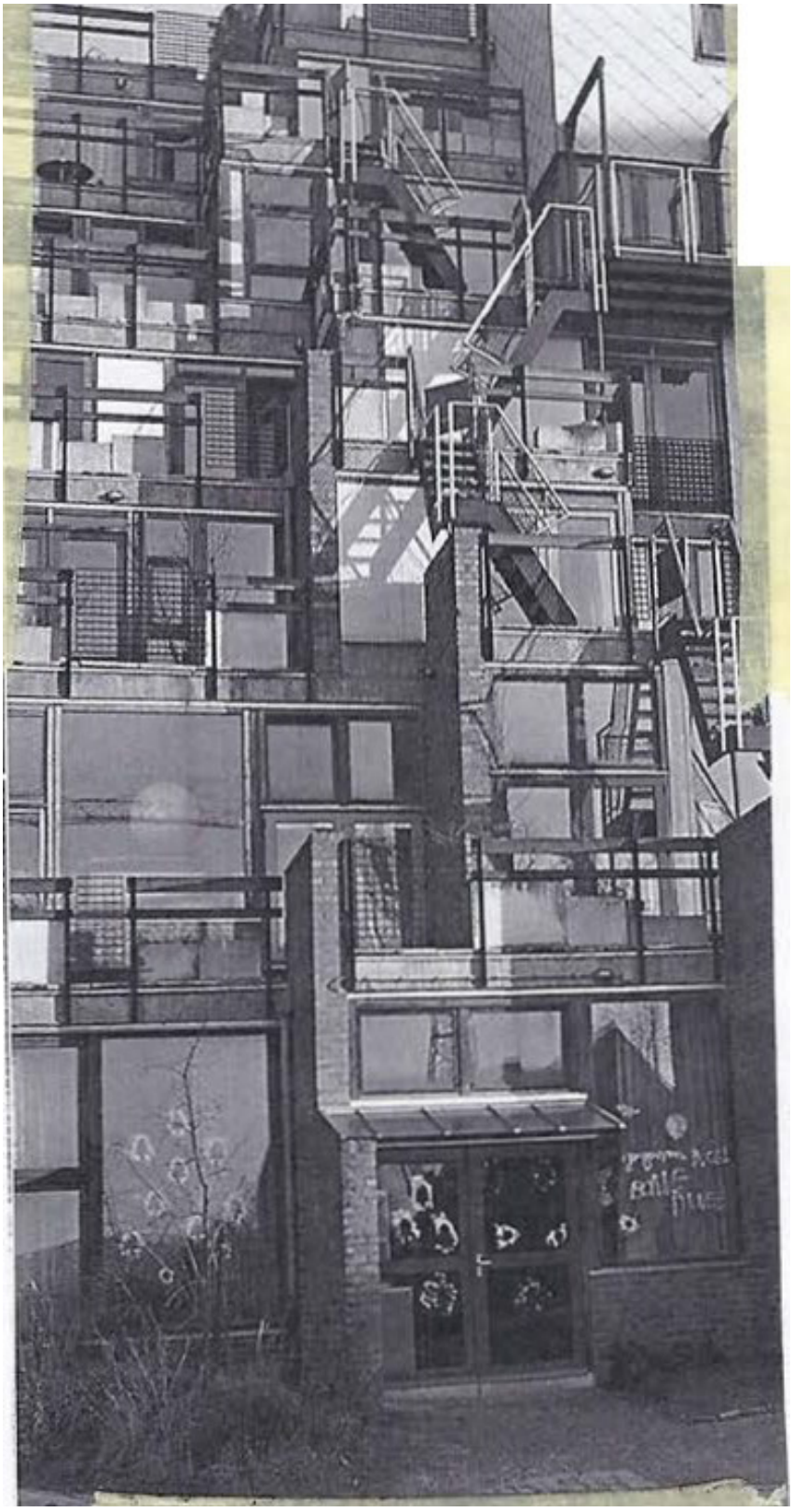


Fig.26 Pormenor da fachada de La MéMé.

"(...) everything communicates and opens, each element sees and can understand and meet the other. The floor slabs are open between one level and the next, the walls are cut out, the skylights are transparent everywhere, and the balconies are visible to one another. There are numerous entries, so people can come from anywhere, from the cellars to the attics and terrace staircases, from the walkways."[52]

Testemunhamos uma arquitectura flexível e adaptável que resulta do valor fundamental do processo arquitectónico em comunidade para um propósito colectivo compartilhado. Todos os quartos estabelecidos em vários níveis comuns do edifício, interligados, proporcionam um acesso directo aos espaços exteriores — terraços e varandas —, estes espaços resultam da vontade da comunidade de uma experiência quotidiana e da vida doméstica em convivência, sempre mutáveis de acordo com o contexto habitacional, que neste caso está em constante movimento; as paredes perdem a sua peremptoriedade e ganham acções arquitectónicas permanentes por poderem ser desmanchadas ou levantadas consoante as necessidades. A complexidade do processo arquitectónico e participativo eleva, também, a sua respectiva complexidade formal, devido a todos os estímulos contínuos vividos dentro e fora do edifício. Obviamente, esta resolução da comunidade está desligada da sociedade consolidada e entra em colisão com os agentes políticos e com os dogmas da cidade moderna e contemporânea, que evoluiu para a conquista neoliberal; não haverá melhor exemplo que *La MéMé* — que, como percebemos, foi amplamente criticado na sua coetaneidade, quer pelo seu processo quer no seu resultado formal —, para assimilar as acções do espaço político[53] [54], em que por não cumprir o normativo rapidamente constituiu vínculos de clandestinidade e ilegalidade[55]. Lerup elucida-nos com o seguinte exemplo de um bairro hipotético, mas real na sua estrutura e implementação no contexto urbano:

"There is no garden here so you venture a barbecue among the cars. It is consider vandalism. Here, maintenance is god and the display of the personal offends the image — the property must look good and you are a threat to the social order (...) On the other hand, you are encouraged to clean — to wipe away the evidence of your existence."[56]

De acordo com a posição de Giancarlo De Carlo, definimos em Kroll que a «arquitectura é demasiada importante para ser deixada aos arquitectos»[57], esta afirmação vinca e reflecte o método arquitectónico de Kroll fundamentado na participação, explanado acima, contudo

---

52 Poletti, R. (2010), *Lucien Kroll: Utopia interrupted*.
53 "A social and personal division of residential settings suggests the existence of 'political space' (…) Political space is also social space. And social space actually falls between the social and the personal." Political space emerges in action. Community emerges in action. Their existence are precarious. If negotiation dies, the hope for splendid habitation dies." Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.28-30.
54 " (…) is a concept used by both Greeks and German theologians. From my interpretation of their theory, I suggest that politics have a material dimension, anchored in actual physical places. For example, the physical structure of political space has in the past and the recent past gone through radical changes that work against and sometimes prohibit political pursuits in their classical sense. Tampering with the limits of space is, therefore, basic to most political struggles." Ibidem, p.115.
55 "He or she finds it difficult and sometimes impossible to penetrate the web of bureaucracy established to serve the professionals. The urge to build is, therefore, commonly channelled into other forms of expression. (…) The clandestine way of building seems nonetheless commonly to fulfil the aspects of zoning and code regulations that defend environmental quality, simply because when people build for themselves, they do a good job. There are in it for living, not for profit. Their violations are against the procedures attached to the regulations." Ibidem, p.88-89.
56 Ibidem, p.108.
57 Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.274.

a nossa reflexão não deve abstrair-se do poder central que o arquitecto exerce para alavancar a sua própria realização, ou entendermos no seu processo uma sobrecarga ideológica intransigente e prejudicial ao mesmo; na perspectiva em que a máquina sistémica e o seu respectivo contexto ideológico, social, económico e político não pode servir de resignação aos desafios e injustiças geradas, mas antes, tentar retirar proveito da estrutura e, lenta e continuamente, derrubá-la a partir de dentro[58]; ao mesmo tempo que nos devemos afastar da chamada participação selectiva também a participação forçada a uma determinada perspectiva carece de entendimento. Contudo, em concordância com Lucien Kroll, o exercício de imaginar outras possibilidades deve praticar-se pois, assim, torna-se possível entender e reflectir com melhor aferição os diversos contextos da sociedade, aprimorando a ideia de que a cidade «é uma espécie de organismo (...) é tudo que é invisível»[59]. *Le Mémé* fixa-se, assim, como símbolo à liberdade e da imaginação não tão distante; edifício sobrevivente na defesa do método participativo contínuo, que refuta a consagração da obra como objecto e defende a experiência quotidiana e privada, adaptável à sua própria evolução.

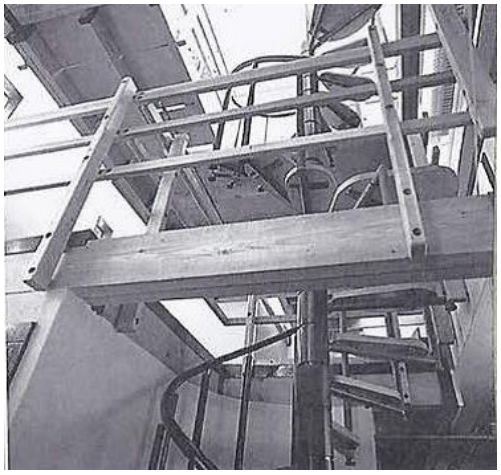


Fig.27 “La Mémé”, pormenor da caixa de escadas.



Fig.28 Edifício “La MéMé” em 2019.

58 “In general, modern systems must be dis-aggregated, not destroyed. To suppose that the principles of loose fit, low energy and small scale exclude modern management, science and technology is as absurd as to suppose that long life can only be achieved with pre-industrial tools and techniques. What is being argued is that large organizations should have little or no business building or managing dwelling environments. Instead, they should be doing a great deal more business installing infrastructure and manufacturing and supplying tools and materials that people and their own small enterprises can use locally.”
Turner, J. (1976), *Housing by people*, p.129.
59 High Green Tech Symposium — citação retirada da entrevista, a Lucien Kroll, “Natural Cities” (Tradução livre).

1.2.2 GIANCARLO DE CARLO: VIA PARA O URBANISMO INCLUSIVO

No contexto italiano de prospecção económica após a Segunda Guerra Mundial, derivado, em parte, das contribuições americanas do conhecido plano Marshall, surge uma série de investimentos nas grandes infra-estruturas do país, ligado ao veloz crescimento industrial nas periferias das principais cidades do norte italiano — Milão, Turim e Génova —, num país com uma realidade rural preponderante. Assiste-se a uma emigração em massa inter-regional, das zonas rurais, do sul para o norte. Em contrapartida, muitas cidades e vilas italianas viram-se desligadas da vida quotidiana e das suas estruturas económicas tradicionais, como a agricultura, sendo difícil de consolidar uma auto-sustentação e regulação saudável, numa construção da realidade política italiana descentralizada de forte municipalidade, as denominadas comunas italianas, como Urbino.



Fig.29 Fotografia aérea da cidade de Urbino vista do Norte.

"Since 1945 the Commune has been continuously administrated by Communists and Socialists, with the Christian Democrats and Republicans in opposition. As in all Italian local governments, the two sides can argue bitterly, yet it often happens that when faced with problems of fundamental importance, the Left and the more progressive factions of the Christian Democrats find themselves in agreement.
The administration's annual budget amounts to about 800 million lire (1.28 million dollars), a figure far too small to meet the demands that face City Hall. Furthermore, the Commune is burdened by such crippling debts that no real action is possible without the specific approval of the central government."[60]

Podemos designar como projecto de vida do arquitecto Giancarlo De Carlo a sua intervenção contínua na cidade de Urbino, onde manipulou várias escalas, desde o desenvolvimento do *master plan* de Urbino até às construções do *campus* universitário, num processo que começou no final da década de 1950 e se estendeu por mais de vinte anos, num intenso estudo social, político, urbanístico e arquitectónico da cidade, perspectivando uma discussão participativa e de inter-relação com as diferentes entidades envolvidas no processo. Podemos associar alguns métodos de registo convizinhos com o que acontecia em Portugal, coetaneamente, na realização dos trabalhos do Inquérito à Arquitectura Popular e no Estudo do Barredo de Fernando Távora.

A configuração do plano de Urbino começou em 1958 e aprovado, seis anos passados, pela administração local, sempre com um diálogo intenso entre as entidades políticas e administrativas, grupos culturais e profissionais, todas as classes sociais e entre os habitantes de Urbino. Durante a concepção do plano, assistiu-se a um decréscimo da população no território da cidade, mas com um aumento significativo da mesma no seu centro urbano. Sendo a agricultura, nessa data, a principal actividade económica de Urbino, apesar das condições áridas para o seu exercício, devido à topografia (cidade assente em duas colinas), ao clima (com prolongados e rigorosos invernos), e à pouca fertilidade dos solos agrários, sendo a paisagem da área cultivada de Urbino maioritariamente constituída por campos de trigo; assistimos, portanto, a um abandono gradual da actividade, que já se encontrava em decadência pela fraca capacidade empregadora, e que se agravou devido à emigração e, subsequentemente, ao envelhecimento da população. Verificou-se, no processo de análise e reabilitação de Urbino, que a actividade agrícola não seria uma solução viável para a expansão económica deste território; na sequência do registo cadastral agrário registaram-se áreas de cultivo demasiado subdivididas, pertencentes a várias famílias que subsistiam com o que cultivavam e no caso dos terrenos com maior dimensão, revelaram-se os menos produtivos, pela qualidade dos solos e pela sua localização, em declives acentuados e/ou formatados por socalcos; tampouco se anteviu o interesse por parte da população para a continuação deste modelo económico assente na agricultura, também, pelas dificuldades e condições de vida precárias adjacentes, com uma realidade habitacional sem as mais básicas infra-estruturas, como saneamento ou electricidade. Uma industrialização da agricultura em Urbino agravava ainda mais as dificuldades económicas das famílias praticantes desta actividade pela inevitável redução de mão-de-obra[61].

---

60 Carlo, G. (1970), *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.16.
61 " (…) it is becoming increasingly difficult to find people willing to work the land. Realization has at last dawned on farmworkers that, apart from unemployment and other difficulties, they do not obtain an adequate return for the amount of effort they must expend. They are no longer prepare to tolerate the pitiful incomes, isolation, social controls, lack of alternatives, cultural vacuum, substandard services, and unsanitary housing (…) There is no local alternative, and none will arise as long as the economic structure continues to depend basically on agriculture, for as this declines, so will other sector of the economy." Ibidem, p.20.

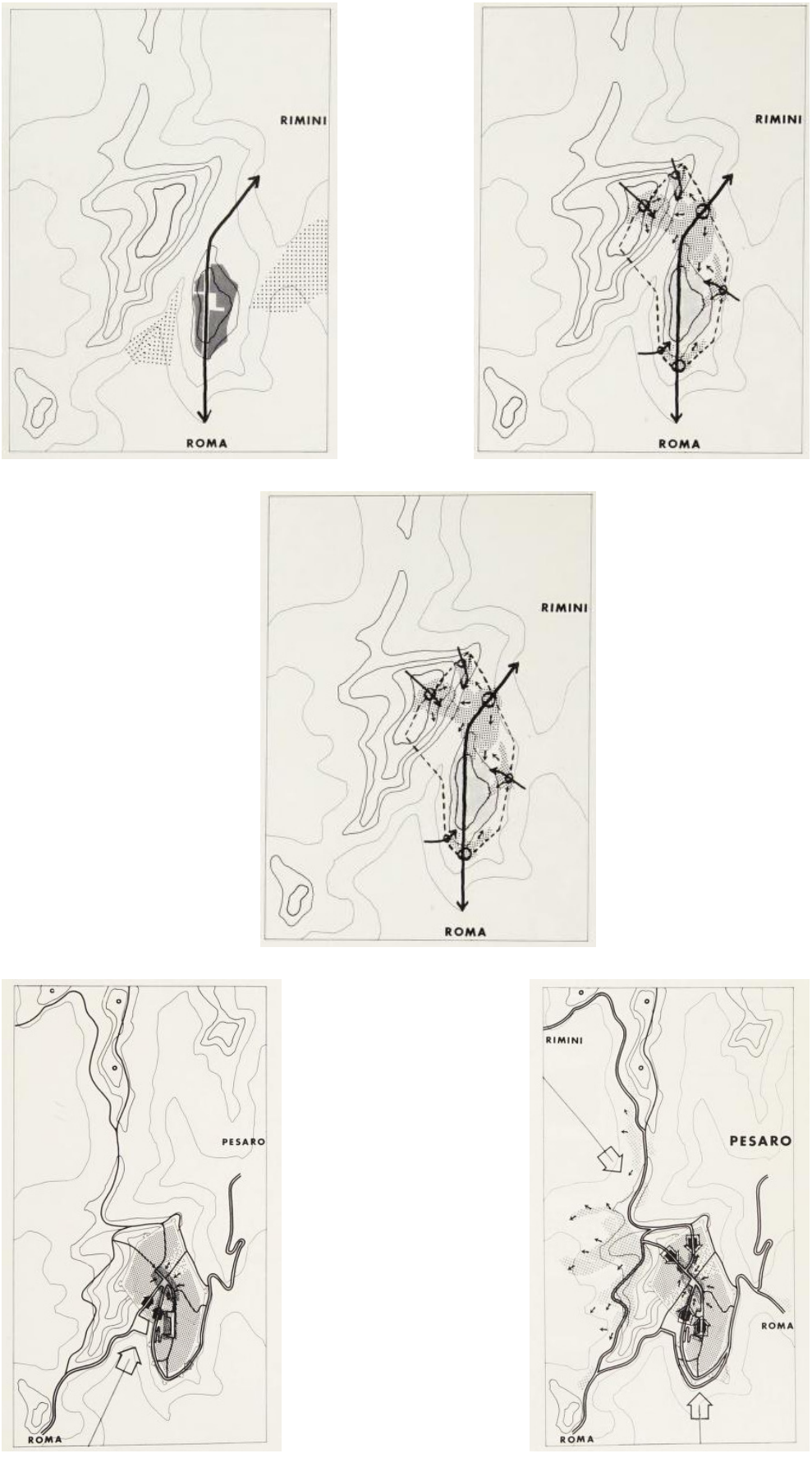


Fig.30-34 Evolução da cidade de Urbino (Romana — Medieval — Renascentista — XIX — 1970).

O sector industrial, também, pouco se desenvolveu nesta região, no estudo desenvolvido por De Carlo aferiu-se que apenas 9,5 % da população trabalhava nessa área em 1961, o que representava um decréscimo da década anterior, e a maioria da empregabilidade apenas se estendia a pequenas ou médias indústrias na área da construção[62].

Dos diversos factores que construíram estas contingências, a mais relevante é a inoperância das infra-estruturas conectoras existentes; durante a II Guerra Mundial várias ligações territoriais foram interrompidas ou destruídas e, após a tragédia, apenas uma linha ferroviária foi reactivada que chegava a Urbino a partir de Pesaro; estradas e auto-estradas também se revelaram incapazes de satisfazer tais ligações entre as regiões.

A premissa para a concepção do plano de Urbino assentava no «critical-descriptive method»[63 64], que se relacionava com a análise de Giancarlo De Carlo de uma atitude contra producente que é a execução *a priori* de um modelo físico estéril e formal. Das possibilidades para a construção de uma nova estrutura comercial verificou-se que as valências com maior capacidade regeneradora e de crescimento económico assentavam na cultura e no turismo com uma cimentação na universidade. A intervenção na área cultural não poderia deixar de preservar e/ou reabilitar os símbolos históricos da cidade, proeminentes da época renascentista e neoclássica; contudo é imprescindível compreender este acto enquanto concepção de uma clarividência urbana[65], construindo uma nova paisagem[66] a partir do quotidiano. Trabalhou-se, conscientemente, no plano, a dicotomia entre a cidade velha e as necessidades modernas[67], reflectidas numa extensa análise da cidade consolidada, do seu património até aos edifícios habitacionais, quarteirão por quarteirão. A capacidade de crescimento da universidade, quer a partir dos seus currículos quer na sua extensão territorial, viabilizou uma sustentação saudável e exponencial para o plano de acomodação e turístico, globalmente enviesado para uma abordagem massificada, sem planeamento e contexto. Em oposição ao tradicional *campus* universitário, De Carlo estabelece uma relação física da universidade com o território fragmentada, para a construção de um quotidiano agregado e coeso, que facilita uma harmonia habitacional do território, permanente e/ou ocasional[68].

---

62 “However, the main stimulus for growth in the industrial sector has been provided by an increased employment in construction activities, which are industrial only by name. Even other enterprises, considered as industrial for census purposes, are actually no more than small establishments whose production methods have more in common with cottage industries than with those of large-scale manufacturing.” Carlo, G. (1970), *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.20.

63 Ibidem, p.103.

64 “Indeed, the core of the whole problem is to ensure that instruments are refined enough to permit an accurate collection and analysis of relevant data on existing conditions and on the consequences of plan implementation, while at the same time keeping the margin of error to a minimum.” Ibidem, p.212

65 “ (…) the loss of clarity in the urban image is due in even greater measure to population changes occurring iver the last twenty years. The forms of the historic center have little meaning for the migrants from the countryside, because they do not constitute places they can use in their day-to-day activities.” Ibidem, p.104.

66 “The idea that a function alone can generate a form without the intermediary of an organizational system is nonsense. Equally mistaken is the idea that a form can generate functions (…) A form can, however, influence an environment. It can stimulate other organizational needs and suggest visions of new functions.” Ibidem, p.126.

67 “ (…) there has always been the uneasy feeling that the price to be paid for the integral preservation of the historic center would be the continued perpetration of backward social conditions. (…) In no case has a renewal program been evolved which resolves the apparently incompatible goals of conservation and rehabilitation of a historic center.” Ibidem, p.105.

68 “In the absence of a plan or any general policy lines, domestic and foreign tourism flows alike are blindly funnelled down certain natural geographic lines of access to humdrum holiday resorts and commonplace attractions. (…) Even without a plan, these destructive consequences could be avoided if there were some reasonable understanding of the tourism problem. All that is required is a more equitable distribution of the resources available so as to ensure that the vacationer himself is better cared for, while guaranteeing at the same time that the tourism potential of the whole area is exploited to the advantage of all concerned.” Ibidem, p.23.



Fig.35 Residências universitárias da Universidade de Urbino.

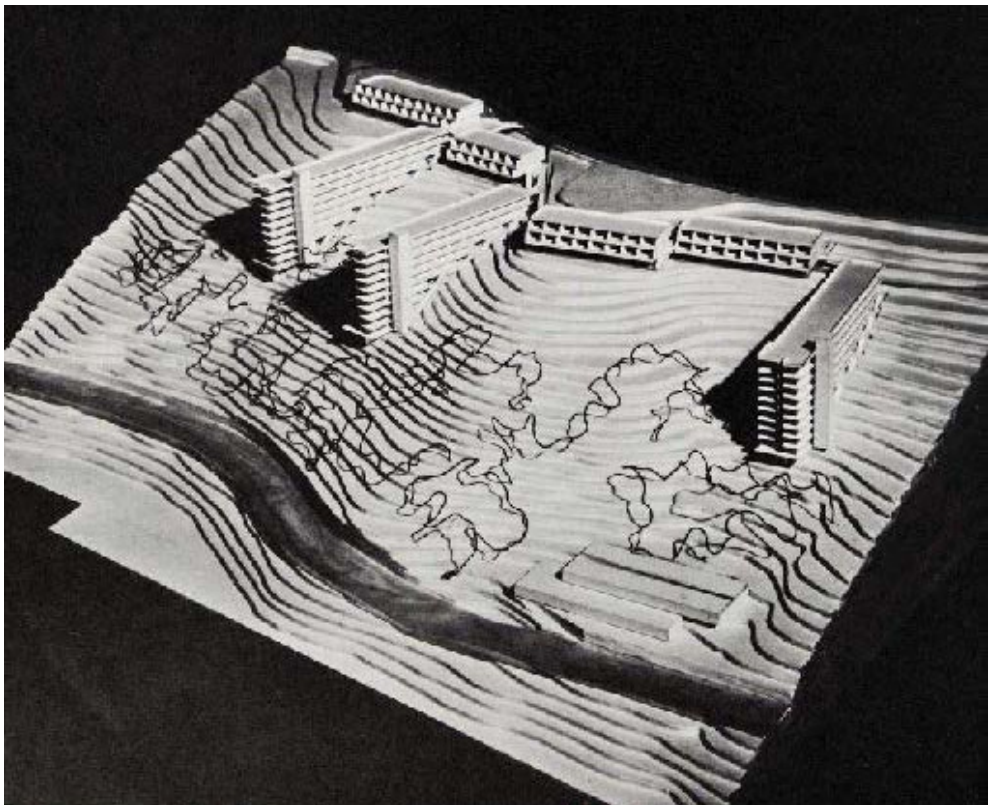


Fig.36 Perfil dos edifícios do plano de Urbino.

O plano de Urbino foi, assim, sustentado pelas suas qualidades existentes, não equacionando a criação de actividades não exploradas no território, mas amplificando a sua paisagem urbana e conectando-a às regiões convizinhas; De Carlo descreve-nos as apetências técnicas necessárias nas seguintes palavras:

> *"To re-establish links and communications between the Commune and surrounding regions so as to facilitate the flow of traffic and economic interests.*
> *To provide a climate favouring the location of activities most in keeping with the character of the area and which already tend to develop naturally.*
> *To reconstruct and rehabilitate the physical plant and services of the region so as to improve living conditions, eliminate neighbourhood and building blight, and eradicate the causes and consequences of the region's segregation.*
> *To diffuse and enhance the advantages of city life.*
> *To safeguard from destruction both the historic center and the surrounding countryside.*
> *To integrate the artistic, historical and landscape heritage into the socioeconomic life of the region by enabling these resources to act as stimulating factors on development."*[69]

Uma vez que se havia verificado que as autoridades locais não reuniam as condições financeiras necessárias para suportar todo o processo, afigurou-se urgente, por indicação do arquitecto, o concurso quer da iniciativa privada quer das finanças da República italiana, para além da coexistência das pequenas acções comunitárias permitidas. Nos anos subsequentes à conclusão e execução do plano, todas estas iniciativas tiravam lugar com o suporte e estímulos dos *media* italianos.

É evidente que as problemáticas do urbanismo interagem e definem o dia-a-dia das comunidades, principalmente pelas escassas tentativas em que o urbanismo e a participação estão presentes no planeamento; aferimos projectos altamente especializados numa relação mais técnica do que humana e se as grandes metrópoles vêm a desempenhar a operação dessa realidade subjacente ao sistema, poderemos ver nas cidades pequenas e intermédias um veículo para a resolução e experimentação de um urbanismo inclusivo[70].

*

69 Carlo, G. (1970), *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.112.
70 Debate "Ciudades sostenibles y escalas intermedias" — Josep Maria Llop Torné. O autor defende o direito ao plano e em como este não pode ser considerado um projecto mas um processo; o plano pertence ao arquitecto-urbanista e à população. Vê nas cidades de dimensão média qualidades para a construção do urbanismo inclusivo, partindo do conceito que a principal textura urbana do mundo é intermédia e que abrange o habitat de 62% da população urbana mundial.



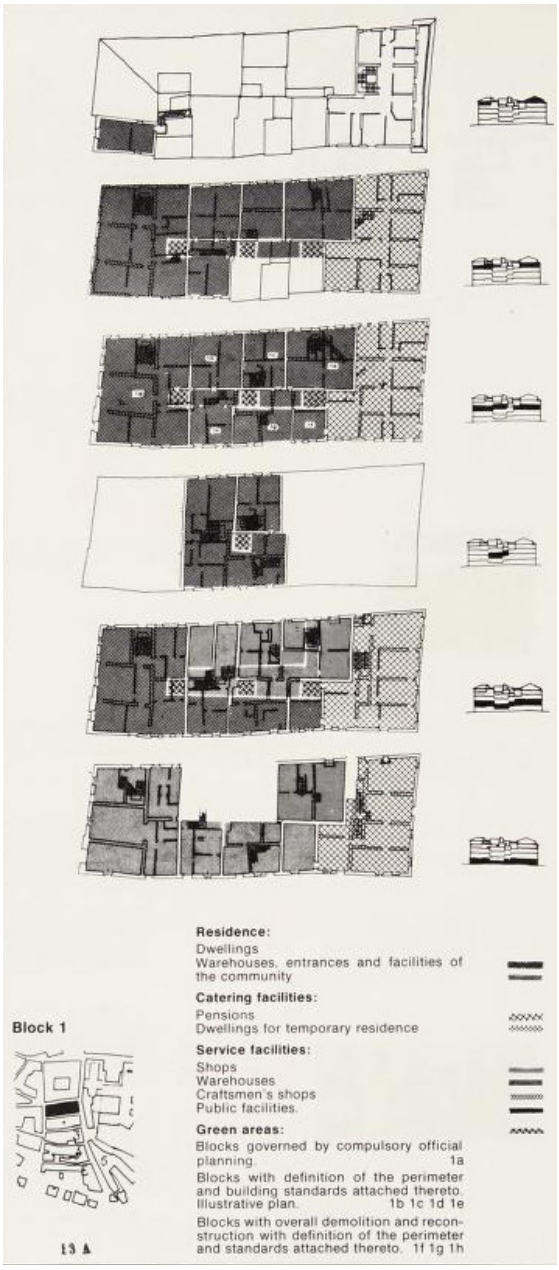


Fig.37 Exemplo do estudo de reabilitação por quarteirão.

Capítulo 2 —
Cidade securitária VS cidade espontânea

2.1
Do Porto:

2.1.1 PARTICIPADO (UMA BREVE SÍNTESE)

Nos países onde a refutação teórica foi mais fraca, como em Portugal, assistimos a uma repetição de conceitos e modelos internacionais e tradicionais que não prezavam as vicissitudes das próprias cidades, populações ou hábitos. Assim, uma uniformização dos sítios foi forçada, como aconteceu durante o Estado Novo[71] com a implementação do estilo próprio. Ao observar as periferias das cidades podemos concordar que a linha condutora referente à massificação e uniformização da habitação continua activa e a ser aplicada.

O primeiro passo estatal, depois de algumas experiências habitacionais com os Planos do Fomento e o Plano de Melhoramentos que se iniciaram nos anos 1950 e 1960, após o 25 de Abril de 1974 e face às vozes populares reivindicativas, foi o Programa SAAL, lançado pelo arquitecto Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação naquele período.

Podemos considerar que o direito à habitação e à cidade foram as primeiras causas que cimentaram uma luta transversal a toda a população, enquanto conheciam melhor as suas liberdades e direitos; por isso, assistimos, nesta altura, a grandes aglomerações e manifestações pelo direito a «casas sim, barracas, não». Os principais intervencionistas foram os habitantes dos bairros camarários, já com alguma experiência associativa na tentativa de contrariar algumas medidas do antigo regime.



Fig.38 Manifestação, pós-25 de Abril, «Casas sim, barracas não».

71 "Os novos modelos e o novo vocabulário, então proposto à arquitectura a que se chamou de Estado Novo, sobrevalorizam, agora, tendências ideológicas de aparato, status, individualismo, representação e privacidade, já existentes, que se concretizam a nível oficial em edifícios de características de monumentalidade e nacionalismo, objectivando engrandecer o regime."
Coimbra, J. & Seara, I. (1986), *Sine qua non ou a ideologia do habitar*, p.64.

" (...) a mais radical das exteriorizações populares pelo direito à habitação na cidade. Todo o morador, residente nos bairros camarários, nas ilhas, ou nos bairros clandestinos da cidade, utilizou este momento de explosão de liberdade para tomarem consciência dos seus direitos, como multidões sem território, sem cidade, sem habitação, sem lugar; numa cidade que os deslocou, vigiou e marginalizou nos blocos periféricos. Populações errantes, condenadas a dissolverem-se num urbano periférico e desinfraestruturado, excitado por um nomadismo sem fim e sem sentido." [72]

"Partia de uma dúplice consciencialização, provocada pelas grandes densidades centrais, por um lado, e pela insatisfação dos realojados na periferia remota, nos bairros camarários, por outro. O cruzamento dessas tomadas de consciência, logo desde o início do processo, foi um dos principais esteios da coesão do movimento de moradores e permitiu reforçar a unidade em torno do papel mobilizador do SAAL." [73]

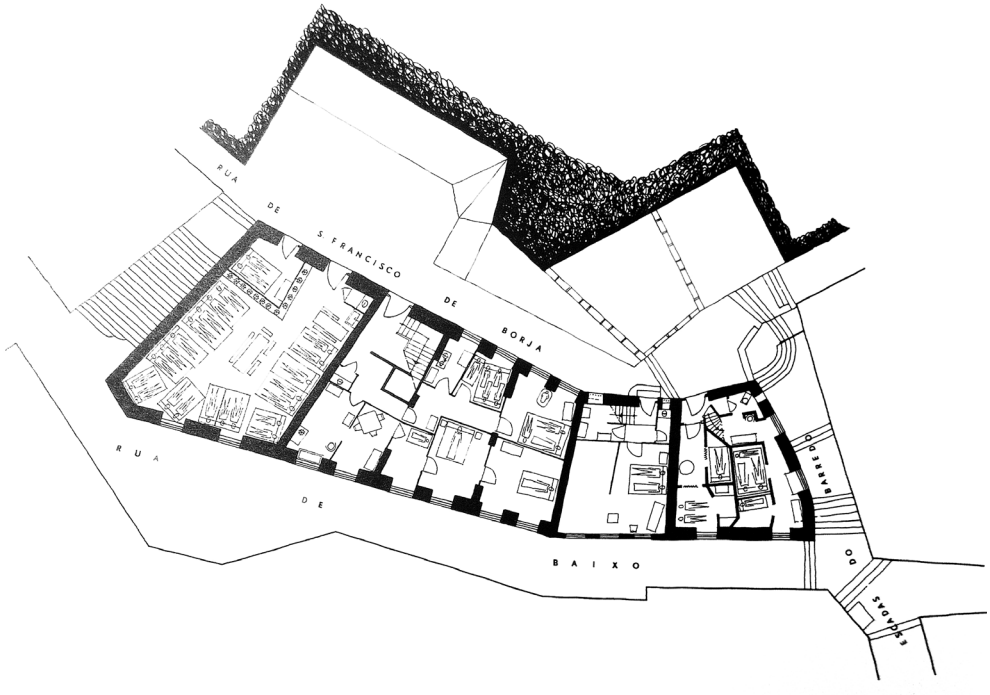


Fig.39 Estudo do Barredo (QIII), 1969, levantamento dos alunos da ESBAP.

72 Rodrigues, F. M. (2015), *O processo SAAL 74/76 — Um programa de habitação com direito à cidade*.
73 Bandeirinha, J. A. (2014), *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p. 59.

É de relevante importância assinalar a experiência de Fernando Távora, no Porto, com o Estudo da Renovação da Ribeira-Barredo, no final da década de 1960, que nos brindou, após o Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, com as primeiras linhas temáticas, no nosso país, para a consciência do direito à habitação e ao lugar. Com o Barredo, Távora iniciou a discussão das metodologias participativas na cidade; ao analisarmos o estudo, apesar da sua escala de quarteirão, o paralelismo com o trabalho de Giancarlo de Carlo evidencia-se, quer nas metodologias quer nos elementos técnicos utilizados: o trabalho em equipas multidisciplinares, o apoio municipal, reuniões com os moradores, inquéritos minuciosos e a participação dos alunos de arquitectura da ESBAP nos levantamentos das habitações. Revelou-se, desse modo, a verdadeira identidade da *escola do Porto*[74]. Távora rompeu com a cidade moderna, onde os princípios do zonamento e de destruição das 'ilhas' e do Barredo, integradas no Plano Director da Cidade (Plano de Auzelle), eram substituídos pela interpretação do tecido social, na interpelação das actividades, funções urbanas e estratos sociais evitando a delapidação da cidade:

> *" (...) um processo de criação de formas desprovidas de eficiência e de beleza, de utilidade e de sentido, de formas sem raízes, verdadeiramente nado-mortos que nada acrescentam ao espaço organizado ou o perturbam com a sua existência."*[75]

Alguns anos mais tarde, Fernando Távora abraçou, com enorme entusiasmo, a recuperação urbana de Guimarães, onde teve oportunidade de aplicar, numa escala mais abrangente, os seus ideais de cidade. A visão do arquitecto está integrada numa valorização do edificado com a vida social, sem recorrer a representações bucólicas ou estáticas[76], e preservando a dimensão do tempo como qualidade essencial da cidade. Entende-se, assim, este estudo, como uma porta aberta que possibilitou a rápida preponderância da implementação das metodologias participativas no processo SAAL, na cidade do Porto, nos dois anos após 1974.

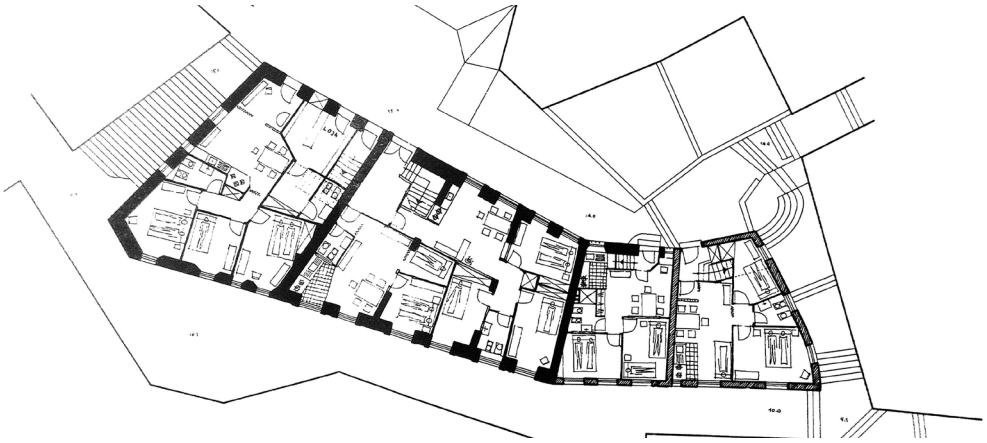


Fig.40 Estudo do Barredo (QIII), 1969, proposta de renovação.

74 Sobre os levantamentos do Barredo realizados pelos alunos na cadeira de Arquitectura Analítica, leccionada por Octávio Lixa Filgueiras: " (…) eram representadas, nas plantas, as posições em que as pessoas dormiam, identificando homens, mulheres e crianças, para além de alguns equipamentos essenciais de cada «tugúrio», como a retrete, o fogareiro de petróleo e o lavatório (de jarro)."
Loza, R. (2019) in *Estudo de renovação urbana do Barredo*, p.14.
75 Távora, F. (2008), *Da organização do espaço*, p.27.
76 Este «saber ler a diferença» distingue Fernando Távora das leituras apressadas que misturam «restauro arquitectónico» com «reabilitação urbana», procurando condenar todos os edifícios de um conjunto a uma «congelação» que poderia ter como consequência a fossilização da cidade em vez da sua revitalização."
Loza, R. (2019) in *Estudo de renovação urbana do Barredo*, p.14.

O programa SAAL torna-se no único projecto-piloto em Portugal em concordância com os meios de poder, arquitectos e comunidades, e em que há uma aproximação à realidade socioeconómica destas classes; centrado nos métodos participativos e, mais importante, com uma consciência colectiva entre todas as entidades, transformou-se, também, num novo instrumento de projecto, — a participação, a discussão, os inquéritos — em benefício não só do direito à cidade e à habitação, mas abrindo a discussão do direito ao lugar, ao habitar, à liberdade de permanência das comunidades, à vizinhança, o permanecer onde sempre se viveu ou se quer viver e ao combate à segregação do espaço físico da cidade. Pôs-se à disposição das comunidades um conjunto de valências e técnicas, a que, até aqui, não tinham acesso e criaram-se espaços de comunicação em que estas comunidades eram ouvidas e, talvez, pela primeira vez, relevantemente compreendidas (ver o testemunho de MCF sobre a sua experiência na operação SAAL da Belavista, Gondomar, em Entrevista, Anexo I, p.209).

Paralelamente, as condições habitacionais das 'ilhas' continuaram a ser bastante deficientes e, é claro, que nas últimas décadas assistiu-se à sua expropriação, quer pela degradação natural das suas estruturas e de habitantes sem possibilidades de as renovar, quer pela actual evolução do turismo na cidade do Porto e subsequente execução de despejos ou recolocações dos moradores noutros pontos da cidade e nas periferias.

Num caso particular do processo SAAL, assistiu-se a um exemplo em que algumas destas dinâmicas tiveram lugar; no projecto do bairro da Bouça, com assinatura do arquitecto Álvaro Siza Vieira, para os habitantes da antiga ilha do mesmo nome, estes, pela morosidade do processo construtivo — mais de 30 anos —, e também derivado de contratempos políticos e económicos, viram-se obrigados a realojar-se, com os meios à sua disposição; só a uma pequena percentagem dos moradores originais da 'ilha' foi concedido o acesso aos fogos incluídos na primeira fase de construção do projecto. Assim, o próprio arquitecto admite que, para a conclusão da obra, o desenho sofreu modificações consoante estas conjunturas, abrindo o edifício ao mercado livre e com a consciência de que a sua assinatura, de autor consagrado, lhe conferia linhas emblemáticas na cidade, como ícone de habitat, com todas as repercussões económicas adjacentes que interferiram e ainda interferem no acesso restrito a estas habitações.



Fig.41 Primeira fase construída do Bairro da Bouça.

"Depois de 30 anos de interrupção, o empenho da Federação das Cooperativas foi determinante para a decisão da CMP e do INH de finalizar a obra.
Para além de construir a segunda fase do projecto, pretendia-se recuperar as casas existentes (cerca 1/3 do total). Não era fácil convencer os residentes a prescindir de algumas improvisadas intervenções entretanto realizadas (...)
Foi necessário um paciente diálogo com os moradores, o qual tornou clara a obrigação de manter quase integralmente o projecto inicial (...)
Concluída a obra, a reacção do mercado mostrou que o tipo de habitação não só não correspondia por inteiro às tendências actuais na procura de habitação económica (...)
Na revisão feita perde-se de algum modo a integridade do primeiro desenho."[77]

*



Fig.42 Primeira fase construída do Bairro da Bouça.

77 Vieira, A. S. (2009), *01 Textos*, p.361-362.

2.1.2 EUROPEU E CULTURAL

O grande capital económico/financeiro criou, no final do século XX, uma ilusão de acesso à propriedade privada e de bens de consumo considerados essenciais por uma média burguesia ávida de conquista de *status* social: habitação própria e automóvel. Tal revelou-se um frágil equilíbrio da sociedade pois, como se veio a verificar na crise económico-financeira mundial de 2008, a especulação imobiliária e bolsista desencadearam a banca rota de milhões de famílias, constatando-se, dramaticamente, que a esmagadora maioria das que haviam contraído créditos, via-se despojada de quaisquer direitos de propriedade sobre os mesmos[78]. Em Portugal, tal como noutros países, a partir de 2020, com o surgimento de uma nova e inesperada vivência pandémica, assistiu-se e assiste-se ao soçobrar de uma grande parte das economias fortemente sectorizadas, como acontece com a profunda dependência do sector turístico. Encontrando-se este profundamente interligado com o mercado imobiliário, bastou uma feroz e reiterada especulação para, numa situação de crise, se reconhecer a sua fragilidade estrutural.

Nas próximas páginas exploraremos a constatação como o fosso social se tornou maior, mercê da aplicação dos métodos de poder e controlo invisíveis, e do seu reflexo no plano urbano.

> *"Toda a concepção de que o operário deve comprar a sua habitação assenta por sua vez na reaccionária visão fundamental de Proudhon já assinalada de que as situações criadas pela grande indústria moderna são excrescências doentias e que a sociedade tem de ser levada pela força — isto é, contra a corrente que segue há cem anos — a uma situação em que o antigo e estável trabalho manual do produtor individual seja a regra, e que não é, em geral, mais do que uma reprodução idealizada da pequena empresa, já arruinada e que continua a arruinar-se. Só quando os operários estiverem de novo lançados nessa estável situação, só quando o «turbilhão social» tiver sido eliminado para bem, é que operário poderá naturalmente fazer também de novo uso da propriedade da «casa e lar» e a teoria da amortização atrás indicada parecerá menos absurda."*[79]

As cidades vivem numa constante adjectivação, articuladas com as características que cada uma delas possui e nos aspectos em que a sua economia é mais forte, sendo assim geridas consoante o seu aproveitamento, tornando-as homogéneas e distinguidas com palavras-chave: histórica, cultural, económica, financeira, etc. Está completamente assente a museificação[80] das cidades e dos seus centros históricos, atingindo, previsivelmente, os países centrais europeus e, mais recentemente, Portugal, primeiro na cidade de Lisboa, e a seguir no Porto, sendo já perceptível estas mutações em cidades portuguesas médias, como Braga ou Guimarães, face às participações como capitais europeias ao abrigo de diferentes actividades.

---

78 " (...) nuevo fenómeno del neocolonialismo: un modo más sutil de dominación en el que la metrópoli no ejerce su poder sobre la colonia a través del encierro, sino a través de mecanismos de control de otro tipo (…) Del dominio militar colonial se pasa al dominio económico financiero, de modo que las máquinas del poder ya no tienen por qué ser estructuras físicas opacas, sino que pueden desplegarse a través de la transparencia y la desmaterialización" Solà-Morales (2009), *Los artículos de Any*, p.53.

79 Engels, F. (1873), *Para a questão da Habitação*, p.17.

80 "The city has become a museum. There is no active way by which the modern dweller can appropriate the old city, because it is in action — building — that dwellers identify with representation of themselves. This does not mean that everybody must build, but yhat building can be seen, heard and felt throughout the city." Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.166.

No Porto este processo começa precisamente no Porto 2001 — capital europeia da cultura —; situação em que a cidade sofreu as mais densas transformações urbanas de que há memória (replicada no Guimarães 2012); desde novas infra-estruturas, como o metro, a edifícios de carácter cultural, como a Casa da Música, que viu a sua inauguração anos após esta iniciativa. A verdade é que, após a programação cultural recebida e divulgada na cidade, assistimos a um esvaziamento[81] — cultural, populacional e do quotidiano do centro histórico da cidade — e a endividamento das contas públicas municipais, em transição do mandato político, em mais de 150 milhões de euros; muitos dos problemas surgidos foram consequência de derrapagens orçamentais e, quiçá, de corrupções passivas e activas (MCF debruça-se sobre a sua participação na Porto 2001, em Entrevista, Anexo I, p.212).

Podemos considerar que estes programas, que podem encaixar em qualquer cidade, ou mesmo país, não aferem do devido planeamento e estudo sociocultural e político inerente a cada uma delas, implementando uma certa política *colonialista* das mesmas regras e medidas que posteriormente terão efeitos divergentes, positivos ou negativos, onde são aplicadas; noutras palavras, a ausência total de contexto. Em Portugal assistimos, também, a estas dinâmicas na Expo 98 em Lisboa, e em todo o país no Euro 2004, em que o endividamento é cláusula assente e em que muitas das estruturas construídas, após os eventos, carecem de usos e se vão apresentando degradadas, quer pela falta de financiamento para as manter activas ou por fornecerem usos desajustados à realidade social dos locais intervencionados.



Fig.43 Trabalhos do metro do Porto na Avenida dos Aliados.

81 "A cidade historicamente formada já não se vive, não se pode apreender pela prática. Ela já só é objecto de consumo cultural para o estetismo, para os turistas ávidos de espectáculos e de pitoresco. Mesmo para aqueles que a procuram compreender afectivamente, a cidade está morta. No entanto, o 'urbano' persiste, num estado de actualidade dispersa e alienada, como germe e virtualidade"
Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.108.

Na década ulterior, na tentativa de contrariar a degradação do centro urbano do Porto, foram exercidos vários programas de mobilização económica e habitacional por parte da CMP, de forma a estabelecer uma rede de comércio e reabilitar o centro histórico; das várias medidas propostas, surge, também, a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) que, agora, em conluio com a Domus Social, participa nas várias relações com o mercado imobiliário, muitas vezes não regulado. Em revés, um dos sectores que mais beneficiou, no início da implementação dos programas municipais, foi a indústria da diversão nocturna, que aproveitou as rendas reduzidas, do início da crise de 2008, e a legislação flexível para estabelecer a conhecida *movida* do Porto, actualmente, uma das maiores atracções turísticas da cidade. Estas vicissitudes foram transfigurando muito rapidamente as dinâmicas quotidianas e sociais da cidade, com o brutal crescimento do turismo, o centro do Porto, na conformidade de uma política consumista, baseou a sua atitude na preservação do mesmo a qualquer custo; nos últimos dez anos, as notícias de despejo, desapropriação de infra-estruturas e terrenos municipais, pela compra por parte de entidades privadas ou afins, foram-se empilhando, isto influenciou drasticamente o direito à habitação e consequentemente à cidade, e à medida que o tempo vai passando este nódulo dissemina-se um pouco por todo o território, sendo já difícil distinguir periferias pelos preços praticados no mercado de arrendamento livre, insuportáveis e irreais para as classes com menos rendimentos.

> *"O poder de Estado e os grandes interesses económicos só podem conceber uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana. Nos processos em curso há determinismos e estratégias, espontaneidades e actos concertados. As contradições subjectivas e ideológicas, as preocupações 'humanistas' perturbam mas não detêm estas acções estratégicas. A cidade impede os poderes de manipularem a seu bel-prazer os citadinos-cidadãos, indivíduos, grupos, corpos. Por consequência, a crise da cidade liga-se, (...) a formas determinadas da racionalidade: estatal, burocrática, económica ou sobretudo 'economista', constituindo o economismo uma ideologia dotada de um aparelho. (...) Tanto o Estado, como a empresa, como os dois (...) tendem a apoderar-se das funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana. Em certos países capitalistas, deixa a iniciativa 'privada' ao Estado, às instituições e organismos públicos, algo mais do que aquilo de que recusa encarregar-se por ser demasiado oneroso?"* [82]



Fig.44 Movida da baixa do Porto.

82 Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.87-88.

2.1.3 VIGIAR E PUNIR

A possibilidade da cidade espontânea no paradigma actual parece uma realidade por concretizar ainda mais longínqua do que no século passado; o que ainda está demasiado táctil é a garantia do círculo vicioso da história, que nos retribui a multiplicação e disseminação das ideias liberais ligadas ao capitalismo feroz e financeiro associado às novas interpretações ideológicas que incentivam a *ultraindividualização* e que consequentemente incrementam o conceito contemporâneo do *self made man*:

> *"Esta reconceptualização do indivíduo como «empreendedor-de-si-mesmo» representa uma alteração significativa na natureza da governação: um afastamento da relativa passividade e fechamento dos regimes disciplinares (a escola, a fábrica, a prisão), assim como do tratamento biopolítico da população (por via do Estado social). Como se torna, então, possível governar indivíduos que são tidos como agentes autónomos das escolhas do mercado livre, isto é, como «empreendedores-de-si-mesmos»? A governação é, actualmente, exercida no plano do ambiente em que as pessoas tomam as suas aparentemente livres decisões: os riscos são passados das empresas e Estados para os indivíduos. Por esta individualização da política social e privatização da segurança social pelo seu alinhamento pelas normas de mercado, a protecção torna-se condicionada (deixando de ser um direito), estando ligada a indivíduos cujos comportamentos estejam, desse modo, abertos a avaliação. Para a maioria das pessoas, ser um «empreendedor-de-si-mesmo» refere-se à capacidade de um indivíduo de lidar com riscos que lhe são exteriores, sem ter os recursos para o fazer adequadamente (...)"* [83]

Assistimos à jogada final do sistema neoliberal para completar a investida de divisão social, contra todas as alternativas de agregação e de acções comunitárias[84]. A constante imperatividade da hegemonia ideológica, ligada aos veículos sónicos da comunicação de hoje, facilitam o toldar da ideia em tempo real por todo o globo, não sendo inocente a rápida ascensão de movimentos populistas face à contínua apropriação da cultura do controlo social ligada aos *media*.

Na arquitectura, a sua comunicação também se estabelece com a sociedade a partir destes códigos pré-estabelecidos pelos meios de poder em concordância com a ideologia de consumo[85], códigos com que as populações já se identificam e compreendem, não refutando a origem dos mesmos e tornando deficiente a própria abordagem da disciplina da arquitectura a nível teórico-crítico e, consequentemente, na sua praticabilidade.

---

83 Žižek, S. (2015), *Problemas no paraíso*, p.64.

84 "Deste modo, o grande triunfo do capitalismo surge quando cada trabalhador se torna no seu próprio capitalista, no «empreendedor-de-si-mesmo» que decide quando investir no seu futuro (educação, saúde, etc.), Pagando por estes investimentos ao tornar-se endividado." Ibidem, p.67.

85 "A ideologia do público está efectivamente por nascer. Ela não passa de um momento da ideologia da cidade como unidade produtiva em sentido próprio, e simultaneamente como instrumento de coordenação do ciclo produção-distribuição-consumo.
É por este motivo que a ideologia do consumo, longe de constituir um momento isolado ou subsequente da organização produtiva, deve aparecer ao público como ideologia da correcta utilização da cidade."
Tafuri, M. (1985), *Projecto e utopia*, p.59.

*"Os arquitectos, cuja formação é também a de um técnico (especialista), encontram-se como tal desarmados ideologicamente, perdidos num labirinto de mitos, modas e perecíveis vanguardas fomentadas por escolas profundamente formalistas e elitistas. (...) É ainda destes que o sistema espera que sejam criadores do suporte material/espacial da ideologia e, portanto, responsáveis de a tornar visível quotidianamente através da criação de modelos que a cultura de massa se encarregará de difundir para assegurar a inalterabilidade d*a situação." [86]

Estamos, assim, envoltos pela manipulação constante da informação, integrada no sistema urbano *neosecuritário* fortalecida pela imagem da cidadania disciplinada de contornos *sócio-moralizadores*:

"A disciplina «fabrica» indivíduos; é a técnica específica de um poder que os vê como objectos e instrumentos do seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir do seu próprio excesso, pode confiar na sua omnipotência; é um poder modesto, desconfiado, que funciona no modo de uma economia calculada, mas permanente." [87]

O conceito de liberdade vai-se construindo e degenerando consoante a uniformização dissimulada do indivíduo, coagindo os exercícios que tentam sustentar outros modos de vida e rotulando comunidades e indivíduos de marginais, clandestinos, ilegais ou estrangeiros, por não se enquadrarem consoante os valores, culturais e urbanos[88] [89], que o sistema estabelece e portanto dignos de perigosidade, perversidade e ameaça à própria sociedade convencionada. Então, a liberdade resume-se à liberdade de escolher entre as opções disponíveis, aceites e filtradas pelo sistema e, por sua vez, fixar o que se pode ou não fazer dentro da cidade na delineação do que se compreende como a urbanidade aceitável, formatando, assim, o próprio plano urbano.

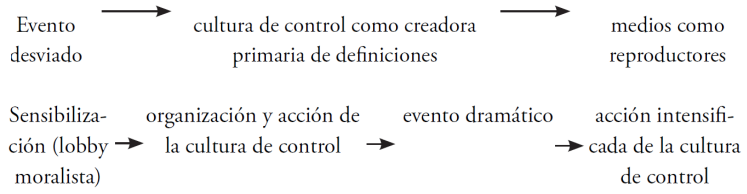


Fig.45 Relações da cultura de controlo social.

86 Foucault, M. (2013), *Vigiar e punir*, p.138.
87 "Os valores dos direitos e da liberdade, caros ao coração liberal, são invocados para promover o rebaixamento dos direitos individuais e a negação da liberdade. As «minorias» são produtos das práticas iliberais do estado, mas estas são demasiado convenientes para serem utilizadas a serviço das praticas iliberais dos «líderes da comunidade»." Bauman, Z. (1998), *O mal-estar da pós-modernidade*, p.244-245.
88 "A largo plazo, por consiguiente, debemos confrontar nuestras decisiones sobre el crecimiento urbano con una serie de valores culturales predominantes que queremos preservar o aumentar. Si no lo hacemos, podremos ver cómo surgen nuevas series de valores culturales, y si las actuales tendencias siguen su curso, podrán conducir a violentos conflictos e incluso a la autodestrucción final de la sociedad." Harvey, D. (1977), *Urbanismo y desigualdade social*, p.85.
89 "Ao sermos constantemente bombardeados com tantas «escolhas livres», impostas, e forçados a tomar decisões para as quais nem sequer estamos devidamente qualificados (ou sobre as quais não possuímos informação suficiente), começamos a encarar a nossa liberdade como um fardo que nos causa uma ansiedade insuportável. Incapazes de quebrar este círculo vicioso, como indivíduos isolados, uma vez que, quanto mais agimos livremente, mais nos tornamos escravos do sistema, necessitamos de ser resgatados deste torpor dogmático da falsa liberdade por intermédio da força de um Senhor." Žižek, S. (2015), *Problemas no paraíso*, p.86.
Fig. 45 Ver Hall, S. & Jefferson, T. (2014), *Rituales de resistencia*, p.143-148.

2.1.4 AS PROBLEMÁTICAS DA CIDADE ESPONTÂNEA DENTRO DO PLANO

A cidade espontânea é ilegal, marginal e o alvo a abater, porque põe em causa as dinâmicas subterrâneas em que o sistema opera, e valoriza a capacidade construtiva autogerida que, mesmo com escassez de meios, revela uma preponderância espacial e das inter-relações que esses indivíduos ou pequenas comunidades conseguem estabelecer. Por isso, vigia-se e constrói-se na sociedade a ideia dessa necessidade, com a garantia perversa de que os próprios indivíduos serão agentes desta réplica e que isso irá fortalecer as suas liberdades[90], mas a sua resolução é que a própria cidade consiga «agir sobre aqueles que abriga, controlar os seus comportamentos, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los»[91]; desta forma delineia-se a sociedade que quer ser vigiada. O discurso securitário é, assim, integrado no subconsciente do pensamento de colmeia social que, sem dubiedade, desprotege e prejudica as comunidades ou pessoas mais vulneráveis (uma pequena explicação sobre o tema da cidade espontânea proporcionada por ACF em Entrevista, Anexo I, p.210).

Transpõe-se, então, esta operação para todo o funcionamento urbano, potencialmente destrutivo para a cidade democrática[92]. A cidade espontânea propõe outros modos de viver, de interacção directa com o quotidiano urbano, comunitário, saudável e, mesmo que por muitas vezes contrariamente interpretado, de fácil operação. O pensamento sistémico consegue ser descodificado com um simples monólogo: se aquele marginal ou clandestino consegue habitar, apesar das suas limitações técnicas que se poderão traduzir nas condições miseráveis e patológicas do habitat, imagine-se se tivesse ao seu dispor um conjunto de simples ferramentas que o ajudassem a mitigar esses problemas, por vias de comunicação, partilha entre indivíduos ou com Estado presente. Portanto, esta noção tem de ser camuflada porque derrubaria as premissas essenciais da esfera socioeconómica neoliberal.

O estudo a ser feito passa por dominar as valências do plano urbano, porque se, no entendimento de Josep Maria Llop[93], este é uma ferramenta política essencial para a luta de classes nos países subdesenvolvidos ou de terceiro mundo, ao analisarmos os seus usos no contexto europeu, a questão altera-se substancialmente: presencia-se a utilização do plano para fomentar a segregação e a divisão físico-social do território, inflacionando e beneficiando as classes privilegiadas e de poderio. Portanto, perspectivar a construção de um urbanismo inclusivo, se o plano praticado continuar no registo descrito, torna-se inviável; entendemos, assim, a dificuldade da resolução dos problemas da cidade a partir do urbanismo tradicional focado em planos herméticos; basta observar o que aconteceu às várias cidades europeias no início deste século em que o plano e o urbanismo assim incidiram, como Paris, Lisboa, Berlim

90 "A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é certamente uma das grandes «invenções» técnicas do século XVIII, mas a sua extensão insidiosa deve a sua importância às novas mecânicas de poder que traz consigo. Graças a ela, o poder disciplinar torna-se um sistema «integrado», ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se também como um poder múltiplo, automático e anónimo; embora a vigilância se baseie em indivíduos, o seu funcionamento é o de uma rede de relações de cima para baixo, mas também, até certo ponto, de baixo para cima e lateralmente; esta rede «sustenta» o todo e perpassa-o integralmente com efeitos de poder que se apoiam uns nos outros: vigilantes perpetuamente vigiados." Foucault, M. (2013), *Vigiar e punir*, p.141.

91 Ibidem, p.139.

92 "A cidade, como a democracia, tem por vocação maximizar a liberdade individual transformando-a num objectivo de vida colectiva que minimize as desigualdades. (…) A cidade, simultaneamente, passado, presente e futuro da democracia. E não ter um projecto e uma acção constante de construção da cidade, que se faz e desfaz a cada dia, é aceitar a degradação lenta mas contínua da democracia."
Borja J. (2009) in *A democracia em busca da cidade futura*, p.53.

93 Debate Cidade, Habitação e Participação — Carta Mundial pelo Direito à Cidade, 27 de Janeiro de 2021.

ou Barcelona e como se interpelou mais recentemente na cidade do Porto. Podemos utilizar o caso da cidade de Barcelona em paralelo com o Porto para salientar a montagem, a partir dos meios de poder, da criminalização da pobreza, — obviamente a uma escala menor da dos países subdesenvolvidos que padecem desta patologia com fronteiras bem sólidas — onde se «criminaliza vendedores ambulantes, prostitutas, mendigos, limpadores de vidro, sem-abrigo, etc. e se impõem sanções tão exageradas como impraticáveis»[94]. No Porto, é facilmente observável na requalificação socioeconómica do centro urbano pós-crise 2008, já mencionado anteriormente, e no alargamento destas acções para as freguesias contíguas, como o Bonfim e em Campanhã, onde este processo já se iniciou, estabelecido nos projectos do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC) e da requalificação do Matadouro, este último, exemplo claro do incentivo à continuação da arquitectura do espectáculo:

> *"Por um lado, a arquitectura do espectáculo simboliza a superioridade cultural, económica e técnica do mundo desenvolvido. (...) Por outro lado, representa a guerra que este mundo tem vindo a travar com uma grande parte da sua população. A construção de espectaculares arranha-céus, centros comerciais, condomínios fechados, Disneylândias, templos da cultura e instalações desportivas é geralmente confiada a empresas privadas, desligadas do contexto local, que se apropriam apenas do que precisam da comunidade. Não há restrições ao controlo público e à avidez privada. Pode ter-se tudo, mas não é para todos. Todos os elementos disruptivos são excluídos. A entrada é apenas permitida a um público submisso e com meios de pagamento, os restantes têm de ficar no exterior. Apesar disto, estes santuários para os privilegiados dão origem a custos significativos em termos de infra-estrutura, segurança e manutenção, que têm de ser suportados por dinheiros públicos. Como tal, fundos que poderiam ter sido utilizados para cuidados médicos, educação e habitação para os pobres não se encontram disponíveis."*[95]

Jordi Borja escrevia que a nova cultura política não podia ser gerada nas instituições governativas ou nos laboratórios académicos, ambos incapacitados de imparcialidade, — por um lado, a questão do eleitoralismo e a busca de popularidade dos governos, por outro, a falta de criatividade e pensamento crítico dentro das instituições académicas — mas que teria de ser gerada pelos movimentos globais, movimentos sociais e culturas de resistência locais[96]. De momento, a última hipótese parece ser a mais plausível de uma interferência, visto que o campo de acção do neoliberalismo também se apoderou da conotação identitária e individual destes movimentos globais que, quando são importados para contextos mais específicos, consoante as problemáticas de cada cidade, consegue facilmente capitalizar para seu proveito, legitimando a própria existência dos mesmos, para conseguir dividir e multiplicar estas acções em vários grupos e subgrupos, individualizando cada vez mais cada movimento, que assim perdem força e capacidades reivindicativas.

---

94 Borja J. (2009) in *A democracia em busca da cidade futura*, p.58.
95 Frei, H. (2009) in *Pobreza & Arquitectura*, p,105.
96 Borja J. (2009) in *A democracia em busca da cidade futura*, p.62-63.

Sintetizando, conseguem transformar estes movimentos em *lobbies* dinâmicos, fragmentando-os e percutindo a ideia individualista inerente às organizações, ficando, assim, cada vez mais enfraquecida a acção comunitária e de agregação neste modelo contemporâneo do 'uns contra os outros', 'os bons e os maus', 'eu sou diferente e melhor que o outro porque a minha verdade é a correcta' — um modelo que enaltece as diferenças e não a partilha e a intersecção — criando este paradoxo liberal, em que estas atitudes já estão embrenhadas dentro nos próprios grupos.

Esta manipulação dos grupos sociais ainda vai mais longe quando se observa, principalmente na comunidade artística, a tentativa de integrar os discursos críticos e mais disruptivos, que Hans Frei menciona, quando se apoderam do próprio discurso inerente a estas entidades, aproveitando a própria situação precária desta classe e a sua ambição de reconhecimento e de 'viver através da arte', associando, assim, o discurso artístico da cidade à sociedade de consumo e à questão identitária de individualização; a actividade torna-se uma espécie de guerrilha urbana entre os grupos para alcançar o pote de ouro. Parece importante adquirir esta percepção, visto que se analisarmos os processos de gentrificação, muitos deles iniciaram-se a partir de acções da própria comunidade artística, irreverente mas simultaneamente demasiado errática; dispomos como exemplo, para além das cidades mencionadas, o caso de Brooklyn, como disseminador do padrão contemporâneo para o bairro artístico, onde as ocupações das comunidades artísticas no território urbano, rapidamente se transformaram em alvo de especulação imobiliária destes locais. Agora, se observarmos o que acontece na freguesia do Bonfim, no Porto, onde a comunidade artística está amplamente instalada, as próprias acções, superficialmente comunitárias, já são elas sintomas da gentrificação que acontece na freguesia há vários anos e não tentativas de combater a especulação e a segregação; estão mais vocacionados para a implementação de um *life style*, sintomas que só promovem a divisão social que está cada vez mais cimentada, tendo, como exemplo, as novas hortas urbanas na encosta da Alameda das Fontainhas (ver como MCF define como deveriam ser organizadas as hortas urbanas em Entrevista, Anexo I, p.216).

Estas iniciativas podem até ter consequências bastante danosas e ferir as próprias populações circundantes pelo seu impacto mediático; concomitantemente, a comunicação social deve servir como ferramenta base para a protecção destas comunidades e para a construção da cidade espontânea, revelando os abusos exercidos sobre elas; este processo também tem de confluir com a organização dessas mesmas populações para adquirirem, social e legalmente, segurança e garantias. Por conseguinte, a organização das comunidades tem de existir enquanto está fora da vista de todos, utilizando os meios mediáticos com a certeza de um retorno positivo para os seus lugares.

Isto orienta-nos até ao principal problema, que se trata objectivamente de levantar uma abordagem de comunicação diferente entre os vários actores da cidade, mais consciencializada, interactiva e em constante diálogo, para que se possa pensar realmente na cidade como um todo, que terá inevitavelmente de começar pela comunidade académica, das ciências sociais, da arquitectura e das artes, sem as presunções profissionais inerentes a cada uma delas.

Este processo surgirá a partir da interacção séria com as populações no processo de luta para a preservação da sua própria existência, em que pessoas preenchem espaços e que esses espaços compreendem comunidades, marcando a sua presença como lugares de resistência, que para sobreviverem também carecerão dos seus respectivos profissionais.





Fig.46-47 Hortas urbanas das Fontainhas (Bananeira).

2.1.5 LUGARES DE RESISTÊNCIA

Compreender a cidade espontânea pressupõe conhecer todo o funcionamento urbano actual e o que está exactamente regulamentado no seu plano:

> *"A única lei (...) é a da especulação sobre os terrenos (...) o 'pensamento urbanístico' dos grandes conjuntos habitacionais encarniçou-se literalmente contra a cidade e o urbano para os extirpar. Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços de encontro. Até os cafés suscitam o ressentimento dos adeptos dos grandes empreendimentos residenciais, movidos por um gosto pelo ascetismo e pela redução do habitar ao habitat. Foi necessário que eles levassem até ao fim a destruição da realidade urbana sensível para que aparecesse a exigência de uma restituição."*[97]

A partir deste excerto é possível compreender e dar a conhecer as conjecturas que o plano urbano forma correntemente contra a cidade espontânea e equilibrada; o que permanece não é o direito ao habitar mas a delineação dos constrangimentos físicos do habitat com a sua excessiva burocracia regulando o modo de viver. Exemplo de alguma legislação aplicada no centro histórico do Porto, onde estão assentes políticas estetizadas para a construção da imagem de cidade que se quer transmitir, associada à enfatização turística dos *souvenirs*, a ponta do *iceberg* da cidade fictícia; esta não transpõe as realidades habitacionais e a vida quotidiana da população, o que vai causando a sua contínua degradação. Assistimos, assim, a uma manipulação dos comportamentos considerados indevidos dentro da cidade, como a proibição de estendais de roupa nas fachadas dos edifícios na zona da Ribeira, conduzindo à normalização dos usos do espaço e deturpando o conceito do universalismo hegeliano[98].

São inúmeros os casos de apropriações proibidas que vão acontecendo consoante a especulação dos terrenos e das áreas urbanas da cidade, até em alguns bairros sociais, municipais, que agora se vêem, também, numa localização privilegiada, tendo em conta o crescimento das centralidades urbanas, alargando ainda mais as vivências periféricas desumanizantes. Estas apropriações passam a ser escolhas processadas constantemente que criam a índole da *pseudoliberdade*.



Fig.48 Bairro do Bom Sucesso

97 Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.32.

98 "Por consiguiente, me resulta difícil aceptar tanto la tesis de Marcuse (1964), según la cual existe una homogeneidad creciente en lo que respecta a los valores culturales (y, por consiguiente, no hay una fuerza en favor del cambio en la sociedad), como la forma espacial equivalente de dicha tesis, según la cual el «hombre unidimensional» habita en lo que Melvin Webber (1964) llama «una esfera urbana no localizada». Existen potentes fuerzas que tienden, en un sistema urbano, hacia la heterogeneidad cultural y hacia la diferenciación territorial." Harvey, D. (1977), *Urbanismo y desigualdade social*, p.83.



Fig.49 Ocupações no viaduto (Rua Entrecampos) da Via Panorâmica.



Fig.50 Ocupações no viaduto (VCI) da Via Panorâmica.

Em contraponto, mesmo com o incentivo de alguns programas de arquitectura estatais, necessários e animadores, que defenderam a participação, como o estudo da Ribeira-Barredo de Fernando Távora, nos anos 60, ou o SAAL, no pós-25 de Abril, integrando arquitectos com consciência social e política, são as próprias entidades do Estado que reforçam esse mesmo poder perante a sociedade pela sua implementação; e pode considerar-se que a apropriação do discurso participativo destes projectos perdura na cidade do Porto mas que, em grande medida, são irrelevantes face aos problemas habitacionais graves a que assistimos. Os projectos são, assim, realçados e vangloriados pelas estruturas de poder, fazendo esquecer as verdadeiras políticas e conceitos habitacionais em vigor, já explicados, em que a própria academia fomenta o mesmo discurso, baseando e repousando-se nas mais-valias das antigas glórias da *escola do Porto*. Desde as iniciativas dos concursos públicos de acesso às rendas acessíveis municipais, que são escassas e muitas vezes impraticáveis face ao rendimento mínimo nacional, à reabilitação de fachada dos bairros municipais e até à expropriação feroz, sem pudor e humanidade, de espaços agrícolas ou edificados trabalhados pelas comunidades. Como aconteceu no bairro de Francos, em 2020, defronte às casas geminadas construídas no âmbito do projecto SAAL, os casos vão-se multiplicando um pouco por todo o território da cidade.[99]

Assistimos ao desmembramento de uma economia de subsistência, nesse bairro, em terrenos municipais e privados, de modo muito dúbio, que renteia a ilegalidade que, da noite para o dia, subverteu a vida de várias famílias, que viram os seus terrenos agrícolas arrasados e o perecimento dos seus animais de cativeiro. Poderíamos recorrer às justificações do direito de propriedade ou jurídico, não fossem os efeitos presentes, causados por este comportamento, ainda mais nefastos e incompreensíveis pela comunidade que ali habita, estando em suspenso as razões por trás do sucedido. Passado quase um ano, tornou-se um mercado de droga a céu aberto, à imagem do que era no início deste século, onde os mais resistentes recomeçaram o seu trabalho agrícola nas margens da propriedade, ainda sobre os escombros das estruturas passadas que lá ficaram plantadas indefinidamente. Considerando este terreno como alvo de especulação desde a transformação do troço da linha da Póvoa em metropolitano, a ilação que se pode tirar a partir desta atitude, com silêncio municipal, é o incentivo da marginalidade e estigmatização do bairro para que, mais tarde, qualquer programa ali projectado seja facilmente aprovado, em assembleia, com o apoio da comunidade que circunda aquele local.

A situação repete-se, diferente mas com temáticas transversais, no terreno contíguo à paragem de metro seguinte, onde está inserida a antiga Estação da Boavista, nas proximidades da Casa da Música, também este especulado desde há vários anos, prestes a receber um novo centro comercial, com PIP aprovado, numa zona largamente guarnecida com este tipo de serviço. O que se deve realçar desta situação são as acções exercidas sobre a comunidade que ocupa este espaço e as tentativas políticas, com discussão pública unidireccional, para fortalecer vias à construção do projecto, beneficiando sempre o investimento privado e o valor de negócio em detrimento da vontade da população ou da discussão dos programas impostos para a cidade. A controvérsia despoletou-se subitamente com a iminência da aprovação para a construção de um complexo comercial financiado pelo *El Corte Inglés* em 2019, isto moveu uma petição popular contra a construção deste complexo que reuniu várias assinaturas em que favoreciam a implementação de um jardim urbano nesse local; independentemente da solução apresentada e também pouco estudada de como tal projecto beneficiaria aquela zona, já equipada com um grande espaço verde, a praça Mouzinho de Albuquerque, mais uma vez, o que tem de se destacar são todos os acontecimentos posteriores, invulgares, que decorreram nos meses se-

99 Ver em Anexo II: Notícias (N1, N2).

guintes impulsionados por entidades anónimas. Ainda está em discussão a classificação do edifício da antiga Estação da Boavista em património industrial mas, a partir das notícias mais recentes[100], compreende-se a tentativa de saltar este obstáculo, pelo que a CMP propõe a sua transladação para outro local, não discutindo sequer a eventual preponderância arquitectónica que o edifício possa preservar, mesmo que abandonado pelas entidades públicas, como traça original do desenho da rotunda da Boavista. Também se considera nublosamente oportuno o incêndio que deflagrou em Dezembro de 2020, em investigação pelo Ministério Público, que destruiu grande parte da estrutura em madeira da antiga estação, inclusive o relógio central, em que no fórum social facilmente se culpabiliza a comunidade cigana que ocupava aquele espaço há mais de dois anos, sendo os únicos prejudicados pelo sucedido. É inquietante percepcionar-se a prevalência deste *modus operandi*, quer em casos de *bullying* imobiliário quer para contrariar a legislação para viabilizar a aprovação de alguns projectos ou requalificações em edifícios da cidade, como por exemplo num edifício na rua Alexandre Braga[101], ao Bolhão, que tirou a vida a uma pessoa e que se veio a comprovar a acção criminosa do proprietário, ou na emblemática casa onde nasceu e viveu Almeida Garrett, na rua Dr. Barbosa de Castro, perto do Passeio das Virtudes[102].

Servem as palavras escritas para compreender, através das dinâmicas mencionadas dentro da cidade do Porto, como o discurso inerente aos projectos participativos é apropriado dentro da comunicação institucional, em que na cidade formal se reflecte apenas a partir dos interesses financeiros e de mercado (hortas nas Fontainhas sim, em Francos não, etc.). Assim, vamos assistindo ao paradoxo liberal entre o discurso institucional e a realidade construída.



Fig.51 Hortas urbanas do bairro de Francos, face à linha metropolitana em 2019.

100-102 Ver em Anexo II: Notícias (N3, N4, N5, N6, N7, N8)



Fig.52 Destruição das Hortas urbanas de Francos, Março 2020.



Fig.53 Incêndio na antiga Estação da Boavista.

Neste momento, também, as 'ilhas' são vistas no mercado como fontes de alto rendimento financeiro, em projectos normalmente do fundo imobiliário; programas sobre as quais o espaço físico pouco se altera, mas tudo em redor se transforma, negando completamente os modos de habitar que pertencem àquelas paredes e que consequentemente ferem a vida quotidiana destas comunidades. As 'ilhas' são vistas como novos temas de turismo que oferecem muito pouco às comunidades e ao habitar; é diária a pressão exercida sobre estes habitantes para abandonarem as suas casas e, por vezes, medidas menos convencionais e ilegais são aplicadas, o chamado *bullying* imobiliário, que já se encontra equacionado na Lei de Bases da Habitação, vigente desde 2019. Estamos num período da história em que o direito à habitação é restrito e mesmo as classes mais abonadas vêem-se, agora, com dificuldades em poder permanecer nos centros urbanos e nos lugares onde cresceram ou que sempre habitaram, portanto, uma problemática de pertinência imediata, muitas vezes negligenciada, em que o abuso de poder é exercido em detrimento das capacidades reivindicativas das comunidades, que mesmo organizando-se e discutindo com seriedade, a sua voz esmorece-se no vácuo.

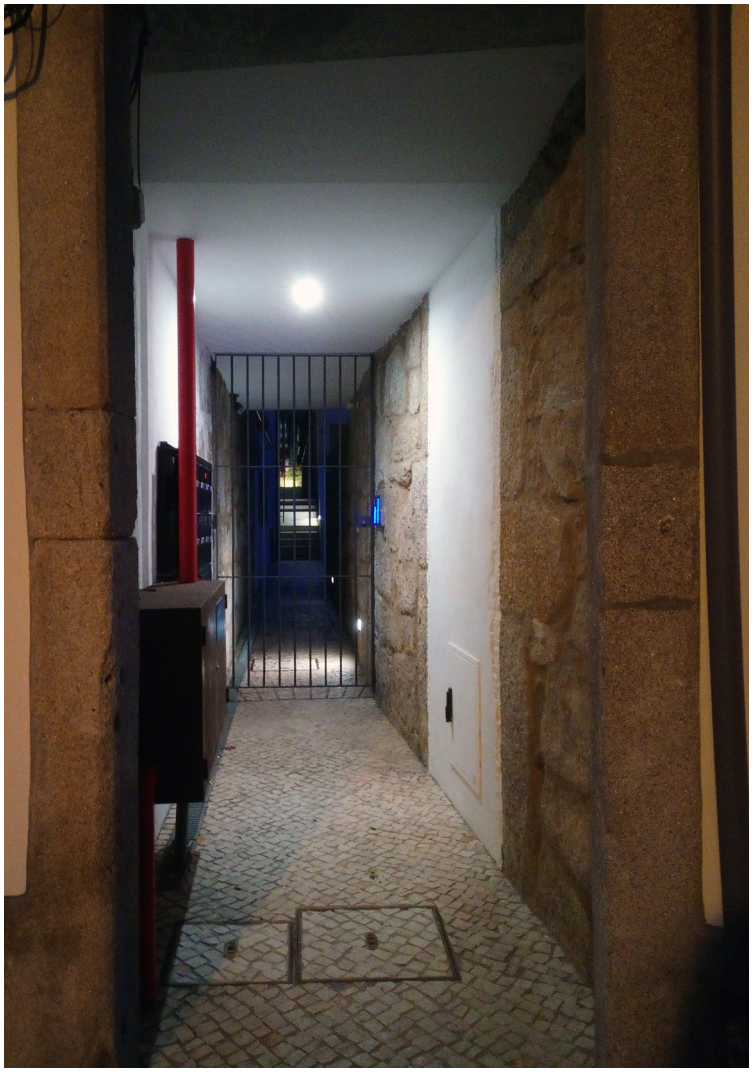


Fig.54 Ilha reabilitada na rua de S. Victor, nº104.



LAPA

DISCUSSÃO PÚBLICA

//////////

SEXTA | 25 OUTUBRO DE 2019
21h30 NA OLGA SANTOS GALERIA

CONVITE A POPULAÇÃO!

///// **Moderador**

Domingos Júnior, Arquitecto, Professor de Modelos II, Curso de Arquitectura ESAP (1990-2013)

///// **Intervenientes**

Alvaro Siza Vieira, Arquitecto e autor do projecto de arquitectura para a Ilha do Mirante, Lapa (Convidados)
Nuno Grande, Arquitecto e Promotor da Operação Imobiliária, Pedra Liquida (Convidados)
Fernando Matos Rodrigues, Antropólogo, Professor Antropologia, Mestrado Integrado ESAP (1992-2015), Investigador CICS.Nova_UM, Director do Lahb
António Cerejeira Fontes, Arquitecto, Professor de Arquitectura BAS, Diretor do Lahb e Investigador CICS.Nova_UM.
Bebiana Cunha, Deputada Assembleia Municipal do Porto, PAN
Pedro Soares, Presidente da 11.ª Comissão na Assembleia da República, Deputado do BE, Promotor da actual Lei de Bases da Habitação.

///// **Organização**

Laboratório de Habitação Básica
Galeria Olga Santos

olgasantos galeria
praça da república_168_1º frent_4050-498_porto
tlf+fx_222010889_tlm_917014763_molgas@sapo.pt

Fig.55 Cartaz do debate sobre a ilha do Mirante, na Lapa.

Como exemplo da especulação imobiliária das ilhas do Porto, assinala-se o projecto concebido pelo arquitecto Álvaro Siza Veira e comercializado pela empresa do arquitecto Nuno Grande (Pedra Líquida), ilha do Mirante no Monte da Lapa. Na iminência da sua construção, o LaHB organizou um debate público com a colaboração de parte da população da 'ilha' que se sentia ameaçada no seu modo de vida e ao qual os arquitectos intervenientes na operação não compareceram. O texto que se segue foi escrito na sequência dessa discussão pública, a 25 de Outubro de 2019:

> *"Apesar dos habitantes da ilha do Mirante, na Lapa, não terem comparecido na sua maioria devido, até, a alguns constrangimentos do que poderia suceder se deixassem as suas casas, escutou-se a história da Sra. Paula, vítima do bullying imobiliário a que temos assistido um pouco por toda a cidade, com um historial agravado no centro urbano.*
> *Trata-se de um grupo de casas geminadas, que consolidam parte da 'ilha', compradas e esvaziadas, sem qualquer obra de reabilitação posterior. Resistiu a Sra. Paula, que guarda aquela casa como memória das vivências familiares para a sua mãe; esta é titular do contrato de arrendamento vitalício daquela habitação, — o que legitima todo o direito à propriedade —; a sua mãe já não a habita por carência de infra-estruturas de mobilidade; a casa está, até à data deste debate, sob a responsabilidade da Sra. Paula.*
> *Foram experimentados, pelos proprietários, meios legais, parcialmente enganosos, como uma actualização do contrato, com tentativa de aumentar a renda e/ou mudar os termos do mesmo, como a sua durabilidade. Sendo ele vitalício, o nome fala por si, não deve contemplar qualquer actualização ou modificação; esta é desnecessária e só abona a favor do proprietário — informação dada por um advogado próximo à família. Ao negarem esta actualização do contrato, sem provas formais, assistiu-se à destruição do telhado e a parte da estrutura da casa geminada à da Sra. Paula, sem qualquer licenciamento de obra ou aviso; a consequência deste gesto provocou infiltrações na sua habitação.*
> *É exercida uma pressão constante sobre os habitantes com contratos de arrendamento, ao criarem-se condições de inabitabilidade por meios ou situações suspeitas. Com as visitas constantes de advogados dos proprietários, anónimos até Abril de 2019, muito rapidamente, desde a sua compra, no início do segundo trimestre de 2018, a ilha transformou-se em estaleiro de obra.*
> *O debate contou com a presença do coordenador da comissão da Lei de Bases da Habitação, aprovada há poucos meses, Pedro Soares (BE), e foi possível fazer um aconselhamento legal para que a Sra. Paula conseguisse defender-se da violência exercida, visto que a nova lei pune este tipo de comportamentos e acções, por parte de proprietários ou senhorios, e salvaguarda o habitante arrendatário.*
> *O que se pode fazer? A eterna e indecisa questão. As opções são escassas e o ponto fulcral da participação nestes debates é a partilha de informação e continuidade da comunicação na cidade; as tentativas de segregação deverão, também, ser assim travadas, especialmente num contexto onde a circulação da mesma está facilitada; para isto basta uma responsável utilização das ferramentas e dos meios."*[103]

103 Depoimento pessoal, do presente autor, após a presença no debate Lapa — Discussão Pública.

2.1.6 CONSTRUIR = HABITAR

O plano urbano tem de estar imprescindivelmente ligado à vida urbana para responder às questões de como os planos burocráticos se podem transformar em planos-base, mais inclusivos e ao serviço da valorização dos usos do território da cidade em detrimento da sobrevalorização do solo como valor de troca ou negócio. O urbanismo inclusivo tem, então, de começar na construção de um plano que o questiona sistematicamente, consoante as conjecturas do contexto socioeconómico e político de cada território ou comunidade, impedindo que a especulação reduza o valor patrimonial de grande parte dos habitantes, regulando e limitando o mercado em que só alguns participam (ver a questão da legalidade do processo SAAL no depoimento de MCF em Entrevista, Anexo I, p.220). Paralelamente, terá de surgir um novo conceito de direito à terra e a consciência de que o direito ao habitar tenha de estar conluiado com o direito a construir, como Lerup afirmava a partir das palavras de Heidegger «to build is in itself already to dwell»[104], com o objectivo de reduzir o valor das casas ao seu valor real e dentro do seu contexto económico. O que os dados actuais nos garantem é um crescimento absurdo nos próximos anos da *favelização*, ou seja, da sobreocupação humana em guetos de construções precárias e insalubres, como evento geopolítico mundial, em que se verifica uma degradação do habitar muito maior do que em algum período de que há memória[105]. Perspectiva-se que nesta crise económica o mercado especule nos negócios «rentistas», da habitação, por um maior grau de segurança e retorno do investimento.

A regulação do plano, antes de mais, tem de responder à nivelação da justiça social e da justiça espacial na cidade, que passa por garantir a participação das pessoas e os seus interesses espelhados no plano urbano; não existindo esta conexão à vida quotidiana, a cidade é esvaziada do que a torna cidade e transforma-se em meras ligações mecânicas de espaços desprovidos de memória, vivências e vizinhança[106]; liga-se o território a custo, mas desfragmentam-se comunidades e os fios sociais conectores entre elas. O urbano não é o plano[107] sem uma interpretação de que o plano não se constrói apenas pelo seu carácter físico, mas que tem de estar em constante comunicação com as várias camadas da sociedade e com a experiência directa de quem o vive, atingindo, assim, a concepção de *cidade-todo*, em que a cidade evolui «quando a sociedade no seu conjunto se transforma»[108], para a interpretação e construção constante da metalinguagem:

---

104 Lerup, L. (1977), *Building the unfinished*, p.102.
105 Ver Davis, M. (2004) in *Planet of slums*.
106 "O que impressiona mais aqui é o facto dos lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: «aqui vocês vêem, aqui havia…», mas isto não se vê mais. Os demostrativos dizem do visível suas insensíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento. (…) Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo." Certeau, M. (1998), *A invenção do quotidiano*, p.189.
107 "A análise crítica dissipa o privilégio do vivido na sociedade urbana. Este é apenas um 'plano' ou nível. No entanto, a análise não faz desaparecer esse plano. (…) O 'urbano' é, assim, em maior ou menor grau, obra dos citadinos e não algo que lhes seja imposto como um sistema: como um livro concluído." Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.75.
108 Ibidem, p.55.

" (...) elaborar a metalinguagem da cidade não significa conhecer a cidade e o urbano. O contexto, o que está abaixo do texto por decifrar (a vida quotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do 'urbano', o que quase não se diz e se escreve ainda menos, o que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – então se manifesta às claras) e o que está acima deste texto urbano (as instituições, as ideologias), não pode ser negligenciado num processo de descodificação. (...) A cidade não se pode, portanto, conceber como um sistema significante, determinado e fechado enquanto sistema." [109]

Então, é preciso uma linguagem capaz de abranger as complexidades das geometrias individuais das diversas actividades sociais e não uma individualização dessa linguagem nos campos académicos com o desdobramento científico em várias áreas isoladas: arquitectura, urbanismo, geografia, antropologia, sociologia, etc.[110] [111]. As comunidades académicas e os seus profissionais têm de se mostrar capazes a este diálogo enquanto interpretam o contexto socioeconómico e político, para que a sua base argumentativa não seja fragilizada por cada uma delas. Já vimos que se se mantiver uma postura da «imagem de superioridade intelectual do arquitecto»[112] ou de outras actividades, as próprias acções participativas serão facilmente alvo de manipulação[113], e os chavões como a integração[114] [115], protesto e participação[116] não terão grande significado material, o que só prejudica a população e os lugares de resistência. A comunidade académica e científica tem, então, de destruir o seu casulo e de se adaptar às novas formas de comunicação, arranjando ferramentas para interagir com a população fora dos seus circuitos habituais e da aprovação dos seus pares.

---

109 Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.65.

110 "A capacidade de síntese pertence às forças políticas que são, na realidade, forças sociais (…) Cabe-lhes indicar as suas necessidades sociais, fazer inflectir as instituições existentes, abrir o horizonte e reivindicar um futuro que será a sua obra. Se os habitantes das diversas categorias ou "estratos" se deixam manobrar, manipular, deslocar para aqui ou ali a pretexto da 'mobilidade social'; se eles aceitam as condições de uma exploração mais refinada e extensa do que outrora, tanto pior. Se a classe operária se cala, se não actua, seja espontaneamente, seja pela mediação dos seus representantes e mandatários institucionais, a segregação prosseguirá e os seus resultados provocarão um círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a acção, dispersando aqueles que poderiam protestar, contestar e agir). A vida política, nesta perspectiva, contestará ou reforçará o centro da decisão política. Esta escolha constituirá, no que diz respeito aos partidos e aos homens, um critério de democracia." Ibidem, p.124-125.

111 "O neourbanismo integra modelos novos de produtividade e gestão, contribuições das ciências administrativas, tecnologias da informação e comunicação. Não busca simplificar realidades complicadas e se esforça, antes de tudo, em dar conta de territórios e situações complexas. Sua performance e sustentabilidade são obtidas pela variedade, flexibilidade e capacidade de reação."
Ascher, F. (2010), *Os novos príncipios do urbanismo*, p.85.

112 Vieira, A. S. (2009), *01 Textos*, p.17.

113 " (…) mas é preciso que nunca haja a tentação de — com "bom trato" e com "diplomacia" — conseguir levar avante o que já se tem preconcebido… Aí é que reside o problema ético do exercício da profissão…" Ibidem, p.17.

114 "A integração torna-se também um tema obsessivo, uma aspiração sem finalidade. O termo 'integração', entendido em acepções muito diversas, surge nos textos (jornais, livros e discursos) com uma frequência tão grande que revela alguma coisa. Este termo designa, por um lado, um conceito, relativo à prática social e delimitador dela, revelando uma estratégia. Por outro lado, é um conotador social, sem conceito, sem objectivo nem objectividade, revelando uma obsessão, a de se integrar (nisto ou naquilo, num grupo, num conjunto, nem todo)." Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.105.

115 "A fronteira entre o gueto e integração é mais ardilosa do que parece e estou longe de absolver os arquitectos modernistas de esquerda que transportaram para o desenho os seus sonhos de engenharia social." Portas, M. (2009) in *A sério, a sério...*, p.28.

116 "Na prática, a ideologia da participação permite obter por um custo mínimo a aquiescência das pessoas interessadas e preocupadas. Após um simulacro mais ou menos dilatado de informação e de actividade social, elas regressam à sua passividade tranquila, ao seu recolhimento. Não será claro que a participação real e activa já tem um nome? Ela chama-se autogestão. O que suscita outros problemas."
Lefebvre, H. (2011), *O direito à cidade*, p.105.



Fig.56 Apresentação e discussão do projecto da Bela Vista com os moradores.

Capítulo 3 —
Bairro do Riobom

3.1
A ilha da Bela Vista

3.1.1 ENQUADRAMENTO

No Porto, com a nova governança da direita neoliberal (a partir de 2016) vamos assistir a um uso abusivo do conceito de *cidade líquida* (Bauman, 1999) e a suposta resolução dos seus malefícios, ou, pelo menos, utilizou-se uma abordagem positivista e hiper-moderna, mas não muito ingénua da sua mecanização na cidade. Se esta perspectiva antevia um desdobramento intenso e multidisciplinar na área da cultura, de que a cidade do Porto tanto ansiava e precisava, também a sua efemeridade e fugacidade tornaram o quotidiano urbano instável, o que interferiu com a própria qualidade dos programas apresentados, idealizando a cidade *movida* da secularização da vida urbana. A massificação turística inerente a este conceito foi-se acentuando ao longo dos anos, o que reflectiu um grave problema na área da habitação e na consolidação dos seus habitantes.

Paralelamente, no início do primeiro mandato municipal, vão surgindo alguns incentivos para programas de habitação, ainda que insuficientes, nomeadamente para a habitação básica, num período propenso à interligação de pessoas e entidades, definido por uma atmosfera política municipal de discussão, permitida por uma assembleia municipal diversa em representatividade partidária e sem maioria. Neste contexto, a realização do projecto de reabilitação da ilha da Bela Vista tornou-se tangível. Contudo, não esquecendo que, como a Bela Vista, «estes lugares foram vítimas da agressão institucional, com acções de vigilância, de intimidação, de inquirição, de demolição e destelhamento de casas por parte das entidades municipais, para submeter estas minorias a um realojamento forçado e indesejado.»[117]



Fig.57 Fotografia aérea (1939-40) com marcação da ilha da Bela Vista.

117 Silva, M. C. et al. (2020), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*, p.107-108.

A propriedade onde se insere a ilha da Bela Vista tem o seu primeiro arrendamento datado em 1863, localizada na antiga rua Duquesa de Bragança, actualmente, rua D. João IV; esta artéria completou a estrutura radial viária do projecto dos Almada, assegurando, em 1843, a ligação da freguesia do Bonfim à parte mais alta da cidade e subsequentemente para as zonas periféricas a norte. Os termos da lei do Código Civil de 1867, devido à sua perpetuidade, asseguravam sobre este terreno, com 33 metros de frente de rua e 77 de profundidade, um pleno controlo dos arrendatários sobre os proprietários quanto à utilização do mesmo; em 1878, o prazo do contrato é adquirido pelo proprietário com a intenção de o rentabilizar. Segue-se, assim, o projecto para a divisão do terreno em cinco lotes, contíguos à rua, para habitação burguesa, estes entre os 6 a 6,5 metros de largura e 22 metros de profundidade; o restante terreno destinava-se à construção de uma nova 'ilha', com acesso a partir da rua, no extremo norte, por um estreito corredor, que liga o miolo até à cidade visível. A primeira construção da ilha da Bela Vista constituiu-se por um agrupamento de 43 casas para habitação operária, de piso térreo e até dois pisos, organizadas em quatro filas paralelas, duas *back to back*, as restantes aproveitavam os muros laterais da propriedade para a sua consolidação. Tornou-se caso de estudo, em 1975, ao abrigo da operação SAAL, e apresentava-se com uma dinâmica social e ocupacional oposta ao período anterior à intervenção do LaHB em 2014, «com uma área total de terreno de 1706,75 m2, uma área construída de 1686 m2, uma área livre de 578,75 m2, com o número de 158 habitantes. (...) A ocupação do espaço está assim confinada à habitação e pouco ou quase nenhum espaço sobra para a experiência individual ou colectiva no exterior das habitações.»[118] Deste estudo podemos identificar a importância que o SAAL ressalvava na construção da relação casa-bairro-cidade[119].

Como já referido anteriormente, o projecto para a ilha da Bela Vista é viabilizado face às conjecturas políticas favoráveis na discussão e incentivo a projectos financiados pelo município, com o apoio das entidades públicas; assim, o «trabalho desenvolveu-se num contexto muito próprio, associado a um Programa de Renovação da Ilha da Bela Vista pelo Laboratório de Habitação Básica e Social, Pelouros de Habitação e Apoio Social, Urbanismo e da Cultura da Câmara Municipal do Porto, associando a Domus Social e o gabinete IMAGO.»[120] Os dados recolhidos face ao estudo prévio das condições habitacionais e populacionais da ilha da Bela Vista apresentavam o seguinte:

> *"Dois corredores estreitos davam acesso a todas as casas. Todas as construções na Ilha da Bela Vista são em alvenaria de granito, rebocada ou não, paredes de tabique nas divisórias das células. Algumas das habitações foram sendo sujeitos a obras de conservação, de melhoramentos e de transformação, com a introdução de novos equipamentos, como por exemplo as cozinhas e os sanitários com banhos. Mais de 90% das células existentes na Ilha da Bela Vista encontram-se em estado avançado de ruína (...). A média etária dos seus habitantes ronda os sessenta anos (...).*

118 Rodrigues, F. M. (2014), *Ilha da Bela Vista*, p.61.
119 "A solução encontrada pela Brigada Técnica, Associação de Moradores e Serviço SAAL Norte, para a renovação da Ilha da Bela Vista, segundo os próprios, «filia-se nas premissas atrás indicadas, e consta da construção de uma ala contígua de habitações que faz a ligação do existente a um bloco projectado à face da rua na desembocadura dos terrenos a expropriar». Esta premissa permite-nos hoje ter uma ideia da importância das Operações SAAL na relação que estabelecem com a rua, o quarteirão e a cidade no seu todo." Ibidem, p.61-62.
120 Ibidem, p.10.

Os habitáculos são geralmente de planta quadrada, variando entre os 25 e os 35 m2, células simples de casas térreas, outras células dúplex, que se organizam na vertical e correspondem a um primeiro piso.
(...) Muitos dos seus moradores nasceram na ilha da Bela vista, vivendo na casa que já pertenceu a familiares de anteriores gerações (...) Nas 12 casas habitadas vivem 21 pessoas, das quais 9 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. (...) Na ilha, o leque de profissões é variado, desde modista, sapateiros, marceneiros, chapeiros, mecânicos, pintores de obras, entre outros." [121]

3.1.2 PROCESSO LAHB

A acção do Laboratório, para além da tentativa de formalização arquitectónica e de melhoramento das condições habitacionais, como principais objectivos a atingir, incentiva a organização dos moradores em entidades formais, quer nas 'ilhas' intervencionadas ou estudadas quer no caso do bairro do Riobom; isto, tanto responsabiliza como fortalece a operatividade dos habitantes, dentro dos processos de reabilitação e em processos judiciais, infelizmente numerosos, de tentativa de expropriação, despejos e das respectivas actualizações contratuais de arrendamento[122]. O Laboratório encontra e explora nas 'ilhas' as suas propriedades e possibilidades de regeneração do tecido urbano da cidade e habitacional[123], dignificando o seu habitar e percebendo que reside nos seus moradores, e nas comunidades da cidade, a resposta para o poderem tornar real; abraça-se a ideia de uma cidade relacional mas nada líquida reforçada no habitat, solidificada no quotidiano e na permanência das pessoas na cidade. Neste método a dicotomia sempre presente, e em discussão contínua, centra-se na identificação dos usos, apropriações, e dos objectos por si gerados, que nos programas arquitectónicos também não se podem evidenciar recorrendo a gestos de estetismo ou amplificando a essência poética, melancólica e revivalista; esta prática, transforma-se num jogo de cintura entre a definição dos usos e as suas potencialidades em confronto com a versatilidade dos mesmos; a sua construção formal exige uma busca permanente das apropriações com a responsabilidade de que a sua cristalização pode tornar-se irreflectida e violenta no campo espacial, caindo em ponto fraco.[124]

"A poética arquitectónica não é consequência de estilos, mas incorporada a partir das soluções estruturais do desenho e da morfologia das células." [125]

---

121 Rodrigues, F. M. (2014), *Ilha da Bela Vista*, p.22-25.
122 Na ilha da Bela Vista "Desde o início do processo que ficou bem claro que nenhum dos moradores queria sair da ilha em situação alguma; como também foi clara a preocupação com o tipo de rendas assumir pelos moradores depois das casas renovadas. As preocupações eram muitas sobre as rendas, pois estamos perante uma população envelhecida, com reformas muito baixas e com pouca capacidade de poder assumir encargos de rendas superiores a 60 euros por mês"
Bourdic, L. & Kamiya, M. & Salat, S. (2017), *Por uma estratégia de cidade sustentável*, p.241.
123 "Se o paradigma da cidade de futuro for a de uma cidade intensa, porque faz sentido, então para ser sustentável deve ser densa, verde, limpa, próxima, mista social e funcionalmente. A ilha é um modelo que pode corresponder na perfeição a este perfil urbano, acrescentando uma identidade própria, não sendo indiferente, mas potenciadora de proximidade, compacta, austera nos recursos." Ibidem, p.244.
124 Ver em Anexo II: Carta do Habitar.
125 Silva, M. C. et al. (2020), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*, p.114.

No que diz respeito ao processo de concretização do projecto de arquitectura, para assegurar as dinâmicas habitacionais e apropriações da rotina diária, o LaHB, em parceira com o IMAGO, decidiu que para que o projecto fosse o mais assertivo e coerente possível, com as suas convicções intelectuais, seria necessário uma intensa análise deste continente; portanto, se ambicionarmos um projecto de arquitectura cheio, que corresponde às necessidades territoriais, comunitárias e sociais, é fulcral distinguir o lugar; assim, o Laboratório deu mais que um passo à frente e começou a vivê-los, isto porque a «abordagem ao projecto realizada mediante um profundo e sólido trabalho de equipa está alicerçada no privilégio de se ter vivido durante quase dois anos na ilha da Bela Vista»[126]. Portanto, directamente ligados com o objecto de estudo e fortalecidos com a importante relação gerada com os seus moradores e respectivos hábitos[127]. Dentro dos aspectos técnicos o «principal objectivo era maximizar os custos, evitar o aumento das rendas e renovar as casas dotando-as de conforto, segurança e durabilidade; salientar como mais-valias: a entrada de luz directa em todos os compartimentos, a ventilação e a circulação de ar, o isolamento acústico e térmico, resolução das humidades no interior, e a cobertura das casas com novas soluções técnicas.»[128]

> *"O programa para a renovação da Ilha da Bela Vista parte de um esquema modelar, tira partido das bandas da ilha operária, anexa as duas ilhas à cota baixa, permite a implementação de um novo programa que organiza o interior das células, faz uma nova distribuição das circularidades, abre e desmaterializa os volumes, potenciado outros espaços, outras circularidades e outras apropriações."* [129]

Estabelece-se, em sintonia com o projecto de arquitectura, a principal intenção do melhoramento técnico das condições habitacionais[130] e, subsequentemente, do espaço exterior da 'ilha', considerando como prioritário, para a formalização do projecto, problemas como: a mobilidade, as ligações dentro do território e a sua articulação com a cidade e a carência de espaços públicos; o programa de renovação assenta, assim, na reabilitação de 31 habitações, que comportam dois desenhos — as tipologias A e B[131] —, o levantamento de um edifício colectivo, que abriga a lavandaria, o centro de convívio e a associação de moradores, onde o LaHB se instalou para a conclusão dos seus trabalhos da ilha da Bela Vista; a consolidação do espaço público desdobrou-se em praças e jardins, completados com 20 lotes para utilização agrícola por parte dos moradores; é assegurado um novo

---

126 Silva, M. C. et al. (2020), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*, p.248.

127 "O programa de renovação da Ilha da Bela Vista não se inscreve numa arquitectura de tábua rasa, pelo contrário, incorpora todas as formas de apropriação que os moradores introduziram na ilha. Fosse o uso de tanques, de bancos no exterior, as portas com janelas, o uso de persianas, a utilização de marcas que individualizam o espaço doméstico, diferenciando-o da casa do vizinho." Ibidem, p.241.

128 Ibidem, p.242.

129 Ibidem, p.242.

130 " (…) resolveu-se a necessidade de impermeabilização das construções existentes com soluções de baixo custo que preservam a estrutura original dos edifícios. Para as paredes perimetrais criou-se um novo pano de parede pelo interior das paredes exteriores criando uma caixa de ar ventilada. No contacto com o terreno construiu-se um novo pavimento térreo. (…) procedeu-se ao reforço estrutural dos elementos construídos existentes. No topo superior das paredes de alvenaria existentes foi criada uma cinta em betão armada para travamento estrutural complementada por uma nova laje de betão armado apoiada na alvenaria existente e por elementos pontuais novos. (…) criou-se uma nova cobertura leve com reforço do isolamento térmico." Ibidem, p.254.

131 "A construção do tipo A é constituída por 3 pisos dimensionada para uma família de 4 ou 5 pessoas. O piso 0 contém as zonas comuns. Os pisos superiores contêm até 3 quartos. O saguão criado permite ter iluminação natural e ventilação transversal em todos os compartimentos. O patamar da escada tem uma mesa de trabalho, leitura ou estudo. São 19 fogos com esta tipologia. (…) A construção tipo B é constituída por 2 pisos dimensionada para uma família até 3 pessoas. Tem uma tipologia base com 1 quarto no piso superior (8 fogos) e uma variante com 2 quartos, um em cada piso (mais 8 fogos)." Ibidem, p.250-252.

acesso à 'ilha' no extremo sul do lote com 5 metros de largura, estabelecendo-se um percurso dinâmico no seu interior. Deste modo, a 'ilha' que se compunha em duas cotas de acesso, passa agora a definir-se por três alturas, em que ambos os corredores-limite, perpendiculares à rua, obtêm ligação à cidade. Dentro das habitações, de acordo com os novos detalhes técnicos, resultam a ventilação de todos os compartimentos nas duas tipologias definidas e, consequentemente, o aumento da área de vãos em relação às células pré-existentes, dados apresentados nos esquemas seguintes:

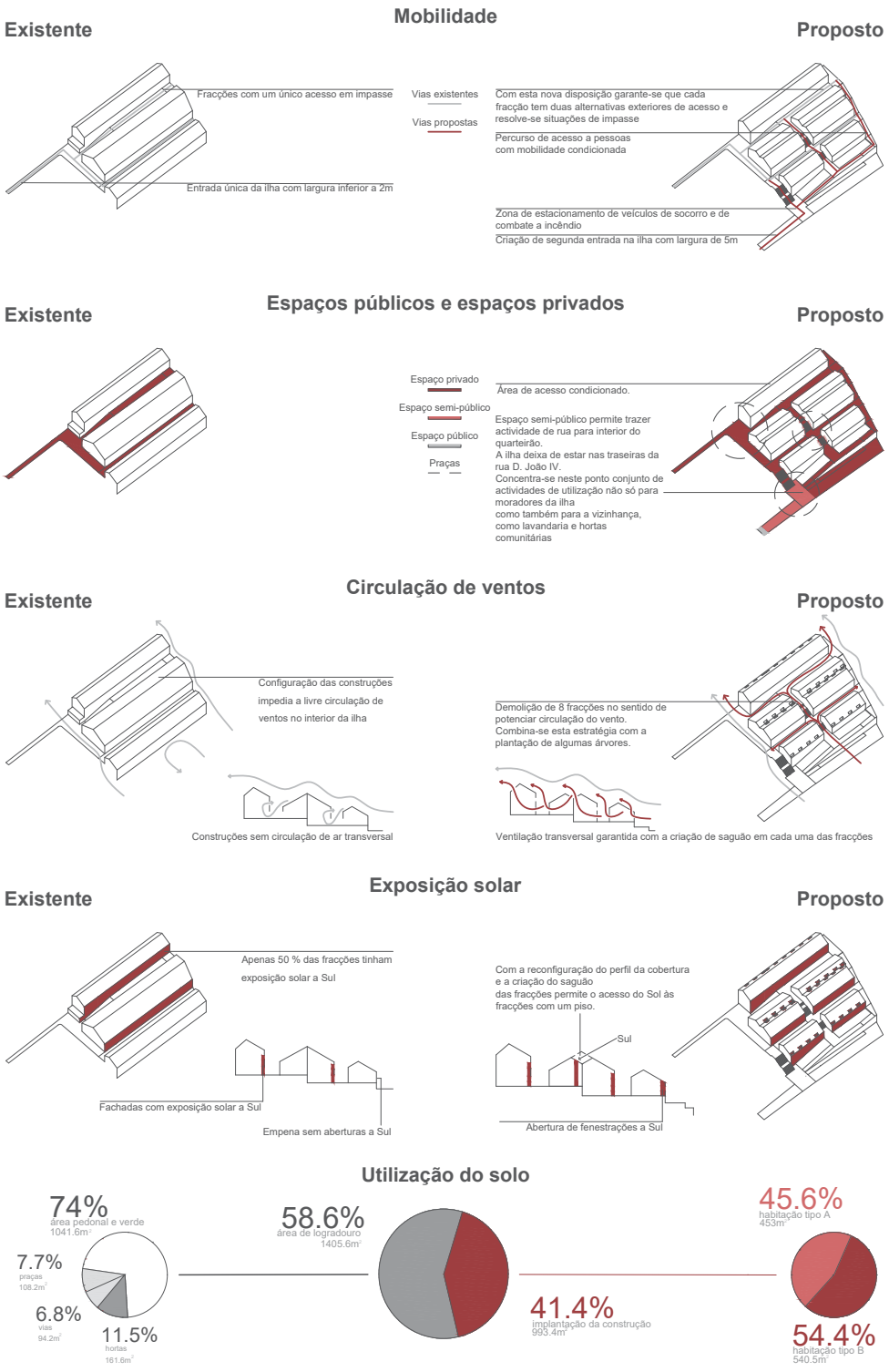
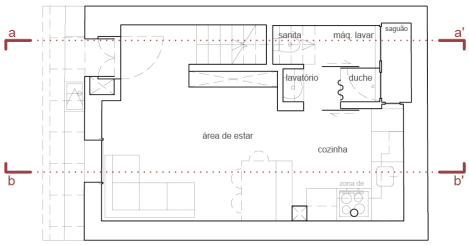
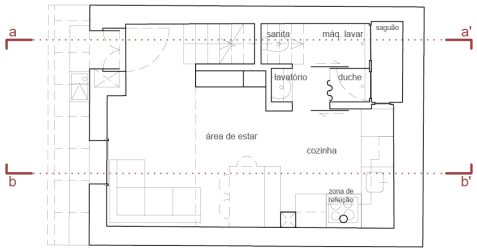


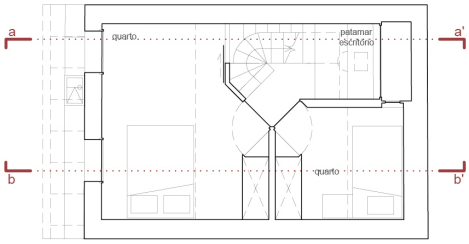
Fig.58 Esquemas da proposta da ilha da Bela Vista (LaHB — IMAGO).



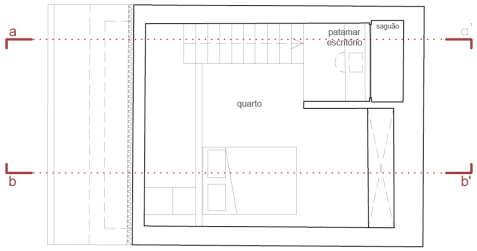
piso 0



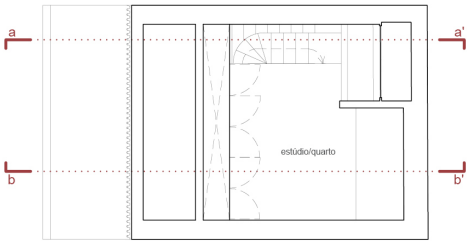
piso 0



piso 1



piso 1



piso 2



piso 0 - variante da tipologia B

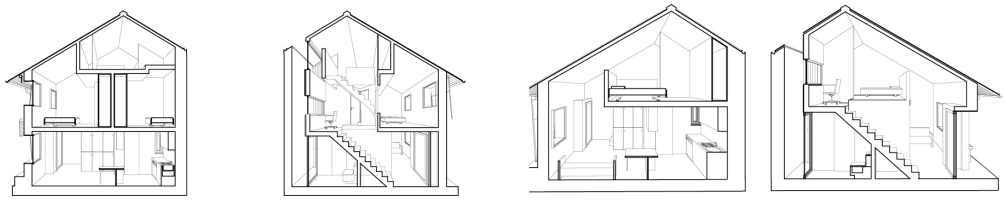


Fig.59-60 Esquemas da tipologia A e B.

De realçar de todo este processo, administrativo, político e arquitectónico, do Programa de Renovação da Ilha da Bela Vista, como, contra as conjecturas neoliberais visivelmente presentes, se permitiu atingir um grau de comunicação e de acção, entre todas as entidades envolvidas; reacção louvável, apesar das vicissitudes apreendidas e conhecidas que permitiram a sua execução. Este objecto, para além da necessidade formal para os seus habitantes, transmite-nos que os processos participativos, com um desígnio de difícil tangibilidade ou, até, utópicos no coetâneo, são passíveis de co-habitar com a sociedade contemporânea, num campo em que a abertura à discussão tem de ser encarada com normalidade; não podem, também, estar vinculados a actos isolados que permeiam a esperança e anestesiam as comunidades, apropriando-se dos métodos de controlo. Obviamente, nenhum projecto de arquitectura, principalmente no seu confronto com a cidade construída, poderá estar desligado de crítica; em contrapartida, o processo que se utilizou para chegar à Bela Vista não pode ser desvinculado de uma vontade intensa, por parte do LaHB e do gabinete IMAGO, de valorização das comunidades e da sua participação na ajuda da construção da cidade e de uma urbanidade mais saudável, serena e perene; a ligação entre técnico e habitante, apropriada do programa SAAL, é fundamental para o melhoramento da qualidade de vida das comunidades, num processo de entreajuda em que cada um actua no seu papel, com direitos e deveres.



Fig.61 Fotografia de um corredor da Bela Vista.



Fig.62 Iniciação da montagem do estaleiro de obra na ilha da Bela Vista.

3.2
O bairro do Riobom



Fig.63 Vista aérea com marcação do território do bairro do Riobom.

3.2.1 ENQUADRAMENTO

O bairro do Riobom localiza-se sobre as ruínas da antiga fábrica de curtumes que lhe deu nome, pertencente a José Riobom dos Santos e à respectiva família, nas escarpas dos Guindais, conhecidas no século XIX como Lugar das Aguádas. Com vista privilegiada para a ponte D. Maria Pia e para as duas cidades que desenham este troço do rio Douro, encontramo-nos num território rico em património e nas suas características geológicas. Situado na freguesia do Bonfim, um pedaço da cidade historicamente conhecido pela sua intensa actividade industrial e comercial, estas valências exigiram que esta freguesia fosse uma das áreas da cidade com mais necessidade construtiva de habitação operária; reconhecemos que esta freguesia é a que mais densidade e quantidade de 'ilhas' construídas apresenta[132]. Podemos observar este facto ao percorrer, sem a necessidade de um olhar clínico, a rua de S. Victor, que liga o jardim de S. Lázaro ao largo do Padre Baltasar Guedes, onde encontramos o Seminário do Porto, a entrada para a capela e respectivo cemitério do Prado de Repouso, e que fornece um dos acessos ao lugar dos Moinhos, indispensável para chegar ao Riobom. O Lugar das Aguádas, onde se implementou parte da fábrica dos curtumes e os seus edifícios adjacentes, continha as condições topográficas, por se tratar de uma escarpa, e técnicas, ideais para a lavagem de peles, não fosse este um dos principais propósitos para a sua construção; estas características permitiam um fácil escoamento das águas sujas para o rio, sem necessidade de infra-estruturas complexas; diz a população do Riobom que ainda se recente este historial do lugar na sua produção agrícola, por esta água se ter entranhado no solo durante os largos anos de continuidade desta actividade.

Esta zona da cidade é caracterizada pela racionalidade do desenho das ruas e pela sua dinâmica de ligações diagonais, os vários percursos confluem para os mesmos largos e praças, sendo os pontos principais: o campo 24 de Agosto, o jardim Marquês de Oliveira (S. Lázaro), o largo Soares dos Reis, a praça da Alegria e o largo do Padre Baltasar Guedes. Podem ser feitos os percursos até ao Riobom, sem sobressalto e em direcção recta, a partir do campo 24 de Agosto e do jardim de S. Lázaro, pelas ruas do Duque de Saldanha e de S. Victor respectivamente, até ao largo Padre Baltasar Guedes, e a partir daqui os segredos do percurso carecem a ser revelados. Se nos encontrarmos em lugares da cidade como a Batalha, S. Bento ou a zona da Sé, o melhor trajecto será aquele que nos permite acompanhar a encosta até à Alameda das Fontainhas, conhecida por receber a feira da Vandoma, agora transladada para as imediações do estádio do Dragão. O caminho até à Alameda das Fontinhas a partir da cota baixa da cidade é possível a pé, através da calçada das Carquejeiras, mas com carências estruturais e uma pendente antipática para os transeuntes.

132 "Do Inquérito às ilhas do Porto conclui-se que só a freguesia do Bonfim possui 336 ilhas, com 3.725 casas, ocupadas por 13.133 habitantes. É esta uma das freguesias da cidade com maior número de pessoas a viver em ilhas." Rodrigues, F. M. (2014), *Ilha da Bela Vista*, p.52.



Fig.64 Cartografia de 1892 (Augusto Gerardo Teles Ferreira).

O desenvolvimento da traça deste território — que compreende a área de S. Victor e Srª das Dores posteriormente intervencionadas pelo SAAL — data de 1818, altura em que a abertura da rua de S. Victor é iniciada na parte oriental; as propriedades fundiárias abundantes no local, como a antiga Quinta da Fraga, onde, agora, estão consolidados os quarteirões da rua de S. Victor, viram o seu processo de industrialização iniciado com a adjacente construção de casas burguesas, que floresceram exponencialmente entre 1839 e 1892[133]. Simultaneamente, os trabalhos das linhas ferroviárias consolidaram a encosta e desenharam novas características do território, com a construção da ponte D. Maria Pia, para a respectiva ligação, do troço de Vila Nova de Gaia ao Porto, da linha do Norte, concluída em 1877, do Ramal da Alfândega na década posterior e, por fim, com a ligação da estação de Campanhã à nova estação de S. Bento, no início do século XX. A ferrovia, em conjunto com as edificações e peugadas territoriais do Seminário do Porto, marca ferozmente o desenho da zona de S. Victor, das Fontainhas e, principalmente, do bairro do Riobom; estas evoluíram, durante o seu processo de desgaste e mudança dos ritmos comerciais, na segunda metade do século passado, para o abandono total, exceptuando a linha Campanhã-S. Bento; os símbolos de progresso e aceleração inerentes a estas estruturas metamorfoseiam-se, agora, como deficiências graves na consolidação do lugar, às quais as entidades públicas e municipais ainda não conseguiram dar resposta.



Fig.65 Esquema geral da área de S. Victor e Riobom.
Legenda: 1 — Jardim de S. Lázaro, 2 — Praça da Alegria, 3 — Alameda das Fontainhas, 4 — Cemitério Prado do Repouso, 5 — Seminário Maior do Porto, A1 — Bairro do Riobom, A2 — Antigos terrenos da fábrica de curtumes

133 "O parcelamento dos terrenos da antiga quinta seguiu a mesma estética adoptada nos arruamentos da expansão setecentista da cidade, com a divisão dos lotes em parcelas estreitas e profundas."
Costa, A. A. (2019), *Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor*, p.77.

Encontramos nos trabalhos do SAAL-Norte, da área de S. Victor e da Srª das Dores, uma extensa e precisa análise histórica, bem referenciada, que captura a evolução urbana deste território, pelo que, analisando a informação essencial, nos iremos debruçar, mais afincadamente, na parte oriental do mesmo, que consolida e a que pertence o bairro do Riobom. A propósito da área orientada pelo SAAL, pela brigada de S. Victor (coordenada pelos arquitectos Siza Vieira e Domingos Tavares), delineada a partir do jardim de S. Lázaro, Praça da Alegria e rua de S. Victor, a análise desenvolvida foi esquematizada numa apresentação em painel[134]; aqui podemos observar a expansão urbana desde 1813 até 1974, um texto explicativo do processo e das fases de projecto, intervindo primeiro na zona do bairro Srª das Dores (oeste), onde foi implementado o bairro de S. Victor com a assinatura de Siza Vieira e, em segundo, a área compreendida entre as ruas de Gomes de Freire e do Duque de Palmela, atravessada pela rua de S. Victor e invadindo parte da encosta onde se situa o Riobom[135]; de evidenciar que este processo envolvia uma série de expropriações extensas de terrenos particulares, também descritos e marcados pela brigada[136]. Este processo foi um dos primeiros a serem desenvolvidos pelo SAAL, a partir de Novembro de 1974; explicamos isto pelo facto da proximidade da comunidade local às belas artes (ESBAP) — comunicação que ainda hoje é continuada pelas novas gerações e muito própria daquele lugar —, a envolvência dos alunos, de arquitectura e não só, tornou-se esteio entre arquitectos e professores e a comunidade. De realçar a abordagem projectual, do corpo académico da ESBAP, que já antevia acções em prol do espaço público e comunitário na zona de S. Victor em 1976, período em que se adivinhava a divisão do curso de Arquitectura das Belas Artes. Ao que refere o painel, de salientar a evolução do desenho da rua de S. Victor, que só a partir de 1835 conhece projecto para a sua continuidade até ao jardim de S. Lázaro, rasgo que é observado na planta da cidade de 1892, e a repentina densidade construtiva, — terrenos adjacentes das casas burguesas que rapidamente evoluíram para a construção de habitação operária no interior dos seus quarteirões, explicada anteriormente, e que se manteve quase inalterada até 1950.



Fig.66-67 Entrada da ilha Nº 42 na rua de S. Victor, 1941 e Nº42-46, 2019.

134 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR1).
135 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR2, BR3).
136 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR4).

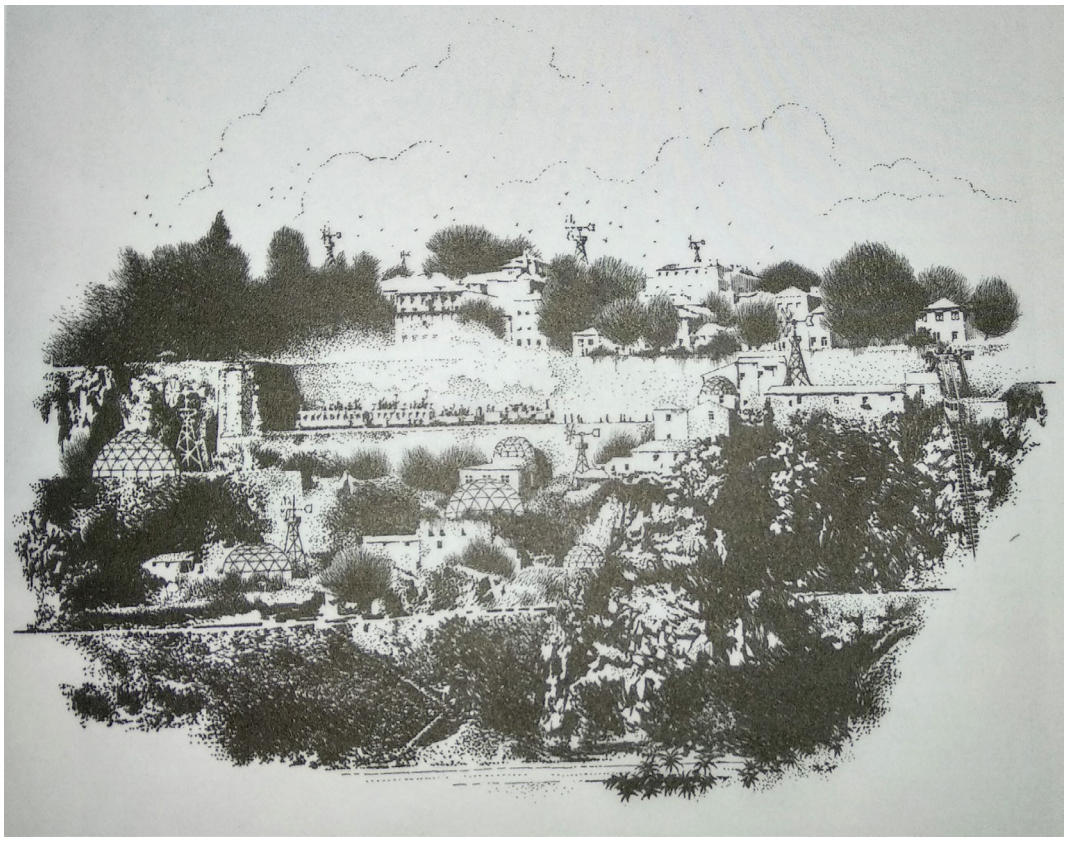


Fig.68 Projecto São Victor, desenho de Fernando Barroso, 1976. Particular interesse na representação de ‘domes’ para utilização agrícola e a ligação por funicular da Alameda das Fontainhas ao Ramal da Alfândega.

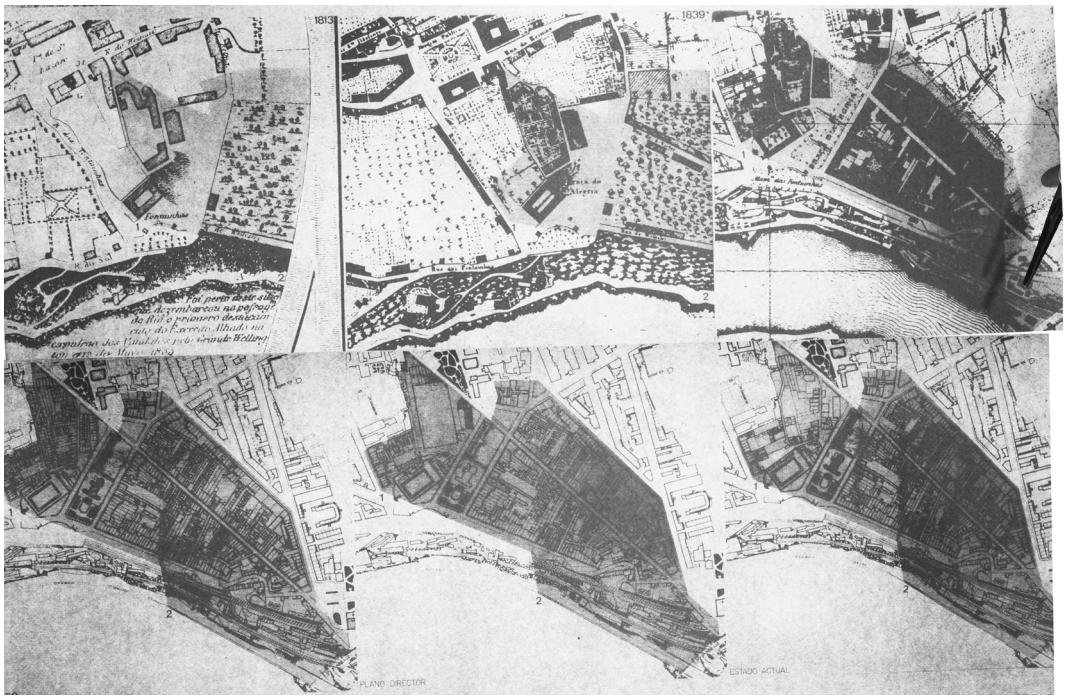


Fig.69 Plantas do painel de análise da Brigada SAAL de S. Victor (Painel completo em A2).
1819 — 1835 — 1895 — 1950 — Plano Municipal — Estado na intervenção do SAAL.

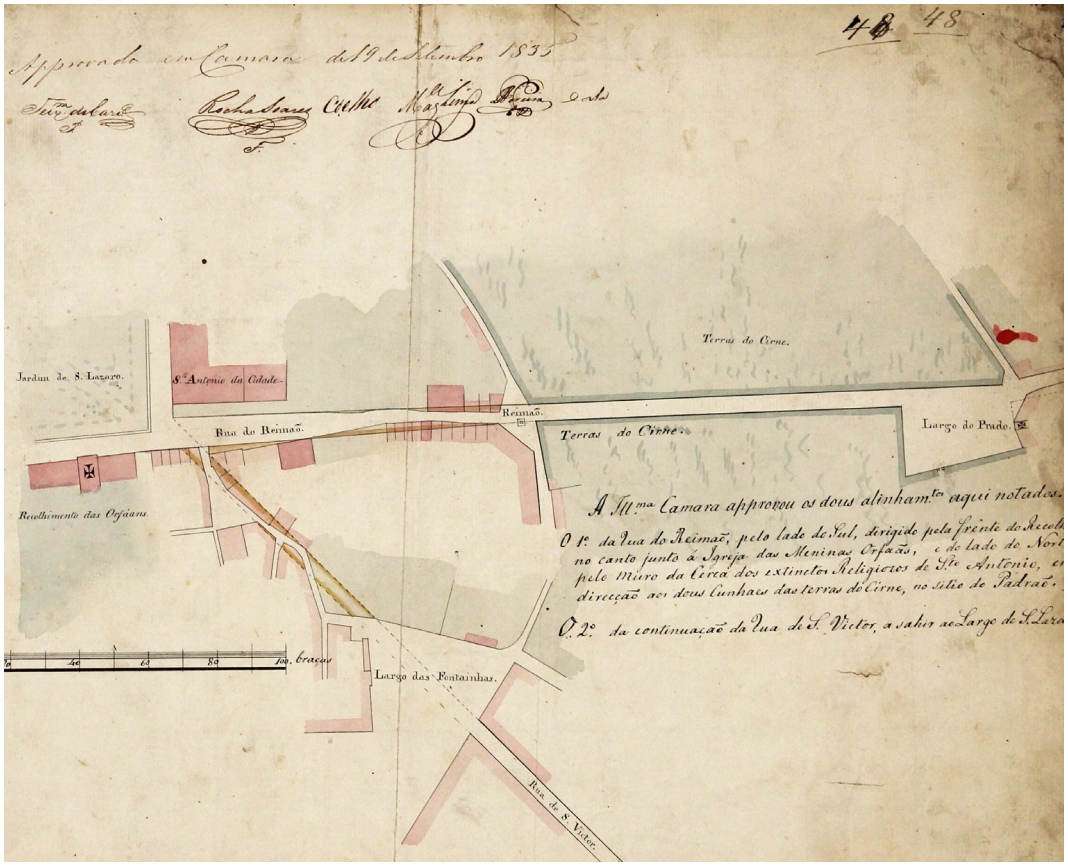


Fig.70 Projecto de 1835 para o alargamento da rua de S. Victor à Rua do Reimão (Av. Rodrigues de Freitas).

Deslocar-nos-emos para o estudo da parte mais a sudeste, intrusiva para lá da mancha de intervenção do SAAL, a que pertence o complexo do Seminário, adjacente ao largo do Padre Baltazar Guedes, partindo, também, da análise evolutiva das áreas envolventes afectadas pela implementação das várias ligações ferroviárias e pelo desenvolvimento construtivo que se apurou do conjunto da antiga fábrica de curtumes ao longo das suas décadas de actividade. Este compreende o território do Riobom e, para nascente da ponte D. Maria, o local onde esteve instalada a sede da fábrica.

Nos primeiros desenhos de localização do novo troço ferroviário, do final do século XIX, que ligaria a estação de Campanhã a S. Bento, observamos os terrenos que se expropriaram para a implantação da mesma. Já com o Ramal da Alfândega em funcionamento, esta nova linha, a norte desta, iria trespassar as fundações do Seminário e desembocar, paralelamente, onde, agora, se situa o núcleo das principais habitações do Riobom. A linha conclui-se, subterraneamente, até à estação de S. Bento, a partir da Alameda das Fontainhas. Fruto das alterações provocadas pela implementação da ferrovia, os terrenos, à cota alta, sofreram um novo desenho: os que viriam a compor o largo do Padre Baltazar Guedes e a respectiva avenida, já desaparecida; a continuidade da rua Gomes Freire; os terrenos municipais que alocavam os tanques públicos e alguns terrenos privados para indústria ou armazenamento; tal como o Lugar dos Moinhos, assegurando este a traça dos seus principais edifícios, ainda hoje habitados.

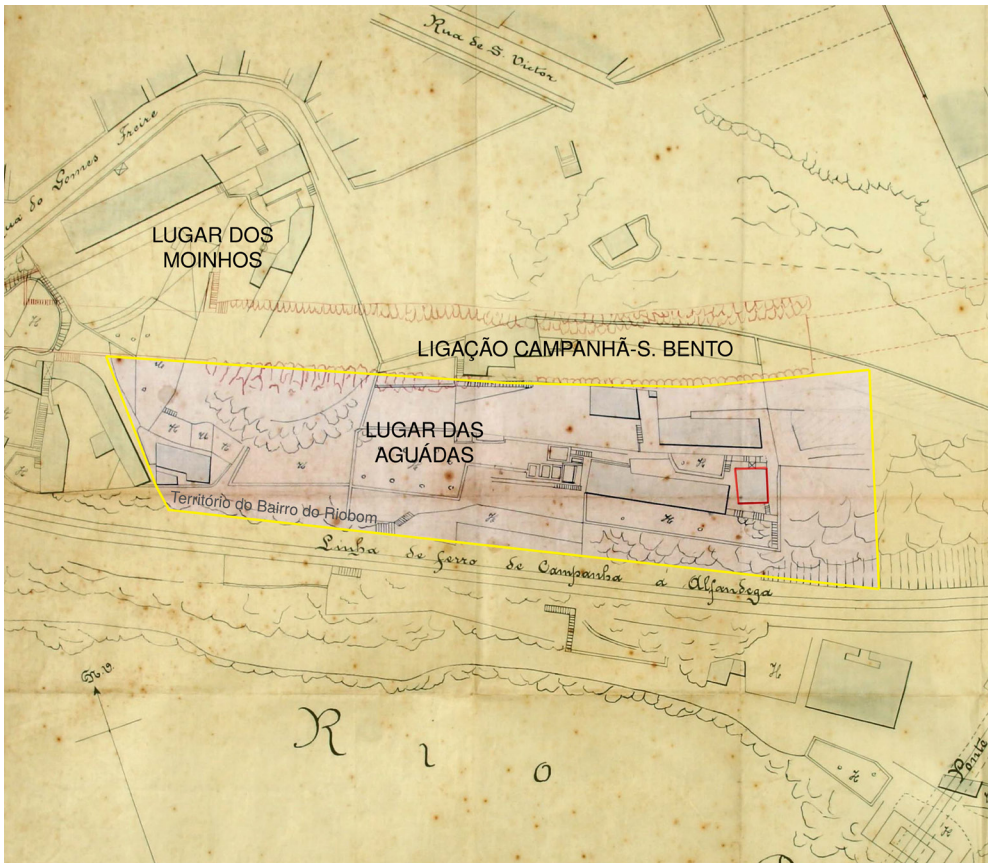


Fig.71 Planta do fim do século XIX, referente à nova ligação Campanhã — S. Bento e suas consequentes expropriações. Marcação do território de Riobom e identificação do edifício a vermelho referenciado no texto.

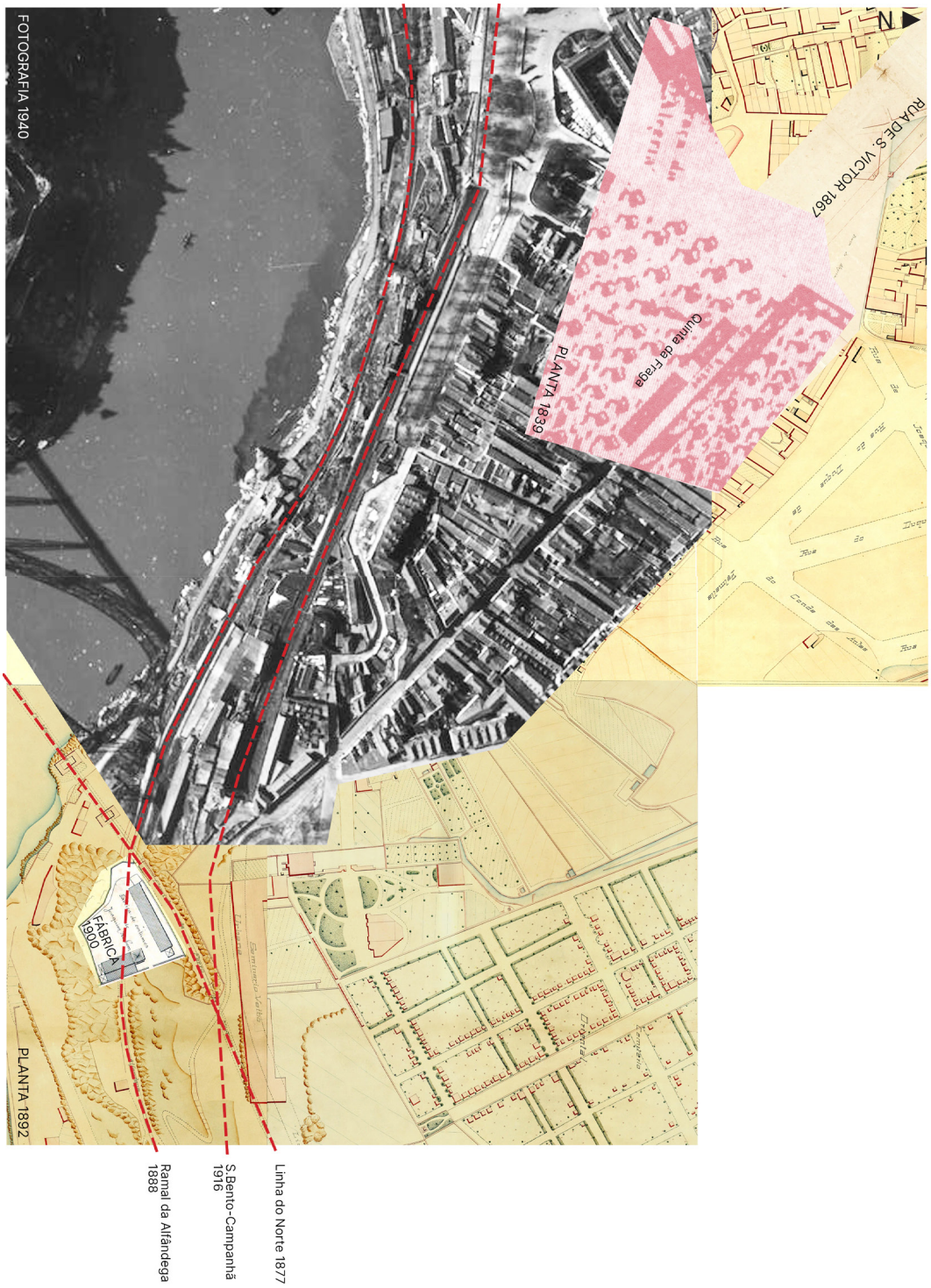


Fig.72 Esquema da evolução temporal da zona de S. Victor, 1839-1940.

Depreendemos, da planta apresentada do final do século XIX, um conjunto de edifícios, que sobreviveram à expropriação, pertencentes ao antigo complexo da fábrica de curtumes; é bastante perceptível o desenho dos tanques utilizados para a lavagem de peles, que ainda hoje são utilizados no bairro do Riobom para recolha de águas e, também, para completar os respectivos sistemas tradicionais de irrigação utilizados pela comunidade no território. Actualmente, os edifícios apresentados na área do bairro do Riobom, perderam a sua leitura quase na totalidade, exceptuando o edifício a este, marcado a vermelho, encontrando-se em estado de degradação muito avançado e mantendo hirtas apenas as suas fachadas de alvenaria em granito; portanto, observamos um nível de desgaste intenso das primeiras construções da fábrica, conseguindo ainda ler os seus negativos deixados no território, e transformados maioritariamente em terrenos agrícolas ou anexos desta actividade. Esta percepção mudaria na primeira metade do século XX, quando se assiste a uma intensa actividade construtiva, curiosamente no limite destes mesmos edifícios.

Com a incursão deste novo troço ferroviário, compreende-se a primeira desconexão do território que, mais tarde, seria acedido a partir da cota do largo do Padre Baltazar Guedes, no extremo este, limite do terreno pertencente ao Seminário do Porto, impulsionada pelas novas construções da fábrica dos curtumes[137] no enfiamento da ponte D. Maria Pia. À fábrica acedia-se a partir da avenida Baltazar Guedes, que consolidava a fachada sul do Seminário que, com o decorrer dos anos, se tornou privada e onde, agora, são encontrados elementos recreativos e desportivos que completam o complexo do colégio dos Salesianos do Porto. Portanto, soluções previstas de ligação da encosta este ao resto da cidade e respectivos núcleos urbanos, em planos municipais da década de 1940[138], ficaram suspensas por esta razão; este facto tornou inevitável o abandono progressivo dos edifícios, que compunham a fábrica.

Neste local, é possível aferir um crescimento substancial de habitação operária, a partir da documentação existente da década de 1940, em conjunto com as plantas do início do século XX; período paralelo aos anos de actividade do complexo fabril do Riobom, cujos projectos e respectiva construção se desenvolveram exponencialmente nas suas primeiras duas décadas. Em escassas situações, é-nos possível discernir entre projectos encontrados em arquivo, elementos processuais e fotografias da época, o caso de um construído — original da fábrica — sobre o qual a população do Riobom se refugiou, aproveitando a sua estrutura. Outras construções da fábrica, por escassez de dados aliada ao carácter efémero dos seus usos (armazenamento) e meios construtivos, revelaram-se inconclusivas, quanto à sua consolidação actual no território.

Observamos o processo de privatização da avenida Baltazar Guedes na planta da década de 1940[139], em conjunto com o projecto de alargamento dessa área, implicando a construção de uma plataforma sobre a linha do Norte, no troço de ligação à ponte D. Maria Pia.

137 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR5, BR6, BR7).
138 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR8).
139 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR9).

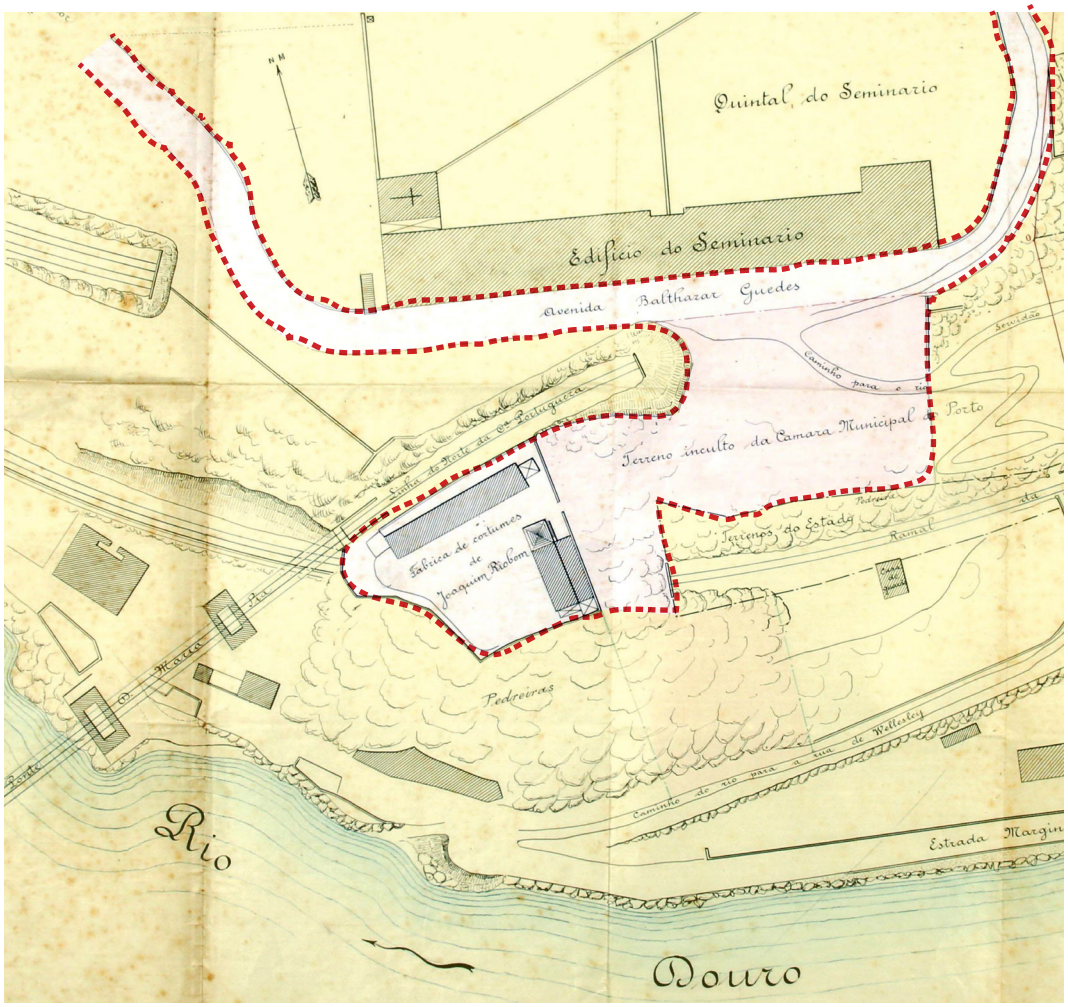


Fig.73 Planta do início do século XX com marcação da avenida Baltazar Guedes, terreno da CMP e o lote da fábrica Riobom.

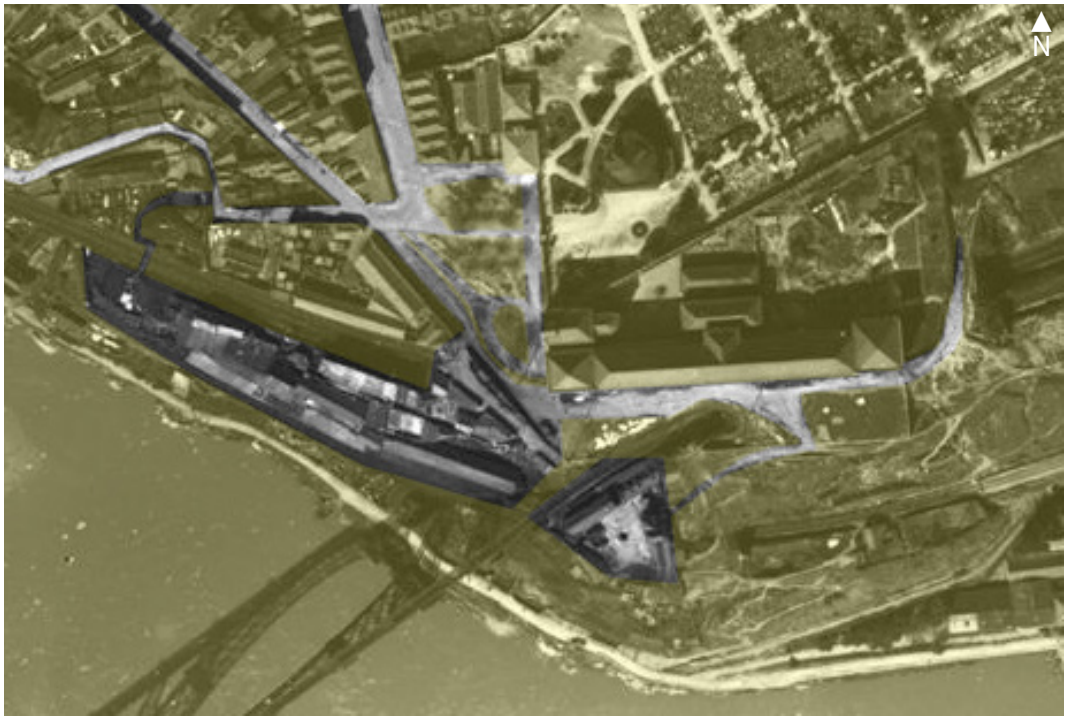


Fig.74 Fotografia aérea (1939-40) com indicações dos acessos ao território do bairro de Riobom e fábrica.

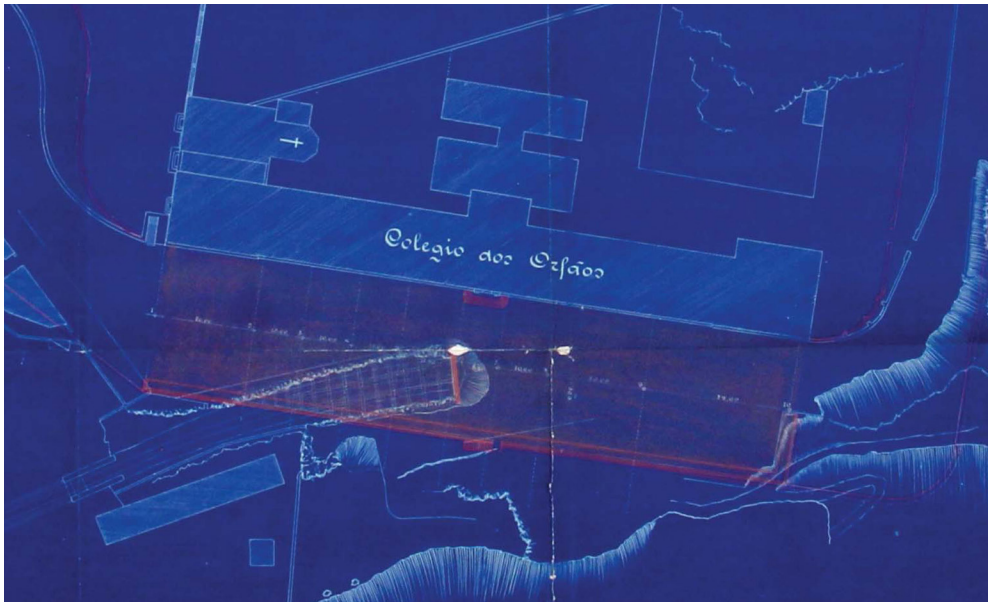


Fig.75 Projecto da plataforma do Seminário do Porto, 1915.

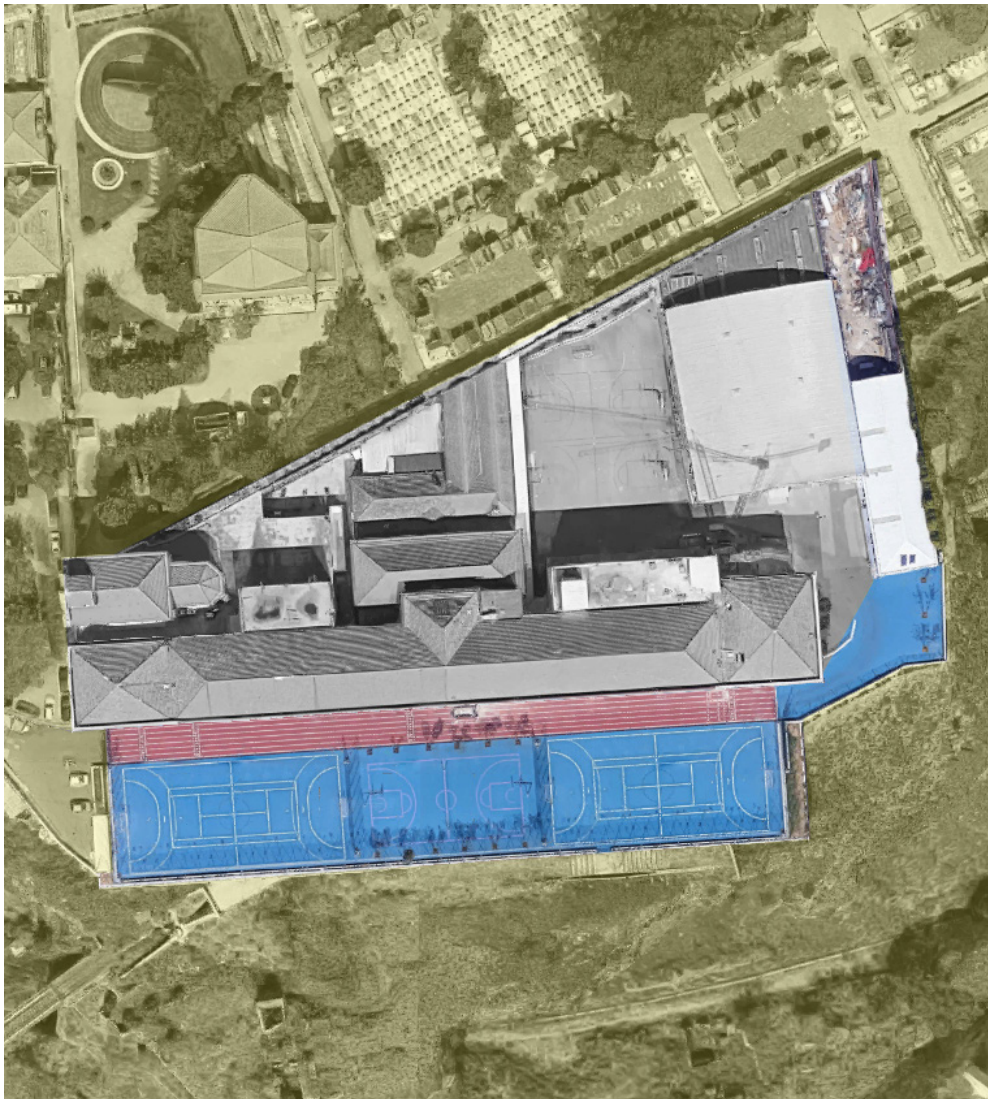


Fig.76 Vista aérea (2020) do complexo do Seminário e Colégio dos Salesianos.

Analisada a fotografia aérea da zona do bairro de Riobom de 1940, completamos o raciocínio de que as intervenções construtivas de habitação operária também ocorreram, à data, neste local; no principal corredor de habitações do Riobom, paralelo à linha do Norte, é possível distinguir uma variedade de tonalidades nas coberturas dos mesmos, que nos levam a acreditar que já haviam sido intervencionadas por acções de autoconstrução nesta década, pela sua diversidade material nos telhados, com recurso à utilização de chapas metálicas — característica que ainda forma a capacidade construtiva da comunidade do Riobom actual. Esta relação fortalece-se com o detalhe da planta cadastral, observável no esquema nas páginas seguintes, e pela consistência na informação sobre a zona do Monte do Seminário como um estanque de habitação operária — convizinha à rua de S. Victor, conhecida como o maior receptáculo de ilhas da cidade —, com um grande número de construções clandestinas, nos seus socalcos, denominadas como bairros de lata. Por conseguinte, podemos localizar a primeira ocupação do Riobom na década de 1930, sendo incerto se neste local ainda era exercido algum tipo de actividade industrial na fábrica dos curtumes, visto que, simultaneamente, existe uma aceleração construtiva do complexo fabril no terreno adjacente à ponte D. Maria Pia. Retemos a evidência nas seguintes fotografias de época das habitações clandestinas na sua relação ao lugar, contextualizadas, como plano de fundo, com parte do complexo fabril[140], tal como o edifício do Seminário do Porto.

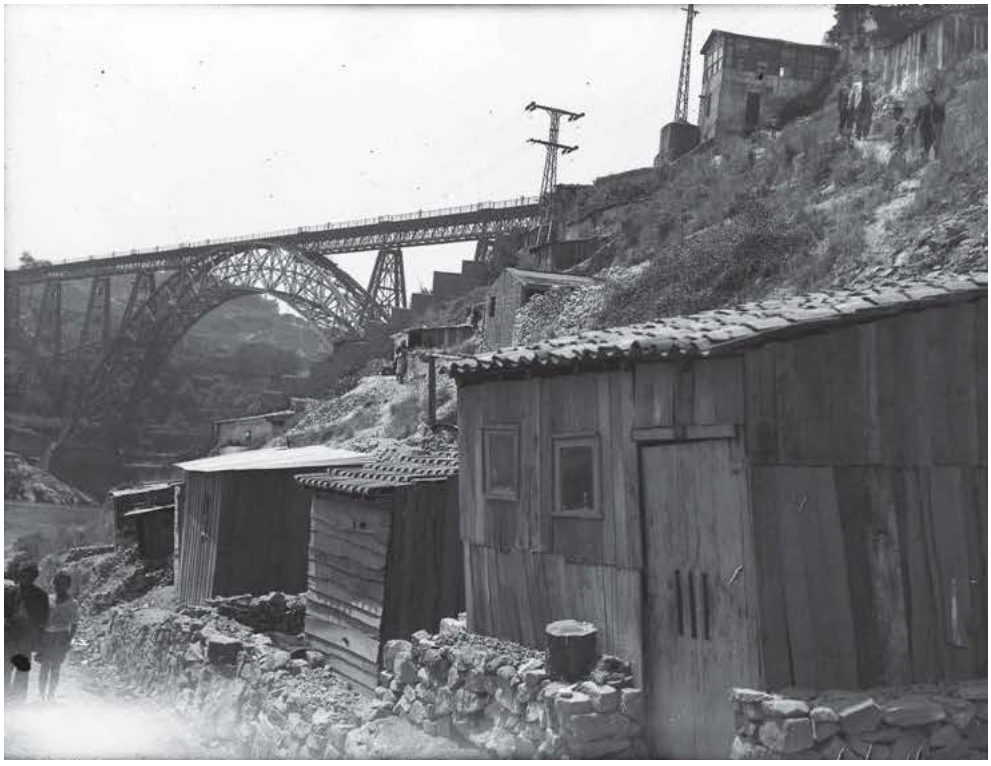


Fig.77 Bairro de lata no Monte do Seminário com plano de fundo, à direita, parte do complexo da fábrica Riobom.

140 Ver em Anexo II: Bairro do Riobom (BR10, BR11).



Fig.78 Bairro de lata no Monte do Seminário com plano de fundo, à esquerda, o Seminário do Porto.



Fig.79 Construção no bairro do Riobom.



Fig.80-81 Esquema do estado actual em contraponto com a planta da década de 1940.
Legenda: A vermelho — Construções em 1940, Área sinalizada mais clara — Trajectos pedonais em 1940


N

No que diz respeito à construção identificada, destinada a habitação operária, na década de 1940 e, mais tarde, ocupada pela comunidade do Riobom, podemos reconhecê-la no projecto de modificação de 1911, que o situa entre as duas linhas ferroviárias e que se enquadra na requalificação de dois barracões para a fábrica de curtumes do Riobom; pelas dimensões que constam no projecto e pelo seu método construtivo, com paredes largas de alvenaria em granito e parte do seu alçado norte (defronte para a linha do Norte), à direita, cego, arriscamo-nos a insinuar que se redescobre em Riobom parte da sua estrutura, onde, agora, se situam as primeiras habitações da fileira paralela à linha de comboio.

Resta salientar a transformação do largo do Padre Baltazar Guedes que adquiriu o seu negativo actual com a expropriação de alguns edifícios do gaveto entre a rua de S. Victor e a rua Duque de Saldanha, para concluir o alinhamento geométrico entre o largo e estas ruas, tal como a rua de Gomes Freire; em 1929, no projecto aprovado pelo município, estaria previsto este alinhamento em concordância com o enfiamento do último edifício da rua Duque de Saldanha; estas modificações não se evidenciaram até a década de 1950 e por fim o edifício construído na década de 1960 reestruturou esta intenção, mas em que o alinhamento apenas se articulava com o vértice extremo desse mesmo edifício, mantendo, assim, uma divisão cadastral idêntica ao original.



Fig.82 Esquema do estado actual em contraponto com a planta da década de 1940. Marcação do alinhamento com o último edifício da rua Duque de Saldanha.

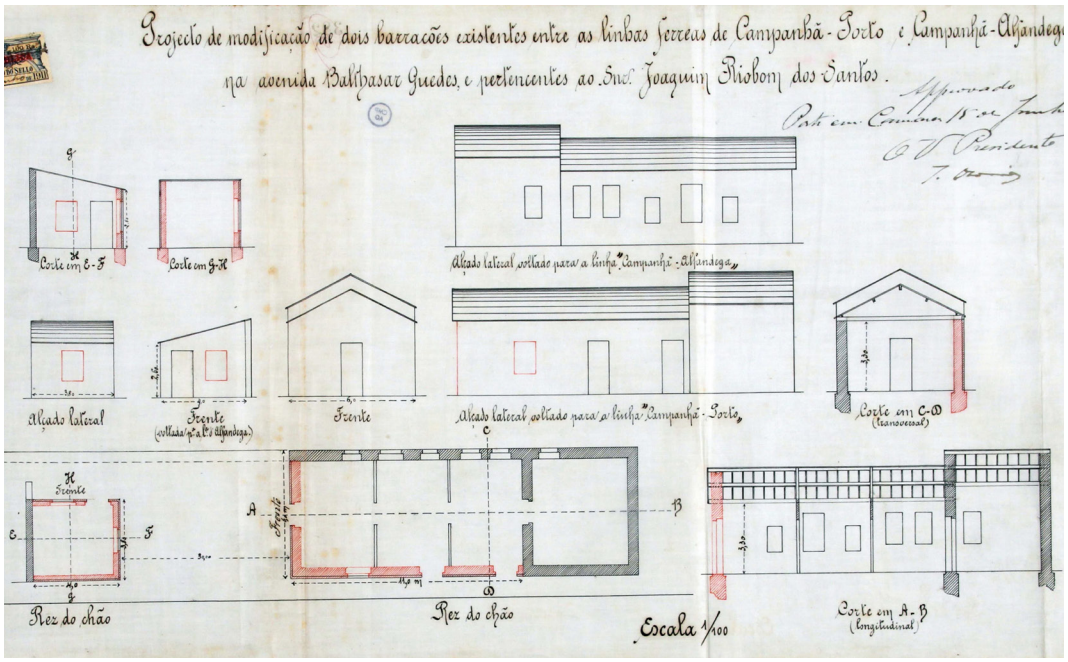


Fig.83 Projecto de modificação de dois barracões de 1911.

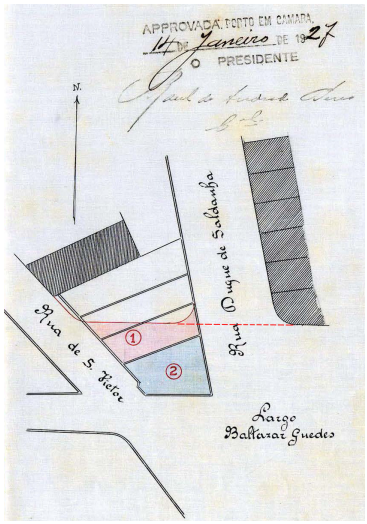




Fig.84 Projecto de 1927 para o gaveto entre a rua de S. Victor e a rua Duque de Saldanha.
Marcação do alinhamento com o último edifício da rua Duque de Saldanha.
Fig.85 Conjunto de habitações no bairro do Riobom paralelo à linha de comboio.

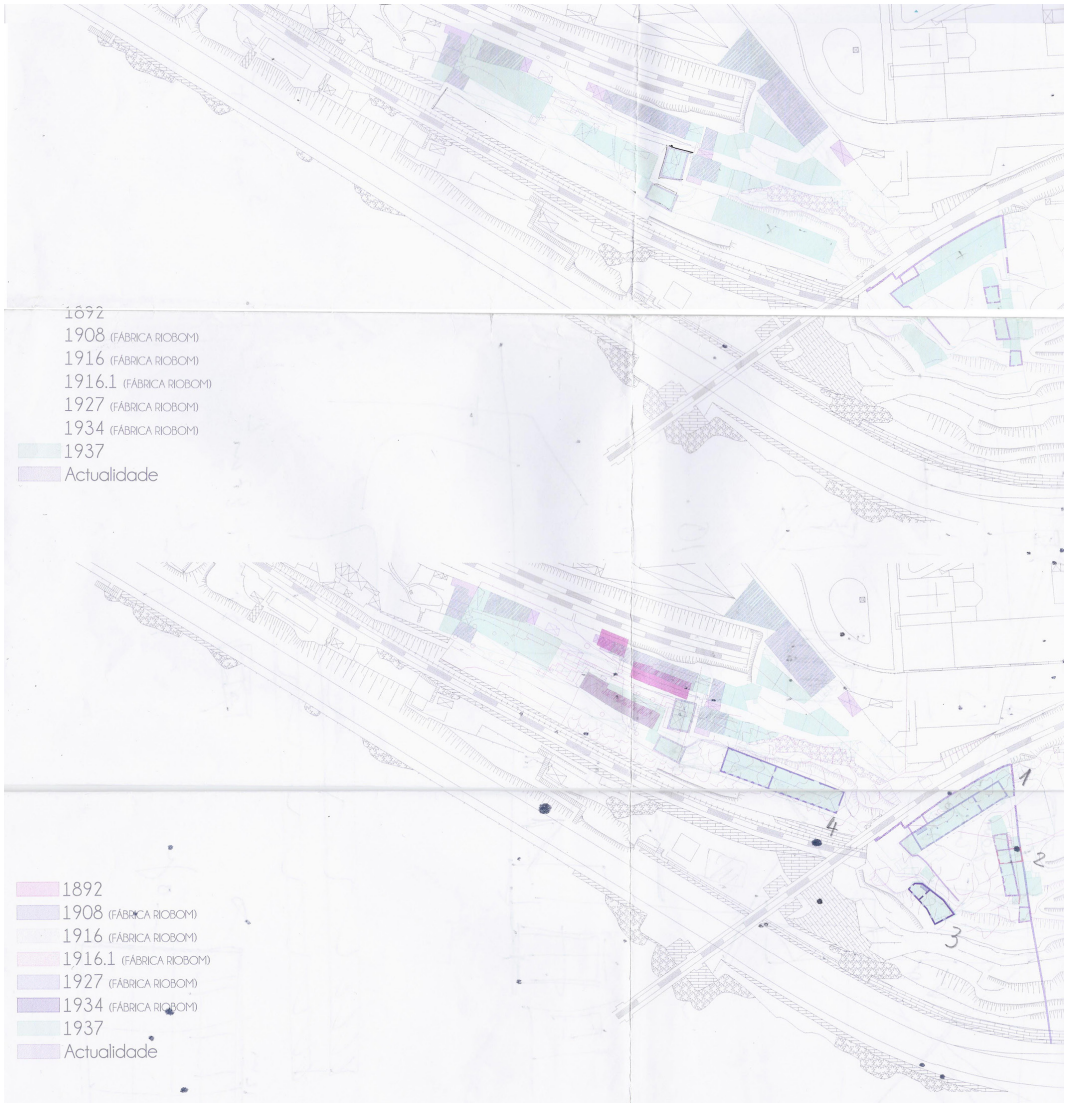


Fig.86 Enquadramento temporal do edificado do Riobom realizado pela equipa do LaHB.

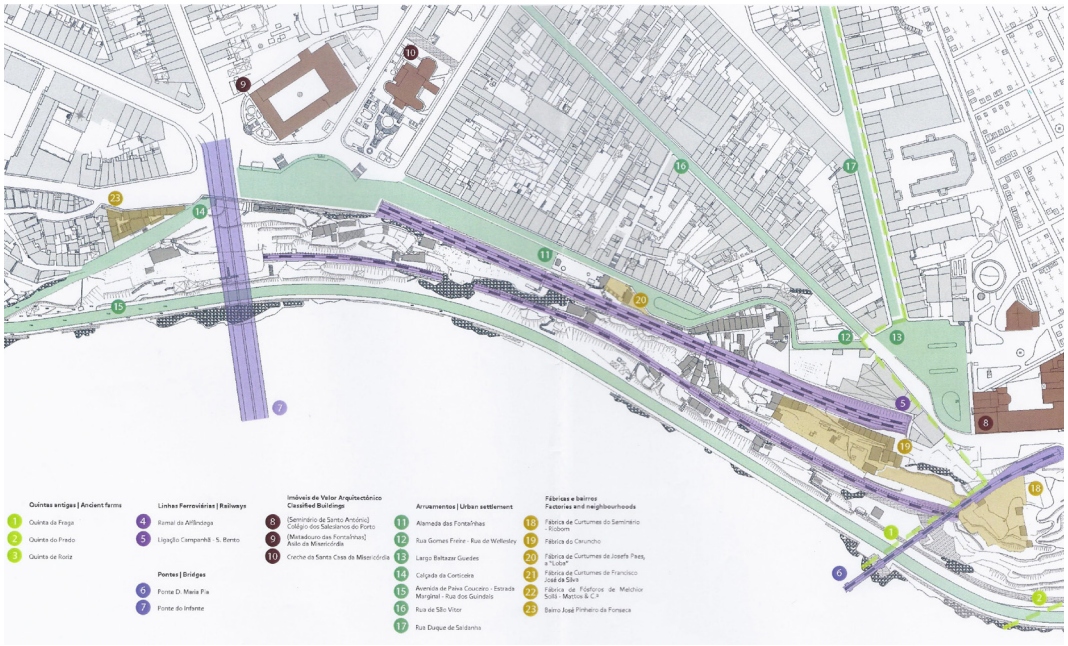


Fig.87 Caracterização actual da encosta entre a ponte do Infante e a ponte D. Maria II da equipa do LaHB.

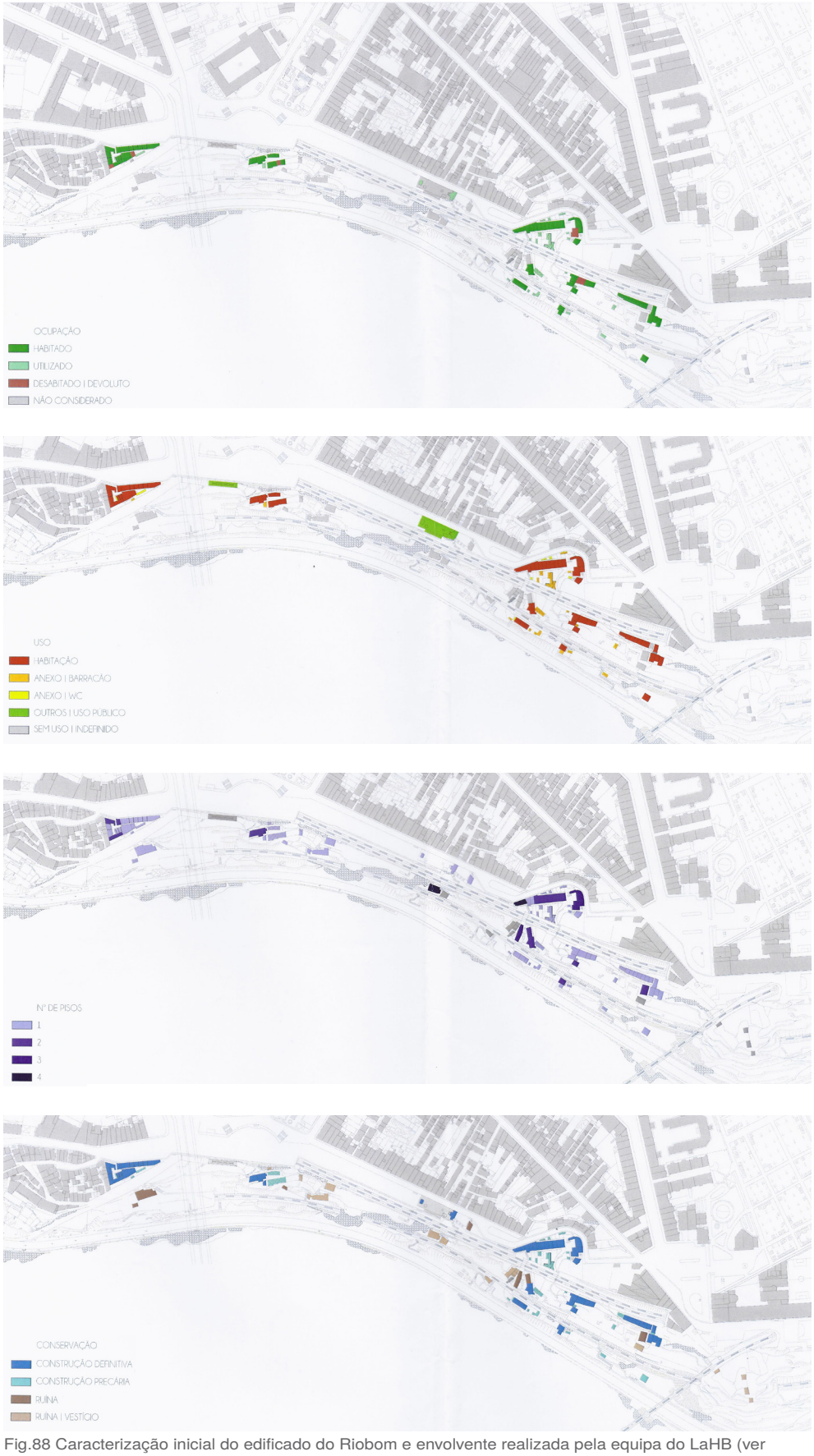


Fig.88 Caracterização inicial do edificado do Riobom e envolvente realizada pela equipa do LaHB (ver detalhadamente em Apêndice: LaBH, CR1-4).

3.2.2 CARACTERIZAÇÃO

De momento, deparamo-nos com um território completamente desligado do resto da cidade e, até, da sua evolução temporal; para lá chegar é preciso invadir a privacidade do bairro e ilha dos Moinhos, para depois arriscar a passagem, pela linha ferroviária em funcionamento, no troço que liga Campanhã a S. Bento, devidamente sinalizada como proibida; este é o único caminho. A comunidade que ocupa o lugar do Riobom é constituída por cerca de vinte habitantes; muitos deles ainda resistem desde que escolheram o Riobom para ser a sua casa, no início dos anos 1970[141]. Esta comunidade é maioritariamente de descendência cabo-verdiana, que buscou, em Portugal, uma melhor qualidade de vida. Informados por amigos ou conhecidos na cidade, encontraram este espaço com proprietários silenciosos — a família Riobom —, até 2014 e, portanto, sem que ninguém lhes cobrasse rendas; contudo em circunstâncias de completo abandono e sem quaisquer condições de habitabilidade, tentando, por via da autogestão e da autoconstrução, contrariá-las e dignificá-las, recorrendo aos antigos tanques da fábrica como receptáculos e utilizando técnicas engenhosas, como o bombeamento manual e as ligações clandestinas à rede eléctrica; assim, recolhem as águas e trazem energia às suas habitações. Sem acessos fáceis, este território não permite a passagem de qualquer veículo, mesmo em caso de emergência. Também o carteiro, que prefere não arriscar o trajecto imposto, obriga os habitantes a saírem das suas casas e a recolher o correio na mercearia mais próxima. Os espaços habitacionais reflectem as carências socioeconómicas dos seus ocupantes, seria perverso estabelecer termos de comparação entre o *modus vivendi* de cada morador, uma vez que são muito ténues as valências de conhecimento técnico ou de vontade ao lugar. «Não estamos noutro sítio porque não podemos»[142], outros não imaginam qualquer destino sem ser com o rio vizinho.

Quando falamos do bairro do Riobom, que apesar de não se enquadrar como uma 'ilha', sofre das mesmas problemáticas, ainda mais acentuadas por se tratar de um bairro fechado sobre si mesmo e de costas voltado para a cidade. De importante relevância salientar que o estudo[143] apoiado pela CMP, em que se levantou e caracterizou as ilhas do Porto, nem identifica o bairro do Riobom como um dos núcleos habitacionais da cidade.

A parceria que se estabeleceu e o apoio que a CMP forneceu ao LaHB, durante o processo de reabilitação da ilha da Bela Vista, foi fundamental para a conclusão do mesmo; foram orçamentados fundos públicos para alguns projectos de acção social, aprovados por uma assembleia municipal repartida por vários partidos políticos; em Riobom, o processo decorreu a meio das eleições autárquicas de 2017, donde saiu reforçada a actual presidência municipal, atingindo a maioria na assembleia e, portanto, com poder de decisão quase absoluto. Com isto, as medidas que abraçavam as questões da habitação social foram reduzidas e praticamente todas canalizadas para a Domus Social que, em uníssono com a CMP, constrói a prevalência

---

141 "Estamos perante uma comunidade étnica que habita neste bairro desde 1972 e desde então tem sido pelo seu braço, pela sua energia, pela sua persistência que esta escarpa se transformou num pouco de território acolhedor possibilitando a uma comunidade desenvolver aí a sua vida, a sua economia assentes nas hortas e nos pomares, na cana-de-açúcar e na batata-doce que plantam e cultivam a par com as galinhas, os coelhos e as cabras. Toda uma economia de escala familiar que colabora para a qualidade de vida destas pessoas fantásticas que tive a oportunidade de conhecer há alguns anos atrás e que me surpreendem pela sua amabilidade e doçura de trato social. Este Seminário pretende assim ser mais uma alavanca para lançar as linhas estruturantes da renovação do bairro do Riobom e da defesa do Direito ao Lugar."
Rodrigues, F. M. (2015), *O processo SAAL 74/76 — Um programa de habitação com direito à cidade*.
142 Entrevista "Nha Bairro Riobom", Antena 1.
143 Ver Conceição, P. & Vázquez, I. B. (2015), *'Ilhas' do Porto — Levantamento e Caracterização*.

das suas acções, menosprezando a luta pelo direito ao lugar e incentivando um esvaziamento dos centros urbanos, empurrando os moradores para os bairros ou periferias; tudo isto favorece a prospecção do mercado imobiliário e a sua consequente especulação, canalizada para a turistificação da cidade e o seu inerente vazio quotidiano. Por estas e outras razões, no que toca aos compromissos anteriormente estabelecidos pela CMP, a comunidade do Riobom encontra-se, agora, em suspenso. Assim, o processo do Riobom vive instável, — motivado por estas mudanças e recuos políticos, que podem, inclusive, ter mutado a relação ou interesse dos proprietários ao local e a sua intervenção, em concordância com as várias entidades, o que acentua o desgaste emocional dos moradores que, ao verem o passar dos anos, conformam-se com a sua realidade, desconhecendo o seu futuro. Este processo está inerentemente ligado a uma obrigatória reestruturação urbana do território por parte do município, imprescindível para a aplicação do projecto que se tenta desdobrar nos interesses de todas as entidades: o LaHB, a Associação de Moradores do Riobom e os proprietários.

Entretanto, o município do Porto avançou com a intenção de reabilitar o antigo Ramal da Alfandega, projecto que vai ser discutido em Assembleia Municipal e que se divide em duas opções: a criação de um percurso pedonal com ciclovia ou a integração de um transporte eléctrico pendular entre Campanhã e a Alfândega, não sendo ainda inteligível se estará prevista uma eventual ligação do socalco onde se expande o bairro do Riobom. No Plano Director Municipal aferimos apenas a resolução de dois pontos de acesso mecânico entre a Avenida Gustavo Eiffel e a Linha da Alfândega, cada um nas respectivas pontes do Infante e D. Maria Pia. No decorrer da discussão pública sobre o projecto começarão os trabalhos no Ramal da Alfândega para a implementação provisória de uma ecopista, com uma extensão de quatro quilómetros e com previsão de conclusão no final de 2021; o projecto definitivo tem uma cronologia de conclusão de mais quatro anos (encontramos, nas figs.97/98, os esquemas gerais das propostas para o Ramal, disponíveis no sítio da CMP). Enquanto permanece esta indefinição, a escarpa, na zona abaixo da Alameda das Fontainhas, vai sendo invadida por pequenas intervenções independentes na tentativa de consolidação de hortas urbanas comunitárias (o PDM do Porto esteve em constante discussão em Entrevista, Anexo I, p.207).



Fig.89 Bairro e ilha dos Moinhos.



Fig.90 Esquema de acesso pedonal ao bairro do Riobom através do Lugar dos Moinhos.

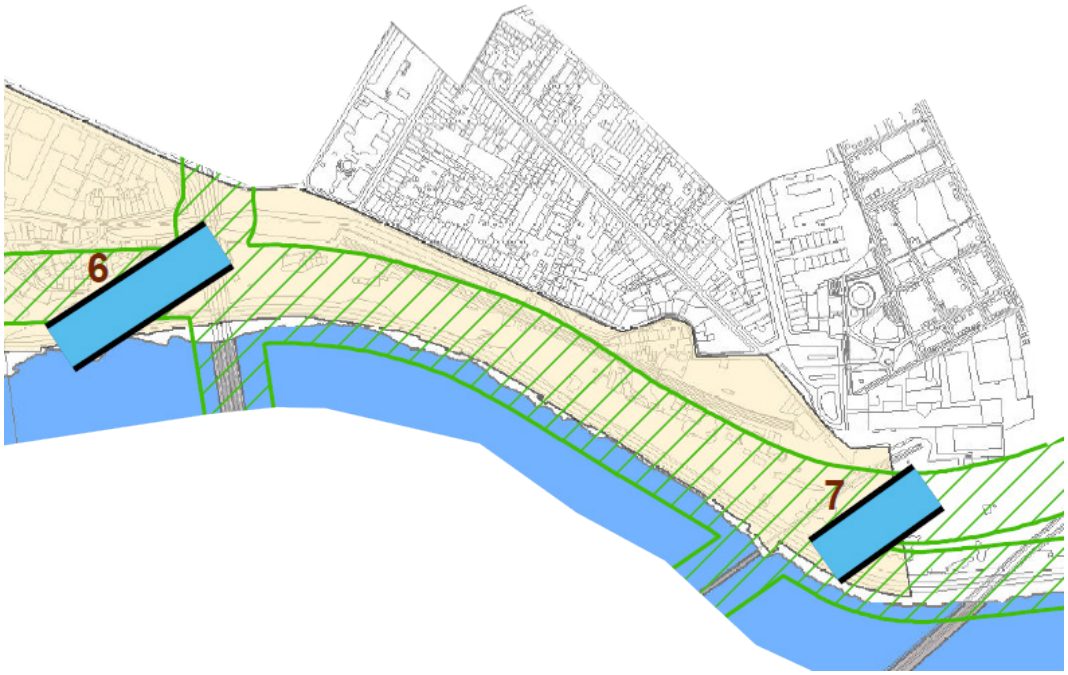


Fig.91 PDM: Carta da Infraestrutura de Modos Suaves.
Legenda: 6 — Ponte do Infante, 7 — Ponte D. Maria Pia



Fig.92 Esquema de mobilidade (transporte eléctrico) da CMP para o Ramal da Alfândega, 2021.


Fig.93 Planta da proposta de mobilidade (ecopista) da CMP para o Ramal da Alfândega, 2021.
Legenda:
Azul — Av. Gustavo Eiffel (à margem do rio Douro) e, paralelamente, o Ramal da Alfândega,
Castanho — Instalação das estruturas mecânicas e passadiços.

3.2.3 DESENHOS TÉCNICOS

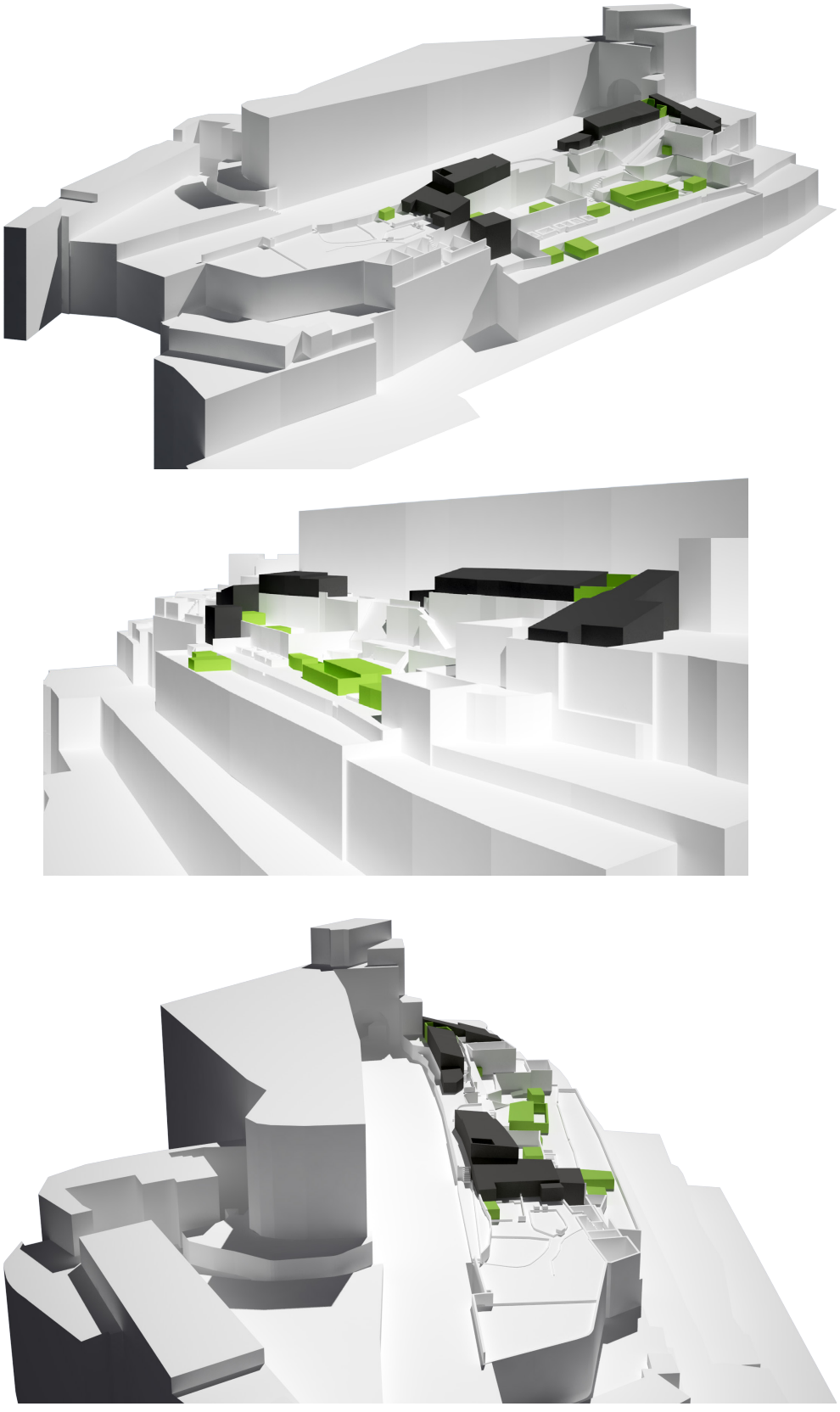


Fig.94 Modelo tridimensional do bairro do Riobom.



Fig.95 Planta geral com marcação dos cortes.



Fig.96 Planta do rés-do-chão com marcação das ligações interior — exterior.



Fig.97 Corte transversal AB.

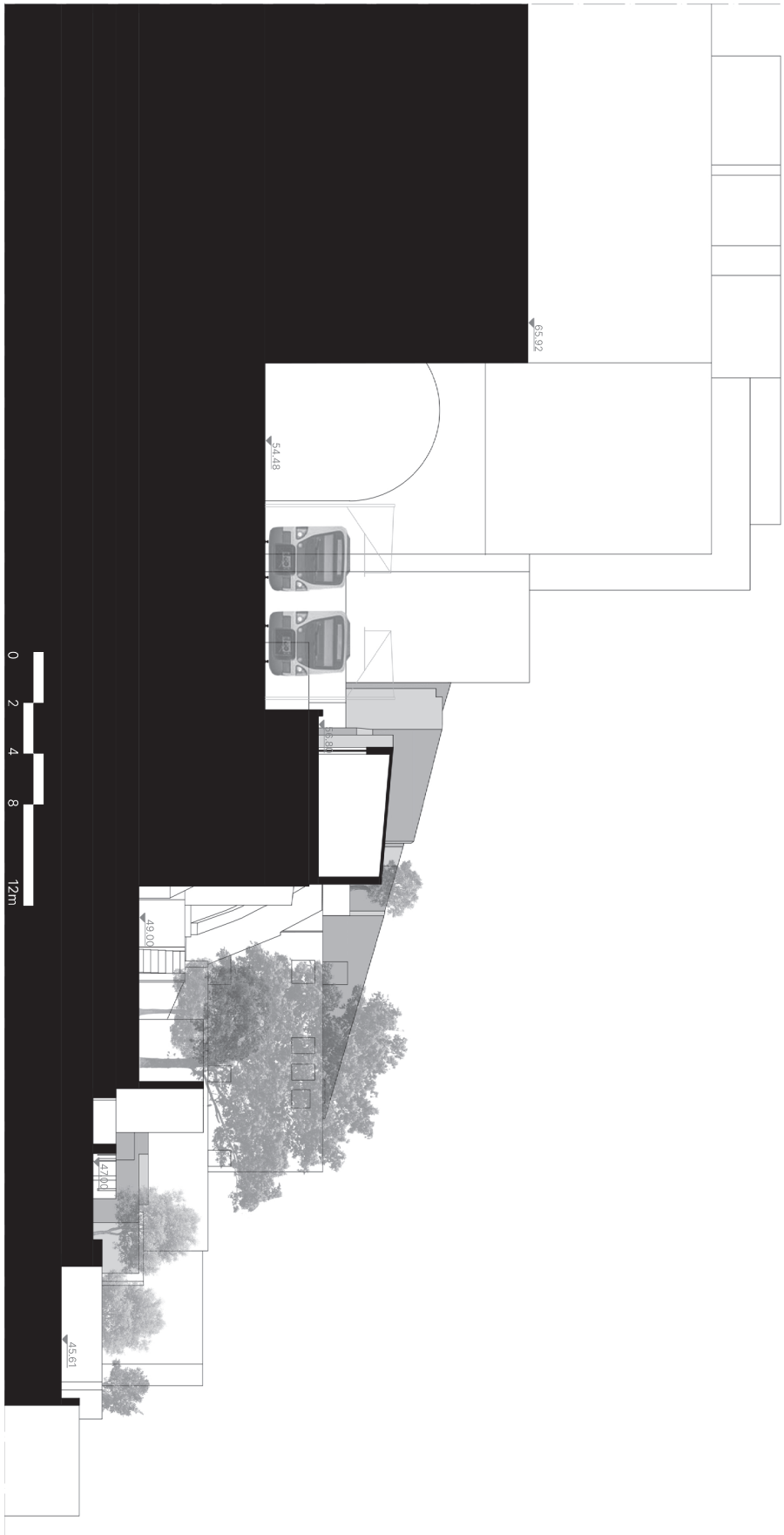


Fig.98 Corte transversal CD.



Fig.99 Corte longitudinal EF.

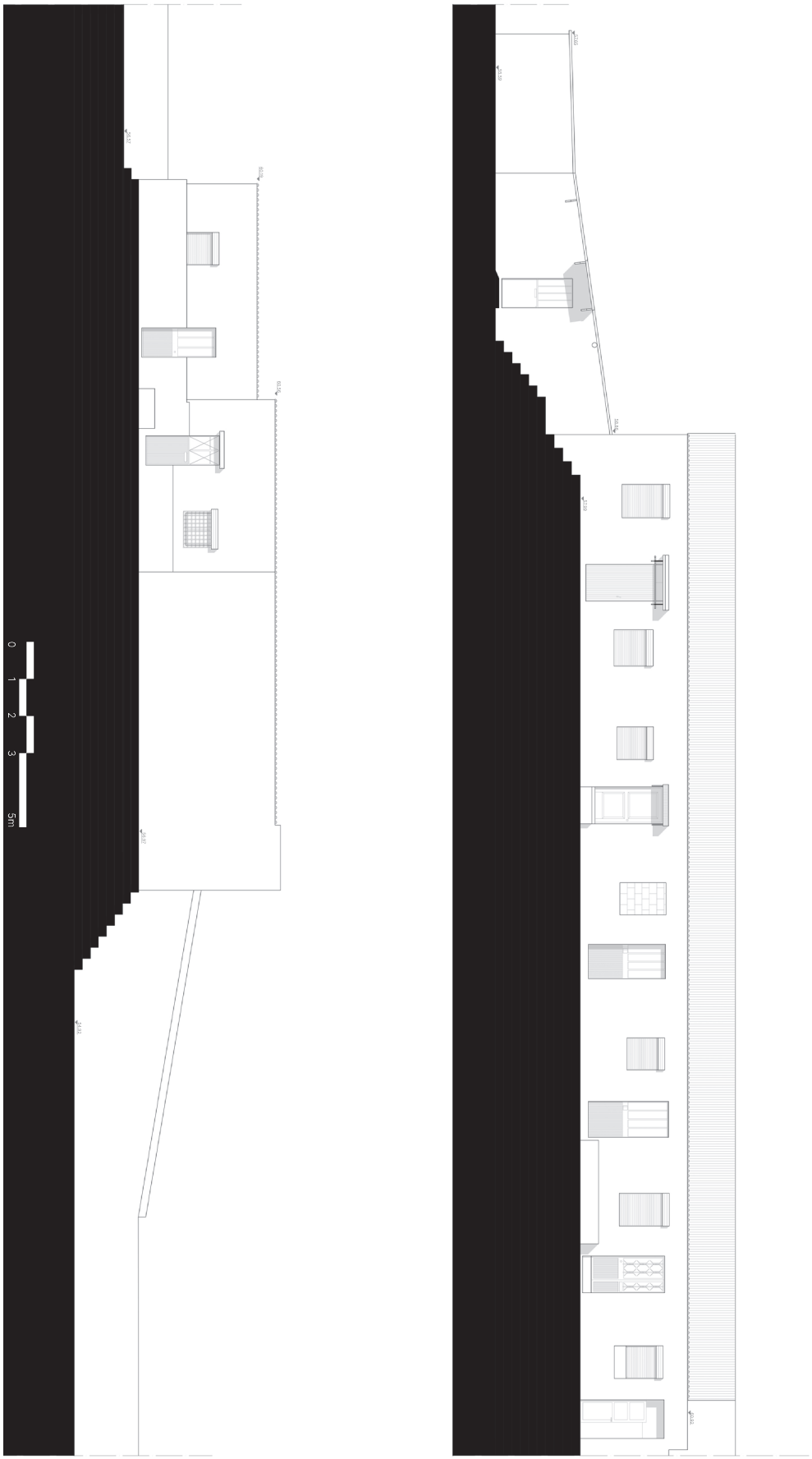


Fig.100-101 Alçado norte do primeiro bloco habitacional e alçado sul do bloco habitacional principal.

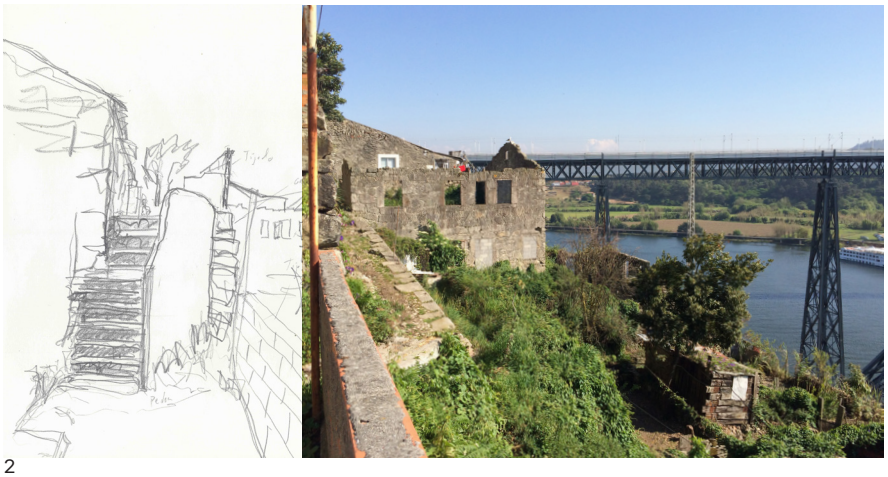
3.2.4 ESQUEMAS DE CARACTERIZAÇÃO



Fig.102 Esquema de apresentação geral do Riobom.



1



2



3

Fig.103-105 Enquadramento visual do esquema geral.

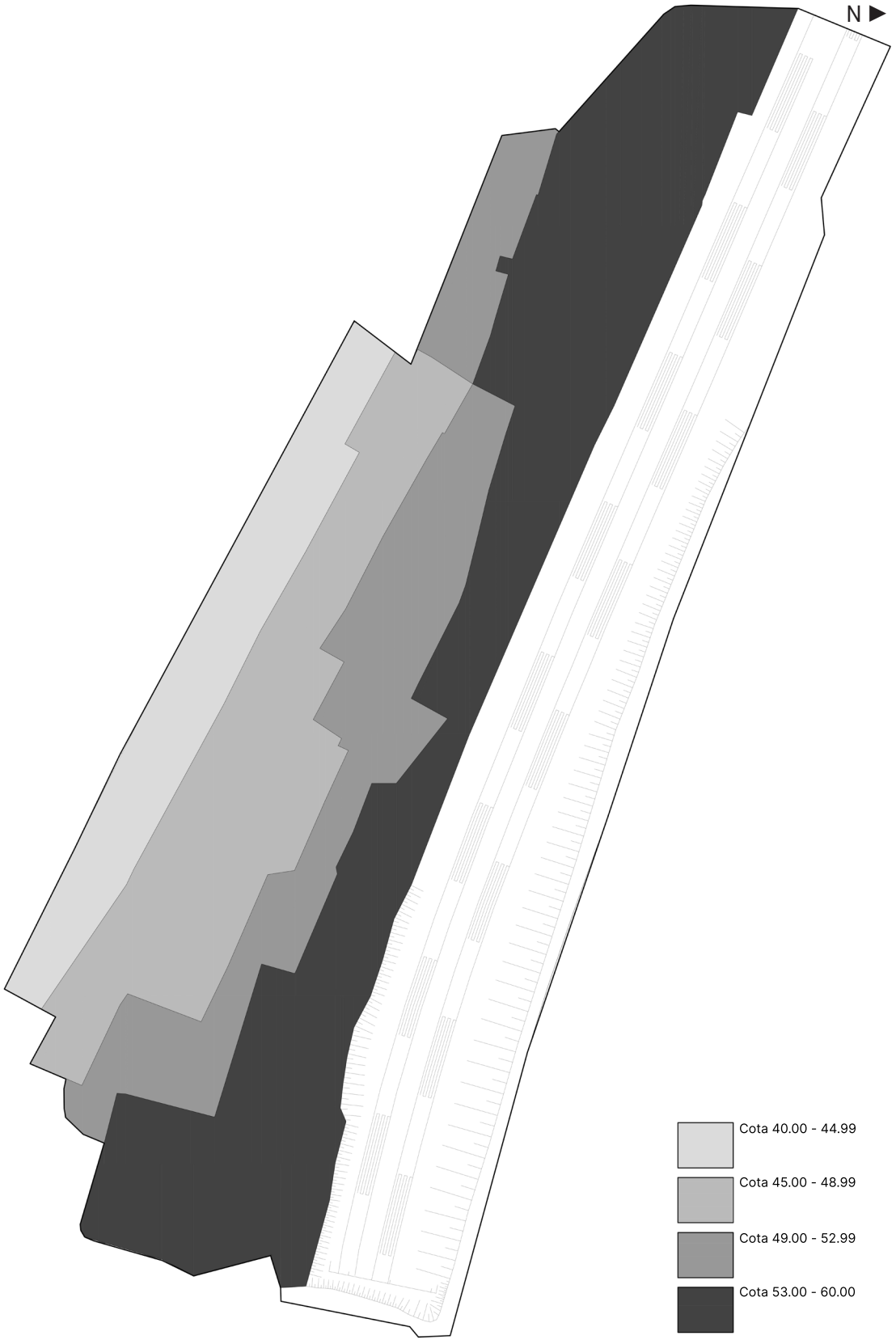


Fig.106 Esquema altimétrico.



Fig.107 Vista aérea do território do Riobom.

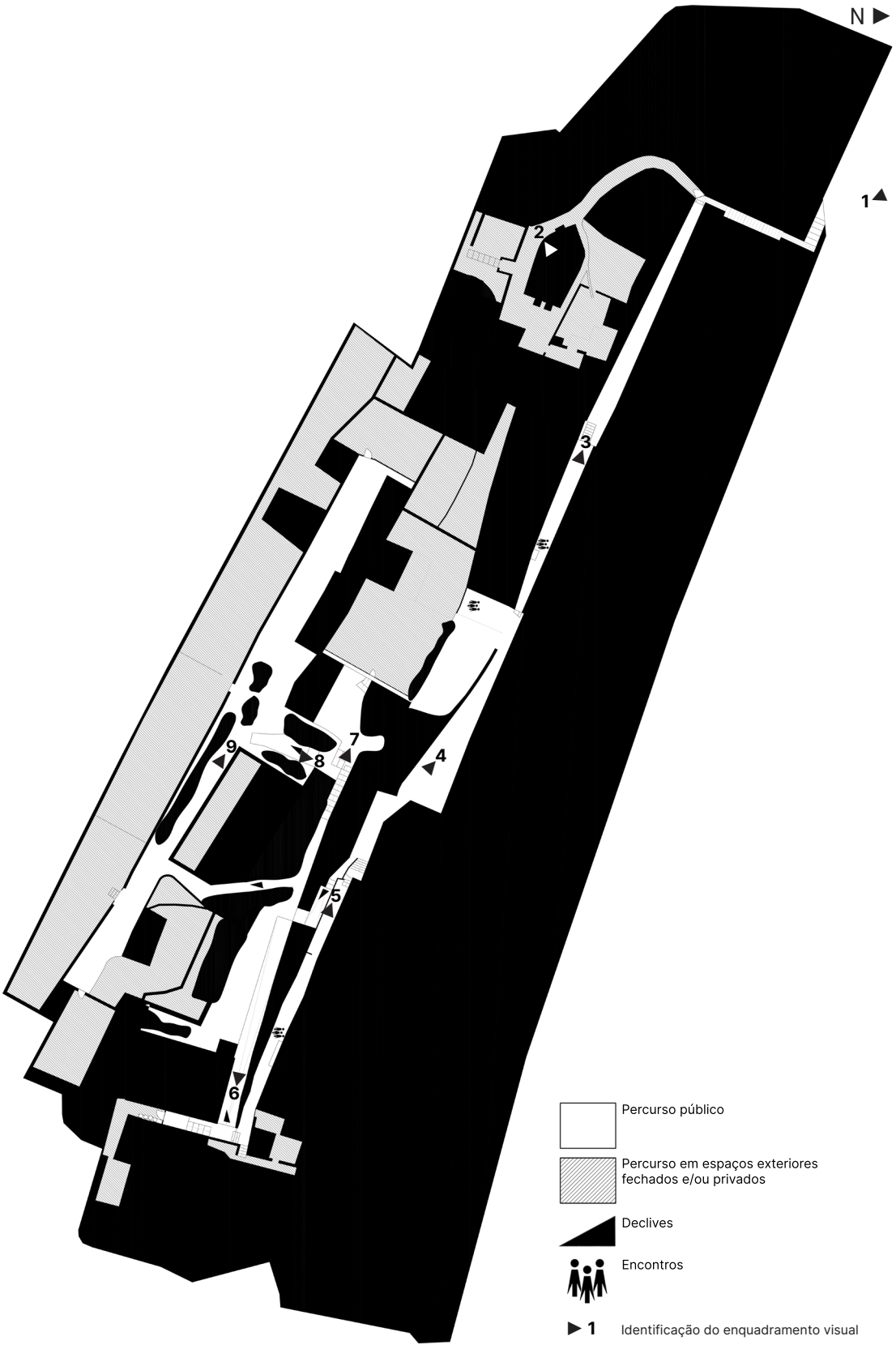


Fig.108 Esquema de percursos exteriores.

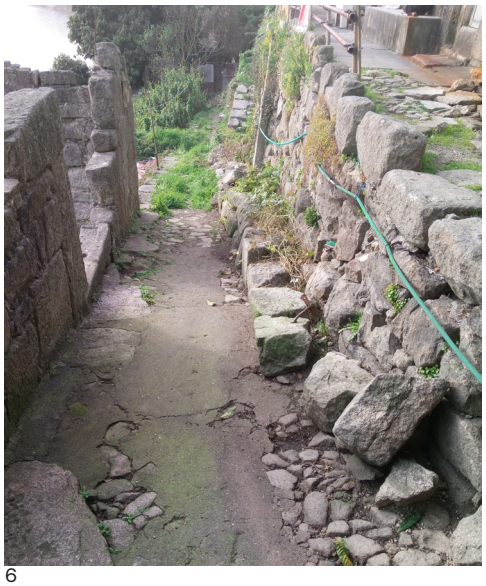

1


2


3


4


5


6


7

Fig.109-115 Enquadramento visual dos percursos.



8



9

Fig.116-117 Enquadramento visual dos percursos.

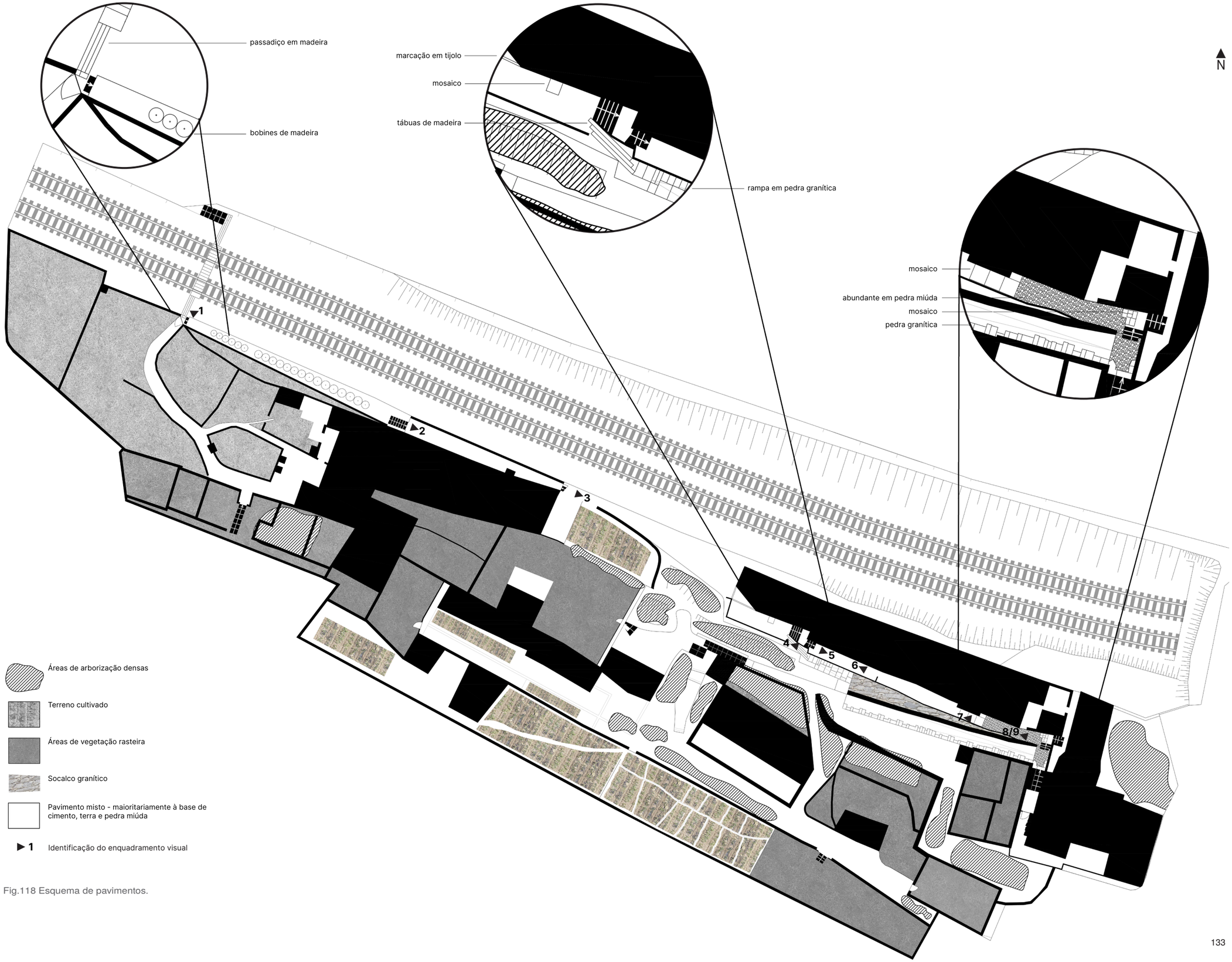
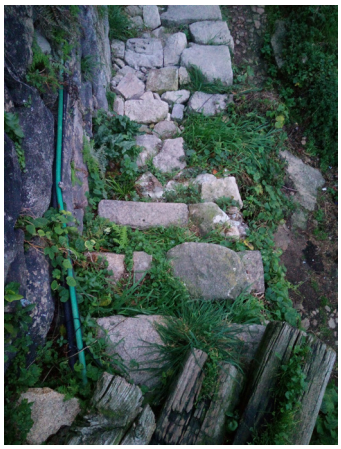


Fig.118 Esquema de pavimentos.


1


2


3


4


5


6


7


8


9

Fig.119-127 Enquadramento visual dos pavimentos.

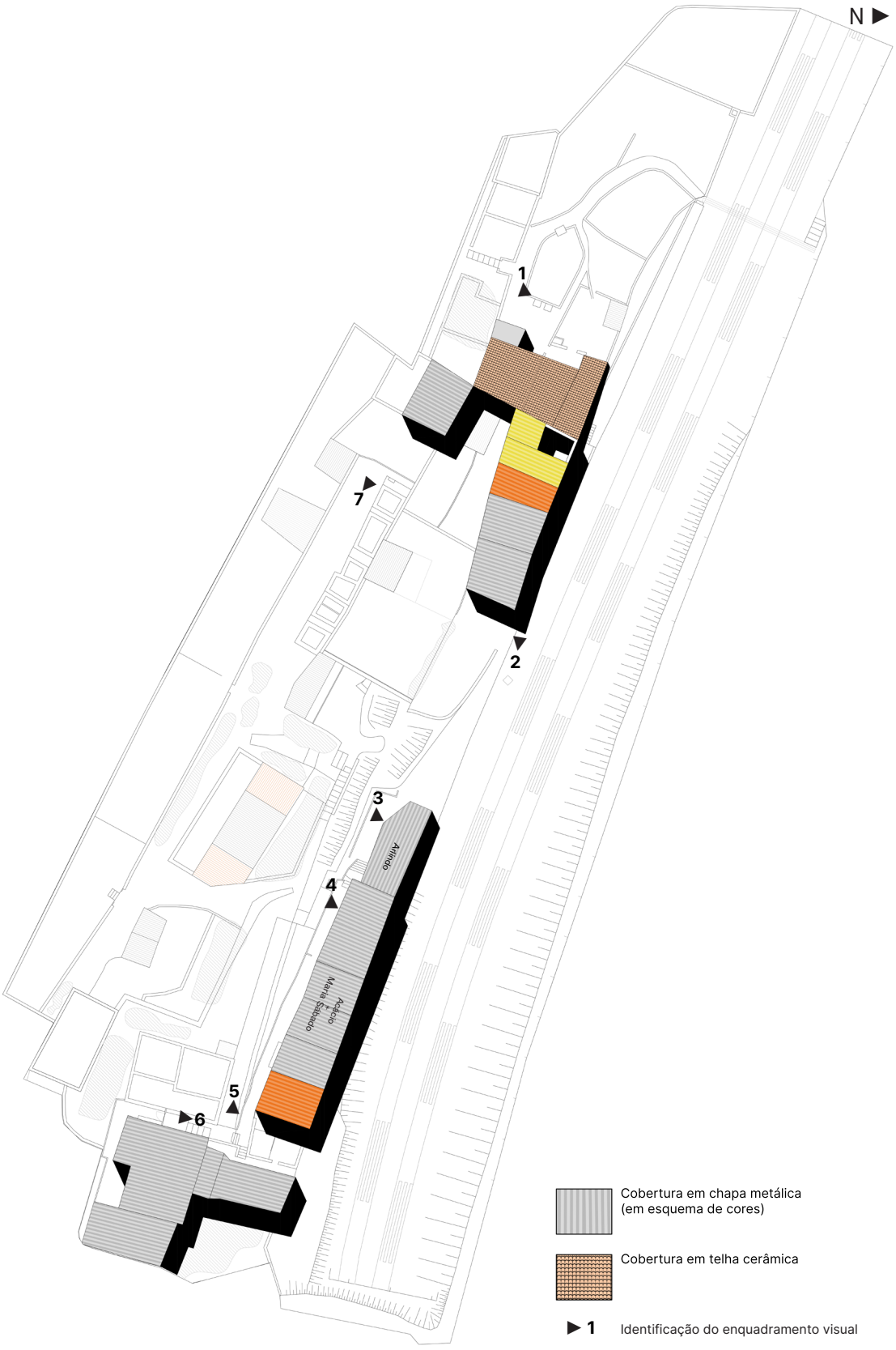


Fig.128 Esquema do construído habitacional e marcação cadastral identificada.


1


2


3


4


5


6


6

Fig.129-135 Enquadramento visual das habitações.

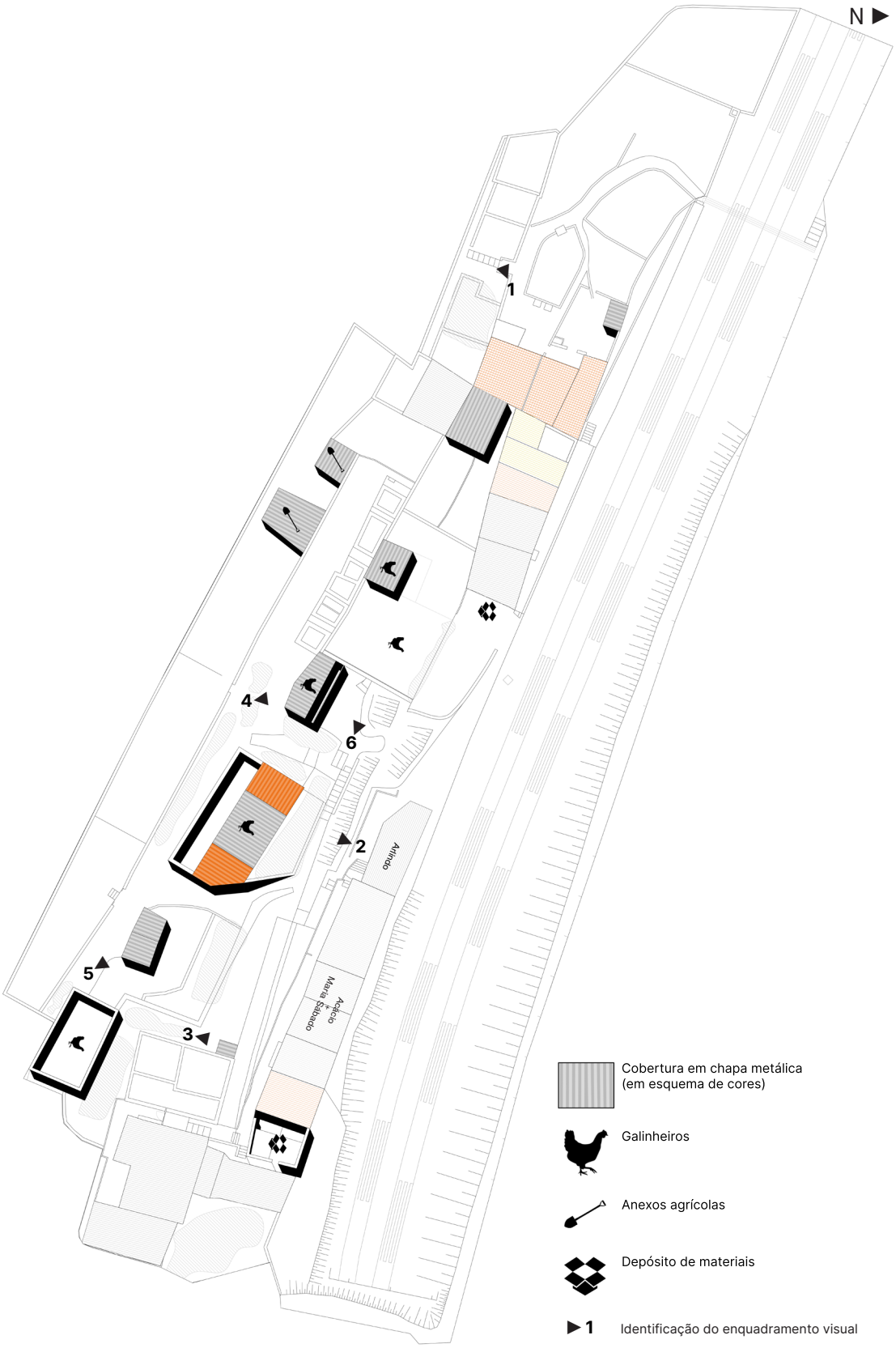


Fig.136 Esquema do construído não-habitacional.


1


2


3


4


5

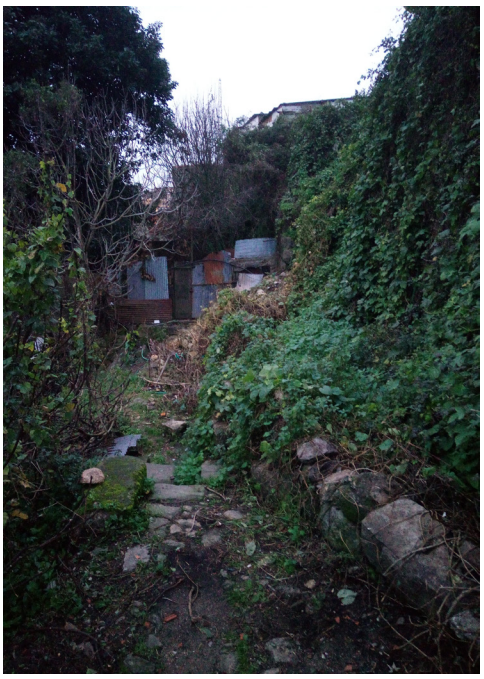

6

Fig.137-142 Enquadramento visual dos anexos agrícolas.



Fig.143 Esquema arbóreo — identificação das árvores principais.

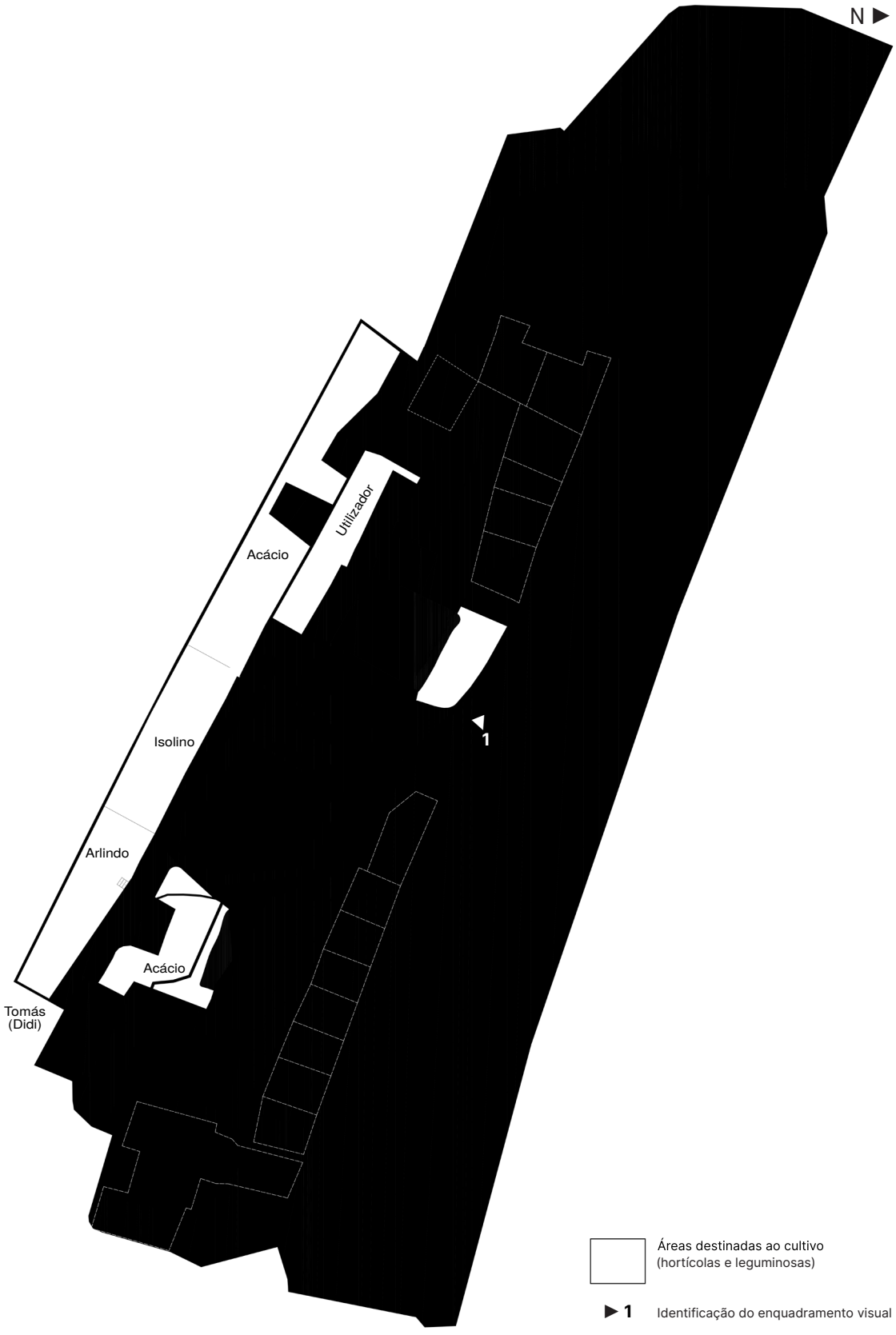


Fig.144 Esquema dos terrenos agrícolas com marcação cadastral.



1



2

Fig.145-146 Enquadramento visual das hortas.



3



4

Fig.147-148 Enquadramento visual das hortas.

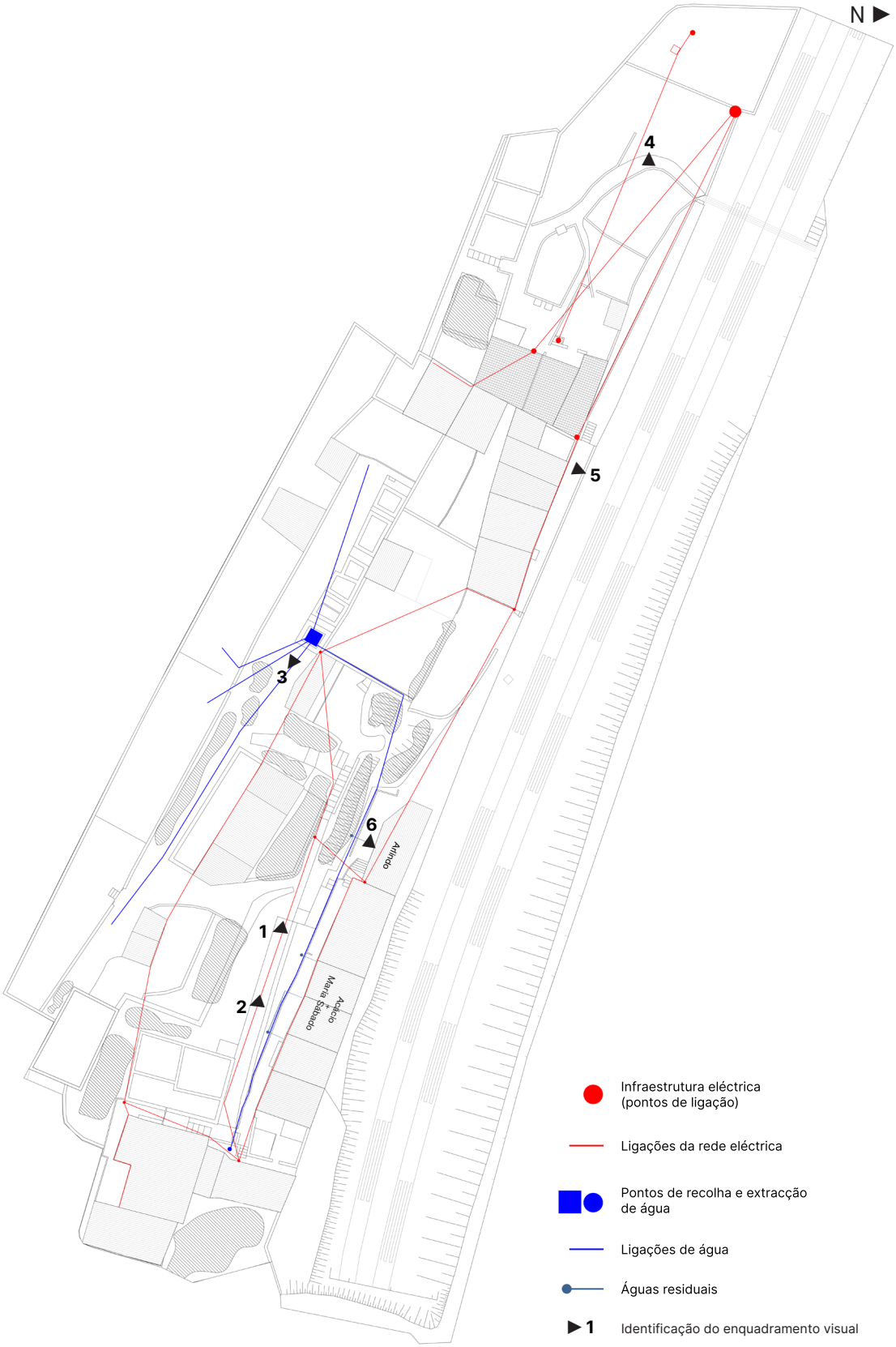


Fig.149 Esquemas das infra-estruturas — electricidade e água.


1


2


3


4


5


6

Fig.150-155 Enquadramento visual das infra-estruturas.



Fig.156 Bairro do Riobom.

3.2.5 ANOTAÇÕES DO RIOBOM

A vida quotidiana no bairro do Riobom está intrinsecamente ligada a uma apropriação da terra e às origens culturais e da memória dos seus moradores. Como já é sabido, esta comunidade é constituída, maioritariamente, por pessoas de descendência cabo-verdiana, que habitam neste território há cinquenta anos; muitos deles, ocupando-o desde a sua segunda vaga dos anos 1970. Sendo uma comunidade bastante pequena — cerca de vinte habitantes — conjugada com as características do lugar, o sentimento de isolamento é bem real, mesmo relativamente à cidade da proximidade. Apesar da longevidade espaciotemporal da comunidade, as raízes desta fixaram-se dentro das margens deste território. A discriminação e marginalização da comunidade é uma constatação difícil de digerir, que vai acontecendo com a população da cidade, mesmo com os moradores próximos do Riobom e, também, com as gerações mais jovens, como nos menciona o recém-chegado ao Porto, J. Silva, na entrevista para a Antena 1 "Nha Bairro Riobom". Observamos, assim, uma certa resistência a esta ocupação por parte da cidade consolidada, como entre os moradores do bairro dos Moinhos e que em conversa com Fernando Matos Rodrigues, este nos revelou a intranquilidade que se sente no lugar. Contudo, estas situações não interferem na posição de sentimento de posse, transmitido pelos moradores do Riobom, protegendo-se uns aos outros no seu isolamento, entre actos de receptividade e amizade fora de portas, como com o Sr. Luís, proprietário da mercearia "Pérola das Fontainhas", que recebe o correio da população no seu estabelecimento.

Percebendo que o espaço físico do bairro se desdobra nos gestos culturais de cada um dos habitantes, também é perceptível uma sensação de micro-isolamento dentro do próprio bairro, na forma em como este é organizado; os moradores de descendência cabo-verdiana concentram-se em toda a fileira de habitações, paralela à linha de comboio, sendo que os extremos — este e oeste — do bairro, são ocupados por outras descendências, como a portuguesa. Assim, nestes blocos, é transmitida uma formalização regular das casas, em termos de construção ou das apropriações, espelhadas pela entreajuda desses mesmos habitantes. Reconhece-se esta interpretação do bairro, em que se observou durante o trabalho de campo, uma fixação das barreiras invisíveis pelas acções de cada morador, na sua circulação ou poisios específicos no lugar; como exemplo, denota-se um respeito da privacidade do corredor contíguo, de acesso, ao bloco de habitações central, por parte de uma moradora que habita o extremo este do bairro, que prefere utilizar um percurso secundário, e mais carenciado na sua infra-estrutura, para chegar à sua casa. Este conjunto de habitações — extremo este — é protegido por um portão que, para além de abrigar um cão nessa galeria de acesso, divide-a do espaço exterior colectivo, com características de um pequeno átrio privado. Nas habitações que consolidam o extremo oeste, defronte à passagem pedonal da ferrovia, habitam moradores portugueses, em que as características privadas do seu espaço exterior fazem com que não exista uma interacção acentuada com todo o lugar e, subsequentemente, com os restantes moradores, isolando-se, assim, naquele pedaço de propriedade; as duas habitações que aqui se encontram destacam-se por serem as únicas que comportam uma cobertura tradicional de telha cerâmica. Identificamos as apropriações do espaço exterior, para além das características utilitárias, em paralelo

com as acções prementes em muitas 'ilhas' da cidade[144], como marcações de individualidades no bairro e que prolongam a vida doméstica e privada de cada morador, respeitando as dinâmicas quotidianas dos seus próximos. Ainda, assim, a topografia e organização do bairro acentuam os limites de vários espaços exteriores privados ou de acesso condicionado.

A actividade principal que solidifica a rotina do bairro do Riobom, centra-se na agricultura que se explana através das inúmeras estruturas no território, compreendendo anexos agrícolas utilizados para armazenamento e cativeiro de animais. Assim se forma uma pequena economia de autogestão, tendo em conta que nestes lotes também se mantém um grande sentido de propriedade pelas matérias geradas pelo trabalho dedicado de cada morador. Portanto, tal como se atribui uma habitação a cada habitante e/ou família, também as hortas são divididas mediante um cadastro próprio dentro da comunidade; o Sr. Isolino, o Sr. Acácio, o Sr. Tomás e respectivos agregados familiares representam-se como dinamizadores desta cultura agrícola e, em algumas situações, é permitido o uso da terra para cultivo, a utilizadores que não habitam no bairro. Numa localização privilegiada, pelas suas condições climatéricas, a produção de alimentos é variada, desde as árvores de fruto, como bananeiras, abacateiros, laranjeiras, limoeiros e nespereiras, até ao cultivo de inúmeras hortícolas e leguminosas; mais recentemente, quanto à actividade de cativeiro, esta incide na avicultura, nomeadamente na criação de galinhas, visto que a presença de outros animais incentivava alguns furtos dos mesmos; o Sr. Acácio, por exemplo, por esse motivo, deixou de criar coelhos, também pelo facto da carne não ser muito apreciada no seu seio familiar. Assim, observa-se uma preponderância deste modo de vida por parte dos habitantes de descendência cabo-verdiana.

O recurso à autoconstrução pela comunidade do Riobom é determinante na concepção formal do bairro, de recursos limitados, possibilitando o engenho da experiência laboral na construção civil por parte de alguns moradores. A apropriação de objectos urbanos e a extensiva recolha de materiais tornam-se rotina do seu quotidiano, na tentativa de solucionar patologias técnicas e de segurança do habitar e do habitat. Desde a utilização de uma simples grade de trânsito para completar o muro principal do corredor de acesso ao núcleo principal das habitações ou das chapas metálicas e de plástico que vão sendo aglomeradas nas coberturas das casas, muitas delas pressionadas com pedras pesadas para se manterem firmes e, assim, evitando as infiltrações das chuvas. Desta atitude, surgem dois pontos chave, que funcionam como depósitos de materiais, um deles, já desimpedido, contíguo às primeiras habitações do bairro, paralelas à linha de comboio, perfaz, agora, um dos sítios de encontro e contemplação do bairro. Ulteriormente, este era utilizado por um morador para armazenamento de material que iria ser vendido, como sucata, num estabelecimento próximo da escola Alexandre Herculano; o outro manteve-se sempre com as características colectoras e encontra-se no limite este do bloco principal. O pavimento do percurso inicial, paralelo à linha ferroviária, que garante o acesso aos principais blocos habitacionais do Riobom, é reforçado por ilhargas de madeira, pertencentes a bobines de cabos eléctricos; nestas placas circulares, na sua maior parte em bom estado de conservação, ainda são perceptíveis as etiquetas, agrafadas, com o domínio da empresa Policabos legível; esta empresa já não se mantém activa no Norte do país e situava-se em Vila Nova de Gaia.

144 Sobre a ilha da Bela Vista: "Cada um tem uma forma própria de marcar o seu espaço sem contudo o transformar num marcador agressivo do seu «eu» em afirmação perante um «outro»."
Rodrigues, F. M. (2014), *A ilha da Bela Vista*, p.27.



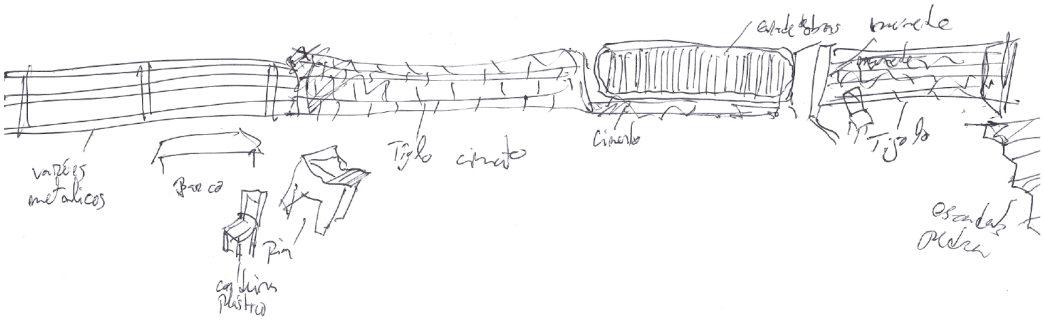
1

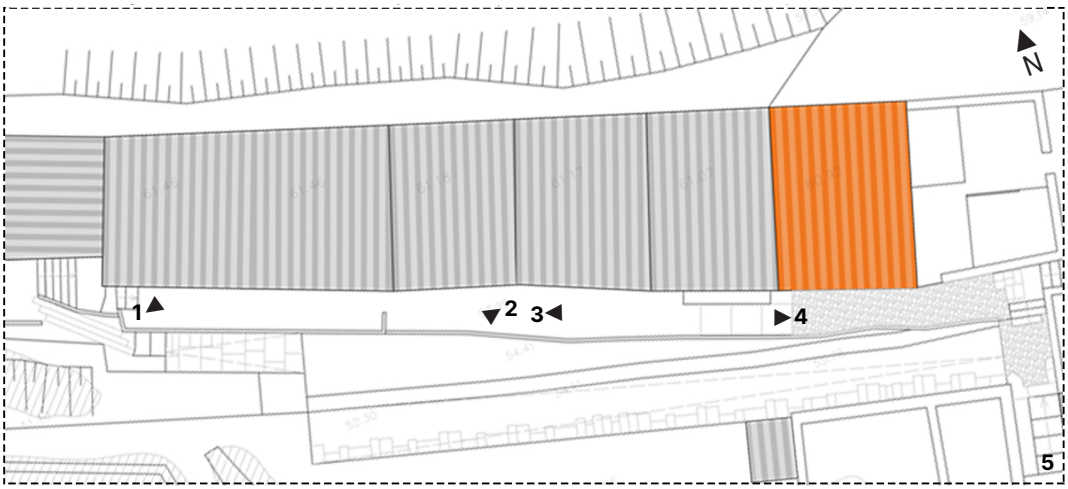


2



3





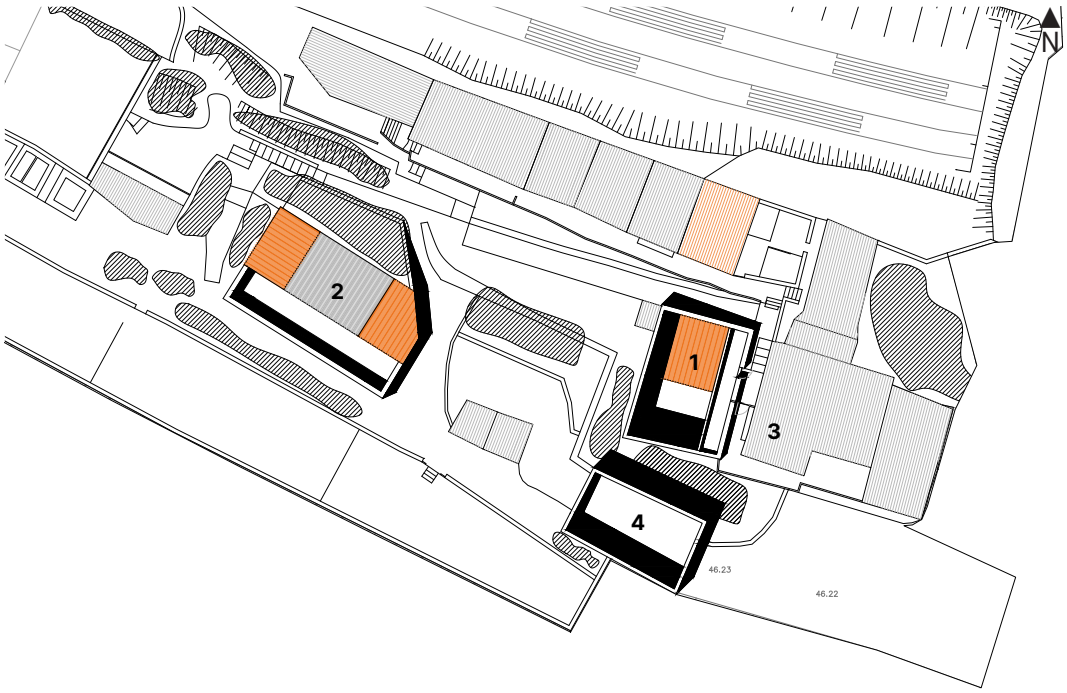


4



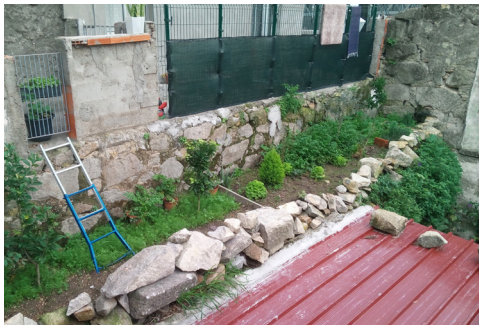
5

Fig.157 Infografia de apropriações.



Legenda:
1 — Antiga ruína da fábrica apropriada pela comunidade do Riobom,
2 — Anexo agrícola convertido para habitação,
3 — Melhoramento da fachada (acafelamento),
4 — Reactivação para terreno agrícola.

Fig.158 Esquema de localização das transformações durante a pandemia.



1





2





3





4

Fig.159-165 Enquadramento visual das transformações durante a pandemia.

Recentemente, durante a pandemia, painéis *sandwich* — chapas metálicas com isolamento integrado — foram utilizados para a extensão e melhoria do construído; este período, tornou-se bastante propício à realização de alterações substanciais do edificado do Riobom, que se poderá justificar pela extensão do agregado familiar durante o verão de 2020 e a anulação da vida citadina, obrigando os moradores a fecharem-se ainda mais nos limites do bairro; destacam-se os trabalhos de reboco numa das habitações e espaço exterior do bairro, a apropriação da ruína principal, adjacente à rampa de acesso as hortas, a transfiguração de um anexo agrícola para habitação, que anteriormente suportava um galinheiro, e a reactivação dos trabalhos agrícolas para lá das fronteiras do bairro, encaminhando-nos para o lado este da escarpa, em direcção à ponte D. Maria Pia. O acesso, a esta horta, faz-se através de uma ruína, nesse mesmo extremo e com a mesma característica de apropriação agrícola, integrada numa das cotas menos elevadas do Riobom.

É flagrante entendermos que os meios e técnicas disponíveis pela comunidade, associados à sua vontade reivindicativa por aquele lugar, não se reflectem nas condições do seu habitat, evidenciando-se, em cada construção, as próprias valências técnicas de cada um dos moradores e, assim, denota-se uma diferenciação na qualidade de vida dos mesmos. Se para o Sr. Acácio e outros habitantes, a sua experiência do quotidiano no bairro reflecte uma intensa ligação ao lugar e ao habitat, para o Sr. Arlindo, ela reflecte uma maior resignação ou desinteresse, oferecendo condições habitacionais mais adversas; contudo, não ferindo a partilha e espírito de comunidade que existe entre portas.

A casa do Sr. Arlindo estabelece o primeiro fogo, adjacente ao bloco habitacional principal do Riobom, encontrando-se a uma cota inferior do mesmo e anterior às escadas que comunicam com o seu corredor de acesso; a habitação encontra-se com algumas patologias severas, principalmente na cobertura, identificando-se, no interior da casa, falta de ventilação da estrutura e, como consequência, várias manchas de humidade. A habitação é constituída por três espaços principais, tendo a sala de estar/jantar o carácter distributivo para todos os espaços e que, por sua vez, se liga ao exterior. Encontramos duas áreas mínimas: a casa de banho e a cozinha, contíguas à sala, sendo que os respectivos vãos são encerrados, visualmente, apenas por cortinas. Tal deve-se à limitação espacial que quebra a fluidez do habitar e impede a instalação de portas. Os outros espaços comportam os quartos, o do Sr. Arlindo e o do seu filho; este vai pernoitando intermitentemente na casa; existe apenas uma porta dentro da habitação, a que separa a sala do quarto secundário, o do filho do Sr. Arlindo, sendo que a privacidade do quarto deste é assegurada por uma cortina. O quarto secundário identifica-se, também, como espaço onde o pé direito é mais baixo, devido à pendente do telhado na direcção da parte lateral do bloco principal até à última parede da casa que limita a área deste quarto. A única abertura existente, à excepção da porta de entrada, é uma janela, neste mesmo espaço, com dimensões de 70x40 centímetros que, nas várias visitas de campo, se encontrava sempre encerrada pela persiana. A porta de entrada é em metal com uma esquadria superior, dividida em quatro partes iguais, protegida por vidro de visibilidade reduzida. Em conversa com o Sr. Arlindo, entende-se que ele não demonstra interesse nos trabalhos agrícolas e, agora, habita aquela casa sozinho, após a mulher e o filho terem sido realojados num apartamento municipal; por este ser demasiado pequeno, Arlindo manteve-se em Riobom, vivendo, assim, uma vida separada da família, motivo que reflecte a sua resignação e da justificação pelo abandono do trabalho agrícola — «para quê ter uma horta?». Interpreta-se, no seu discurso, que a mudança para uma casa nova ou aguardar que a sua seja reabilitada é-lhe indiferente, «se me derem uma casa, vou».

O Sr. Acácio, interveniente fulcral na Comissão de Moradores do Riobom, parece ser um dos mais tranquilos no que diz respeito à ligação da sua vida quotidiana com o bairro; é claro que o que vier de melhor, com o processo de reabilitação do bairro, ele não o rejeitará, mas deixa transparecer felicidade, — envolta na resignação habitual com a demora do processo — em poder exercer a sua actividade agrícola e a criação de animais de cativeiro, enquanto que, nas suas reticências, observa o rio e a encosta, como um lugar que é seu e protegido. Esta atitude reflecte, pelos pequenos vislumbres escondidos atrás da porta da sua casa, o trato e cuidado em como esta se encontra, partilhada com a sua companheira Maria Sábado, em que usualmente recebem visitas dos seus filhos e netos.

Apesar da agilidade construtiva inerente aos moradores do Riobom, denota-se um conjunto de patologias habitacionais e de carências infra-estruturais, gerais, no edificado do bairro; questões de salubridade, saneamento e ligações eléctricas são as mais prementes, sendo colmatadas pelos recursos e apropriações disponíveis; na questão de falta de saneamento, esta é contrariada pela recolha de água, nos antigos tanques da fábrica de curtumes e em alguns pontos espalhados pelo bairro, através de bidões e pias, fixados no exterior, como anteriormente assinalado; para o seu transporte, utilizam-se soluções de pura acção física, suportadas por mangueiras tradicionais e, em escassos casos, de bombeamento para dentro das habitações, sendo que o sistema de águas residuais, na maior parte dos habitáculos, necessita de acção manual. Acções, consideradas clandestinas que, quando levadas a cabo pela população, são desmanchadas anonimamente, como no caso do corte das puxadas eléctricas, no final de 2020. Estas constituem a única fonte de alimentação eléctrica da comunidade; no mesmo período, deflagrou um incêndio, no primeiro corpo habitacional do bairro, entre paredes desabitadas e em estado avançado de ruína, geminadas aos cubículos habitados. Como já referido no texto de caracterização inicial, existe a intenção por parte da CMP em reabilitar o antigo Ramal da Alfândega; poderemos estar a assistir ao início de acções intimidatórias, inseridas no contexto do *bullying* imobiliário, quando o futuro do processo do Riobom se encontra incerto.

Considerando a resignação como premissa nos processos participativos, esta torna-se bastante evidente no discurso e interacção com os moradores do Riobom, cimentada com palavras sobre o projecto, proferidas pelo Sr. Acácio, de como este «já não vai dar para mim».

*

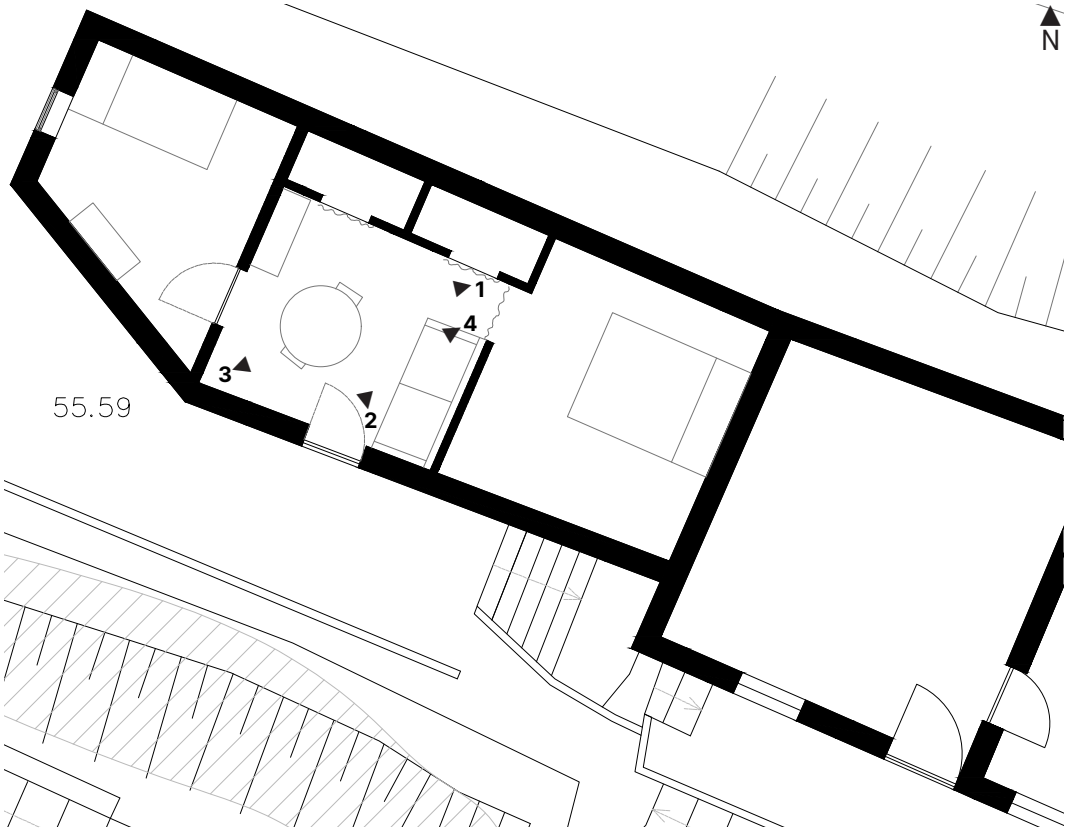


Fig.166 Planta da habitação do Sr. Arlindo, esc. 1:100.



1



2



3



4

Fig.167-170 Levantamento fotográfico da habitação do Sr. Arlindo.

3.3
Comunidade assistida

Durante o período de desenvolvimento do processo de requalificação do bairro do Riobom, foram organizadas várias acções públicas, realizadas desde 2014, pelo Laboratório, associando os seus respectivos intervenientes. Em paralelo com os debates incididos sobre a ilha da Bela Vista e as temáticas gerais do direito ao lugar e à participação; assim, a discussão premente, desde o primeiro contacto com a comunidade Riobom e o Laboratório e, posteriormente, com as entidades públicas e privadas, que contextualizam aquele território, solidificou-se no desenvolvimento das primeiras linhas gerais do projecto, acordando-se os diferentes interesses dessas mesmas entidades. O processo desenvolve-se, assim, a partir do envolvimento de quatro elementos fundamentais: o LaHB, a Comissão de Moradores do Riobom, a CMP e os proprietários do terreno, a família Riobom. De importância reiterar o desenvolvimento da análise e caracterização do território do Riobom, e encosta envolvente, em contexto de *workshop* nas "Tertúlias Fontainhas", em Março de 2016, numa parceria entre FAUP, ESAP e o núcleo estudantil participante. Deste momento, foram traçadas as primeiras linhas programáticas do projecto do Riobom, — do LaHB e arquitectos Cerejeira Fontes — em paralelo com outras propostas de intervenção no território, nomeadamente dos arquitectos José Gigante e João Carreira.

O projecto desdobra-se em três pontos programáticos fundamentais:

— a abertura do território à cidade e a consequente infra-estruturação e legalização;
— a requalificação das habitações da comunidade;
— um aumento de número de fogos de habitação permanente do bairro para mercado livre (em conjunto com um edificado de teor turístico).

Este último ponto advém do compromisso que se conseguiu estabelecer entre o Laboratório e a família Riobom, como modo de financiamento e continuidade do processo.

A partir desta pequena nota introdutória, apresentamos nas seguintes páginas a infografia do processo realizado, no contexto do bairro do Riobom e o esboço de um mapa metodológico a ser aplicado, baseado no projecto da ilha da Bela Vista e na experiência do Riobom.

Em anexo (p.207), acrescenta-se uma conversa, proporcionada pelo autor, com a equipa do Laboratório, o professor Manuel Correia Fernandes e o professor Alberto Lage, como ferramenta para desenvolver e aprofundar o actual estádio do processo e do projecto do Riobom, em conjunto com as vicissitudes actuais da cidade do Porto, aproveitando o conhecimento de causa, mais apurado e, simultaneamente, estabelecendo uma comunicação das temáticas teóricas abordadas ao longo desta dissertação.



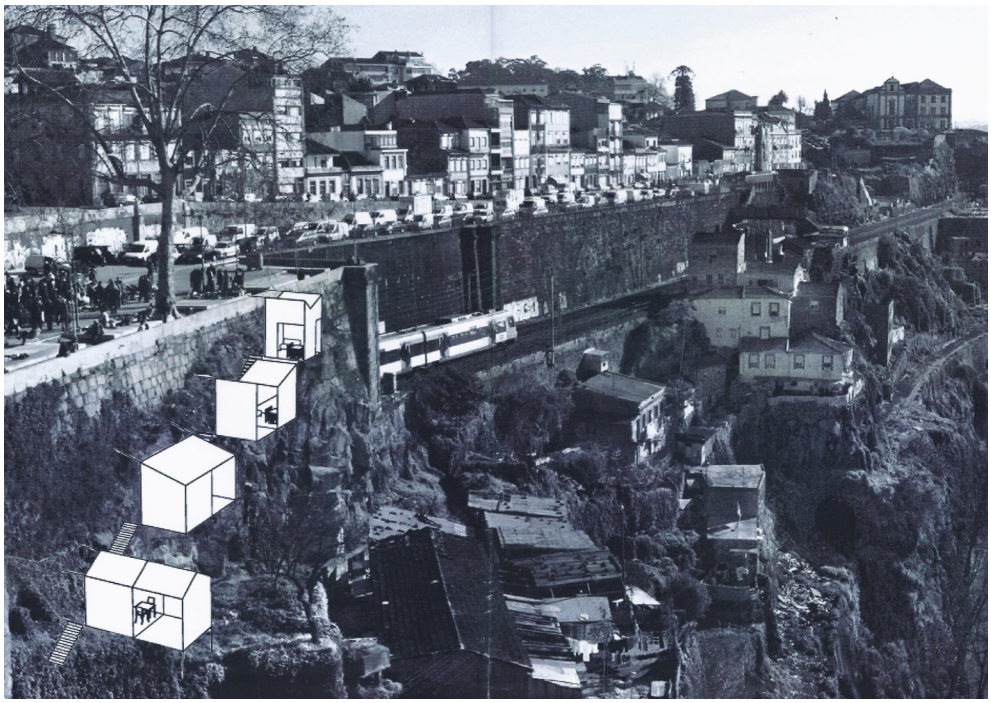


Fig.171-172 Estudos desenvolvidos nas "Tertúlias das Fontainhas".

contacto informal pela comunidade Riobom com o LaHB

conf. Vozes do silêncio
(31 Maio 2015)

trabalho de campo do LaHB
(28 Maio 2015)

reunião com a comissão de moradores do Riobom
(17 Janeiro 2016)

visita do geólogo José Pedro Montalvão
(20 Fevereiro 2016)

III Seminário do Riobom, Plano B
(27 Fevereiro 2016)



reportagem SIC
(24 Março 2016)



Tertúlias Fontainhas, Pérola das Fontainhas
(Março 2016)

reunião com os moradores do Riobom
(7 Maio 2016)



visita dos estagiários do LaHB ao Riobom
(18 Maio 2016)

conf. OA-SRN
(29 Outubro 2016)



documentário "Portugueses e Vizinhos", RTP2
(14 Maio 2020)

Entrevista da Tarde, Antena 1
(11 Janeiro 2021)

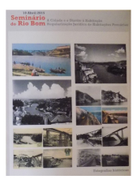
Página 2, RTP2
(Fevereiro 2021)

conf. Cidade. Habitação. Participação
(24 Março 2021)

4 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022

I Seminário do Riobom, JFB
(18 Abril 2015)







discussão do projecto, JFB
(18 Novembro 2015)

II Seminário do Riobom, Bairro do Riobom
(18 Julho 2015)

conf. O humano perante os desafios do presente
(6 Junho 2015)

"Nha Bairro Riobom", Antena 1
(10 Novembro 2017)



visita de Ilda Figueiredo (PCP)
(19 Junho 2017)



Reunião com os moradores do Riobom
(10 Março 2017)

Seminário Porto, Audit. Santo Ildefonso
(4 Fevereiro 2017)

conf. ESPAnet, FLUP
(13 Setembro 2019)



IV Seminário do Riobom, Audit. Santo Ildefonso
(2 Março 2019)

Seminário Porto: Uma carta para habitar o Porto, Audit. Santo Ildefonso
(30 Abril 2018)

Fig.173 Infografia das acções públicas do processo LaHB no Riobom.

3.3.1 MAPA METODOLÓGICO

Servem as seguintes palavras como síntese interpretativa a partir da análise crítica do contexto da cidade do Porto e das acções participativas do LaHB, assim como para desdobrar a sua metodologia participativa e para que esta se possa multiplicar pelos vários lugares de resistência espalhados pela cidade.

Está assente que os métodos participativos têm de estar articulados com os agentes políticos para que se consiga construir a defesa do direito ao lugar, procurando o melhoramento da qualidade do espaço urbano, para que o acesso aos seus serviços seja transversal a todas as comunidades. Esta comunicação, terá de ser, inegavelmente, propiciada pelos profissionais das várias áreas da *metalinguagem* dos processos participativos — a par com a atitude dentro do Laboratório —; uma vida activa política em constante confronto com os meios de poder é essencial para a defesa deste direito colectivo que proporciona a «liberdade de imaginar e transformar a cidade»[145]. Obviamente que a leitura e interpretação simultânea da legislação sobre a habitação, que está em vias de, ou vai ser aplicada, garante uma melhor possibilidade da sua contestação e modificação. Parece-nos, então, que esta premissa de ligação da vida política à vida urbana é essencial para que possa existir uma evolução e disseminação dos métodos participativos, reiterando que o espaço da cidade é espaço político, pelas suas características de espaço de manifestação, pelo direito a resistir e ao lugar onde se quer estar.

Simultaneamente, o que se incute nestes processos é tornar tangível a participação da população no delineamento do plano urbano, tentando diminuir o seu nível de burocratização. Assim, na consciência da equipa do Laboratório, considerar que as acções participativas se enquadram numa neutralidade política é uma distorção positivista e manipuladora da realidade, quando ainda é preciso garantir justiça social dentro da cidade[146]. Nesta linha, o processo político tem de reformular a legislação para que seja possível «dar resposta às famílias com graves carências habitacionais», «garantir o acesso à habitação a quem não consegue aceder através do mercado privado» e «criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção mais a nível do construído que do desenvolvimento urbano»[147].[148]

Nos lugares e comunidades em que o Laboratório está presente e activo, representa-se o método de *intervenção-acção-participação*, consequência do processo intenso, ligado às ciências sociais, de *investigação-acção*. Estes mecanismos atingem a sua maior interferência, peremptória no desenho do projecto de arquitectura, quando, quer por parte dos moradores

---

145 Silva, M. C. et al (2020), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*, p.101.
146 Ibidem, p.175.
147 Ibidem, p.117.
148 Ver ibidem, p.117-120. Desdobram-se «críticas salientes à Nova Política de Habitação» da legislação aprovada pelo Governo de cada um dos pontos referenciados no texto:
O Primeiro Direito (Programa de Apoio ao Direito a Habitação de 2018). "De facto se a estratégia se baseia no reconhecimento dos limites do PER, ela deixa porém, espaço para a reprodução de processos semelhantes, não na forma, mas na substância. Os municípios usaram o PER para colocar no mercado áreas inteiras para alegados novos desenvolvimentos; de facto, não parece absurdo pensar que os processos de requalificação estarão novamente ligados ao deslocamento de moradores/as. Vale a pena lembrar, mais uma vez, que o deslocamento de famílias e comunidades de proximidade é sempre uma perda em termos de vínculos sociais e económicos, memória e resiliência.";
O Programa de Renda Acessível, " (…) os ganhos conseguidos através do alojamento breve para fim turístico são muito maiores que as isenções propostas: a distância entre o salário mínimo português e as rendas que permite a economia turística não são minimamente comparáveis.";
O Projecto Reabilitar como Regra, "Estes instrumentos, de facto, já existiam e têm sido todavia formas para requalificar áreas urbanas dos municípios, de resto mais para dinamizar a economia financeira, do que para garantir o direito a habitação."

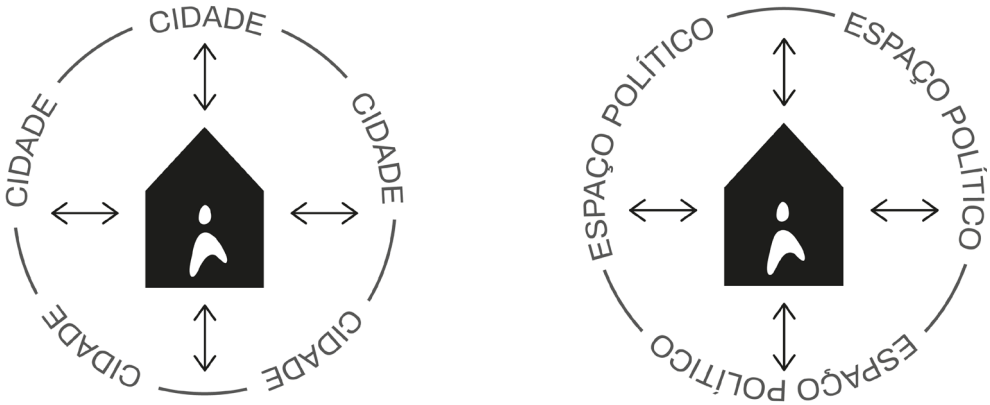


Fig.174 Esquemas da cidade como espaço político.

quer por parte dos técnicos e cientistas sociais das várias disciplinas, existe um compromisso social e um envolvimento total em todas as fases do processo, desde o início da operação até à sua conclusão; só assim, a participação e colaboração dos habitantes será garantida. No que diz respeito à investigação-acção dos lugares e respectivas comunidades é exercida uma forte componente no trabalho antropológico e etnográfico; registos de cada habitante, dentro e fora da 'ilha' ou bairro, são recolhidos a partir de unidades de observação regulares, construindo assim a narrativa de cada habitante e as relações que têm com o espaço que habita, a respectiva envolvente e de como usufrui da restante cidade. Contudo, para além dos moradores, também os visitantes são alvo de estudo, percebendo-se, assim, que dinâmicas existem entre os continentes comunitários, podendo-se constituir grelhas familiares e de laços afectivos que se desdobram para outros sítios da cidade — processo implementado na ilha da Bela Vista e no bairro do Riobom.

É a partir deste envolvimento e compromisso inicial, no decorrer da investigação, que se impõem as conjecturas favoráveis para a criação de um ambiente comunicativo, entre técnicos e moradores, em que se conseguem estabelecer ligações de confiança e, até, de afectividade. Este objectivo permite-se, como já foi referido anteriormente, na ilha da Bela Vista, por todo este trabalho de investigação e processo de projecto ter sido desenvolvido dentro de portas da comunidade, onde, então, a equipa do LaHB, dividiu a sua vida quotidiana e de vizinhança com a comunidade da Bela Vista; processo este que ainda está equacionado para a continuação da intervenção no bairro do Riobom. A ligação pessoal ao ofício com a comunidade proporciona, assim, uma facilidade na interacção com a vida privada dos moradores e uma consequente riqueza dos elementos de estudo recolhidos, quer em quantidade quer em qualidade, reforçando e potencializando o projecto de arquitectura com base na memória e dimensão do tempo da cidade. A descodificação da autoconstrução, utilizada pelas comunidades, nesta atmosfera de partilha, torna-se bastante operante na linguagem entre habitante e arquitecto, como, também, o desenvolvimento da respectiva cartografia doméstica, beneficiando e enriquecendo os elementos técnicos arquitectónicos, tradicionais, do espaço físico exterior e colectivo dos lugares. A participação, como princípio garantido na nova Lei de Bases da Habitação, tem de estar constantemente activa no espaço político e público da cidade; assim, os processos do LaHB estão sempre interligados com a cidade através de debates públicos, seminários, apresentações dos programas, assembleias de moradores, entrevistas, entre outros — situação também visível no processo do bairro do Riobom.

Será fundamental um envolvimento sério das escolas e dos laboratórios de investigação, especialmente os de arquitectura, na concepção de novos programas académicos que interajam com o contexto real das cidades, procurando e evoluindo novas soluções e processos habitacionais que quebrem o ambiente esterilizado que se vai vivendo dentro dos edifícios que

as comportam; em simultâneo obriga a discussão sobre a própria condição como disciplina e ofício, desdobrando a crítica, muitas vezes esquecida, a partir das palavras, mais eficientes, do mestre Távora, de qual deve ser a posição do/a arquitecto/a:

> *"Antes de arquitecto, o arquitecto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício de outros homens, da sociedade a que pertence.*
> *(...) As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem. (...)*
> *A sua posição será, portanto, de permanente aluno e de permanente educador; como tal saberá ouvir, considerar, escolher – e também castigar.*
> *Não se suponha ele o demiurgo, o único, o génio do espaço organizado – outros participam também na organização do espaço. Há que atendê-los e colaborar com eles na obra comum."*[149]

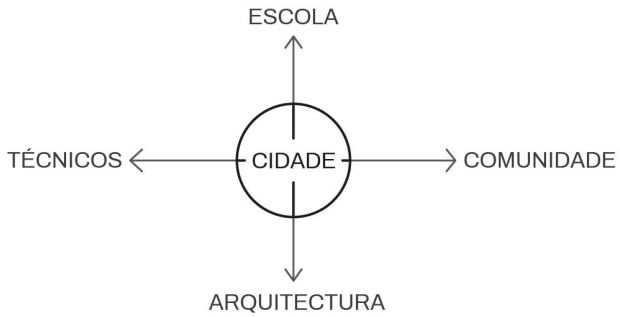


Fig.175 Esquema para as actividades técnicas.

Em suma, o Laboratório identifica-se como um prolongamento da comunidade, tentando descodificar e comunicar as suas ânsias, motivações e expectativas, em busca a cimentá-las no espaço físico da cidade, onde as raízes tendem a desaparecer. Entre o Laboratório e a comunidade estabelece-se uma permuta de confiança, da qual se espera poder de resistência e resiliência e, por vezes, longos momentos de resignação, mas acima de tudo espírito de entreajuda e luta (ver ACF em Entrevista, Anexo I, p.217).

Resta salientar, com alguma ingenuidade, a necessidade associativa deste tipo de processos, começando nas academias e articulando-se com a *cidade-real*, para atingir uma prática arquitectónica minimamente consciente e em prol das comunidades fragilizadas; estas acções terão de começar, em primeiro lugar, por cada um de nós.[150] [151]

---

149 Távora, F. (2008), *Da organização do espaço*, p.74.
150 "Os bairros e edifícios planeados 'para' os utilizadores degradam-se porque os utilizadores, não tendo participado no seu planeamento, não conseguem apropriar-se deles e (…) não têm motivos para defendê-los." Carlo, G. (2014) in *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, p.245.
151 "La buena arquitectura parece ser aquella que re-suelve (es decir, deshace, des-compone) los conflictos consiguiendo, por lo menos, reducirlos o minimizarlos." Solà-Morales, I. (2009), *Los artículos de Any*, p.51.

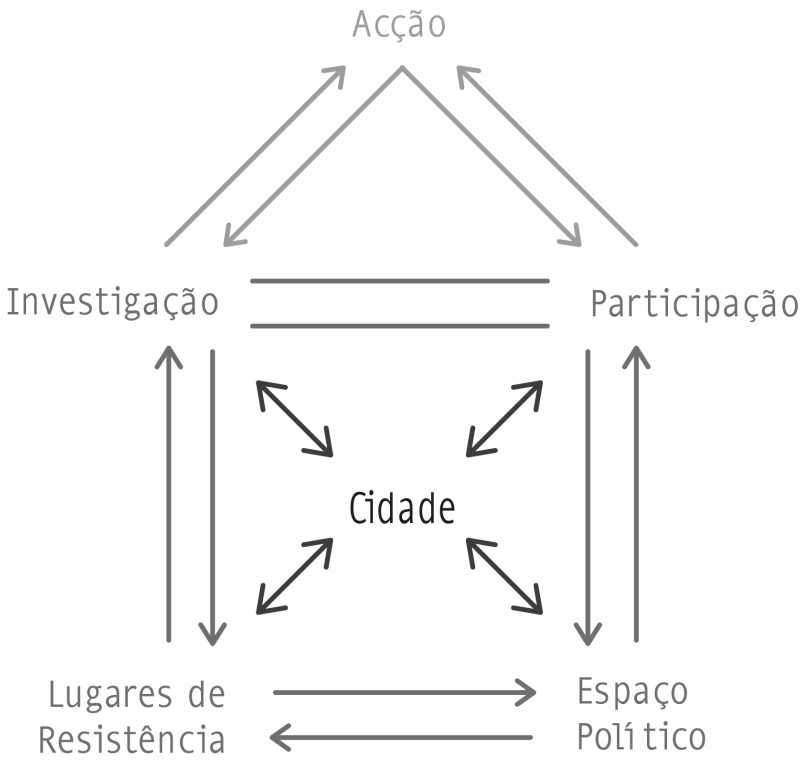


Fig.176 Projecto total.

Considerações finais

PROJECTO TOTAL

Na exposição apresentada, pretende-se tornar visível a necessidade da afirmação de um projecto arquitectónico no contexto real da cidade: é defensável a multidisciplinaridade e a agregação das várias componentes técnicas, sociais, políticas e de pensamento. Para que isso ocorra, a transformação da posição do arquitecto — ou pelo menos a abertura para novas práticas que já se evidenciavam ao longo do século XX — tem de se consciencializar numa vertente social, associativa e reconhecedora dos métodos participativos como ferramenta-chave para colmatar a injustiça social e espacial de que os planos urbanos estão feridos. O que se propõe não é novo, mas uma reactivação de estudos, casos e projectos que conquistaram o seu lugar na história. Num futuro próximo e a par com outras especialidades, a técnica arquitectónica terá como principal objectivo o de construir um espaço de mediação entre as comunidades e os agentes do poder.

No desenvolvimento dos planos urbanos, a discussão permanente deverá ser vista como prioritária e articulada com a definição e estudo dos modelos de cidade praticados que, por sua vez, interagirão com os primeiros. O debate tem sido renegado por processos altamente burocráticos que dificultam a resolução das problemáticas da cidade da proximidade e a interferência das populações no desenvolvimento dos planos urbanos. Ao longo da dissertação, defende-se um modelo que compreenda os lugares de resistência e as comunidades como veículos operantes, com capacidades de regeneração urbana, para a resolução das suas próprias problemáticas; por outras palavras, abrir o plano para que projectos associativos, comunitários ou de necessidade imediata lhe possam pertencer. Assim, a existência dos planos é admitida, não com o cariz hermético actual, mas como processo para encontrar a *cidade-todo*; um plano em constante movimento, procurando a dimensão temporal da cidade através das micro-acções comunitárias que, subsequentemente, devem perder a sua excepcionalidade de exercícios demasiadamente localizados; frequentemente estes envolvem a subversão ideológica ou o aproveitamento político dos mecanismos de poder (ver ACF em Entrevista, Anexo I, p.210).

Na conversa que se gerou a partir da discussão do PDM da cidade do Porto (ver Entrevista, Anexo I, p.207) deduz-se que os programas não passam de imposições formais preconcebidas, muitas vezes de cariz abstracto e que são facilmente mutáveis consoante o interesse da máquina política e do mercado liberal. O modelo que se pretende para a cidade fica em suspenso quando se continua a desenhar o plano urbano limitado a uma hipermodernidade adquirida, que se baseia substancialmente numa mobilidade massificadora, não pondo em causa a qualidade do quotidiano ou procurando a cidade da proximidade. Obviamente que para procurar o que apelidamos de *urbanismo inclusivo*, — assente na participação associativa e em acções espontâneas — teremos de ver espelhadas na sociedade mudanças que dizem respeito ao seu próprio ritmo, freneticamente consolidado; estas terão de passar pela organização/divisão do trabalho, por políticas sociais e habitacionais; parafraseando o arquitecto Manuel Correia Fernandes, antigo vereador da CMP, um modelo que consolide a casa como habitat

e habitar assente em três movimentos: habitação, trabalho e escola (no sentido cívico e de serviços de proximidade essenciais para um habitar digno). Este modelo, promove a unidade de vizinhança e acções adquiridas da cidade espontânea, balanceando entre três eixos. Assim, o objectivo será criar condições para que a alienação da vida cívica e política da cidade seja colmatada, adquirindo a dimensão tempo de que os métodos participativos tanto precisam: «Quando referi aquele triângulo casa-trabalho-escola, tudo isto é traduzido em tempo disponível para, portanto, se só tenho tempo para a escola, para o trabalho ou para estar em casa, não tenho tempo para a sociedade» (MCF em Entrevista, Anexo I, p.217). São as raízes de comunidades como a do Riobom e da Bela Vista que podem criar as interligações de que a cidade tanto carece; a cidade e as dinâmicas quotidianas crescem entre estas comunidades na dimensão tempo que tem faltado às cidades contemporâneas.

Encontra-se na 'cidade' espontânea uma abordagem à regeneração de um sentimento anacrónico do quotidiano; a acção directa planeada articula-se com as comunidades e autoridades. O plano e o espontâneo não podem ser duas coisas divergentes da estratigrafia da cidade e da sociedade; não se encontra a *cidade-todo* numa só perspectiva, «na realidade significa que os níveis de decisão daquilo que são as consequências do crescimento e da intervenção urbana parte de uma perspectiva muito próxima do lugar. O plano tem de se afastar e acrescentar uma série de critérios muito importantes, e valiosos, mas que muitas vezes se desfocam daquilo que é a dimensão e a relação com as pessoas, e aquilo que importam para a decisão do lugar.» (ACF em Entrevista, Anexo I, p.210) Em síntese, integrar a dimensão social nos planos, em que a participação se tornará uma metodologia natural, reiterando-a como política institucional. No contexto português, o avanço da promulgação da Lei de Bases da Habitação, em 2019, traduziu-se num pequeno passo para a defesa do direito ao lugar, à habitação e à democracia associativa; devemos requerer a sua rápida regulamentação como um direito inalienável, contudo, sabendo que a vontade política será um factor decisório à sua complementação, tanto a nível do poder central como autárquico. O que o PDM da cidade do Porto nos transmite é a renegação e exclusão de várias tipologias arquitectónicas, como as 'ilhas' e os bairros camarários, em concordância com políticas de arrendamento acessível insuficientes com forte influência do mercado livre.

Concluindo, o projecto total passa por acções multidisciplinares, sociais e técnicas, que têm de ser altamente coordenadas, indo ao encontro do que se descreveu no subtítulo "Mapa metodológico" (p.185). O papel das escolas e academias revela-se fundamental na disseminação das relações interdisciplinares: estas são imprescindíveis no que concerne à edificação de comunicação e das metodologias de intervenção. São cruciais porque facilitarão os processos participativos de técnicos e moradores, conduzindo, muito desejavelmente, a um desfecho harmonioso. Envolver os diversos actores (técnicos, moradores, decisores políticos, investidores, proprietários, etc.), incarnando diferentes e importantes personagens que actuam num palco comum, com o mesmo argumento entre mãos, não é tarefa fácil; o objectivo final será o de encontrar fórmulas de diálogo que garantam, no respeito pela legislação vigente e pelas sensibilidades envolvidas, um cenário policromático.

CENÁRIOS PARA RIOBOM

Como qualquer processo participativo, o Riobom pressupõe um conjunto de variantes com caminhos e concretizações diferentes entre si. No decorrer da dissertação analisou-se, teórica e praticamente, muitos dos aspectos que compõem uma realidade participativa na arquitectura. A conclusão imediata a que poderemos chegar é que nenhum deles poderia acontecer de igual forma noutro contexto espaço-tempo. Objectivamente desdobrou-se uma atitude, política, social, cívica e crítica que deve ser seguida ou, até mesmo, vivida, para que mais destes momentos possam multiplicar-se dentro das nossas comunidades e, a partir daí, disseminar-se esta ideia, que as cidades devem reflectir o quotidiano das suas gentes; atentar a cidade-plano compreendendo que são as pessoas que a vão encher — abrir as portas a um novo urbanismo inclusivo. A cidade espontânea pondera esta acção, das pessoas sobre o plano e vice-versa, uma discussão aberta, menos burocratizada e com soluções prementes. Dentro deste entendimento, os profissionais das várias especialidades terão de comunicar entre si e com os meios de poder, de decisão, e, por sua vez, estender as suas ferramentas às comunidades.

No Riobom assistimos a um processo altamente complexo do ponto de vista social, económico-financeiro e da legalidade, tratando-se de uma ocupação de génese *okupa* e de uma comunidade segregada, em que o próprio espaço físico transporta essa relação com a cidade urbana ou consolidada. Fazemos, então, este exercício, que não deixa de ser especulativo, sobre as dinâmicas futuras e em que é que estas poderão permitir e/ou condicionar o processo do Laboratório para o Riobom e, subsequentemente, o resultado concreto do mesmo, quer dentro dos termos arquitectónicos, quer nas relações da comunidade com a cidade.

Extrapolam-se, assim, três cenários plausíveis, tendo em perspectiva a reunião e acordo entre as entidades envolvidas, cada uma delas dentro das suas funções e capacidades (os seguintes descrevem-se a partir da informação recolhida em Entrevista, Anexo I, p.207). Estabelecem-se as quatro entidades formais que correspondem ao início do processo do Riobom: o LaHB, a comunidade do Riobom estabelecida pela Comissão de Moradores, os proprietários do terreno (a família Riobom) e a CMP, associada aos Pelouros da Habitação e do Urbanismo; as possibilidades que vão ser descritas mantêm o elo de ligação total entre o LaHB e a Comissão de Moradores do Riobom.

A par com a ilha da Bela Vista, o cenário idílico seria o diálogo e apoio dos meios de poder, a autarquia, para que se criasse um conjunto de circunstâncias para uma intervenção mais robusta no território, abrindo caminho para uma comunicação que pudesse encontrar respostas, a nível legal e económico-financeiro, a um projecto global do Riobom, respondido arquitectonicamente pela equipa do Laboratório e os arquitectos Cerejeira Fontes. Como ficou abertamente explícito na conversa anteriormente facultada, para que esta acção, por parte da CMP, seja viável tem de estar em completo conluio com uma vontade política, que, até agora, não tem sido demonstrada; transpõe-se essa falta de vontade com a aprovação do novo PDM que não compreende sequer o desafio que é o da habitação na cidade, não estando legíveis respostas urbanas, sociais e financeiras para o colmatar.

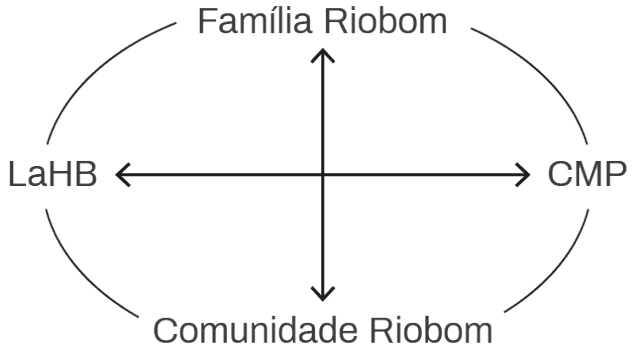


Fig.177 Cenário para Riobom I.

Num cenário de intervenção institucional, a CMP teria a oportunidade de resolver um território da cidade que, há muitos anos, compõe várias carências infra-estruturais e de ligação à cidade, antevendo que o que está considerado para o Ramal da Alfandega, como percurso-corredor é muito limitado para este efeito e apropria-se de uma área, mais ou menos evidente, regular e mais apetecível por ser plana. Falamos de uma conexão do território do Riobom à cota alta e/ou à cota baixa e que, porventura, poderia ligar a zona mais oriental, Campanhã.

Pondera-se este cenário como objecto-total, mas poderemos considerar uma acção da CMP menos interventiva, no que toca ao plano urbano, focando-nos na questão habitacional. Apesar das carências infra-estruturais, nomeadamente de acesso ao próprio bairro, poderiam ser postas em prática soluções menos pesadas, economicamente, que permitissem uma ligação mais segura, de vias a completar um projecto de arquitectura dentro das limitações do Riobom; por exemplo, uma solução possível seria o acesso utilizado nos anos 40, no extremo este do território, adjacente ao Seminário do Porto (ver fig. 86-87). Se esta intenção fosse ponderada proporcionaria uma intervenção arquitectónica que iria ao encontro das necessidades da população; sob o ponto vista financeiro, a família Riobom e a própria CMP poderiam auferir de conquistas relevantes, considerando que o índice legal de construção no território permite um aumento de habitáculos, que poderiam ser integrados no mercado livre; estas vicissitudes foram consideradas no projecto do LaHB, para ir de encontro aos interesses dos proprietários, estabelecendo assim uma simbiose entre a comunidade do Riobom, que veria as suas condições habitacionais drasticamente melhoradas e se conseguiria desamarrar do seu isolamento. Claro que a prospecção de um cenário destes não é líquido, carecemos de factores, respostas legais, para antever o que tal intervenção traria à própria comunidade, tendo em conta o seu envelhecimento e, por sua vez, a preservação da memória colectiva comunidade-território. Não esquecer que a nova legislação não permite a transmissão de vínculos contratuais de arrendamento (dentro do agregado familiar), no entanto, esta questão não se coloca na comunidade do Riobom, visto que esta nunca gozou de quaisquer contratos. Para alterar esta situação profundamente desumana, de incerteza no futuro, existirá vontade política da CMP e condições legais para finalmente se estabelecerem contratos com a população residente? E em que termos?

Resumindo, com a acção da CMP, o Riobom poderia desenhar um projecto de agregação da comunidade com a cidade, a partir da ligação do território, da reabilitação das casas ocupadas, em conjunto com nova construção.

Nas palavras da equipa do Laboratório, se os proprietários — a família Riobom — não faltarem ao previamente acordado com a Comissão de Moradores do Riobom, a possibilidade de reabilitação das habitações ocupadas é quase um facto adquirido. Portanto, se as entidades institucionais deixarem de fazer parte desta equação, para o processo do Riobom, estão ga-

rantidas as condições para que, no mínimo, sejam fornecidas condições habitacionais dignas a todos os moradores. No entanto, os pormenores deste acordo não são transparentemente conhecidos pelo autor, no que diz respeito aos apoios financeiros necessários à intervenção, existindo a possibilidade de concorrer a fundos públicos, por via de concursos estatais antevistos pela 'bazuca' europeia. Fica, então, completamente descartada a possibilidade de nova construção e uma limitação no projecto de arquitectura.

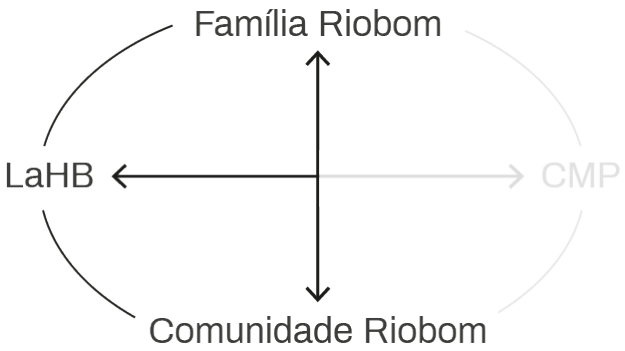


Fig.178 Cenário para Riobom II.

Este cenário não deixa de ser uma espécie de penso rápido para, pelo menos, fornecer a esta comunidade um habitat digno, contudo, o isolamento e marginalização, a nível económico e social, será difícil de antever se poderá ser colmatado a partir desta solução, ficando o sentido lato de habitar meio em suspenso. No entanto, a vantagem, para o que vem a ser o terceiro cenário, é que garante à população uma organização territorial autogerida, das suas hortas, anexos e lotes.

Por último, desenha-se um cenário em que se ausentam as entidades municipais e privada (a família Riobom), deixando a comunidade como principal actor na edificação do seu futuro, considerando a acção do LaHB presente e fundamental nesta contenda.

Resume-se, então, à Comissão de Moradores salvaguardar, nos termos legais, o seu direito ao lugar e à capacidade de reabilitar. Segundo a Lei de Bases de Habitação[152], promulgada em 2019, mas ainda passível de aplicação prática, a situação da comunidade do Riobom insere-se neste contexto: dentro do artigo 11.º, no que respeita o "Direito à escolha do lugar de residência" e no artigo 55.º alínea 5 que determina que "o Estado respeita a capacidade de autoconstrução dos cidadãos e suas famílias, promovendo o enquadramento desta capacidade no cumprimento das normas urbanísticas e no acesso a programas e financiamentos públicos."

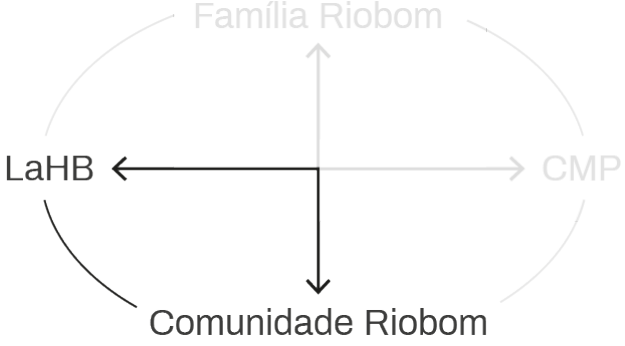


Fig.179 Cenário para Riobom III.

152 Lei nº83/2019 publicada em Diário da República nº168/2019, Série I de 2019-09-03

No caso da família Riobom se opor à continuidade da ocupação por parte da comunidade, esta poderá, através de meios judiciais, evocar a usucapião. Interrogamo-nos sobre o desfecho da mesma, visto que, pela falta de capacidade económica da Comissão de Moradores, estará sob a alçada do Ministério Público. Segundo a equipa do LaHB, mesmo que a Comissão de Moradores consiga vencer esta acção, terá de legalizar todo o território, ao nível do cadastro; na gestão dos habitáculos, não haverá consequências danosas, mas, no que diz respeito à reorganização do espaço exterior público e agrícola, poderão criar-se tensões e animosidades entre os moradores.

A partir dos dados recolhidos, compreendemos que o cenário que melhor se enquadra no contexto real, será o que articula uma acção conjunta do LaHB com a Comissão de Moradores do Riobom e a família Riobom; é, também, a mais eficiente e a que poderá garantir com brevidade um melhoramento das condições habitacionais actuais. Todavia, nunca poderemos descartar a hipótese, face às políticas habitacionais e urbanas vigentes, de um abandono progressivo, resultante da resignação e da falta de apoio social e institucional.

A comunidade do Riobom destaca-se de outros lugares de resistência pela dificuldade em interagir com a cidade, quer no seu aspecto físico quer social. Ao contrário dos núcleos habitacionais identificados pela CMP, o Riobom está envolto em contrariedades, derivadas da génese *okupa*, ilegal e considerada marginal, pelo que, como já foi referido, nem se encontra registada nesse levantamento institucional. A resignação da comunidade acentua-se pela sua condição de marginalidade, resultando daí um sentimento de posse mais débil, acentuado pelo discurso institucional que a apelida de indigna. Numa sociedade marcada por laivos de racismo e xenofobia, o Riobom, volvidos 40 anos sobre a sua origem, não se furtou a esse estigma.

E qual será o papel do arquitecto em todo este processo?

Como ser consciente da sua função social e imbuído de conhecimentos técnicos resultantes de um percurso académico, procura articulá-los com a realidade urbanística e humana que se lhe depara. Acredita-se que a partir dos métodos participativos seja possível exercer uma discussão regeneradora com vista a contrariar as vigentes políticas habitacionais. Para isso, a função social do arquitecto deve estar alicerçada numa plena consciência dos factores externos indiferentes às suas acções e desenho — dentro destes processos as acções do arquitecto como sujeito activo, a partir daquele, terão, inevitavelmente, de responder e comunicar com as comunidades e suas necessidades adjacentes.

Através da técnica academicamente adquirida exerce a sua acção em benefício dos habitantes. É a partir deste primeiro passo que se conseguirá alavancar a discussão para um nível hierárquico superior. Teremos de considerar que, muito provavelmente, a proposta e acção do LaBH, no contexto real da cidade, se irá debruçar a partir do terceiro cenário proposto, sendo que os exercícios prospectores que se possam desdobrar serão contraditórios, de carácter idílico ou utópico e, portanto, em choque com a *cidade-real*; longe do objectivo que aqui é pretendido.

Em suma, defende-se a criação de um canal de comunicação entre arquitectos e técnicos — os intervenientes e os decisores. O que torna o processo do Riobom tangível é exactamente como os técnicos do LaHB estão em constante comunicação com a comunidade e, por isso, acreditamos que se conseguirá garantir, pelo menos tecnicamente, um melhoramento das condições habitacionais. Não querendo refutar a crença e defesa do desenho arquitectónico como ferramenta essencial para a resolução dos constrangimentos físicos, este torna-se um mero artifício quando ainda tantas necessidades não são garantidas aos habitantes.



Fig.180 Bairro do Riobom (Sr. Acácio em primeiro plano).

Fontes

BIBLIOGRAFIA

Alexander, C. (1976). Urbanismo y participación: el caso de la Universidad de Oregon. Barcelona: GG.

Alexander, C. (1980). A pattern language. Barcelona: GG.

Ascher, F. (2010). Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra.

Bandeira, P., & Faria, N. (2014). Escola do Porto: Lado B. 1968-1978 (Uma História Oral). Guimarães: Documenta.

Bandeirinha, J. A. (2007). O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Bandeirinha, J. A. (2014). O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976. Porto: Serralves.

Bauman, Z. (1998). O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2007). Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Benevolo, L. (1982). Storia della città. Roma: Laterza.

Benevolo, L. (1984). A cidade e o arquitecto. Lisboa: Edições 70.

Benevolo, L., Longo, T. G. & Melograni, C. (1980). Projectar a cidade moderna. Lisboa: Editorial Presença.

Bohigas, O. (1969). Contra una arquitectura adjectivada. Barcelona: Editorial Seix Barral.

Borja, J. (Janeiro-Março 2009). A democracia em busca da cidade futura. *Jornal Arquitectos*, nº234, 52-63.

Bourdic, L., Kamiya, M. & Salat, S. (2017). Por uma estratégia de cidade sustentável. Expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico. Porto: Edições Afrontamento.

Carlo, G. (1970). Urbino: The story of a city and plans for its development. Massachusetts: MIT Press.

Carlo, G. (1980). An architecture of participation. *Perspecta*, vol. 17, 74-79.

Carlo, G. (2002). Nella città del mondo. Veneza: Marsilio ed.

Carlo, G. (2014) O público da arquitectura. In Bandeirinha, J. A., *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*. Porto: Serralves.

Certeau, M. (1998). A invenção do quotidiano. Petrópolis: Editora Vozes.

Choay, F. (2000). A alegoria do património. Lisboa: Edições 70.

Coimbra, J & Seara, I. (1986). Sine qua non ou a ideologia do habitar. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.

Conceição, P. & Vázquez, I. B. (2015). 'Ilhas' do Porto — Levantamento e Caracterização. Porto: Município do Porto.

Costa, A. A. (1978). Oporto. *Lotus*, nº18, p.64-103.

Costa, A. A. (Julho-Setembro 2009). As operações SAAL. *Jornal Arquitectos*, nº 236, p.10-11.

Costa, A. A. (2019). Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor. Lisboa: Tinta da China.

Cullen, G. (1984). Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.

Davis, M. (Março-Abril 2004). Planet of slums. *New Left Review*, nº 26.

Dias, M. G. (Janeiro-Março 2009). Helena Roseta: Do urbanismo totalitário ao crime urbanístico (entrevista). *Jornal Arquitectos*, nº 234, p.22-33.

Engels, F. (1873). Para a questão da habitação (texto original). Lisboa: Editorial Avante.

Filgueiras, O. L. (1985). Da função social do arquitecto. Porto: E.S.B.A.P.

Fontes, A. C., Fontes, A. C., Rodrigues, F. M. & Silva, M. C. (2017). A cidade da participação. Porto: Edições Afrontamento.

Foucault, M. (2008). Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2013). Vigiar e punir. Lisboa: Edições 70.

Frampton, K. (1997). História crítica da arquitectura moderna. São Paulo: Martins Fontes.

Frei, H. (Julho-Setembro 2009). Pobreza & Arquitectura. *Jornal Arquitectos*, nº236, p.100-109.

Friedman, Y. (1973). Hacia una arquitectura científica. Madrid: Alianza Editorial.

Friedman, Y. (2020). L'architecture mobile: vers une cite conçue par ses habitants (1958-2020). Paris: Éditions de l'éclat.

Goitia, F. C. (1982). Breve história do urbanismo. Lisboa: Editorial Presença.

Habraken, J. (1979). Deseño de soportes. Barcelona: GG.

Habraken, J. (1998). The structure of the ordinary, Cambridge: MIT Press.

Habraken, J. (2000). Housing for the millions. Roterdão: NAi Publishers.

Hall, S. & Jefferson, T. (2014). Rituales de resistencia. Madrid: Traficantes de Sueños.

Harvey, D. (1977). Urbanismo y desigualdade social. Madrid: Siglo XXI.

Lefebvre, H. (2011). O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora.

Lerup, L. (1977). Building the unfinished. Londres: SAGE Publications.

Loza, R. (2019). Rui Loza. In Távora, F., *Estudo de renovação urbana do Barredo* (p.14). Porto: CMP.

Lynch, K. (1999). A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70.

Oliver, P. (2003). Dwellings: the vernacular house worldwide. Londres: Phaidon.

Pacheco, D. (1963). A habitação em Portugal. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

Pallasmaa, J. (2017). Habitar. Barcelona: GG.

Pereira, G. M. (1995). Famílias portuenses na viragem do século 1880-1910. Porto: Edições Afrontamento.

Pereira, N. T. (1994). Pátios e vilas de lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, vol. XXIX, pp.509-524.

Pereira, N. T. (2018). Participação popular e trabalho do arquitecto. *Ex-curso*, série A, nº3.

Portas, M. (Julhos-Setembro 2009). A sério, a sério... *Jornal Arquitectos*, nº 236, p.58.

Portas, N. (2004). A habitação social — Proposta para a metodologia da sua arquitectura. Porto: FAUP.

Portoghesi, P. (1982). Depois da arquitectura moderna. Lisboa: Edições 70.

Price, C. (2003). RE:CP. Basileia: Birkhauser.

Rodrigues, F. M. (2014). Ilha da Bela Vista. Porto: Edições Afrontamento.

Rodrigues, F. M. & Silva, M. C. (2015). Cidade, habitação e participação — O processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76. Porto: Edições Afrontamento.

Rudofsky, B. (1965). Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. Nova Iorque: MoMa.

Silva, M. C. et al. (orgs). (2020). Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas. Porto: Edições Afrontamento.

Silvano, F. (2010). Antropologia do espaço. Lisboa: Assírio e Alvim.

Solà-Morales, I. (1996). Presente y futuros: arquitectura en las ciudades. Barcelona: Actar.

Solà-Morales, I. (2009). Los artículos de Any. Barcelona: Fundacion Caja de Arquitectos.

Sousa, A. S. (1949). O problema da habitação: suas causas e soluções a adoptar. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

Tafuri, M. (1985). Projecto e utopia. Lisboa: Editorial Presença.

Tafuri, M. (2014). Um testemunho. In Bandeirinha, J. A., *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*. Porto: Serralves.

Távora, F. (2008). Da organização do espaço. Porto: FAUP.

Távora, F. (2019). Estudo de renovação urbana do Barredo. Porto: CMP.

Teixeira, M. C. (2019). Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto. Porto: Edições Afrontamento.

Turner, J. (1976). Housing by people. Nova Iorque: Phanteon Books.

Vieira, A. S. (1976). The proletarian 'island' as a basic element of the urban tissue. *Lotus*, nº13, pp.80-93.

Vieira, A. S. (Janeiro-Março 2009).Um processo participativo também pode ser manipulável. *Jornal Arquitectos*, nº 234, pp.16-19.

Vieira, A. S. (2009). 01 Textos. Barcelos: Civilização Editora.

Žižek, S. (2015). Problemas no paraíso. Maia: Bertrand Editora.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

Carvalho, P. (2015). *Será que o Porto ainda quer o Bairro do Riobom*. Disponível em: https://www.publico.pt/2015/04/18/local/noticia/sera-que-o-porto-ainda-quer-o-bairro-do-riobom-1692645

Kroll, L. (2010). *Natural Cities*. High Green Tech Symposium. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9wzV6hROlvM

Kroll, L. (2013). *Friendly Architecture.* What is Good Architecture? Disponível em: https://www.oasejournal.nl/en/Issues/90/FriendlyArchitecture

Poletti, R. (2010). *Lucien Kroll: Utopia interrupted*. Domus. Disponível em: https://www.domusweb.it/en/architecture/2010/06/30/lucien-kroll-utopia-interrupted.html

Rodrigues, F. M. (2015). *O processo SAAL 74/76 – Um programa de habitação com direito à cidade*. Disponível em: http://proibidoapontar.blogspot.com/2015/02/o-programa-saal-7476-um-programa-de.html

Williams, S. (1979). *The ecological architecture of Lucien Kroll*. Disponível em: https://www.architectural-review.com/essays/the-ecological-architecture-of-lucien-kroll

FONTE DE IMAGENS

1. Arquivo LaHB, 2019
2. *A cidade e o arquitecto*, p.39
3. https://namiradahistoria.com.br/wp-content/uploads/2020/07/recortadoo-tratado-de-tordesilhas-dividiu-o-mundo-entre-portugueses-e-espanhois-2-1060x594-1.jpg?x45421
4. *Storia della città*, p.678
5. *Storia della città*, p.660
6. *Storia della città*, p.784
7. *Storia della città*, p.834
8. *Storia della città*, p.836
9. *Storia della città*, p.849
10. Arquivo do autor, 2012
11. Esquema do autor sobre imagem Google Maps, 2021
12. https://secretlibraryleeds.files.wordpress.com/2017/03/200438_52329654.jpg
13. https://www.moma.org/collection/works/6107
14. *A alegoria do património*, anexo de imagens
15. http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=7837&sysLanguage=en-en&itemPos=82&itemCount=215&sysParentId=65&sysParentName=home
16. *Storia della città*, p.929
17. https://coisasdaarquitetura.files.wordpress.com/2010/11/team10_otterlo.jpg
18-20. Imagens do filme *Una lezione d'urbanistica*, Giancarlo de Carlo, 1954
21. *Housing by people*, p.167
22. https://i.pinimg.com/originals/fa/0e/10/fa0e106b9d3ab5c99473cf5bcf376f51.jpg
23. https://i.pinimg.com/originals/47/50/5d/47505d54232a6cd774900dfc892d580e.jpg
24. *História crítica da arquitectura moderna*, p.334
25. https://i2.wp.com/charlotteabraham.art/wp-content/uploads/2019/11/4029030041_c4b1c87478.jpg?ssl=1
26. *Lucien Kroll: utopia interrupted*, Domus, 2010
27. *Lucien Kroll: utopia interrupted*, Domus, 2010
28. Google Maps, 2019
29. *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.27
30-34. *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.98-99
35. https://www.spatialagency.net/2010/03/11/giancarlodecarlo_1-960x720.jpg
36. *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.224
37. *Urbino: The story of a city and plans for its development*, p.166
38. https://www.researchgate.net/figure/Figura-II5-Manifestacao-Casas-sim-barracas-nao-Fonte-Servico-de-Intercambio_fig3_309152932
39-40. *Estudo de renovação urbana do Barredo*, QIII
41-42. Imagens do filme Paredes Meias, Pedro Mesquita, 2009
43. http://www.nse.pt/pt/projecto/estacion-de-aliados
44. https://www.porto.pt/pt/noticia/camara-quer-fazer-alteracoes-na-movida
45. *Rituales de resistencia*, p.143-146
46-50. Arquivo do autor, 2021
51. Google Maps, 2019
52. Arquivo do autor, 2020

53. https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/el-corte-ingles-repudia-associacao-do-seu-nome-a-incendio-na-antiga-estacao-da-boavista--13138334.html
54. Arquivo do autor, 2019
55. Arquivo LaHB, 2019
56. Arquivo LaHB, 2013-2017
57. Acesso por Gisa-Web (1939-1940)
58. *Por uma estratégia de cidade sustentável*, p.247
59-60. *Por uma estratégia de cidade sustentável*, p.250-252
61. *Por uma estratégia de cidade sustentável*, p.261
62. Arquivo LaHB, 2013-2017
63. Google Maps, 2019
64. Acesso por Gisa-Web (cartografia de 1892)
65. Esquema do autor, 2021
66. Acesso por Gisa-Web (1941)
67. Arquivo do autor (vídeo), 2019
68. *Escola do Porto: Labo B. 1968-1978 (Uma História Oral)*, p.171
69. Arquivo Distrital do Porto, SAAL, 1975
70. Acesso por Gisa-Web (1835)
71. Acesso por Gisa-Web (cartografia do século XIX)
72. Esquema do autor, 2021
73. Acesso por Gisa-Web (cartografia do século XX)
74. Acesso por Gisa-Web (1939-1940)
75. Acesso por Gisa-Web (1915)
76. Google Maps, 2020
77-78. Acesso por Gisa-Web (1947-1949)
79. Arquivo do autor, 2020
80-82. Esquemas do autor sobre imagem Google Maps, 2020
83. Acesso por Gisa-Web (1911)
84. Acesso por Gisa-Web, (1927)
85. Arquivo do autor, 2020
86-88. Arquivo LaHB, 2016
89. Arquivo do autor, 2019
90. Esquema do autor sobre imagem Google Maps, 2019
91-93. Sítio da CMP, 2021 (acesso online)
94. Modelo tridimensional do autor
95-101. Desenhos técnicos do autor
102. Esquema do autor, 2021
103-105. Arquivo do autor, 2019-2021
106. Esquema do autor, 2021
107. Google Maps, 2019
108. Esquema do autor, 2021
109-117. Arquivo do autor, 2019-2021
118. Esquema do autor, 2021
119-127. Arquivo do autor, 2019-2021
128. Esquema do autor, 2021
129-135. Arquivo do autor, 2019-2021
136. Esquema do autor, 2021
137-142. Arquivo do autor, 2019-2021

143-144. Esquemas do autor, 2021
145-148. Arquivo do autor, 2019-2021
149. Esquema do autor, 2021
150-156. Arquivo do autor, 2019-2021
157. Infografia do autor, 2021
158. Esquema do autor, 2021
159-165. Arquivo do autor, 2021
166. Desenho técnico do autor, 2021
167-170. Arquivo do autor, 2020
171-172. Arquivo LaHB, 2016
173. Infografia do autor, imagens do arquivo LaHB, 2014-2021
174-179. Esquemas do autor, 2021
180. Arquivo LaHB, 2014-2021

Anexos

Anexo I

183 Entrevista

Entrevista

A seguinte conversa data o dia 1 de Junho de 2021, ocasião que ficou marcada pela aprovação do PDM da cidade do Porto. Elaborou-se um questionário[1] inicial, que foi enviado à equipa do Laboratório e contextualizou as temáticas da dissertação e o que seria abordado. A conversa contou com a participação da equipa do LaHB, representada pelo professor Fernando Matos Rodrigues (FMR) e o arquitecto António Cerejeira Fontes (ACF), do professor Alberto Lage (AL) e do professor, arquitecto e antigo Vereador do Urbanismo da CMP, Manuel Correia Fernandes (MCF), que acompanhou o projecto da ilha da Bela Vista e o início do processo do bairro do Riobom. O fio condutor da reunião estabeleceu-se, assim, a partir da aprovação do PDM, que se desdobrou nas várias problemáticas que a cidade do Porto enfrenta, assim, como a comunidade do Riobom. A conversa realizou-se via *online*, que foi devidamente gravada com a aprovação de todos os intervenientes. Fica aqui representado o discurso havido, em que as perguntas são substituídas por apontamentos que contextualizam o decorrer das intervenções:

FMR — Então já temos PDM aprovado...

MCF — Tenho pena de não ter assistido às declarações de cada partido. Gostava de saber a razão de cada voto. Como sabe o PS votou contra à última da hora, depois de não ter levantado praticamente nenhuma questão durante a elaboração do PDM. Enfim, não sei explicar isso, mas não deixo de registar. De qualquer forma, o PDM é uma peça mais ou menos indiferente; tem algumas coisas com as quais estou completamente em desacordo, como a densificação, não encontro explicação razoável para aquilo.

FMR — Professor [MCF], aquela densificação para Campanhã é assustadora, não é?

MCF — É, sobretudo porque não tem fundamentação nenhuma. A fundamentação que conheço, do meu ponto de vista, diria que é quase o contrário, serve para diminuir essa densidade. Não sei, tenho impressão que há alguns interesses muito específicos, mas que não consigo descobrir quais são, não vou ao ponto de dizer que são escondidos, porque normalmente são muito explícitos.

FMR — Também fiquei um bocadinho apreensivo, nós temos a cidade densa e compacta vazia e vamos, agora, densificar uma zona com habitação operária e as classes mais desfavorecidas. É assustador.

MCF — É evidente, e não tenho nenhuma justificação quantitativa (já nem digo qualitativa) para que isso aconteça. Tenho dificuldade em perceber que haja zonas com mais densidade do que outras.

---

1 Ver em Anexo II: Questionário.

FMR — Acho que aproveitaram a regulamentação e implementação da 'lei do solo', de 2014, que implicou a redução da área urbana nas zonas rurais por causa da classificação dos solos só em duas classes: rural ou urbano.

MCF — Podemos discutir isto em abstracto ou em concreto; em abstracto, é preciso conhecer o conceito de cidade. Do meu ponto de vista, as cidades assentam num trio que é constituído pela habitação, pelo trabalho e a escola; são estes três movimentos, que têm uma determinada geometria, que equilibram a cidade. A relação casa-trabalho é fundamental; aqui, colocam-se duas questões: a casa, propriamente dita, que não pode ser simplesmente a casa como abrigo — a habitação hoje implica equipamentos de proximidade — e a deslocação para o trabalho. Este triângulo casa-trabalho-escola (escola entendida no espírito do centro cívico, onde estão os equipamentos) é o modelo de unidade de vizinhança, pelo qual optei. Isto joga com aquilo que é o nosso espaço do quotidiano, que está entre estes três pontos; se resolver estas dinâmicas sem grandes distorções, isto é, se a deslocação casa-trabalho exceder aquilo que é razoável começo a ter problemas, que, hoje, as cidades têm, fomentadas pela cidade moderna, que é assentar a vida de uma cidade na mobilidade, que só pode ser resolvida a partir de determinadas dimensões e quantidades com meios muito pesados e começa-se a massificar a cidade, arrastando outros problemas, que a cidade moderna tentou resolver arrumando trabalho para um lado, lazer para o outro, a habitação e no meio a circulação. A cidade moderna quando colocou a circulação como um dos seus fundamentos esteve a abrir mão de um conjunto de outras questões, por que se a circulação é fundamental, falavam sobretudo de circulação de massas. Hoje, o transporte absorve 50% do tempo de trabalho, o que implica um investimento público enorme.

FMR — Subscrevo.

MCF — É uma matéria que se deve debater, por exemplo, no PDM do Porto, o modelo de cidade que se pretende não foi debatido. Vejo mais habitantes, mas o problema é saber onde vou buscar mais habitantes, tem de se roubar nos concelhos vizinhos, estando estes pendurados no Porto e vice-versa. Sabemos que este PDM não faz nenhum movimento no sentido da área metropolitana, portanto, de alargar a sua capacidade; nem é uma grande cidade nem uma cidade pequenina, mas mantém-se uma cidade precária, dependente de coisas que não tem e sem competências, massa crítica ou actividades. Tem um limite.

Após uma discussão, de cariz mais privado, sobre política e movimentações partidárias durante o processo da ilha da Bela Vista, considerando-o uma operação isolada das políticas habitacionais da cidade, a conversa desembocou numa pequena análise do SAAL.

MCF — Essa operação [Bela Vista] ficou isolada, assim como aconteceu com o SAAL, que acabou por ser uma experiência pontual que deixou muito pouco para a prosperidade. Aquilo que hoje se recorda do SAAL é talvez o menos interessante do SAAL, isto é, algumas arquitecturas que são de boa qualidade mas nem de longe poderemos considerar que são exemplos perfeitos de integração da arquitectura nos problemas que eram necessários resolver. O essencial do SAAL não perdurou, considerando que foi a única política de habitação (no sentido lato) que houve neste país. Os arquitectos remeteram-se às arquitecturas, os políticos deitaram aquilo para trás das costas, como uma coisa sem interesse; hoje, essa experiência, praticamente não deixou marcas.

Entretanto discutiram-se as dinâmicas do ensino e da escola e como, na posição de FMR, o SAAL perdeu força como experiência de ensino e dentro da própria formação do arquitecto, nas gerações mais novas. Ficou como mote a necessidade de recuperar as metodologias pedagógicas e práticas de processos como o SAAL, remetendo-se a experiência de MCF.

MCF — Recentemente tive uma grande satisfação. Como sabem estive ligado à operação Belavista de Gondomar, que era fundamentalmente São Pedro da Cova, e as suas minas são uma realidade como um punho na história das lutas laborais, da violência e dureza no trabalho. Eram minas muito significativas como base de sustentação económica industrial da produção de carvão, portanto, tinham, do ponto de vista estratégico, uma importância fundamental. Quando encerraram as minas no fim dos anos 60 tinham 1000 operários, que significam 1000 famílias, que na dimensão daquela altura eram 4000/5000 pessoas. Após as minas encerrarem o SAAL aparece em 1974, sendo o bairro clandestino da Belavista, em Fânzeres, uma das suas primeiras operações, em que, no ano seguinte, se estende a São Pedro da Cova. Quando eu e a minha brigada chegámos lá, deparámo-nos com uma realidade que não tinha nada a ver com aquela que existia nas ilhas do Porto. O bairro tinha extensões, muito importantes, de habitação operária de São Pedro da Cova e de outros legados industriais, de Gondomar, embora com uma industrialização com nível muito precário e, ainda, tinha a agricultura. Portanto, era um ambiente muito complexo, nada parecido com a questão das 'ilhas'. Nós íamos imbuídos naquela ideia das 'ilhas' transferida, apenas, para uma zona periférica e, quando chegámos lá, apanhámos um murro no estômago. As pessoas diziam "Oh Sr. Arquitecto ou Manel, nós temos casas, não temos é luz, transportes, água canalizada, saneamento, distribuição de correio, recolha de lixo, escola a funcionar, iluminação pública, não temos isso e o que queremos é isso"; os clandestinos fazem as casas e outros têm as casas rurais, com maior ou menor qualidade. Portanto, a nossa metodologia (diria só por graça) caiu por terra; a gente ia preparada para dar o gosto ao dedo para fazer habitações e casinhas e deparámo-nos com aquilo: "não, não, o que nós queremos é iluminação, é drenagem de águas pluviais...". Isto mudou o nosso interior e mudou a forma dos arquitectos olharem para o território. Aí sim, percebi que a importância que a 'escola do Porto' — a chamada escola do Porto, não sei se se deve chamar assim, mas era a única que existia, depois veio a existir, e bem, a Árvore — dava ao contexto, ali apareceu assim, completamente de borco. Depois, a operação desenvolveu-se, para nós, de uma forma absolutamente histórica e heróica, quase que não há palavras para descrever a nossa experiência pessoal.
Só rematar este testemunho, tive uma grande alegria aqui há oito dias, quando no dia 22 de Maio deste ano — que se festejava os 45 anos da tomada da Companhia das Minas por parte da população de São Pedro na Cova — foi feita uma sessão na junta de freguesia do lançamento do livro "Quando o povo ocupou o que era seu"; é um testemunho, feito por duas jovens da área da sociologia, em que na descrição de todo o processo — da tomada da Companhia e do que se desenvolveu logo a seguir — ter percebido que a Brigada SAAL teve uma importância fundamental neste procedimento, que chegou, até hoje, através do chamado Centro Revolucionário Mineiro, onde tem um museu, alguns serviços sociais e culturais associados e que tem batalhado pela importância deste património. Portanto, fiquei muito contente por ver que se festejava a Brigada SAAL nesse livro e nos testemunhos das investigadoras, mas não pelas arquitecturas que fez, porque as que fez foi ajudar os clandestinos a fazer um bocadinho melhor, mas sobretudo pelo papel que teve na forma de auxiliar e estar no lado certo da luta quando essa tomada do poder se processou. O SAAL foi feito para isso? Não, foi para isso e para muito mais, considerar que habitar um sítio, pertencer-lhe, implica um conjunto de questões que estão para além da arquitectura em si; não fez arquitectura, não vem nos manuais,

nem tinha de vir, porque, de facto, os projectos que foram feitos foram entregues mas nunca foram construídos; os que foram construídos eram pequenas intervenções em múltiplas casas clandestinas. Quarenta e tal anos depois ficou uma semente que referencia o trabalho a que me dediquei com os meus colegas.

A este momento, assistiu-se a uma pequena interpelação, do professor e arquitecto Alberto Lage, ao tema da dissertação, que conjuga o processo SAAL, na zona das Fontainhas, que abarcava o bairro do Riobom; de seguida, uma breve introdução das temáticas gerais, teóricas e práticas, proporcionada pelo presente autor, em conjunto com algumas questões acerca do Riobom e da intervenção do LaHB no local. Assim, reflectiu-se a cidade do plano e a cidade espontânea.

ACF — Quando falo de cidade espontânea, nunca a cidade é completamente espontânea; a cidade constrói-se com ideias muito fortes. O que quero dizer é que há o contraponto em relação àquilo que é a cidade do plano e a cidade que pode crescer sem plano, mas quando a cidade cresce sem plano há sempre uma visão de como a cidade se pode organizar, que pode não estar vertida num documento do plano mas que estará nas cabeças de muita gente. Aquilo que chamo cidade espontânea é uma aparência (espontânea), mas na realidade significa que os níveis de decisão daquilo que são as consequências do crescimento e da intervenção urbana parte de uma perspectiva muito próxima do lugar. O plano tem de se afastar e acrescentar uma série de critérios muito importantes, e valiosos, mas que muitas vezes se desfocam daquilo que é a dimensão e a relação com as pessoas, e aquilo que importam para a decisão do lugar.

António Fontes debruçou-se, ainda, sobre a sua experiência como aluno, em Nápoles, onde estudou o crescimento dessa mesma cidade, proporcionado pelo doutoramento de uma professora sua. A discussão centrou-se entre os valores históricos e técnicos que proporcionaram a evolução e desenho da cidade em contraponto com as vicissitudes do lugar e, por sua vez, do direito ao lugar.

ACF — Um exemplo, no outro dia, quando foram apresentados os projectos vencedores para a área de habitação a grande escala na parte oriental da cidade do Porto; a notícia aparecia a explicar um dos projectos com a maneira como a volumetria se enquadrava na cidade que já existia. Mais uma vez, a perspectiva da forma e de integração da construção de uma coisa absolutamente etérea, porque se esquece daquilo que é o fundamento: as pessoas. O que é que aqueles edifícios vão trazer de transformador para as pessoas? O professor [MCF] falava em relação ao projecto das minas. Esta perspectiva do arquitecto se aproximar e ficar completamente desfeito porque aquilo que esperava ir lá fazer é exactamente aquilo que não é preciso ser feito. Isso só se faz aproximando-nos do problema e esvaziarmos as ideias preconcebidas, que muitas vezes trazemos, e perceber, de facto, aquilo que é importante (...). Portanto, há outros critérios, muito mais importantes, que devem também estar incluídos no plano; o grande desafio dos próximos tempos, para as cidades que são verdadeiramente humanas, é saber encontrar os critérios que são decisórios para que as cidades compreendam as pessoas. Como dizemos muitas vezes, vir da visão macro para o micro, mas ter igual importância a visão micro para o macro; é nessa sobreposição que podemos encontrar o equilíbrio.

Um pequeno aparte do autor para a evolução da conversa sobre a questão dos planos uniformizados, como o caso das capitais europeias, em que o mesmo programa consegue encaixar em qualquer lugar.

ACF — Pois, e o lugar não tem grande influência naquilo que é resultado final. Palasmaa fala que uma das questões, muito importante, que a cidade moderna traz, e que, de facto, desvaloriza muito a cidade, é que tudo se vê numa perspectiva focada; vemos os alinhamentos, cérceas dominantes e coisas deste género, que aparentemente é um disciplinar da cidade, mas a grande riqueza da cidade é quando andamos nela e a visão periférica começa a ter muita influência — uma cidade surpresa, agora aperta, tem um largo —; imaginem as cidades históricas com tudo alinhado, vão tendo formas aparentemente desorganizadas mas que, de facto, não são. O professor [MCF] acompanhou-nos muito na Bela Vista e ajudou-nos muito neste processo. Devo confessar — a par com a experiência do MCF, fora do Porto, no SAAL — que quando entrámos para lá, tínhamos imensas ideias para a ilha da Bela Vista que foram postas todas no lixo. Foi o debate com as pessoas, os técnicos, com o próprio MCF (...) que transportaram o projecto para um nível diferente, que ultrapassa a nossa capacidade individual. Acho que o desafio das cidades do futuro é este: encontrar um modelo que permita fazer a média equilibrada. Obviamente, que a participação tem de se tornar uma coisa absolutamente natural.

FMR — Em relação ao Riobom, o professor [MCF] acompanhou-nos sempre. É evidente que nós tínhamos duas perspectivas com o MCF, quando estávamos na CMP, e tivemos algumas reuniões do Riobom, falávamos com o Vereador do Urbanismo, que estava solidário com a questão das pequenas comunidades que iam resistindo e ocupando lugares até com alguma complexidade, no limite da cidade legal ou formal. Portanto, tínhamos consciência que o vereador já não era o MCF, de algumas reuniões, em que estávamos a falar com o mestre MCF. Quando estávamos com o vereador, as nossas questões colocavam-se na perspectiva do que é que o vereador pode contribuir para nós podermos caminhar e, também, quando estávamos com o MCF, que mais que ser vereador, era exactamente um professor de projecto com uma experiência enorme ligada ao SAAL, aos métodos e arquitectura participativa — uma arquitectura muito vincada, naquilo que chamamos arquitectura social, perfeitamente comprometida com as classes desprotegidas e que, até então, nunca tiveram acesso a uma casa digna e salubre. Portanto, estes dois patamares foram muito interessantes.
Não sei se o professor [MCF] se lembra. Quando passámos o vídeo sobre o SAAL na Casa do Infante, onde estava o professor Alves Costa, e no Seminário; ali, estávamos quase no laboratório de discussão sobre estes lugares de ocupação clandestina, em lugares que estão no limite de construção ou não, e em que aqueles lugares eram lugares de grande invisibilidade para a cidade, quer na perspectiva do plano, quer no pensamento da cidade. Esse era o grande problema do Riobom.

MCF — Uma das coisas que senti na sua pequena conversa é 'eu como arquitecto', com uma determinada experiência e bagagem pessoal, como qualquer arquitecto, que transporta numa malinha que tem ao lado, quando lhe aparece um problema abre a malinha e tira de lá alguns materiais. A experiência como vereador foi, do ponto de vista pessoal, muito interessante, do ponto de vista dos resultados, digamos, a exibição, se calhar, não foi brilhante e o resultado foi péssimo, porque fui desqualificado; não cheguei à final. Senti isso, isto é um bichinho que nasce connosco e depois a gente não consegue libertar-se dele com facilidade. Para mim a cidade é uma coisa política, que tem complementos que passam pela arquitectura, sociologia, higiene, estética, património e ambiente; é um complexo enormíssimo. Onde é que o arquitecto se situa é que tenho alguma dificuldade. Acho que o arquitecto se situa consoante os contextos, mas que não sei identificar. Mesmo regressando aos meus tempos do SAAL, encontramos, ainda, moradores que fizeram parte das associações, com as quais tínhamos de falar, e eram tão diferentes quanto associações de um bairro clandestino ou das minas, diria, com

problemáticas completamente diferentes; uma coisa é a problemática do clandestino, outra é a do operário das minas. Nada é igual a outra coisa que já aconteceu; aquilo que nos está a acontecer hoje não vai acontecer igual daqui a algum tempo. O contexto é extremamente importante. Do meu ponto de vista, a primeira coisa que o arquitecto deve fazer, sem saber onde ele se situa, é ler o contexto; a leitura do contexto não é uma coisa prévia, é uma coisa que se vai fazendo à medida que o arquitecto vai intervindo; um projecto não começa por um inquérito, a gente vai fazendo o inquérito à medida que a ideia, que imediatamente lançamos para o papel, germina e interage connosco. Quando um arquitecto é solicitado para dizer "Olhe, aqui há uns moradores que precisam de casa", o arquitecto começa a funcionar; ainda não sabe o que são os moradores, a casa, ainda não leu bem o lugar onde vai intervir, mas já começou a trabalhar e vai ter de enriquecer todas estas vertentes: o lugar, o contexto social, financeiro, institucional e as próprias pessoas, que serão o futuro utente da arquitectura.

Aos modelos de cidade, espontâneos ou planeados, às dimensões e vivências de cidade, embora possam ser semelhantes, temos sempre de fazer uma adaptação e contextualização daquilo que é a nossa bagagem própria e aquilo que recolhemos do sítio; isso era o fundamento do SAAL, que tinha a ver com o direito à cidade e à habitação. Quando dizemos que, no SAAL, o direito à habitação se transformou no direito à cidade significa que contextualizamos a habitação e que o direito à cidade era qualquer coisa que não era abstracta, era um só.

Sobre o Porto 2001, a que estive ligado também, já tínhamos a perfeita noção de que a cidade é um conjunto de *layers* de cidades diferentes (...), mas elas não se tocam. Quando se falou no regresso à baixa, ao centro, que foi uma espécie de consigna do Porto 2001, tínhamos a noção que este processo ia ter lados negativos, mas percebeu-se claramente que tínhamos de atacar um conjunto de problemas, como a desertificação — uma forma de gentrificação —, o eventual desaparecimento de estruturas físicas, suporte de estruturas sociais, comerciais, financeiras etc., que iam acabar, se o processo continuasse, por dar uma espécie de ruínas de Pompeia no centro do Porto; desaparecia a cidade, porque desaparecia o seu suporte. Isto ia ter custos sociais? Ia e, se calhar, provocar aquilo que vem só a provocar alguns anos depois — não sei se há relação directa naquilo que é a expulsão de certo tipo de gente no centro da cidade. Aí, o Rui Moreira tem razão quando diz que a desertificação começa muito antes do princípio deste milénio: a desertificação começa nos anos 60/70, quando determinados fenómenos de indústria, mobilidade e crescimento de instituições, como o caso da Universidade, começam a criar tensões neste espaço de tempo. Nesta época sentia-se que a cidade ia esvair-se. Em 1974, as 'ilhas' já eram um resto; um habitar nas 'ilhas' e ir trabalhar para Gaia, Maia ou no porto de Leixões já não fazia muito sentido. Mas como é que se resolve esta equação difícil? A relação casa-trabalho é qualquer coisa que já não era compatível com o direito à cidade (...). É um sistema de vida que não fornece suporte para ter actividade política, social e associativa; não bastam os tempos livres. Quando a cidade moderna isolou o *loisir*, ou seja, o divertimento ou tempo livre, praticamente desapareceu, não só porque os equipamentos não existem, sobretudo na proximidade, como o lazer, equivalente a cultura, tem muita dificuldade para se conjugar no dia-a-dia.

Dispersei-me um bocado para dizer que, no caso do Riobom, temos de equacionar aquela comunidade que existe ali, e não é fácil, perante a cidade, por um lado, que existe, por outro, a que queremos construir; digamos, qual é o modelo em que os assentamentos com o Riobom encaixam.

Lembro-me de que quando estava como vereador, penso que (...) o meu posicionamento era que eu gostaria que as questões como a do Riobom fossem objecto de política institucional.

Falávamos do PDM, neste momento, o único tema de habitação que ali aparece, tirando a chamada construção de habitação que entra no mercado, é a renda acessível. A renda apoiada

não existe, quer tenha a forma urbana de 'ilha', bairro camarário ou de assentamentos rurais que a cidade entretanto absorveu — encontramos aí o modelo espontâneo (agrupamentos de casas, construções, anexos) —, com grande encanto ambiental, mas se formos procurar ao PDM isso não existe, não consagra como tema importante da habitação a 'ilha'; esta é considerada uma excrescência, uma coisa que está feita ali nos logradouros, que é preciso acabar com aquilo, tirando umas que são esteticamente mais interessantes, apesar de existirem 1000 'ilhas' na cidade do Porto. Tentei batalhar para que houvesse um programa para que a 'ilha' fosse reconhecida como uma tipologia arquitectónica tão importante como um edifício em torre. Se forem verificar o que está no actual PDM, as 'ilhas' são umas coisas que se podem aceitar desde que cumpram determinadas regras de higiene e alinhamentos — (é uma coisa que me põe quase histérico) —; o alinhamento da frente e de trás faz uma cidade monótona, acabou, fechou. A criatividade do enrugamento da fachada, a inventiva dos arquitectos, mesmo os modelos que nós temos na actual cidade que bombardeiam sistematicamente estas questões, mesmo que esteja tudo mal, tenho de me relacionar com o que está à volta que é tudo mau, portanto, tenho de fazer mal também. Vejam que no PDM, o bairro camarário não existe como uma tipologia habitacional específica, que tem uma importância brutal na tessitura da cidade que vivemos. (...) Vamos aos grandes assentamentos dos bairros camarários e aquele espaço público precisa de intervenção e, se calhar, de semear outras habitações no intervalo daqueles blocos.

O tema da velhice — habitação para a terceira idade — também não aparece no PDM. Os lares são armazéns de velhos. Por que é que vão para os armazéns? Porque as famílias não têm acesso a casas que os consigam abrigar; basta perceber a mecânica de ocupação de bairros camarários através, no caso do Porto, da Domus Social — é uma empresa que aluga casas e que as vai arranjando à medida que se vão degradando. Não há uma política integrando as 'ilhas', os bairros camarários, os lugares de raiz informal com a cidade clássica. A cidade moderna, e o PDM, continua a falar de "blocos isolados de implantação livre", não sei bem o que é isso do ponto de vista tipológico e morfológico.

O que sinto nisto? Tanto na pequena arquitectura como na grande arquitectura a cidade tem tendência a tornar-se 'cinzentona', mesmo os elementos que caracterizam a cidade do Porto, (...) a diversidade tipológica é uma coisa extremamente rica, em muitas outras cidades também, mas o Porto tem mais densidade, mais expressão, há ruas onde se tem construções de praticamente todas as épocas.

Acho que a tendência do PDM é de uniformização, monotonia institucionalizada, porque fazer diferente não é acolhido, não corresponde àquilo que está ao lado, sendo que o que está ao lado é tido como uma coisa unitária, que nem sequer é. Por exemplo, a dificuldade de alinhar o alçado de tardoz, quando umas casas vão a 20 metros, outras a 17 ou 16, tenho dificuldade em encontrar o alinhamento de tardoz, não faz sentido nenhum e é sempre uma situação de "Pronto, é mais ou menos"; não enriquece a cidade nem tem nenhum fundamento.

Em relação ao Riobom, como vereador uma coisa, como arquitecto evidentemente é outra. Isto significa duas faces? Não. Significa que aquela realidade tem de ser lida de acordo com a posição de cada um. Muitas vezes senti a necessidade de ter conversas que me colocassem em causa e que me mobilizassem para eu perceber. Agora, uma das coisas que o SAAL ensinou é que não consigo produzir habitação se não tiver um enquadramento institucional a vários níveis, desde o poder central ao poder local; sem isso, financiamento, legalização, não consigo. Se eu não tenho esse acompanhamento institucional a minha luta é outra: conquista pelo direito a ser ouvido, ajudado, apoiado e não posso ter medo das palavras.

ACF — O professor [MCF], na questão do Riobom, deu alguns contributos que foram muito importantes. Posso relembrar, primeiro, ter a noção que aquilo é um terreno privado e não municipal, portanto, o paradigma da Bela Vista não tem nada a ver com este. Um projecto destes para ser viável, para garantir que haja habitação disponível para a comunidade que lá vive, temos de perceber que a dimensão da quantidade de construção tem de ser maior do que aquela, senão passa a ser um custo e, assim, lá vamos nós ao dinheiro público quando, realmente, a economia ou negócio até pode conseguir dar resposta. Uma coisa muito importante que nos disse [MCF], numa zona que não é fácil, nas Fontainhas: tudo que fosse construção que lá existia, pode ser novamente reerguida. Portanto, um dos trabalhos que nós fizemos foi recolher os licenciamentos e todas as construções que lá existem, e que estão lá identificadas, o que permitia ter uma base, que não era fazer nada de novo, era só simplesmente voltar a trazer para cima da mesa aquilo que sempre existiu lá; muitos edifícios que estavam lá, que já estão em ruína, são edifícios licenciados camarariamente no início do século XX. Isto trouxe para cima da mesa uma discussão, na perspectiva do professor [MCF], com a experiencia do SAAL, da visão política e simultaneamente técnica de um problema destes, vir com coisas muito objectivas. Foi uma ajuda enorme para que pudéssemos entender a viabilidade de um projecto destes.

FMR — (...) Não nos podemos esquecer que o facto de termos o professor [MCF] como vereador do urbanismo foi a base para chegar à conclusão da Bela Vista. Quando o Guilherme punha a questão de que o Riobom era uma situação de era não era: é lógico que é uma questão complexa. Mas ter o vereador do urbanismo da CMP no I Seminário do Riobom, na Casa do Infante, e no II ou III Seminário em que o título era "Legalização de ocupações: usucapião", isto é, na realidade o seu papel [MCF] foi muito importante (...). Penso que vai ficar na história da cidade que tivemos dois excelentes vereadores: Paulo Cunha e Silva e MCF; deixaram um património para a cidade de uma grande coragem e de lição de cidadania e abertura. Não acredito que outro vereador viesse sentar-se com a comunidade cabo-verdiana de ocupas (gente que ocupou uma propriedade privada) e que viesse discutir de forma aberta e transparente esta questão. Não sei se no SAAL algum vereador tivesse essa coragem municipal, aliás, quando eles lá chegaram acabaram com o SAAL.
Portanto, discordo com o professor [MCF], o seu mandato independentemente de não ter sido completo, infelizmente para nós, possivelmente, se o professor tivesse estado até ao final do mandato o Riobom poderia ter dado outro salto, acredito nisso. Independentemente disso, há aqui um património, que ficou, de abertura, diálogo, discussão, de disponibilidade para discutir aquilo que não é óbvio, para sair do *mainstream* daquilo que é o processual e a cidade-plano (na sua dimensão mais burocrática e técnica). O professor [MCF] sem nunca ter esquecido o plano institucional, como vereador, sempre teve essa grande capacidade de discussão, acho que isso é um património que a cidade tem, que está perfeitamente encaixado na ilha da Bela Vista. (...) Acho que foi o virar da agulha, acho que o professor abriu uma forma de ver e pensar a cidade e agir na cidade, institucionalmente, que vai fazer escola. (...) Houve uma abertura que o MCF lançou, um retorno às metodologias do SAAL.

AL — A reboque do que estás a dizer [FMR], deixa-me dizer uma coisa ao professor MCF. Essa acção como vereador na CMP criou oportunidade para se intervir nas 'ilhas'. Na realidade, a actual vereação contratou uma equipa para fazer outros levantamentos de 'ilhas' na cidade do Porto; acabou de afirmar há bocadinho que o PDM nem sequer fala das 'ilhas' outra vez, portanto, é uma questão panfletária, mas continuaremos a ter as 1000 ilhas ou 900, que muitas delas já foram demolidas. Acha possível que as 'ilhas' possam voltar a ser tema num futuro próximo?

MCF — Alberto Lage, não faço ideia. Acho que a cidade é mais forte que os PDM's; quaisquer que sejam, a cidade não muda de carácter com os PDM's. Infelizmente, acho que se devia ter ido mais longe neste PDM, isto é, foi-se longe demais naquilo que o PDM tem de código de construção, que não tem grande interesse, tem apenas dignidade regulamentar (...); são critérios que não consigo defender. As 'ilhas' não são construções nos logradouros; a noção de logradouro não tem nada a ver com o facto de existir uma tipologia que pressupõe uma organização social e uma história; não perceber isto custa-me um bocado, tenha pena que não se seja sensível. Outra questão são os bairros camarários. O Plano de Melhoramentos de 1956 a 1966 propunha-se construir 6000 fogos em 10 anos; hoje, o Porto tem 12000 fogos da chamada habitação social (detesto a expressão), quer dizer que o antigo regime construiu 6000 fogos e a democracia apenas mais 6000. A democracia fica muito mal neste retrato. Para irmos um pouco à actualidade, ouvimos há dois anos o António Costa dizer que íamos festejar os 50 anos do 25 de Abril construindo 27000 fogos, para famílias, que segundo os inquéritos feitos, vivem provavelmente em condições piores que no Riobom; a palavra utilizada foi indigna. (...) O primeiro-ministro há 15 dias declarou que já não iria conseguir; nós fomos ao terreno para saber o que se estava a passar: não foi adquirido um terreno, não foi encomendado um projecto, não foi feito um estudo económico para financiamentos. Portanto, estamos na estaca zero. Fico perplexo, não é uma questão de arquitectura, já é uma questão quase de decência. (...)

Durante este segmento discutiram-se, ainda, as políticas de reabilitação dos bairros municipais, a disfuncionalidade das habitações com os novos desafios que implicam o tele-trabalho e a ineficácia do trabalho, quando a realidade laboral se continua a reflectir nas suas oito horas (exemplo da experiência, no século XIX, do industrial escocês Robert Owen da redução do horário laboral). Isto ligado ao conceito actual de habitação como alojamento e não como o lugar de habitar com os equipamentos que devem existir. Estas vicissitudes, nas palavras do professor MCF, retiram tempo e capacidade política e cívica à população.

MCF — No PDM, não encontrei nada que fosse por em dois pratos da balança a organização social e a organização territorial. (...) Como é que as pessoas se organizam? Pessoas e território são os dois elementos que fazem a vida, as cidades, o nosso mundo. Organizo o território mas não sei organizar as pessoas, deixo isso ao sabor do comércio e da lei da concorrência. Agora, estamos organizados territorialmente, admitindo que sim, através do PDM, não sei é qual é o significado dessa organização.

ACF — (...) Não deixa de ser importante reconhecer que a tipologia-ilha é uma tipologia que faz parte do carácter do Porto, e pensar se, no século XXI, faz sentido manter essa tipologia para replicar, porque aquilo que faço da leitura do PDM é que se quisesse fazer uma 'ilha' contemporânea estava impossibilitado pelas suas regras. É uma questão que não faz sentido nenhum, ou vale ou não vale. Esta situação nebulosa da 'ilha' quando muitas organizações urbanas vão por este modelo, como a Noruega e Suécia. Estamos absolutamente convictos [LaHB] que o modelo da 'ilha' é um modelo que vale a pena para a cidade contemporânea.

MCF — Não tenho dúvida. (...) Acho que esse exercício foi exímio na Bela Vista, arriscaria dizer que nem no SAAL se foi tão longe no ponto de vista do estudo da tipologia habitacional como foi na Bela Vista; as comparações são desajustadas mas é para vincar aquilo que penso rigorosamente. O SAAL teve a grande vantagem de em seis meses começar-se a construir, e quando o SAAL fechou estavam 2000 fogos em construção. Aquilo que resultou do SAAL, quando fechou, foram as cooperativas, que nos anos 90 começaram a descaracterizar-se e

foram desaparecendo, porque tudo atacou o regime cooperativo, desde a banca, ao governo, às instituições; as cooperativas foram completamente subjugadas. As cooperativas construíram à volta de 200000 fogos entre os anos 70 e 90, agora, com a 'bazuca' europeia não consigo fazer 26000 em 5 anos. Isto dá que pensar.

Continuando com a discussão em torno do PDM, as perguntas debruçaram-se sobre o que os novos projectos estabelecidos para a zona oriental da cidade poderiam trazer à comunidade do Riobom. Desde a reabilitação do Ramal da Alfândega, ao TIC, até ao Matadouro. Salientando as acções anónimas, mais recentes, que o bairro do Riobom sofreu, quando deflagrou um incêndio numa ruína e se assistiu a cortadas de luz e, ainda, focando as novas hortas comunitárias na escarpa das Fontainhas.

MCF — O PDM que foi adoptado é sobretudo um código de construção, como disse há bocado, limitando de forma absolutamente bárbara se eu quiser construir uma 'ilha' de novo; não consigo. O PDM limita-me a construir até um máximo de 20 metros a partir da fachada, quando tenho lotes no Porto, na zona central, com 200 metros de profundidade, e são seguidos uns em relação aos outros; quer dizer, construo os primeiros 15 metros e, depois, ao resto não sei bem o que vou fazer.
Há muitos terrenos destes na cidade que deviam ter uma função agrícola, que deviam abastecer os mercados da cidade. Não acontece só no terceiro mundo, acontece na Holanda ou na Dinamarca; por exemplo, era esse programa que deveria estar associado ao Bolhão; associado ao Bolhão está um programa comercial como outro qualquer, não faz apelo nenhum a que as hortaliças venham de Gondomar, de Gaia ou do centro, dos quintais que estão improdutivos. (...) O loteamento da cidade só funciona à face das ruas, para dizer que isto é fachada contínua ou não é; por que é que o Porto há-de ter só terreno urbano e não rural? Não tem, é tudo urbano.

Um pequeno aparte sobre a destruição das hortas comunitárias da Associação de Moradores de Francos, referida na presente dissertação.

ACF — Aquilo que o professor [MCF] falava, que era a dimensão social do plano; o plano é que define área urbana e área não urbana, ou área de construção e de não construção, mas não concretiza aquilo que é. Aquela área de construção pode ser qualquer coisa que o mercado quiser; quer dizer, as zonas mais apetecíveis para o mercado de negócio; apropria-se desses terrenos e vai empurrando as pessoas para fora da cidade. Portanto, não há uma definição, é uma zona urbana para construção, mas para que tipo de construção? Para que segmentos? Mistura-se ou não? (...) Por exemplo, é muito comum em Nova Iorque ter uma torre em que os primeiros 10 pisos são habitação social e os outros são habitação cara, têm até entradas diferentes mas partilham o espaço, é uma cota que estão obrigados a cumprir; no mercado inglês acontece exactamente o mesmo, cada município define as cotas que cada segmento de habitação deve ter naquela zona e os promotores são obrigados a cumprir aquilo. Não é só uma questão de ser urbano ou não, ou quantidade de construção, é que construção é que se vai lá meter, que é outra questão, nesta dimensão social, que o plano devia cumprir.

FMR — (...) Acho que a partir dos finais do século XIX, vamos assistindo à implementação de uma cidade racional, planificada, de ruas direitas, fachadas muito alinhadas, que vai tapando a cidade das vielas, dos interstícios, dos interiores dos quarteirões. (...) A cidade do espaço funcionalizado, racionalizado, que vem da experiência de Haussmann, do plano *Voisir* de Le Corbusier,

de todos os princípios higienistas, (...) que vêm até aos dias de hoje, e, agora, assistimos à crise desta cidade hiper-racional. (...)

Em torno da expressão "cidade invisível" e da ideia de abrir a cidade do quarteirão, das 'ilhas', para a cidade consolidada.

FMR — Quando José Madureira Pinto usa a expressão "O Porto é um arquipélago", na realidade, as pessoas olharam para aquilo como uma expressão poética e com uma leitura pós-moderna. Possivelmente, Madureira Pinto está a dizer que este arquipélago tem de adquirir visibilidade e centralidade. O arquipélago pode ser uma centralidade. As pessoas pegam nessas ideias da invisibilidade para olhar para 'ilha' numa visão poética, romântica ou de tolerância. (...) O problema foi quando se começou a pensar que, afinal, era preciso dar visibilidade a essa cidade dos quarteirões interiores e ligá-la. Concordo com o professor [MCF], acho que o grande desafio do pensamento da cidade é que a cidade não pode continuar a ignorar esses imensos quarteirões, que estão totalmente abandonados, e que são extremamente importantes para dar à cidade aquilo que ela precisa para o século XXI.

ACF — Uma das coisas que retive das palavras do professor [MCF] foi a questão da cidade, como está organizada, já não fazer sentido, porque as pessoas deixaram de trabalhar junto do sítio onde moram. (...) Aquilo que falou, que é o facto das pessoas estarem ocupadas, a mexerem-se de um lado para o outro, absolutamente absortas, anestesiadas numa vida frenética, tira-lhes vida política; quando a cidade não tem capacidade de ter tempo para a vida política, a cidade passa a ser "encarneirada" (salvo seja). A visão crítica do problema não existe, as pessoas não têm tempo para ter essa visão. (...) Ao não ter tempo deixam de ter uma actividade cívica e política verdadeira. (...) O professor [MCF] tocou no ponto certo: as pessoas estão alienadas nesta vida urbana, mas, de facto, uma vida urbana sem qualquer tipo de consequência. (...)
O PDM poderia ser um grande desafio, que era trazer esta dimensão social (...). Misturar, para que esta mobilidade seja muito mais próxima, para sobrar tempo para o lazer, para a política, para a crítica, enfim, para a cidadania.

MCF — (...) Têm de se criar condições na cidade para que isso aconteça. Quando se diz "A malta não participa"; é porque não tem tempo (...). Quando referi aquele triângulo casa-trabalho-escola, tudo isto é traduzido em tempo disponível para, portanto, se só tenho tempo para a escola, para o trabalho ou para estar em casa, não tenho tempo para a sociedade. (...)

Após uma comparação, por parte do professor MCF, entre o estilo de vida da cidade contemporânea e o filme "Metropolis" de Fritz Lang.

MCF — A cidade moderna está excessivamente pendurada em meios pesados de locomoção, e cada vez mais pesados, e sobretudo massificadores. Só atingimos a rentabilidade plena quando a massificação acontece; só justifico fazer o metro quando tenho a procura e se não a tenho vou procurá-la, isto é correr atrás do prejuízo. (...) A dimensão tempo é essencial.

Uma verificação que esta dimensão do tempo é exactamente o que se quer encontrar na cidade espontânea: uma vivência do tempo com a cidade, a vida cívica e o quotidiano. Encontrando, aqui, a problemática do bairro do Riobom.

FMR — Esta questão também tem de ser muito presente no Riobom. Quando estamos a tratar uma zona que foi muito infra-estruturada, com arquitectura pesada; falamos de uma escarpa que carregava em si um peso industrial muito grande, várias fábricas com peso simbólico económico muito grande, que com a desindustrialização dos anos 60, a escarpa deixou de ter sentido e a entrar em ruína. Quando há uma comunidade que ocupa a cidade, inclina-se para o ocidente e abandona a parte oriental, sendo o Riobom e as Fontainhas o ínicio dessa parte oriental, que está cortada com várias infra-estruturas pesadas (...). O eixo do problema é exactamente o trabalho e a escola desaparecerem, e a habitação vai resistindo de forma anacrónica. (...)
Compreendo aquilo que o professor [MCF] estava a dizer quando se faz o programa Porto 2001; fez-me recordar as palavras de Jordi Borja e Oriol Bohigas, quando fazem o *master plan* de Barcelona, em que eles têm plena consciência que o plano podia ser subvertido, e foi subvertido. Eles tinham uma ideia duma cidade densificada, inclusiva, cosmopolita e integradora e, na realidade, o plano foi totalmente subvertido; as correntes neoliberais foram muito fortes e os Estados enfraqueceram. Há aqui um tripé: institucional, organização-participação e técnica; o problema é que a erosão do Estado leva a que o mercado ocupe o Estado. Esta desregulação do Estado torna desequilibrada as decisões macropolíticas, ou seja, a política não consegue dialogar em pé de igualdade com o mercado liberal. (...)
Quando começamos a intervir no Riobom, tínhamos consciência que ao tornar visível a ocupação e a organização dos moradores em Comissão de Moradores, e ao dar a entender à cidade a disponibilidade e capacidade de resistência daquela pequena comunidade para lutar pelo direito ao lugar, e ao estar a envolver o Pelouro do Urbanismo, que era uma situação que não era fácil. Cá está a questão do tempo, se tivéssemos avançado muito rapidamente possivelmente, hoje, não estaríamos com a situação do Riobom de pé. E porquê? Iríamos criar tantos conflitos e resistências, que nem daríamos possibilidade, por exemplo, da própria vereação ter tido espaço e tempo para poder dialogar connosco. (...) É preciso dizer que nesses três anos [mandato de MCF] a relação do Pelouro do Urbanismo e os seus técnicos com a equipa do LaHB foi uma relação de grande transparência e abertura e vice-versa; tínhamos noção de que não podíamos caminhar muito depressa porque senão estávamos a criar um problema, que é a capacidade de haver tempo para gerir um bairro de ocupas, num terreno que tem proprietários. (...) Era um período em que havia uma sintonia interessante, o próprio Rui Moreira estava preocupado para que se arranjasse uma solução política e uma resposta técnica para aquela comunidade. A coisa depois complicou, mas o processo caminhou de uma forma muito correcta e sentíamos esse apoio político do presidente e do vereador MCF.

AL — Neste momento, faço a pergunta que é transversal aos três [ACF, FMR, MCF]: o que é que o PDM fere no projecto do Riobom?

ACF — Aquilo que posso dizer é que a salvação daquele território está alicerçado no direito constituído pelas casas que lá existem, que estão licenciadas; isso é a base, não há nada que a possa contrariar. Se nós demolirmos aquilo que está lá e fazer alguma coisa de novo, sim, o PDM tem uma influência muito grande na sua transformação. Temos de compreender uma coisa também: aquelas construções que existem na escarpa são muito importantes para a segurança da própria escarpa, são contrafortes da escarpa. Portanto, é preciso ter cuidado com uma visão simplista do problema, estamos a esbarrar em questões geológicas.

AL — O PDM continua a demarcar aquela zona como uma área periclitante.

ACF — É verdade, mas este sítio está estabilizado pelas construções que estão lá, para servir de contraforte.

AL — O PDM adaptou o projecto do Riobom que estava em negociação? Não precisa do PDM para ser posto em prática?

FMR — Repara a Bela Vista também não precisou, foi feita, ainda, no anterior plano e conseguiu-se. Aquilo que o professor [MCF] colocava no início é o ponto central: tem que haver vontade e capacidade política para incluir estas idiossincrasias. É lógico que o PDM é importante (...) para pensar que tipo de cidade queremos, e que tipo de comunidade queremos ter dentro da cidade; o PDM continua a sofrer desse vazio (...).
Se me perguntarem assim "Acha que o Riobom vai ser construído?" Acho que o Riobom só não será construído se a família voltar atrás nos compromissos que tem com o Laboratório e, sobretudo, com a Comissão de Moradores. Se a família não voltar atrás, acho que vamos ter o projecto do Riobom em obra muito rapidamente. Repare, vem aí a 'bazuca' e permite que as associações de moradores possam candidatar-se a esse fundo (...).
No Riobom, tínhamos duas equações: reabilitar o que está levantado (...) ou transformar as ruínas em capacidade construtiva. (...) Se dizermos assim "Agora sem o professor MCF a vereador, acha fácil passar a ruína para construção?" Digo que não, já não era fácil e, agora, é totalmente impossível; não acredito com o vereador Baganha (...). Só uma pessoa com o património igual ao professor MCF é que pode estar à frente de um Pelouro e ter a capacidade de poder desenvolver este processo (...). Aí acho que é difícil, passar a ruína para construção. Agora, se a família não recuar, conseguimos, isto é, está a haver uma grande pressão para a regulamentação da Lei de Bases de Habitação, acho que vai ser muito brevemente implementada. (...) Se a Lei de Bases for regulamentada, nos próximos meses, posso dizer abertamente que o Riobom será reabilitado rapidamente. E porquê? A Lei de Bases tem uma coisa, garante o direito ao lugar e garante, também, que as pessoas que estão lá, em habitações precárias ou pouco dignas, tenham capacidade para reabilitar o lugar. Portanto, como o lugar tem índice de construção, é só reabilitá-lo e qualificá-lo. (...) Acho que o Riobom pode ser muito mais fácil de executar do que até a própria Bela Vista; pareceu uma coisa muito simples e não foi um processo muito simples, o professor [MCF] acompanhou deste do início e foi muito complexo.

Acerca de processos de legalização que o bairro do Riobom possa ter de enfrentar, nomeadamente por causa da sua génese *okupa*.

FMR — O bairro do Riobom, em termos de legalização, é a coisa mais fácil que existe. Se usares a usucapião, aliás, é o grande Ás de copas que a Comissão de Moradores tem; eles estão lá há quarenta anos e os proprietários nunca exerceram titularidade, porque nunca obrigaram os moradores a pagar uma renda, a fazer um contrato ou a retirá-los de lá, portanto, os moradores, tacitamente, são donos daquilo. (...) A usucapião é muito simples de fazer no Riobom, eles se quiserem tomam conta daquilo; a única dificuldade, e aí é que não somos muito adeptos disso, é que para fazer usucapião, cada morador vai ter de identificar a sua parcela e, portanto, cada um vai ficar com o seu lote. Nós somos contrários a isso, achamos que isso pode ser perigoso. E porquê? Uma coisa é o direito em que todos são donos da gestão do seu habitáculo, outra coisa é cada um ser dono da sua parcela e do seu território, que podem ser as hortas, aí vai criar muitos mais conflitos entre eles. E daí ser muito mais interessante a família assumir o compromisso.

Perguntou-se qual seria a capacidade da comunidade em assumir um processo judicial dessa envergadura, exercendo usucapião.

FMR — O Mistério Público assume exactamente esse papel.

MCF — Essa matéria parece-me muito importante. (...) Muita gente pensa que o SAAL foi um regime de ocupação anárquico, de cada um para seu lado e apanhava o mais que podia, não. Este princípio, se quiserem chamar-lhe, da legalidade é muito importante, porque é uma força muito grande num Estado de Direito. Nas operações SAAL era preciso resolver o problema da propriedade, do financiamento e depois havia problemas técnicos que se dividiam; sobrevoavam, aqui, as dimensões políticas, técnica e financeira, isto, do ponto de vista da operacionalização técnica das operações SAAL. Uma das primeiras operações a fazer era a chamada Declaração de Utilidade Pública (DUP) ou Declaração de Zona Degradada (DZD), para efeitos de levar à reabilitação daquilo. Depois, havia, evidentemente, consequências ao nível da compra, expropriação, quem tomava a propriedade, se era um colectivo, aí entra a questão da propriedade colectiva das casas, que o SAAL propugnava em primeira instância, e não a propriedade individual de cada um relativamente ao lote ou à casa que ocupava; depois veio a banca baralhar tudo isto quando se propunha, apenas, financiar através do crédito hipotecário e não através do crédito a uma entidade colectiva; a identidade bancária, com o apoio dos órgãos do Estado, exigiu que houvesse a hipoteca da fracção relativamente à qual se fazia o financiamento. Isto destruiu, completamente, o sentido colectivo, associativo, que estava na base da resolução do problema da habitação, que não fosse o recurso às meras regras do mercado.
O princípio de legalidade é muito forte, utilizando as várias figuras jurídicas que são passíveis de ser utilizadas num procedimento 'com vista a'. Este procedimento 'com vista a', evidentemente que o PDM é importante, (...) mas foram feitos os PEDU's, que tinham uma alínea da habitação degradada; não me recordo se lá estava o Riobom, mas era importante revisitar esse PEDU, foi feito em 2015, ele existiu, foi feito muito rapidamente e, até, com uma grande carga.[2] Por outro lado, existe a ARU de Campanhã, (...) como operação de reabilitação urbana é-lhe aplicável um conjunto de figuras jurídicas que levam a que a expropriação seja possível, o financiamento também, mesmo que a expropriação seja amigável, se a família ou se as pessoas detentoras estão de acordo com determinado procedimento, a figura que se aplica é expropriação. Depois, é preciso haver quem recebe; a CMP ou é uma associação de moradores ou é uma cooperativa constituída para o efeito, mas isso é um problema jurídico que é necessário resolver; os apoios técnicos incluem isso, e o SAAL tinha-os, em termos de construção, organização social, mas, também, serviços jurídicos próprios, que encaminhavam estas questões para o sítio certo. Se há coisa que o SAAL se pode orgulhar é que todas as operações eram legais, não houve, em situação nenhuma, um atropelo à legalidade, àquilo que estava estabelecido nos códigos; o segredo disto estava na argumentação que servia de base às figuras jurídicas às quais iríamos recorrer para que determinadas operações fossem possíveis. Isto é um mecanismo relativamente simples, mas na prática tem alguma complexidade, e se deixarmos uma ponta de fora a operação... Claro que no início de tudo isto está a vontade política, que tem de existir, se não existir não há legislação, figuras legais ou procedimentos que resistam, fechou. Portanto, a luta é noutro patamar. (...)
O PDM conta aqui relativamente pouco, representa a vontade política do actual executivo camarário e das forças políticas que votaram favoravelmente, e essa vontade política é muito

2 O PEDU da cidade do Porto não se encontra disponível no sítio online da CMP.

escassa, como já vimos, não considera as 'ilhas', os bairros, os núcleos espontâneos e especiais. Aquilo que dizia ACF [sobre o Riobom]: que há ali construções que têm um papel de estabilização de uma zona muito delicada. Esses procedimentos têm de ser feitos com grande solidez técnica, não minimizar nenhum deles, não se pode querer construir numa zona do terreno que pode escorregar pela encosta abaixo em menos de um fósforo.

FMR — Há uma coisa que ao ouvir professor [MCF] também me veio à memória. Se nós repararmos na questão das 'ilhas', era o PCP que ia criar um diploma para a patrimonialização das 'ilhas', o PS também se antecipou e apresentou na AR uma proposta de diploma para classificar as 'ilhas', toda a gente queria classificar as 'ilhas'. E agora... E depois aconteceu uma coisa que também é perigosa, (...) apareceram uma espécie de pontos de fuga em que muita gente começou a olhar para isto como "Afinal isto dá direito a vir o nome no jornal e a aparecer nos *media*". Os partidos tomaram conta, o BE tentou agarrar as 'ilhas', depois apareceram os colectivos que ninguém sabe muito bem o que são, e isto fez com que se esvaziasse a luta nas 'ilhas'. A CMP foi muito perspicaz, conseguiu convidar um professor da Católica para fazer o plano das 'ilhas', integrado na ELH, que é tudo menos uma estratégia, é um estudo com muitas fragilidades; do ponto de vista científico, não temos acesso à amostra do inquérito, aos objectivos da amostra, peca com uma série de análises que são muito redutoras, mas a verdade é que teve um efeito, a CMP capturou as 'ilhas', até arranjou uma equipa de jovens arquitectos para fazer uns estudos, que entraram na jogada e, depois, temos a jogada final com a arquitecta Helena Roseta (...). Veio o plano dos chamados "bairros saudáveis" (...), uma grande parte dos programas são apoios aos baldios, pequenos projectos de economia rural, isto é, não têm nada de habitação. Na última discussão em que estive com a arquitecta Helena Roseta (...) disse que afinal os "Bairros Saudáveis" não são um programa de habitação. Pronto, capturamos esta questão e isso contribuiu para que esses temas, aquilo que o professor [MCF] falava, tivessem adormecido e esbatido. O Laboratório tem de pôr isso na agenda, outra vez, as escolas de arquitectura também devem fazê-lo, deviam ser muito mais evidentes. Sinceramente, não sei o que vai acontecer, mas, neste momento, a cidade do Porto está em alto risco de implosão, no ponto de vista da ideia de cidade e do que é a cidade e o que deve ser.
O professor [MCF] punha essa questão dos anos 70/80, em que a cidade esteve quase a cair, é verdade, se não viesse o Porto 2001, hoje teríamos um monte de pedras, muita da arquitectura tinha desaparecido, mas acho que hoje estamos num risco superior, porque é muito mais rápido em termos temporais; é uma acção de tal maneira demolidora e que está a subverter os instrumentos que foram aprovados para outros interesses que não ser uma cidade-todo. Estou muito preocupado. Professor MCF veja bem, estou-me a lembrar do seu texto sobre o quarteirão da Casa Forte [à praça D. João I], quando alertou que aquilo era um disparate total e a verdade é que aquilo está parado e não sei quem vai assumir o buraco; quer dizer, sabemos quem vai ser. A verdade é que poderia ser evitado.

MCF — Aquilo vai já por um caminho que é desconhecido, já está, neste momento, dividido em dois ou em três, já não é uma operação integrada. Acho que foi feito um loteamento, portanto, há dois projectos com alguns problemas, têm uma base comum, não faço ideia...

AL — (...) O projecto do segundo ano [FAUP] foi para ser lá. Na altura demos conta que o proprietário estava para vender e em fase para fazer um loteamento, para vendê-los individualmente. Havia um projecto do Alexandre Burmester para lá (...), tinha uma praça ao ar livre no interior.

MCF — (...) Nada daquilo teve consistência, nem sequer programática quanto mais projectual, houve algumas abordagens que foram até um bocado para o ridículo, com linguagens arquitectónicas absolutamente fantasmagóricas (...). Uma das últimas operações foi demolir aquele edifício redondo, que era um projecto do José Porto, era para ser um hotel, depois passou a ser o bando de Angola (...); um dos primeiros projectos de um arquitecto muito importante, que foi feito em consonância com o edifício Português do Atlântico; pronto, dentro daquela linguagem, foi uma operação muito consistente, do desbordar de uma arquitectura para o espaço público. A praça D. João I é um bocadinho de história e, neste momento, já foi muito prejudicada por aquela operação que não se sabe muito bem como vai acabar; temo que acabe uma coisa, no centro da cidade do Porto, que seja completamente desqualificada, oxalá me engane.
Muitas vezes, não são os planos que mais fazem as cidades, é mais importante um grande projecto, "investimento", para fazer mexer a cidade. Na viragem do século assistimos a vários: o programa Polis, a Cimeira Ibero-americana que permitiu começar a reabilitação da zona da Alfândega. Podemos criticar o Polis, mas mobilizou, de facto, um conjunto de técnicos, filosofias, práticas e chamou a atenção. A Cimeira foi o pontapé de saída para a requalificação da marginal que acabou por desbordar para a marginal de Gaia; hoje temos uma *waterfront* de grande qualidade na cidade do Porto.
Isto não estava em plano nenhum. (...) Foi o saber aproveitar uma oportunidade. (...)

A reunião fluiu já com gestos de despedida.

Anexo II

201 Notícias
205 Carta do habitar
213 Bairro do Riobom
229 Questionário
231 Trabalho de campo

Notícias

Porto: destruíram-lhes as hortas comunitárias, deixando-os "ainda mais pobres"

Junto ao Bairro de Francos, 24 famílias tinham, há vários anos, as suas hortas num terreno privado. Sem aviso atempado, o proprietário destruiu tudo - e acabou com o sustento de gente já em grande dificuldade. Famílias contrataram advogado, mas na autarquia já entrou um pedido de construção para o terreno.



28 de Abril de 2020, 20:33



N1 Notícia Público, disponível em https://www.publico.pt/2020/04/28/local/noticia/porto-destruiramlhes-hortas-comunitarias-deixandoos-pobres-1914265

QUESTÕES SOCIAIS

Câmara do Porto admite criar mais hortas, mas moradores de Francos vão para lista de espera

CDU instou Rui Moreira a ceder terreno municipal a moradores que perderam hortas comunitárias que cultivavam há vários anos - e a alargar oferta desses espaços na cidade. Proposta foi aprovada, mas maioria não promete dar prioridade a moradores de Francos

Mariana Correia Pinto
11 de Maio de 2020, 20:07



N2 Notícia Público, disponível em https://www.publico.pt/2020/05/11/local/noticia/camara-porto-admite-criar-hortas-moradores-francos-vao-lista-espera-1916095

Incêndio afeta antiga estação da Boavista no Porto proposta para classificação

Apesar de o combate às chamas ter sido "relativamente fácil", foi necessário o recurso a meios elevatórios, nomeadamente à autoescada, mas a integridade do edifício não foi, contudo, comprometida.



Lusa
11 Dezembro 2020 — 11:19

Um incêndio deflagrou na madrugada de hoje no edifício devoluto da antiga estação ferroviária da Boavista, no Porto, onde o Corte Inglés tem intenção de construir e sobre o qual foi submetido um pedido de classificação municipal.

N3 Notícia Diário de Notícias, disponível em https://www.dn.pt/pais/incendio-afeta-antiga-estacao-da-boavista-no-porto-proposta-para-classificacao-13128205.html

Porto

El Corte Inglés repudia associação do seu nome a incêndio na antiga estação da Boavista



Incêndio danificou edifício da antiga estação ferroviária da Boavista
Foto: José Carmo/Global Imagens

O El Corte Inglés repudiou a associação do nome da empresa ao incêndio que afetou a antiga estação ferroviária da Boavista, no

PUBLICIDADE

N4 Notícia Jornal de Notícias (14/12/2020), disponível em https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/el-corte-ingles-repudia-associacao-do-seu-nome-a-incendio-na-antiga-estacao-da-boavista--13138334.html

JUSTIÇA / **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Seguir

Ministério Público investiga incêndio em antiga estação da Boavista no Porto

Incêndio ocorreu a 11 de dezembro num local onde o El Corte Inglés quer construir vários serviços. O incêndio vai ser investigado pelo Ministério Público do DIAP do Porto.

22 dez 2020, 00:16



N5 Notícia Observador, disponível em https://observador.pt/2020/12/22/ministerio-publico-investiga-incendio-em-antiga-estacao-da-boavista-no-porto/

Porto

Assembleia Popular discute antiga estação da Boavista



Está previsto para o terreno um projeto do El Corte Inglés
Foto: Artur Machado/Global Imagens

O Movimento por um Jardim Ferroviário na Boavista, a Greve Climática Estudantil do Porto e a associação Campo Aberto promovem, no sábado, às 17 horas, uma assembleia popular sobre o futuro da antiga estação ferroviária da Boavista e do terreno anexo. A iniciativa será online e

PUBLICIDADE

RELACIONADAS



El Corte Inglés não comenta reavaliação de preço de terreno na Boavista

N6 Notícia Jornal de Notícias, disponível em https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/assembleia-popular-discute-antiga-estacao-da-boavista-13418989.html

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Detido dono do edifício que terá mandado atear fogo que matou uma pessoa na baixa do Porto

Incêndio consumiu a 2 de Março o interior de um prédio na rua Alexandre Braga, perto do Mercado do Bolhão, matando um dos residentes. Foram detidos igualmente dois homens que terão colocado o fogo no imóvel.

Mariana Oliveira e **Sofia Neves**
28 de Junho de 2019, 11:05



N7 Notícia Público, disponível em https://www.publico.pt/2019/06/28/sociedade/noticia/policia-judiciaria-detem-presumiveis-autores-incendio-predio-centro-porto-1878016

PORTO

Casa de Garrett no Porto ardeu na semana em que câmara fez proposta de compra

Fogo atingiu esta madrugada edifício onde nasceu e viveu o escritor. Autarquia fez esta semana proposta ao proprietário e mantém o interesse. Em caso de venda, invocará direito de preferência

Sofia Neves
27 de Abril de 2019, 9:21



N8 Notícia Público, disponível em https://www.publico.pt/2019/04/27/local/noticia/incendio-centro-porto-atinge-casa-onde-viveu-almeida-garrett-1870681

Carta do habitar

Carta para a Habitação do Porto

1.Introdução

A habitação é um direito constitucional e um dever de programação bem como de execução do Estado, cabendo às Autarquias a definição de regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, segundo uma política de ordenamento do território e urbanismo. A Carta Social Europeia determina que, com vista a assegurar o exercício efetivo do direito à habitação, as partes deverão tomar medidas destinadas a: 1) favorecer o acesso à habitação de nível suficiente; 2) prevenir e reduzir a condição de sem-abrigo, com vista à sua eliminação progressiva; 3) tornar o preço da habitação acessível às pessoas que não disponham de recursos suficientes.

Atualmente, constatam-se diversos entraves à efetivação de tal direito, nomeadamente na cidade do Porto, ainda que não em exclusivo. Num contexto de crescente valorização de atividades económicas direcionadas para o turismo, beneficiadas financeiramente pelo estado e por fundos comunitários, individual e casuisticamente propostos a projeto; de crescimento exponencial de unidades de alojamento; e num panorama de liberalização da prestação de serviços direcionados para arrendamentos de curta duração, verifica-se um aumento da carência de habitações permanentes de valor acessível, bem como do valor das rendas daquelas que se encontram disponíveis no mercado de arrendamento.

Estado e autarquias escusam-se a intervir contra esta situação ou fazem-no de modo muito limitado, permitindo a desregulação. Se a nível nacional existe uma carência de mais de 35 mil habitações, no Porto, as propostas apresentadas para suprir as necessidades de habitação cobrem, apenas uma percentagem reduzida face ao total de pedidos. Segundo o Índice Europeu de Exclusão da Habitação, publicado pela Federação Europeia de Organizações Nacionais que trabalham com Sem-Abrigos (FEANTSA), apoiada pela Comissão Europeia, Portugal encontra-se em 22º lugar num conjunto de 28 países estudados. Para além disso, o problema do acesso à habitação evidencia-se ainda em

dados como a percentagem de população jovem, na faixa etária entre os 18 e 34 anos, a viver com os pais, que se estima em 58% em Portugal.

A proposta de uma Carta do Porto Para a Habitação vem ao encontro desta necessidade real de habitação em geral, e a custos controlados em particular, num momento de diminuição dos rendimentos do trabalho e de pressão imobiliária sobre o direito à habitação. Perante a oportunidade encontrada por quem detém a propriedade de rentabilização do seu edificado através do uso turístico, que a patrimonialização do Centro Histórico e o aumento de deslocações aéreas internacionais vieram exponenciar, a programação da reabilitação fica longe de medidas gerais de intervenção concertada, remetendo quase exclusivamente para a capacidade individual de cada proprietária/o. A habitação por arrendamento fica refém desse fenómeno que, ao tornar-se estrutural da produção urbana contemporânea, cria efeitos permanentes de carência habitacional.

No Porto, onde o processo de gentrificação é particularmente evidente – nomeadamente nas freguesias do Bonfim, Campanhã e Lordelo do Ouro – são já notórias as consequências diretas sobre as/os moradoras/es, conhecendo-se uma diária expulsão e deslocação forçada. A desregulação do arrendamento e a natureza abrangente da figura de Alojamento Local, que permite destinar habitação própria ou secundária para usos mais convenientes às/aos proprietárias/os, provocam uma situação de desproteção das populações mais vulneráveis e de baixos recursos, especialmente a jovem, idosa e desempregada. Todo o quadro legal relativo ao direito à habitação encontra-se neste contexto permanentemente comprometido, não fosse o privilégio concedido aos direitos de propriedade, entendida na chamada Lei Cristas quase como um direito absoluto. Considerando as limitações que os diferentes quadros jurídicos de apoio à reabilitação e ao realojamento têm vindo a demonstrar, nomeadamente via dos efeitos de liberalização do despejo pelo Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), revela-se premente a conjugação de forças para a defesa e recuperação da habitação enquanto necessidade universal, mas deficientemente garantida.

Como demonstram os Censos de 2011, 32,3% dos residentes no Porto eram inquilinos. E em 2015, segundo o inquérito da Associação Portuguesa de Habitação Municipal, apenas 3,5% da população residia em habitação de promoção pública – um índice muito inferior a outros países europeus. Note-se que Portugal apresentava, em 2017, menos de 1% do Produto Interno Bruto dedicado à promoção pública habitacional, sendo que em meados de 2017, a percentagem de imóveis destinados a alojamento local cresceu 147%, relativamente ao ano anterior. Já segundo diagnóstico da Estratégia Nacional de Habitação, aprovada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º

48/2015, de 15 de julho, nos 25 anos que decorreram entre 1987 e 2011, o Orçamento de Estado suportou a fundo perdido 9,6 mil milhões de euros com as várias políticas públicas relacionadas com a habitação, constituindo 73,3% bonificações de juros no crédito à habitação.

É importante também relembrar a questão dos alojamentos vagos, integrados em fundos imobiliários ou não disponibilizados no mercado. Em 2011, no contexto dos nove concelhos do Grande Porto, a cidade do Porto registou o maior número de edifícios vagos, com uma percentagem superior a 37%. Já relativamente ao arrendamento, com o grave aumento do valor das rendas, estima-se que 20% da população, auferindo de salário mínimo, não tem acesso a habitação, mesmo de tipologia menor, sendo que o mercado apresenta uma média de cerca de 7 euros mensais por metro quadrado.

Acresce o facto de que o processo de gentrificação no Porto vem acompanhado de um fenómeno de redirecionamento, tanto do uso habitacional como também comercial para o turístico ou comercial especificamente destinado à venda de produtos turísticos. Ultimamente, muitos espaços comerciais estão a ser usados para alojamento local ou habitação temporária. Ou seja, há uma monofuncionalidade comercial crescente, além da relocalização de classes socioeconómicas ao nível da tipologia ou da classe habitacional. Identifica-se, inclusive, uma alteração tipológica dos edifícios habitacionais para servir o arrendamento diário individual, transformando tipologias maiores em tipologias de um quarto ou menos. Significa isto que se observa uma alteração radical da dinâmica socioeconómica e da orgânica funcional do edificado existente. Se existia uma relação entre a produção e consumo local e regional, onde a habitação tinha preponderância para residentes trabalhadoras/es e proprietárias/os, apresentando uma formação familiar clássica, a expulsão dos primeiros pelos segundos acontece simultaneamente com a financeirização, a monopolização e internacionalização do mercado imobiliário e turístico.

Quem se assume agora como proprietária/o detém o poder de decisão sobre o destino e a reabilitação do edificado, a qual, se não ultrapassa as decisões locais, tende a comprometê-las. Para além da sua superioridade material, não sendo *grosso modo* moradoras/es ou habitantes locais, não partilham dos mesmos interesses na organização urbana e tendem ora a sobrepor-se às opções políticas locais, ora a estabelecer com os seus agentes formas de contratualização que lhes permitem operar contra àquelas, apesar de, paradoxalmente, terem o seu apoio financeiro e jurídico.

É também de sublinhar que a atribuição de financiamento estatal para a atividade turística pelo Programa 2020, de 780 milhões de euros até 2020, emerge a par de uma precarização do trabalho no sector. Realce-se que, no final do ano passado, metade das/os

trabalhadoras/es na atividade turística e da restauração auferiam apenas do salário mínimo. Este dado conflui para a evidência da pauperização económica da população urbana trabalhadora local, nomeadamente face à rentabilidade de um sector que representa 7% do PIB nacional, com crescimento de 19% em 2017, mas no qual 65% do consumo é estrangeiro.

Já quanto à transação de imóveis, Portugal registou em 2017 a segunda maior subida entre os diversos países da União Europeia, apresentando 10% de crescimento. A privatização da propriedade da habitação e do edificado em geral, transformada em outros usos não habitacionais, sustentada financeiramente por parcerias público-privadas está na raiz de um problema que atinge agora também segmentos socioeconómicos médios e médios altos. Tal constitui inclusive o mote da promoção pelos fundos imobiliários, afastados da obrigação de contemplar habitações a custos controlados ou de garantir um índice de habitação pública mínimo nas suas operações urbanísticas. A manipulação do mercado imobiliário permite sustentar a subida do valor de arrendamento e venda, potenciando uma forma de especulação oculta.

Em suma, torna-se evidente que a liberalização do mercado imobiliário, sustentado pela publicação do NRAU, em 2012, coincide com a necessidade de aumentar a rentabilização da propriedade urbana para outros fins que a habitação clássica e regulada não permitia. Por seu turno, a tão aplaudida reabilitação, passa tanto por uma alteração superficial de materiais de revestimento, sem atualização de outras infraestruturas necessárias à utilização turística, como pela destruição do miolo da casa burguesa, mantendo apenas a fachada do edifício.

A cidade do Porto vive um momento de grande crise habitacional motivada pela pressão especulativa de grandes grupos imobiliários que investem fortemente na reabilitação e no turismo, especulando com os preços por m2 a rondar valores que em nada beneficiam a habitação inclusiva e o direito à cidade para todas as classes e grupos sociais. Abordar a habitação é abordar a cidade como parte da produção territorial, da reprodução social e da garantia de direitos essenciais à vida digna, plena e plural para todas/os. A Carta para a Habitação do Porto considera como objetivo fundamental a adoção de estratégias comprometidas com a salvaguarda desta, considerando não apenas a degradação física do edificado existente, as alterações tipológicas familiares, a terciarização da atividade urbana e o agravamento jurídico da situação do arrendamento, como os processos adjacentes à sobrevalorização da propriedade privada e de outras atividades que ocupam os espaços de residência.

2. Assim, comprometidas e reunidas as pessoas abaixo assinadas,

pertencentes a instituições de representação pública, política e partidária, instituições privadas, laboratórios, comissões de moradores, ou a título individual, sendo investigadoras, moradoras, estudantes, académicas e ativistas empenhadas na universalização da habitação digna,

3. Propõem,

como princípios estruturais, a reabilitação e qualificação da habitação existente, a promoção de habitação, a qualificação dos espaços públicos habitacionais, o arrendamento regulado e acessível e a proteção do direito à habitação sobre qualquer circunstância das/os inquilinas/os. Neste sentido, **definem como:**

4. Objetivos gerais

a) A ampliação do parque habitacional público mediante um investimento de 5% do PIB, atinente ao constante da Estratégia para a nova geração de políticas de habitação, publicada em 2017;
b) A promoção pública e cooperativa da habitação, para que no curto prazo seja possível albergar 18 mil famílias em situação de exclusão, num processo integrado de discussão participada acerca do programa habitacional, lotação, organigrama funcional e processos construtivos racionais e ecológicos, adaptados à realidade climática portuense;
c) A regulação da atividade turística do alojamento local, nomeadamente pela limitação do uso, da manutenção de zonas comuns e garantia de cumprimento de normas no que se refere a segurança contra incêndios, entre outros;
d) O financiamento para uma programação sistemática da reabilitação real, acompanhada da introdução de sistemas autónomos de produção de energia na construção habitacional, bem como pela recuperação de materiais existentes;
e) A promoção de índices de outros usos a par da habitação e respetiva relativização do seu enquadramento jurídico, considerando a prioridade da habitação dos trabalhadores locais;

f) O planeamento e a execução programada de conjuntos habitacionais, tendo em conta as relações socioeconómicas de produção e reprodução social, nomeadamente o tempo de trabalho, lazer, descanso e transporte coletivo;

g) A consolidação morfológica, a reabilitação e promoção prévia de espaço público, de utilização plural, organizado tendo em conta as diferentes possibilidades de circulação, acessibilidade e mobilidade, e igualmente de descentralização de serviços públicos de proximidade;

h) A criação de gabinetes públicos de apoio à atribuição de habitações, observadores da habitação e mercado imobiliário e de procuradores do residente, tendo em conta o tipo de ocupação habitacional pretendida, temporária, sazonal ou permanente;

i) A racionalização do direito à habitação frente ao direito patrimonial, que entendendo-se como complementar, não poderá colocar em risco a universalização daquela.

j) A criação de gabinetes de apoio local ao projeto de arquitetura sem fins lucrativos, inseridos na programação da gestão urbanística, com equipas pluridisciplinares de profissionais da arquitetura, sociologia, geografia, entre outras;

k) A criação de instrumentos que permitam garantir o direito à habitação em qualquer situação de quebra de rendimentos, sobre outros direitos externos ao residente;

l) A criação de regimes fiscais e regulatórios para a promoção habitacional por fundos imobiliários;

m) Alargar a promoção da habitação no contexto global do território tendo em conta a reformulação da figura da ARU;

n) A intervenção na qualificação dos espaços públicos afetos aos bairros municipais e estatais, nomeadamente tendo em conta o seu património vegetal e contributo para a estrutura ecológica municipal;

o) A elaboração de programas sociais, educativos, científicos e desportivos, mediante a criação ou solidificação de serviços de proximidade a equipamentos municipais, nomeadamente destinados a crianças e população idosa.

p) A sensibilização para o pluralismo vivencial, de forma a potenciar a tolerância perante novas formas de organização familiar, de coabitação e coparentalidade.

Finalmente, e para representar perante as edilidades os objetivos propostos, criar um movimento pró-habitação universal, demonstrando a valorização da participação popular democrática nas políticas de habitação em Portugal, propondo a sua efetiva descentralização e financiamento.

5. Objetivos estratégicos e operacionais

1) Implementar projetos complementares entre os setores público, cooperativo e privado;
2) Definir e viabilizar sistemas de promoção e de financiamento de acesso ao arrendamento e aquisição de habitação própria;
3) Proceder a uma alteração das normas, demasiado rígidas patentes em normativos como o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, de forma a fazer face à necessidade de renovação das Ilhas do Porto;
4) Promover o financiamento da construção para habitação básica na cidade do Porto, via de incentivos como o crédito popular à renovação/reabilitação e ao adquirente;
5) Permitir que a iniciativa privada possa concorrer a estes financiamentos para a habitação básica, desde que se sujeite às margens de benefício a fixar para cada caso e não resvale para processos especulativos;
6) Promover políticas de isenções fiscais na Sisa, na Contribuição Predial e nas mais-valias camarárias e outros encargos;
7) Potenciar uma política pública, nomeadamente camarária, dos solos urbanos de forma a possibilitar a sua apropriação/compra e planeamento indicativo do uso dos mesmos. Isto é, promover a regulamentação da utilização do solo urbano, de forma a limitar a especulação no mercado dos terrenos; a garantir a disponibilidade de uma bolsa de terrenos a preços razoáveis e em quantidades adequadas à realização de uma política habitacional séria.
8) Promover regulamentação em sede do PDM de forma a impedir a alteração das condições de usos existentes bem como o emparcelamento da propriedade na cidade;
9) Promover uma política de socialização dos solos urbanos pela declaração de utilidade pública.

A equipa redatora:
Fernando Matos Rodrigues
Manuel Carlos Silva
António Cerejeira Fontes
Fernando Bessa
Ana Silva
Diana Silva

Bairro do Riobom



BR1 Painel do SAAL, S. Victor (ADP).

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DO AMBIENTE

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DE HABITAÇÃO DO NORTE

ZONA DE S.VITOR

Associação de Moradores da Zona de S. Vitor
Rua Barão de S. Cosme, 48 - PORTO

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

a) Definição da zona a actuar

Esta operação abrange a zona situada dentro dos seguintes limites: Rua de S.Vi-çor, Rua da Srª. das Dores, Praça da Alegria, Rua de Joaquim António de Aguiar, Rua do Barão de S. Cosme, Rua do Duque de Palmela, Rua do Duque de Saldanha, Largo do Padre Baltasar Guedes, Rua de Gomes Freire, Trav. de S. Vitor, Largo do Camarão, Rua de S. Dionísio e Pátio de S. Dionísio.

b) Número de fogos - 615

número de fogos a construir - 365
número de fogos a recuperar - 250
1ª fase - 32 fogos novos
7 fogos a recuperar
2ª fase - 20 fogos novos

HISTORIAL DA ORGANIZAÇÃO DE MORADORES

2.9.74 - Pedido de intervenção ao SAAL-Norte
30.1.75- Aprovação dos Estatutos em Assembleia Geral de Moradores
14.5.75 - Escritura Notarial
1.9.75 - Publicação dos Estatutos no D.R. nº 201 - III Série

CRONOLOGIA DA OPERAÇÃO

1.11.74 - Início do trabalho da Brigada
1.1.75 - Assinatura do contrato da Brigada
17.1.75 - Entrega do processo de declaração de utilidade pública - 1ª fase
13.5.75 - Publicação da D.U.P. no Diário da República
Jun./75 - Autorização da tomada de posse pela C.M.P.
Out./75 - Início da 1ª fase da construção (11 fogos)
16.8.76 - Entrega do projecto de construção

BR2 Fundo do Fomento da Habitação, S. Victor (ADP).

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DO AMBIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas

Por despacho ministerial de 10 de Abril findo e diploma de provimento de 16, visado pelo Tribunal de Contas em 2 do corrente mês e registado sob o n.º 17 915:

Jorge Martins Correia — contratado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44 110, de 21 de Dezembro de 1961, e n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969, para desempenhar as funções correspondentes a técnico auxiliar de 1.ª classe desta Comissão Administrativa além do quadro. (São devidos emolumentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 356/73.)

Por despacho ministerial de 17 de Abril findo:

Jorge Martins Correia — exonerado do cargo de auxiliar dos serviços de contabilidade de 2.ª classe, que vinha exercendo desde 30 de Julho de 1958, por ter sido nomeado para desempenhar o cargo de técnico auxiliar de 1.ª classe além do quadro. (Anotado pelo Tribunal de Contas, sob o n.º 18 016, em 22 de Abril findo.)

Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas, 6 de Maio de 1975. — O Engenheiro Director-Delegado, *Victor Manuel Rodrigues Catum.*

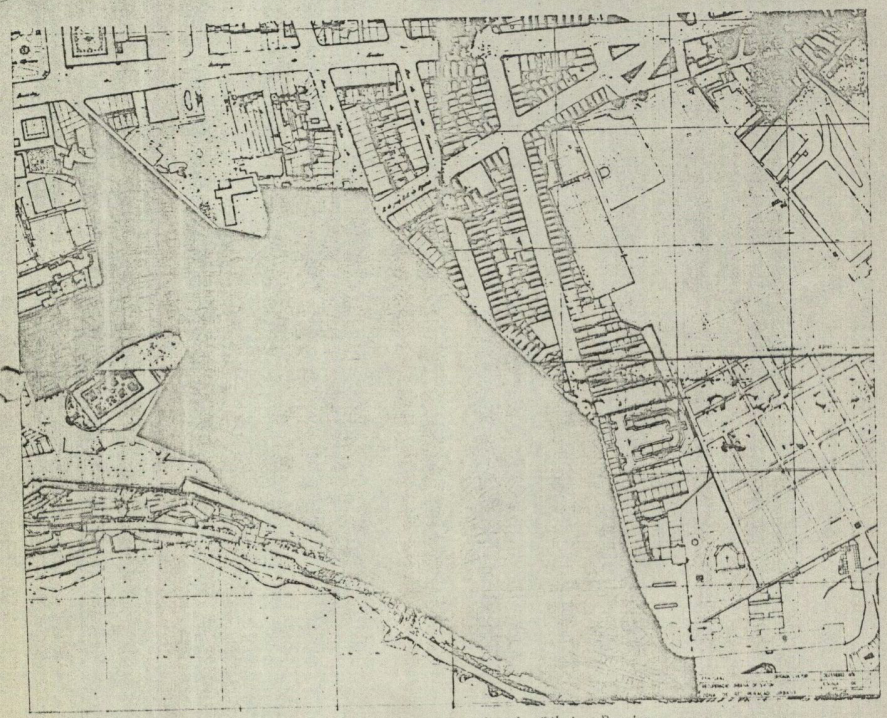
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

Gabinete do Secretário de Estado

Despacho

Nos termos e para os efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 583/72, de 30 de Dezembro, aprovo o plano anexo de recuperação urbana para a zona de S. Vítor, freguesia do Bonfim, concelho do Porto, elaborado no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação, pelo que fica assim declarada a utilidade pública urgente das expropriações necessárias à execução do programa a que aquele plano respeita.

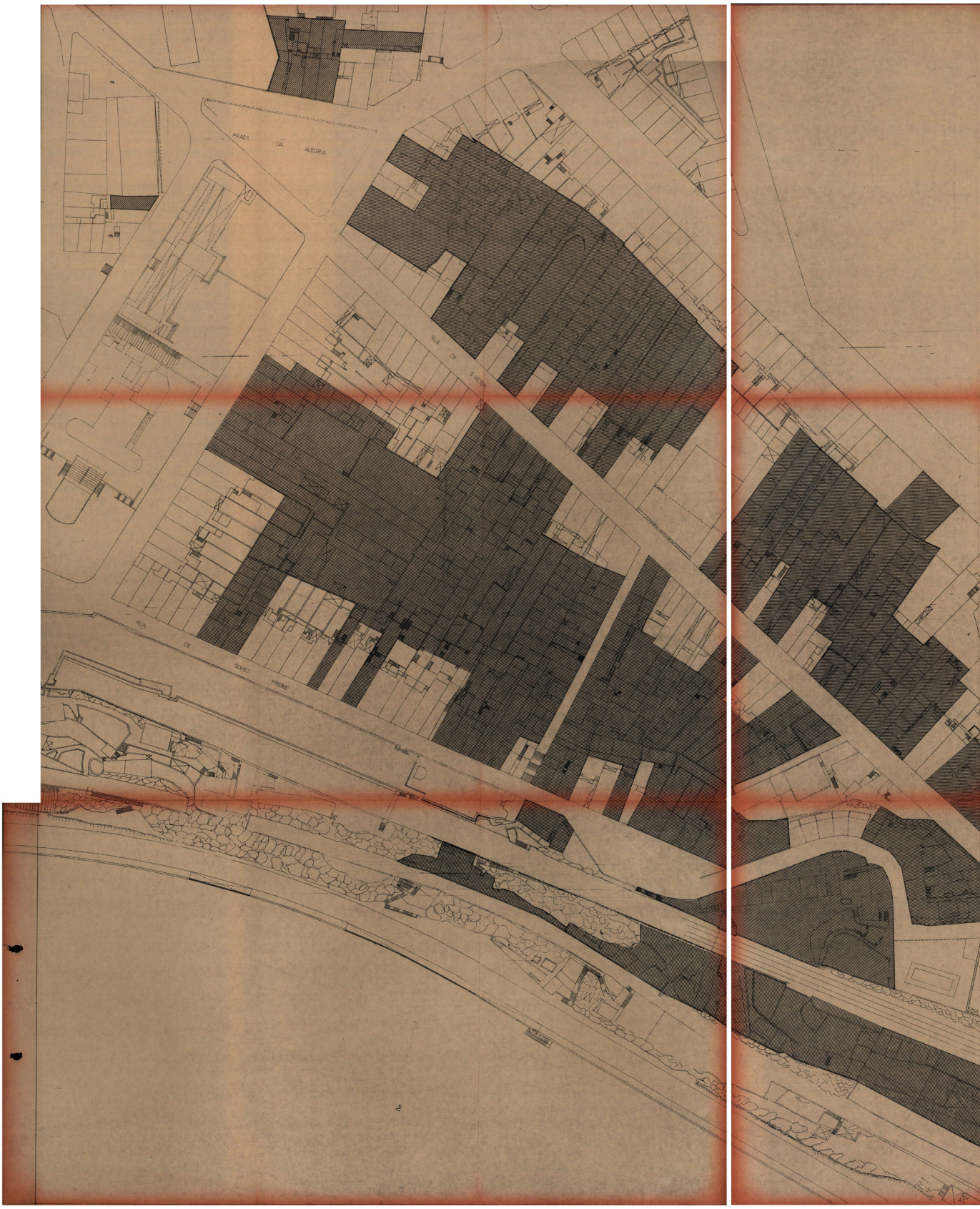
Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, 10 de Abril de 1975. — O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, *Eduardo Ribeiro Pereira.*



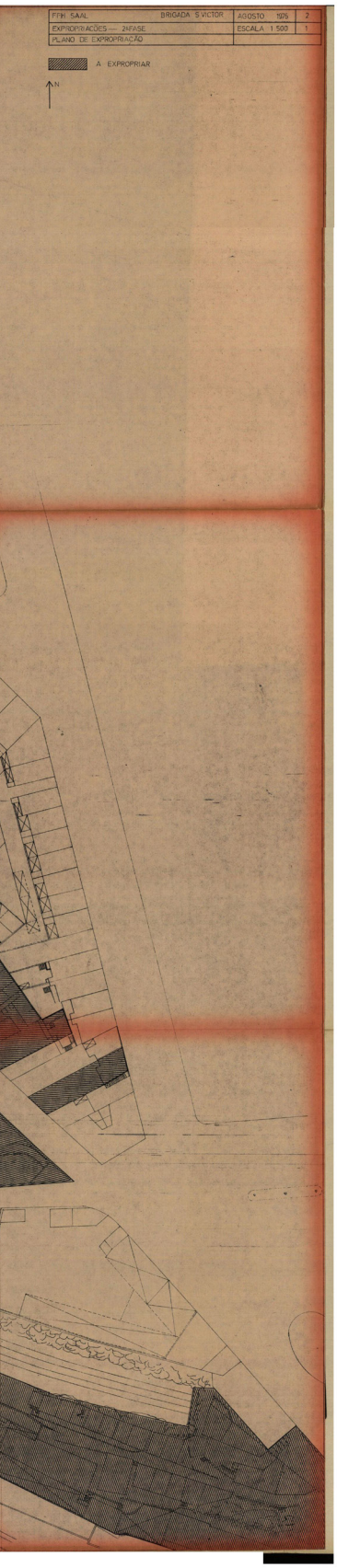
O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, *Eduardo Ribeiro Pereira.*

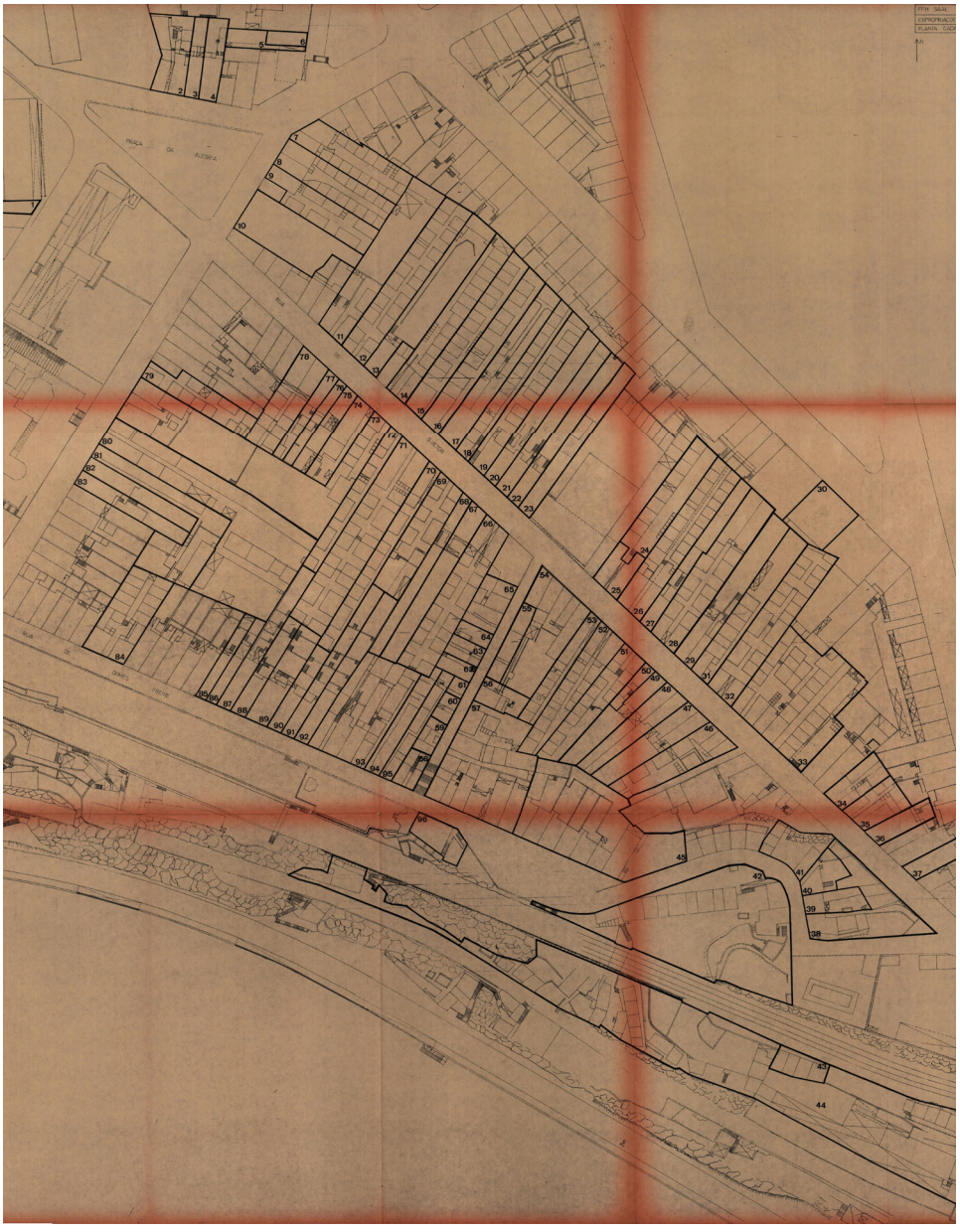
Entregue em 14-5-75, 1 fotocópia ao Sr. Manuel da Conceição, da Comissão de Moradores.
Enviada fotocópia à Brigada em 15-5-75. Paula

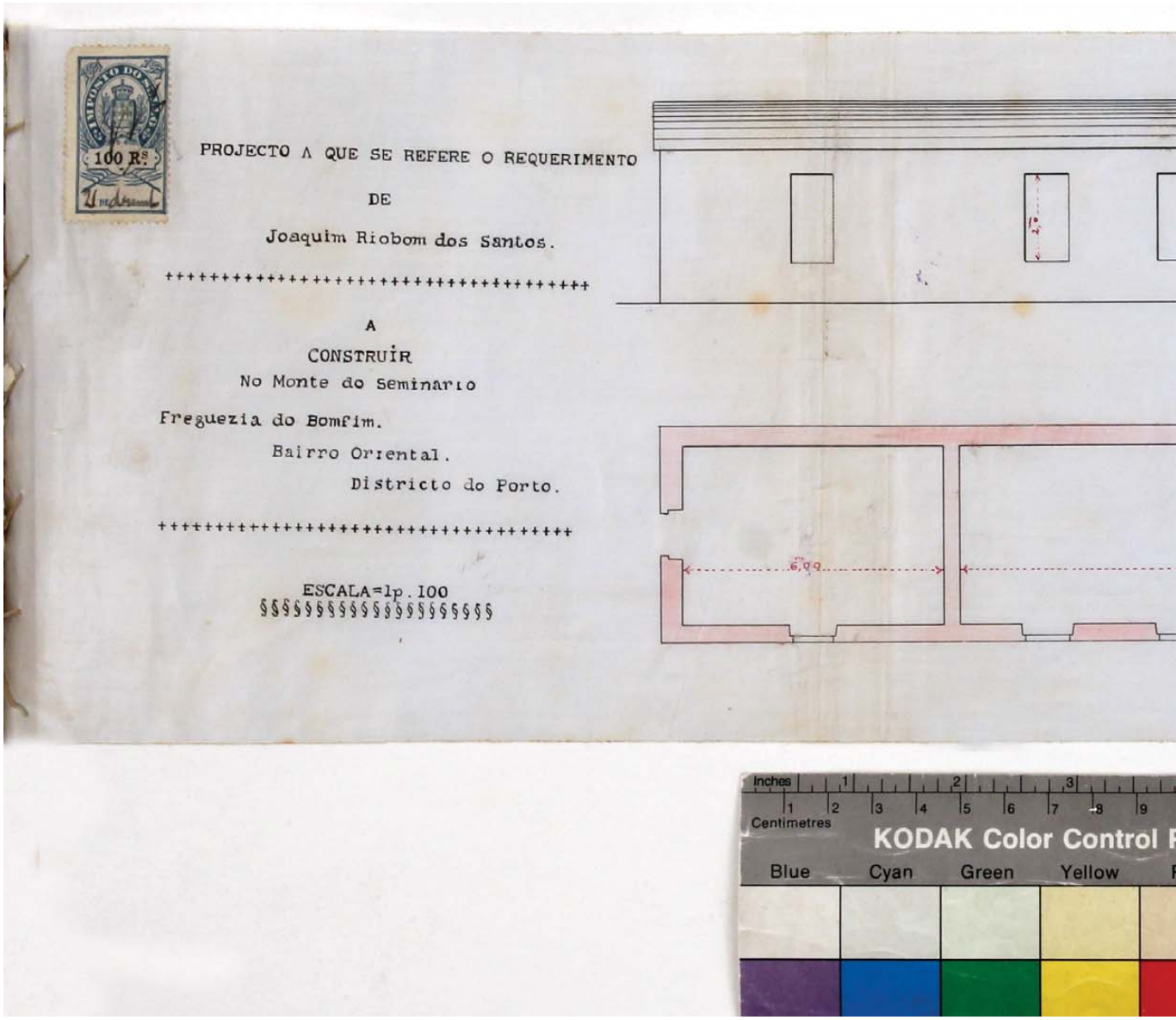
BR3 Fundo do Fomento da Habitação, S. Victor (ADP).



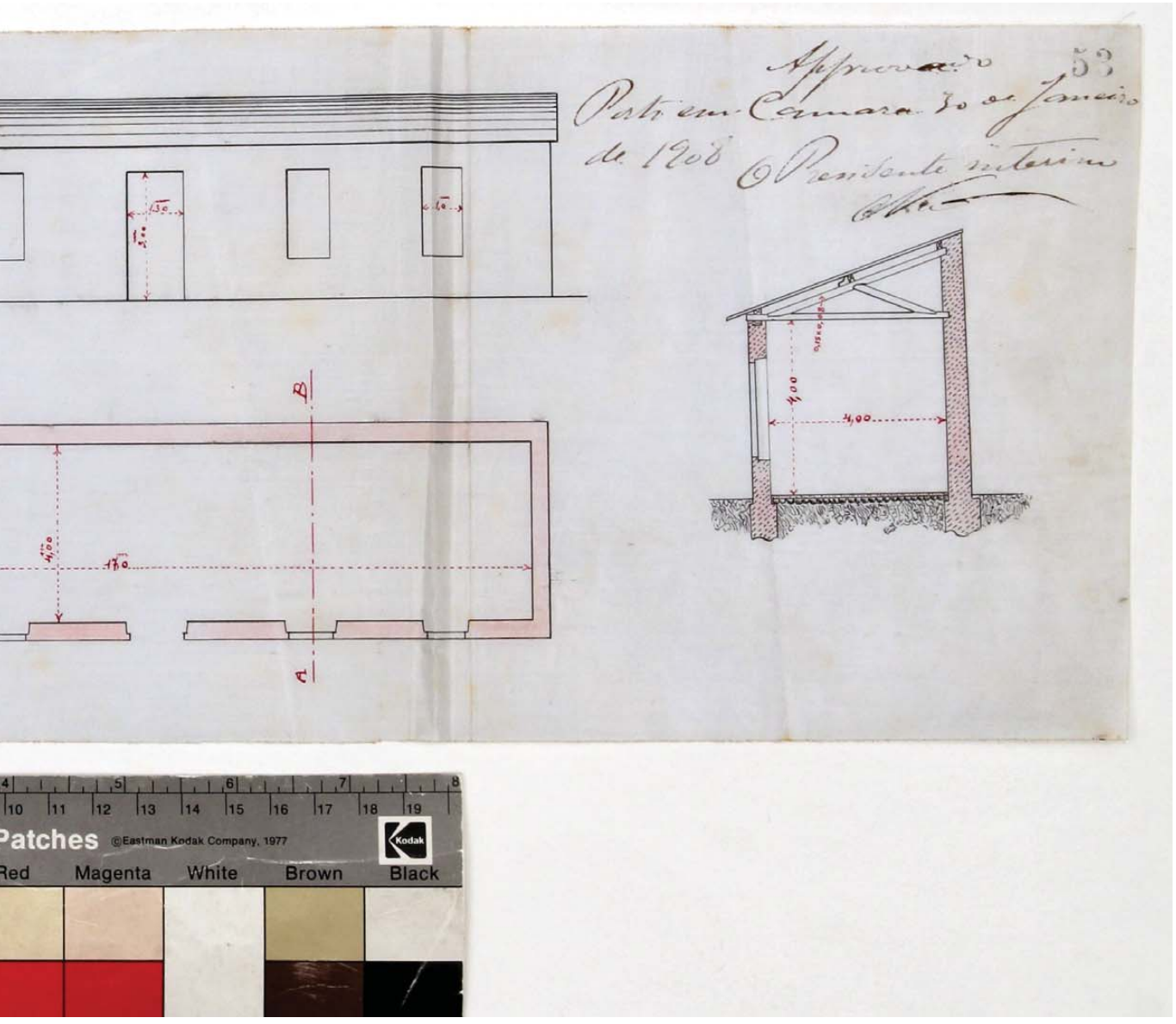
BR4 Plantas de expropriações definidas pela Brigada SAAL de S. Victor (ADP).

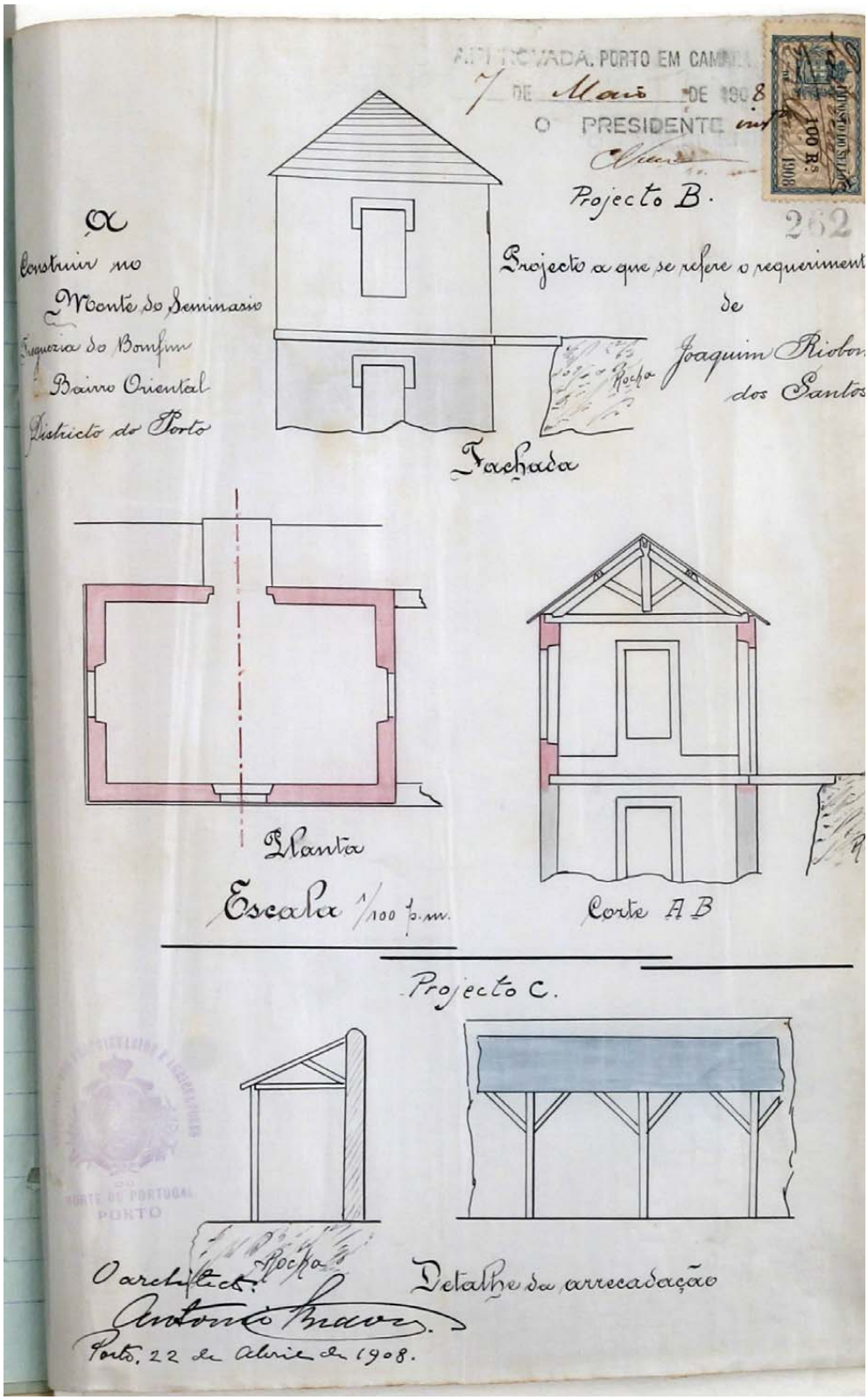

FFH SAAL
BRIGADA S.VICTOR
AGOSTO 1975
2
EXPROPRIAÇÕES — 2ªFASE
ESCALA 1:500
1
PLANO DE EXPROPRIAÇÃO
A EXPROPRIAR
N

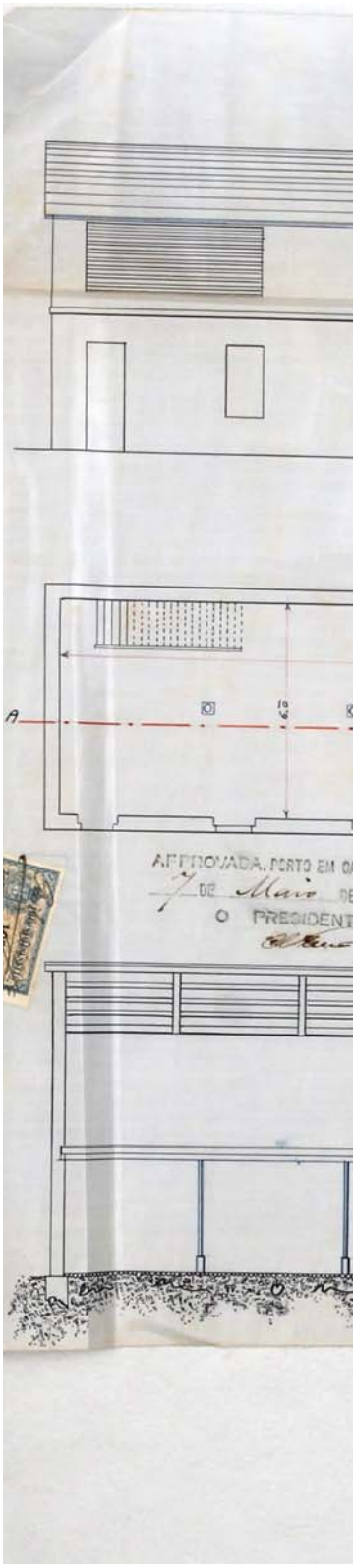

FFH SAAL
EXPROPRIAÇÕ
PLANTA CAD
N



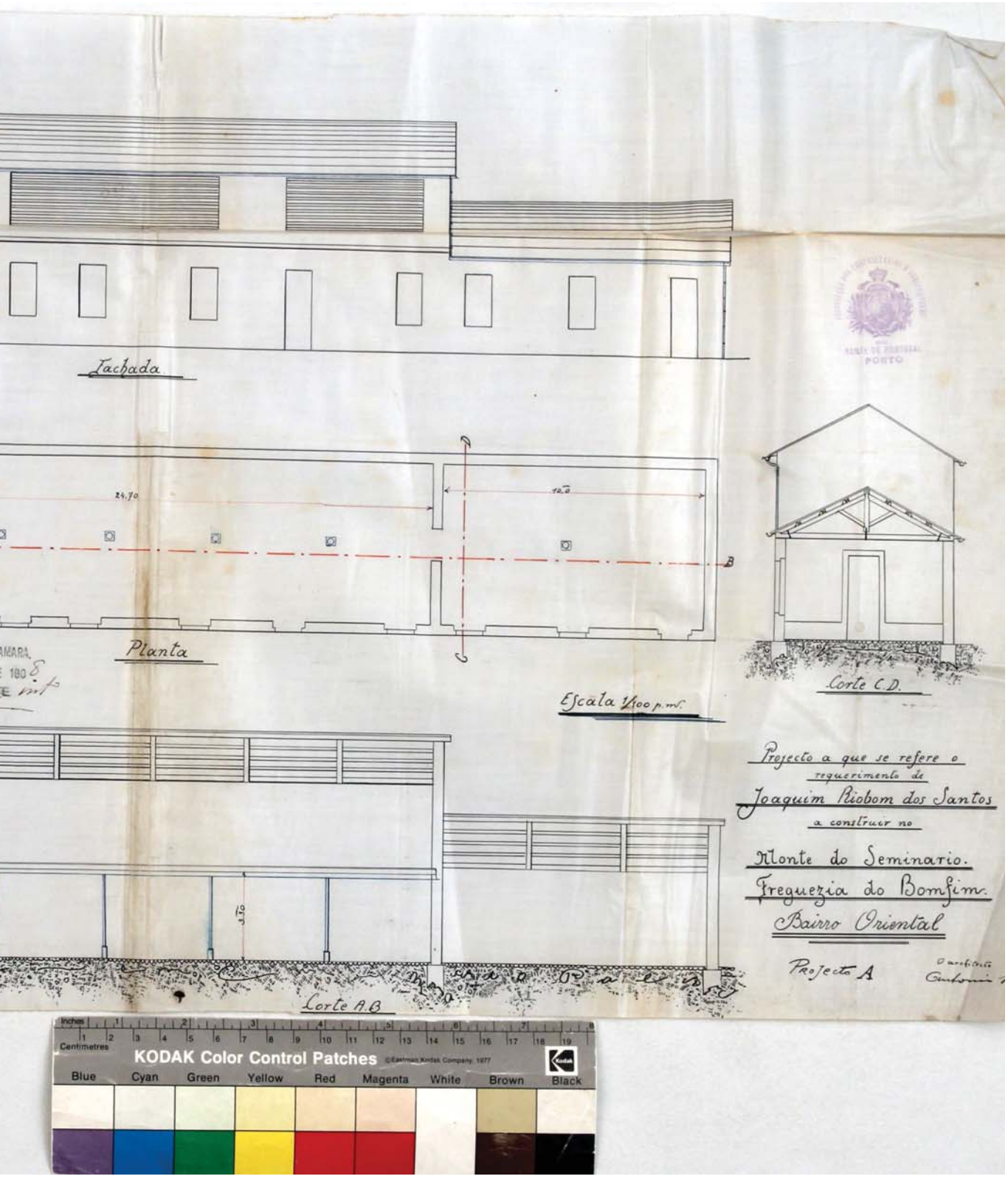
BR5 Fábrica do Riobom, licença de obra, 1908 (Gisa-Web).


Approvado
Posto em Camara 30 de Janeiro
de 1908
O Presidente interino
53
4,00
4,00
17,00
B
A

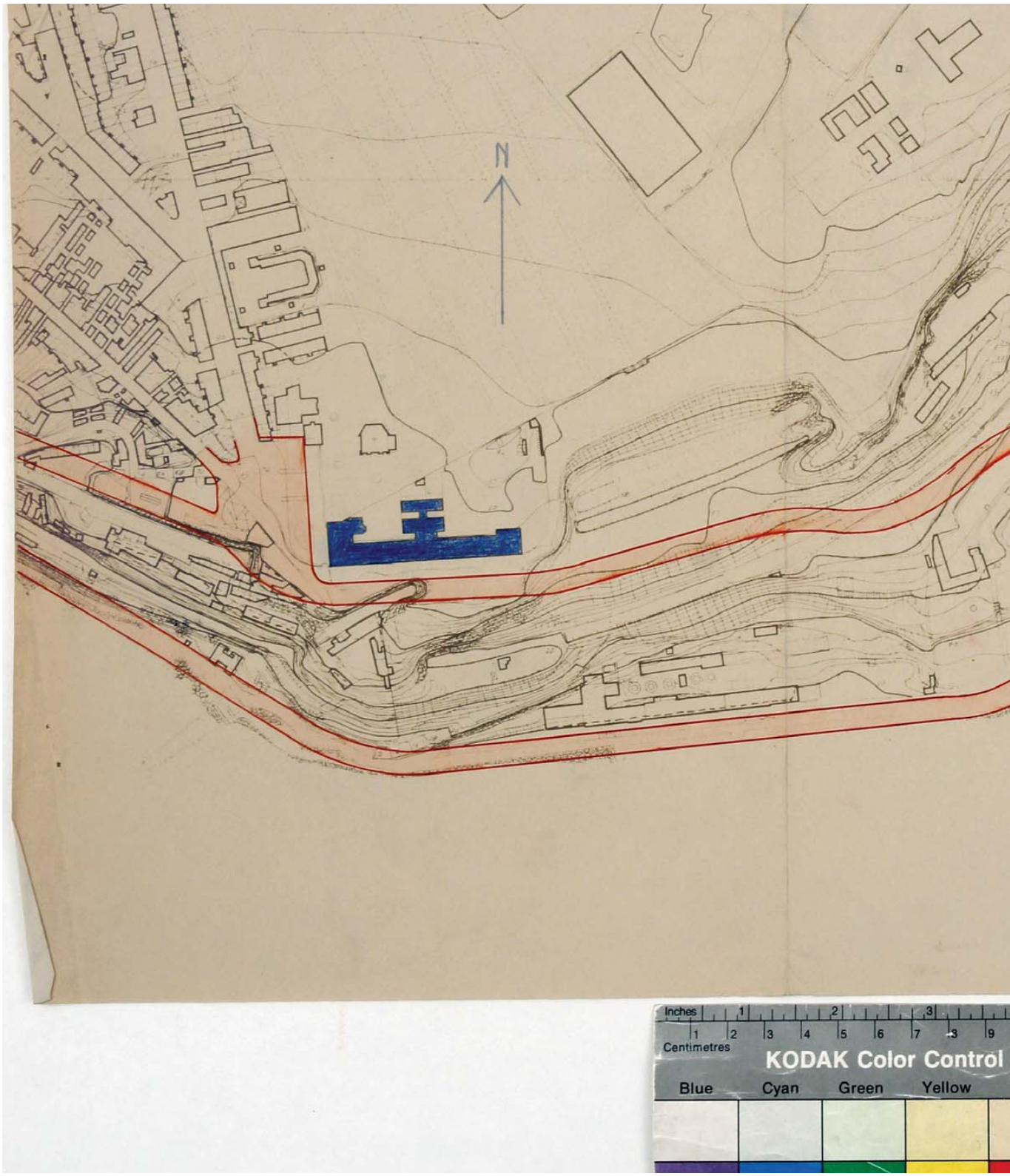




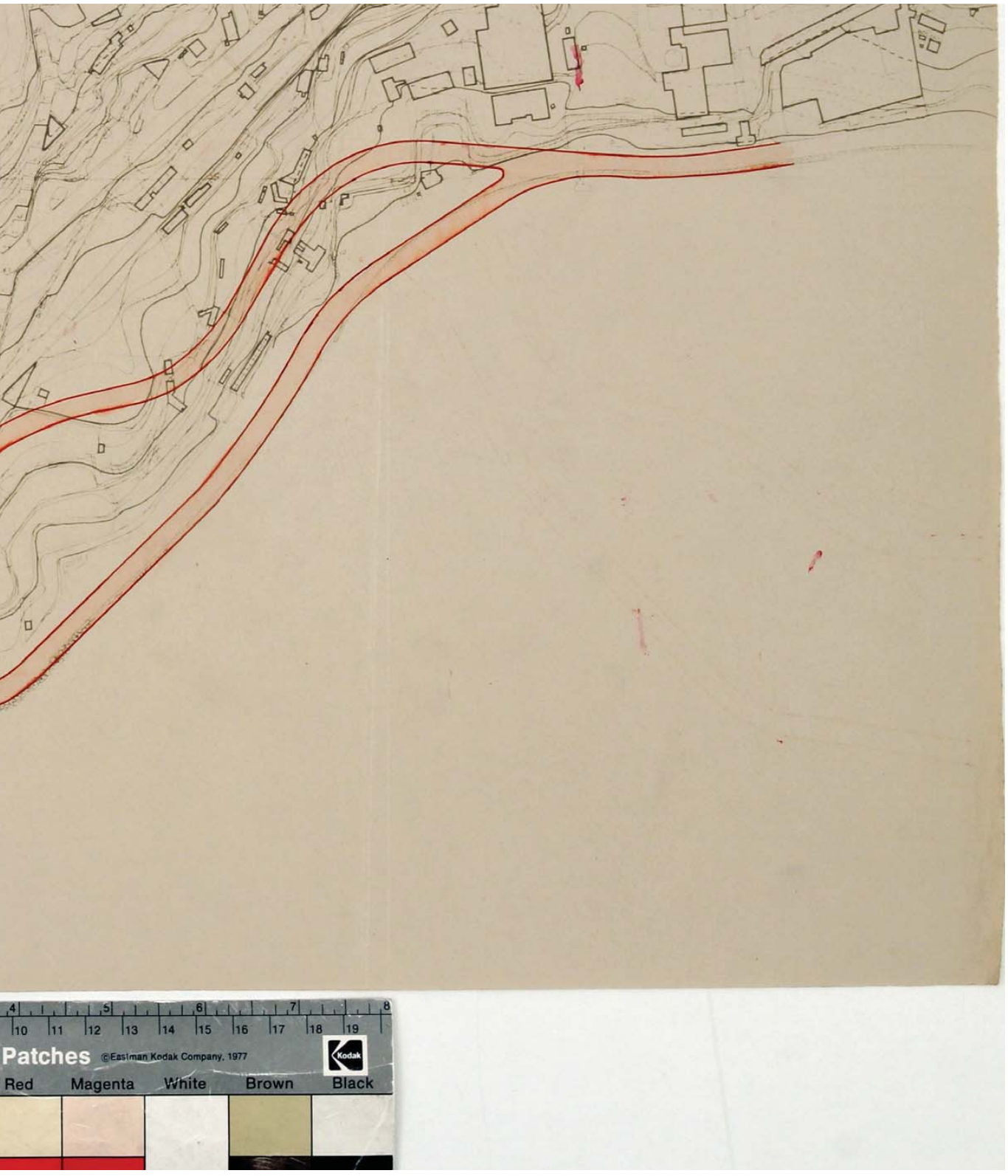
BR6-BR7 Fábrica do Riobom, licença de obra, 1908 (Gisa-Web).


Fachada
24,70
10,0
Planta
Escala 1/100 p.m.
Corte C.D.
Projecto a que se refere o
requerimento de
Joaquim Riobom dos Santos
a construir no
Monte do Seminario.
Freguezia do Bomfim.
Bairro Oriental
Projecto A
Corte A.B

KODAK Color Control Patches
Blue
Cyan
Green
Yellow
Red
Magenta
White
Brown
Black



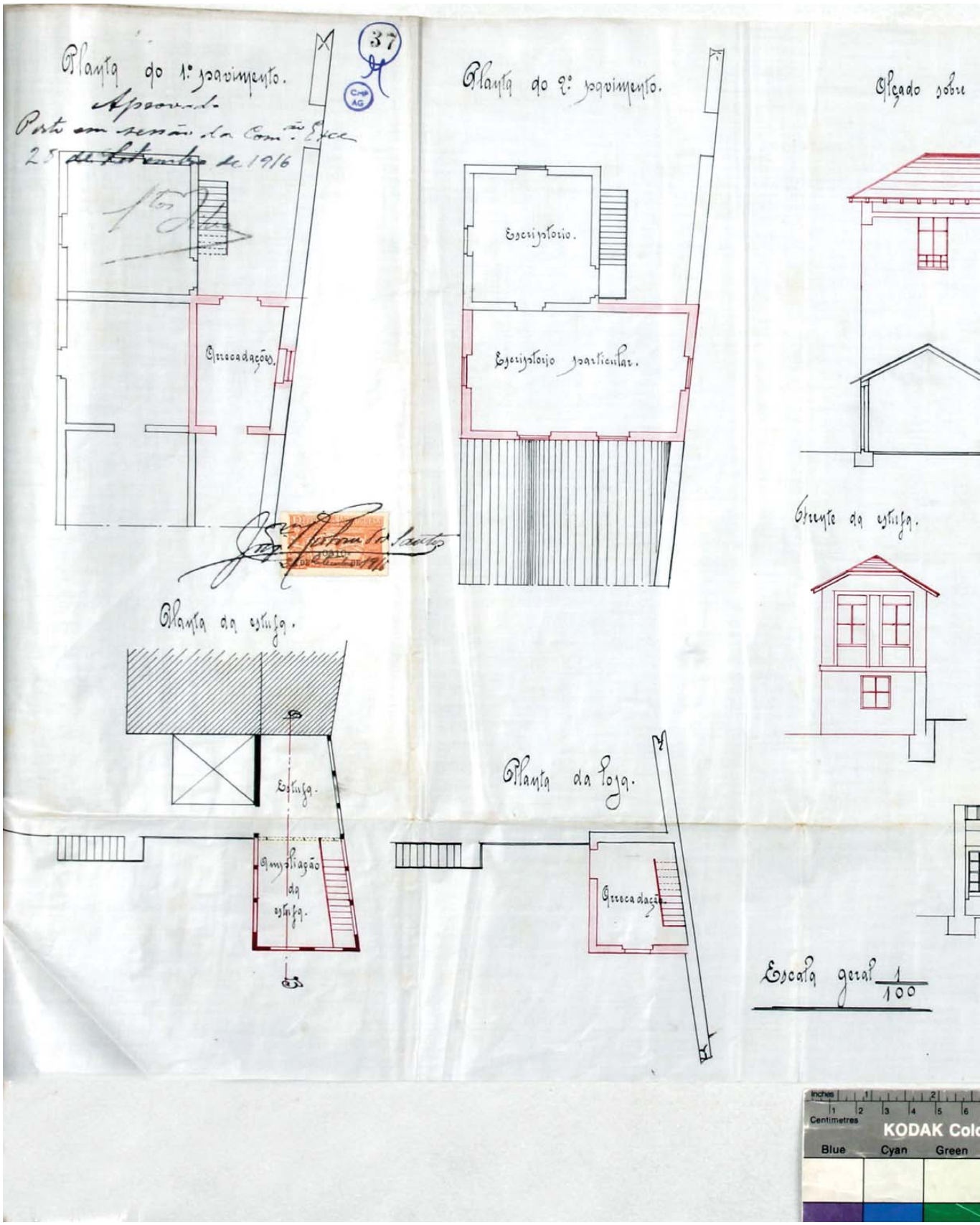
BR8 Proposta de ligações para o Monte do Seminário, 1947 (Gisa-Web).


4
5
6
7
8
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
Patches
©Eastman Kodak Company, 1977
Kodak
Red
Magenta
White
Brown
Black

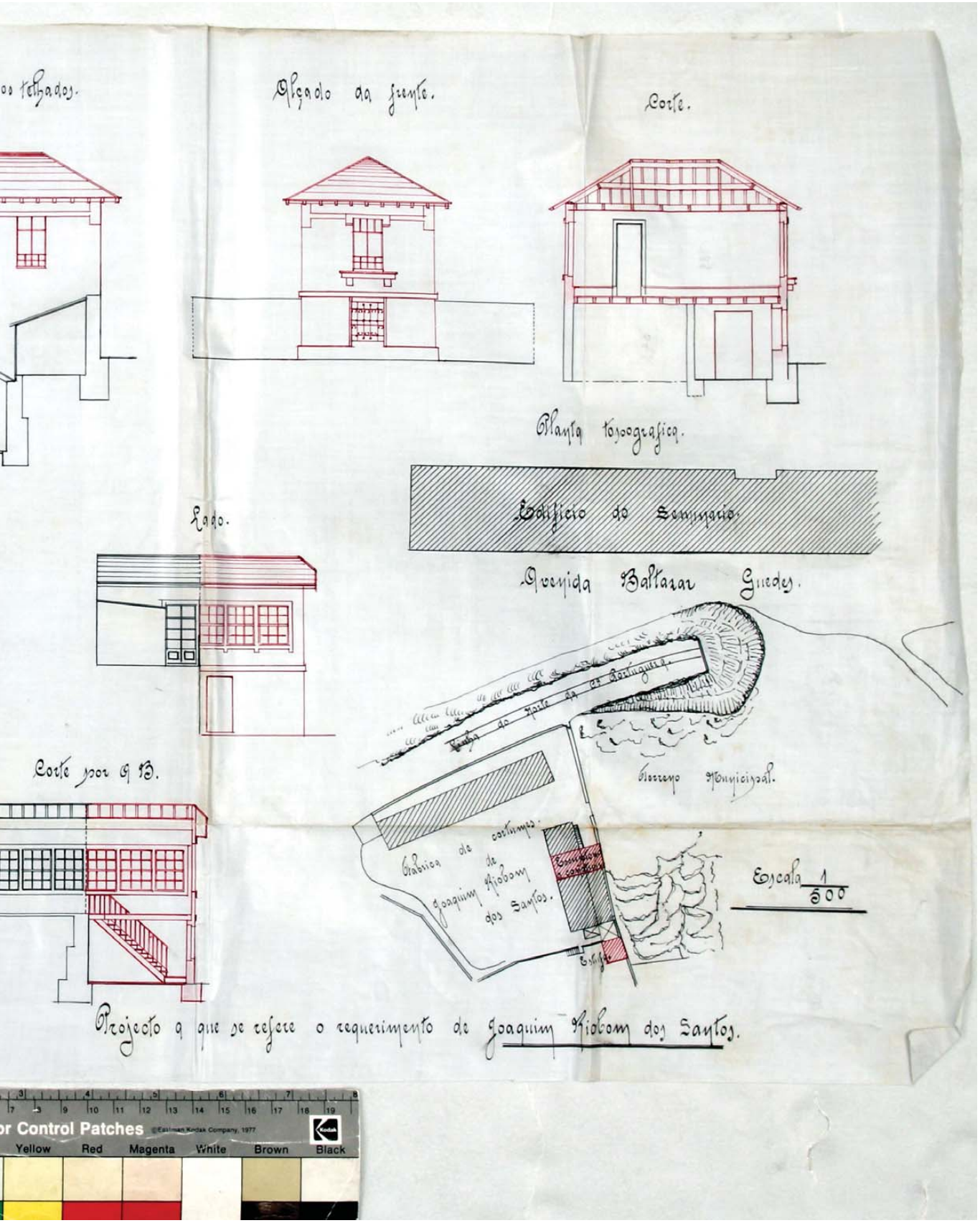


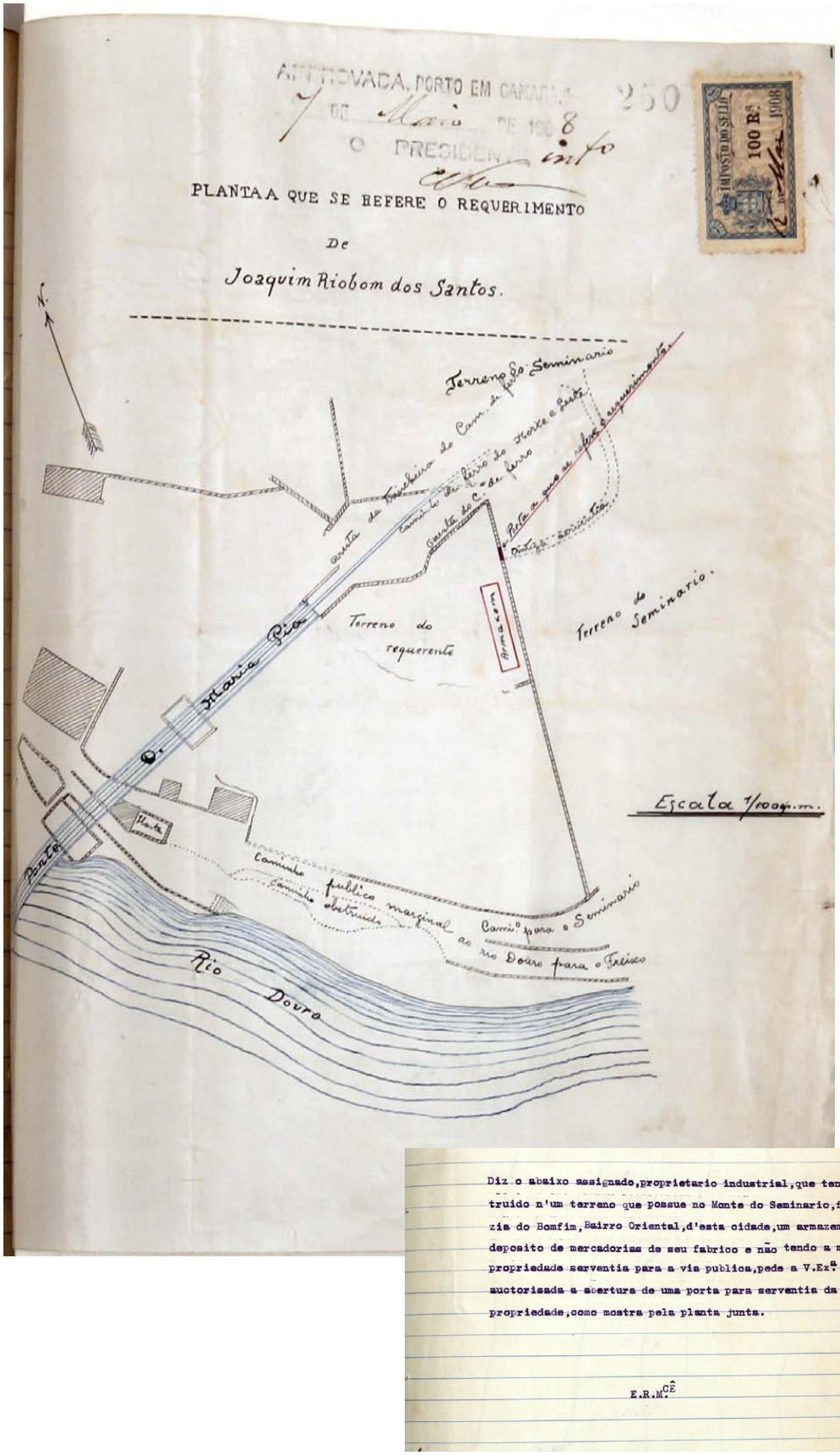
BR9 Planta de enquadramento do Seminário do Porto e área do Riobom, 1940 (Gisa-Web).


LINHA DE CAMINHO DE FERRO (PORTO - CAMPANHÃ)
LINHA DE CAMINHO DE FERRO (GAIA - CAMPANHÃ)
GUEDES
CAMINHO DE FERRO DA
LINHA DO
Rua do
Campanhã
de



BR10 Projecto de requerimento para a Fábrica do Riobom, 1916 (Gisa-Web).


os telhados.
Alçado da frente.
Corte.
Planta topographica.
Edificio do Seminario.
Avenida Balthazar Guedes.
Lado.
Corte por C D.
Escala 1/500
Projecto a que se refere o requerimento de Joaquim Ribeiro dos Santos.



Diz o abaixo assignado, proprietario industrial, que tendo construido n'um terreno que possue no Monte do Seminario, freguezia do Bomfim, Bairro Oriental, d'esta cidade, um armazem para deposito de mercadorias de seu fabrico e não tendo a mesma propriedade serventia para a via publica, pede a V.Exª seja auctorisada a acertura de uma porta para serventia da mesma propriedade, como mostra pela planta junta.

E.R.M.CÊ

BR11 Projecto de requerimento para a Fábrica do Riobom, abertura de serventia ao terreno, 1908 (Gisa-Web).

Questionário

— Antes de mais será necessário perguntar em que ponto de situação se encontra o processo do Riobom, nomeadamente entender os acordos que ainda se mantém ou não entre as entidades, quer com a CMP quer com a família Riobom. O que se poderá desvendar neste momento?

— A recente preponderância mediática sobre o bairro do Riobom, por parte do LaHB, é um sintoma de averiguação de conclusões para o processo ou um lembrete envenenado para a discussão, no sentido de por em *check* as entidades municipais e privadas envolvidas?

— Sabemos que a resignação está inerentemente ligada aos processos participativos, causada pelos longos períodos de silêncio adjacente à discussão e estabilização de pontes entre as entidades intervenientes. No caso da comunidade do Riobom esta resignação não poderá já estar a evoluir para uma descrença ou abandono completo do próprio processo? Visto que, em comparação com a comunidade da ilha da Bela Vista, falamos de uma comunidade, no meu entender, muito mais fragilizada e marginalizada pelo seu contexto social na cidade, como as questões raciais e características da essência de ocupação deste território.

— Continuando com o termo da comparação à Bela Vista, este processo esteve envolto em vicissitudes políticas muito específicas para a concretização do seu processo, fortalecido com o facto desta comunidade ulteriormente ter experienciado acções participativas, nomeadamente no contexto do SAAL, embora este não se tenha concretizado em valências formais; este enquadramento culminou em promessa eleitoral do primeiro mandato da actual administração da CMP, que realmente foi cumprida e admitida, pelo Laboratório, a sua importância para a conclusão do projecto da ilha da Bela Vista. Na perspectiva de observador, parece que o processo do Riobom estancou com a transição para o segundo mandato autárquico, onde se fortaleceu, pela mesma presidência obtendo maioria absoluta, o poder em assembleia municipal e a consequente mudança política dos programas habitacionais na cidade. Estando, mais uma vez, tão premente a discussão pública das temáticas da habitação conluiadas com uma discussão intensa dos valores sociais portugueses, nomeadamente da herança colonialista, o Laboratório entenderá que poderá o Riobom confluir numa apropriação política e, assim, consolidar uma espécie de repetição do contexto da Bela Vista, e ser objecto de manobra política para as próximas eleições autárquicas que se avizinham?

— Paralelamente, no enquadramento do processo do Riobom, o que podem transmitir as recentes acções, anónimas, ocorridas no final de 2020, quando foram cortadas as puxadas de luz realizadas pelos habitantes do Riobom e quando deflagrou um incêndio, numa ruína geminada ao primeiro bloco de habitações? Tendo em conta a aceleração do processo de gentrificação naquela zona, reflectindo-se quer em acções espontâneas pela população residente, quer na breve implementação do projecto de reabilitação do antigo Ramal da Alfândega.

— Tendo em conta a génese *okupa* do bairro do Riobom, os processos de legalização tornam-se mais exigentes em comparação com outras 'ilhas' ou bairros com que o Laboratório se envolve, visto que na sua maior parte existe uma contratualização do arrendamento, mesmo que meramente verbal. No Riobom, aos seus habitantes nunca foi exigido este tipo de contratos, com proprietários silenciosos até ao início do processo do LaHB. Sabendo que a preocupação geral das comunidades, quando se envolvem nestes processos, se debruça sobre o possível acréscimo de rendas ou na imposição de contrapartidas fiscais, qual é a receptividade ou o processo a ser feito para ser implementada uma renda às habitações reabilitadas no Riobom? E será possível garantir a perpetuidade do respectivo agregado familiar dos moradores no bairro, sabendo que se trata de uma população pequena e envelhecida e que as alterações legislativas já não prevêem a continuidade de contratos de arrendamento a familiares directos, analisando que as linhas do projecto garantem arrendamento no mercado livre e se com o passar do tempo esta comunidade não possa ser esquecida da memória colectiva daquele lugar?

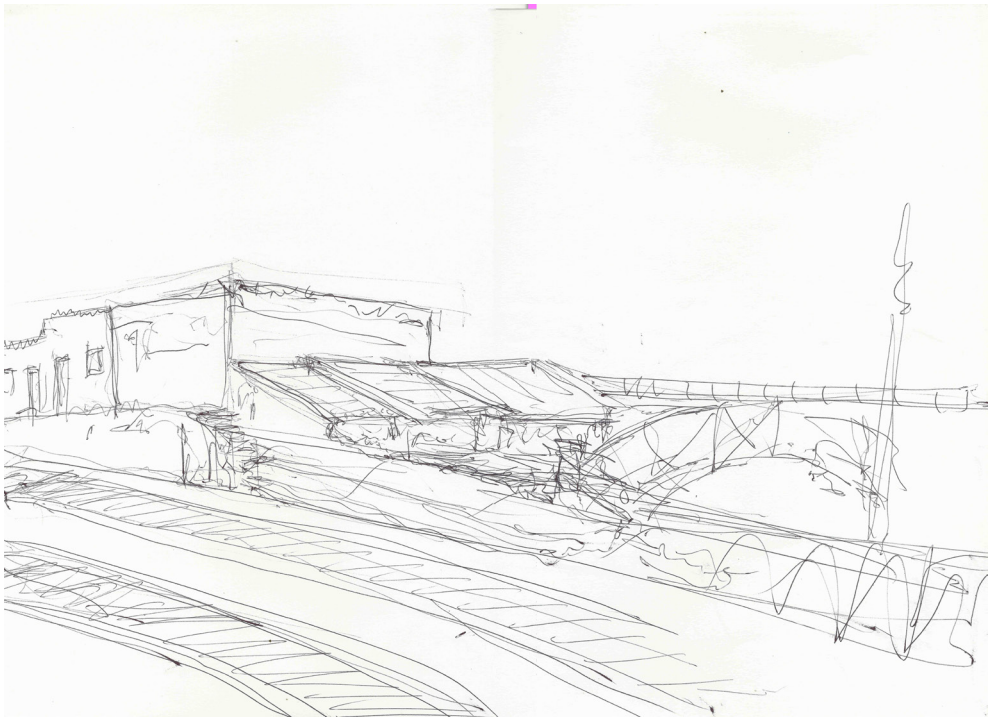
— Os processos participativos e a consequente envolvência das comunidades com os técnicos tanto podem criar fortes laços de afectividade como tensões entre os intervenientes. Como se equilibra o lado profissional e o lado emocional dentro destes processos ou é ponto assente que esta afectividade é imprescindível para a própria metodologia participativa e que os problemas vão sendo resolvidos consoante cada contexto?

— Numa conversa pessoal, Fernando Matos Rodrigues mencionava que os discursos disruptivos ou de contestação da norma dificilmente se originam dentro das academias e que estes são apropriados de fora para dentro. Ao mesmo tempo percepciona-se uma geração, recentemente pós-graduada, anestesiada e já embrionada na sociedade de consumo e na esterilização dos edifícios académicos, defendendo lutas cada vez mais individualizadas, esquecendo valores primários, como a mais que necessária luta de classes ou distanciando-se por completo das problemáticas urbanas. Não se torna urgente que acções dentro da academia se proporcionem para contrariar o discurso regente, para uma consciencialização da comunidade académica para que posteriormente tenha melhores ferramentas para tratar a cidade-real?

— Para a plena continuidade e disseminação dos métodos participativos nas cidades, as instâncias institucionais públicas têm de começar a antever novas políticas para conceber planos urbanos inclusivos e participativos. Na opinião do Laboratório, quais seriam os passos necessários para desprender o plano urbano da sua actual burocratização e inacção na realidade do quotidiano das cidades? Estas acções passam só pelo campo político tradicional ou é possível que as comunidades interajam de outro modo, nomeadamente a partir da sua auto-organização e dos direitos à resistência e à resiliência?

— No que diz respeito à formalização do projecto arquitectónico, a metodologia passa pela identificação das apropriações das comunidades, especialmente no espaço exterior onde as individualidades se intersectam, para isto a vivência nos espaços de trabalho com a população é fundamental para o aprimorar do desenho do projecto. A questão é como, depois desta identificação, se priorizam estas apropriações na sua formalização e na sua subsequente permanência no espaço colectivo das comunidades, especialmente quando se tratam de apropriações efémeras, evolutivas ou sazonais?

Trabalho de campo





TC1-TC2 Desenhos à mão levantada do bairro do Riobom.





TC3-TC5 Desenhos à mão levantada do bairro do Riobom.



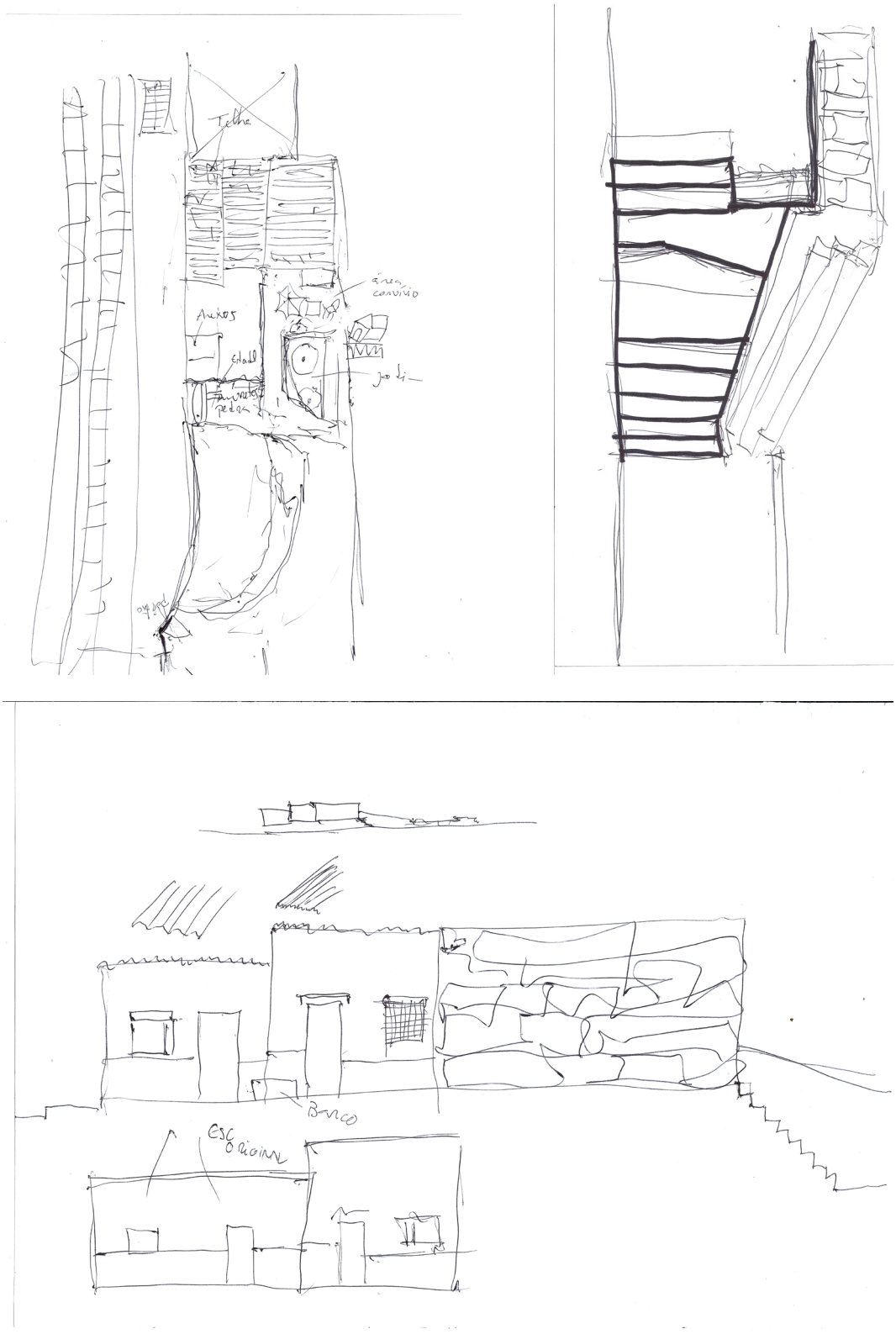
TC3-TC5 Desenhos à mão levantada do bairro do Riobom.



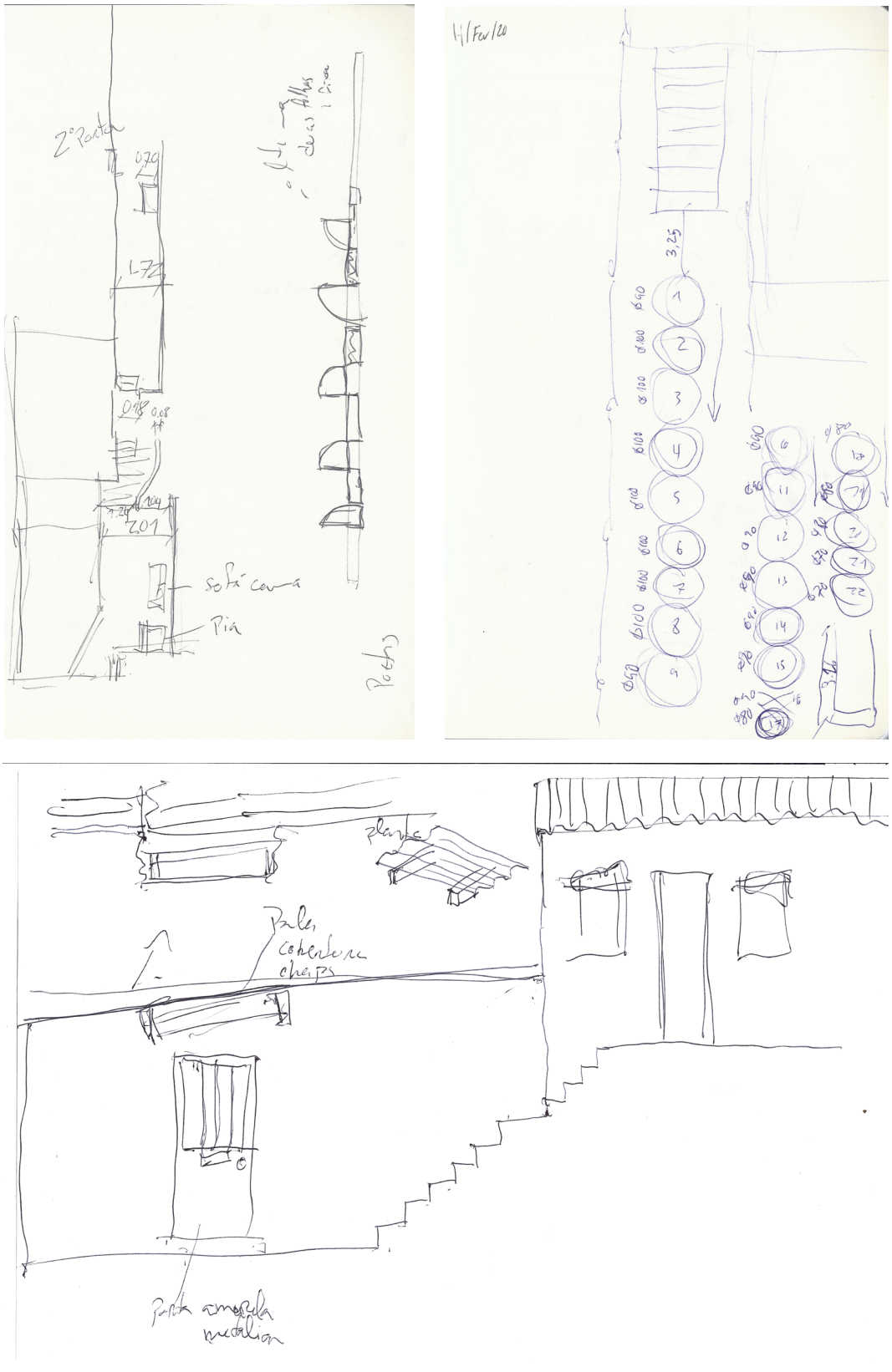
TC6-TC7 Desenhos à mão levantada do bairro do Riobom.



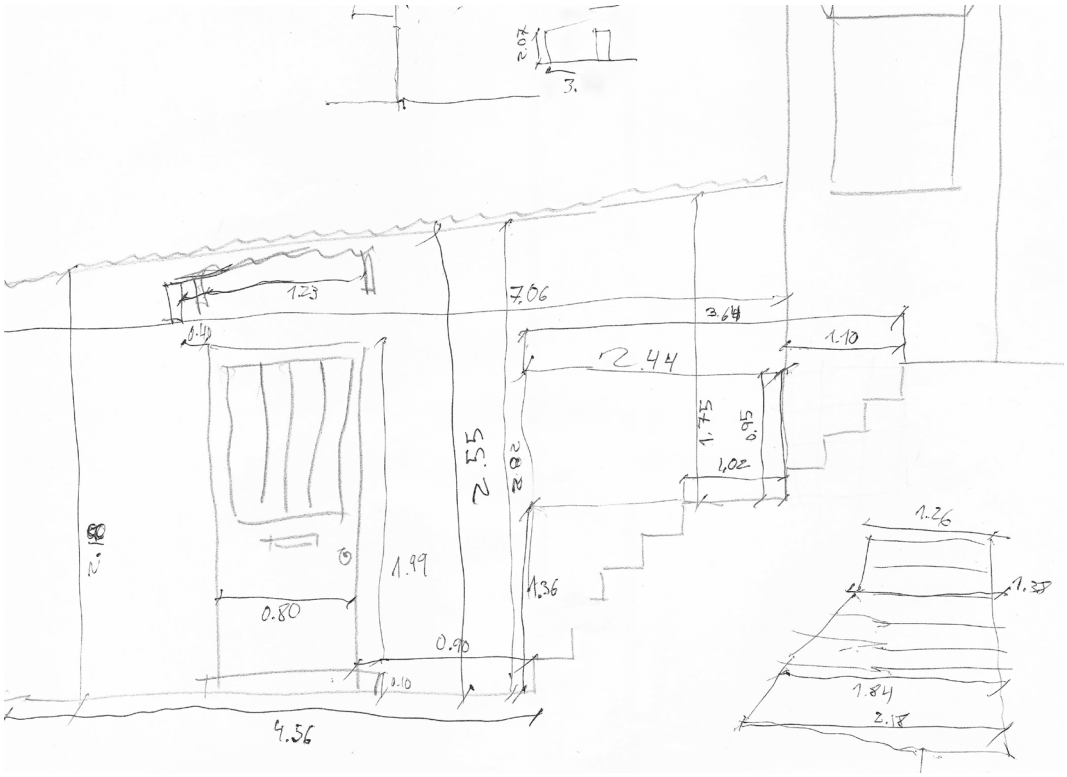
TC6-TC7 Desenhos à mão levantada do bairro do Riobom.

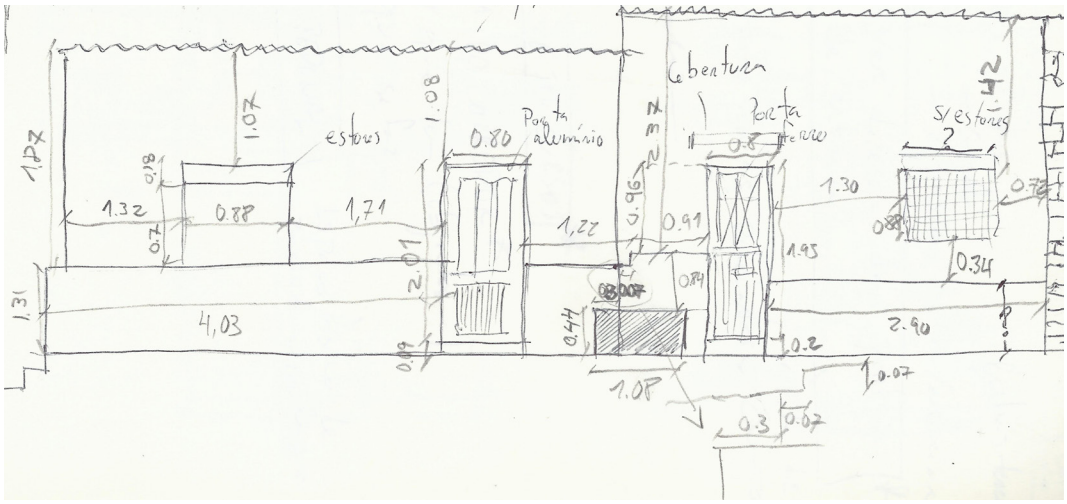


TC8-TC13 Anotações de levantamentos no terreno.

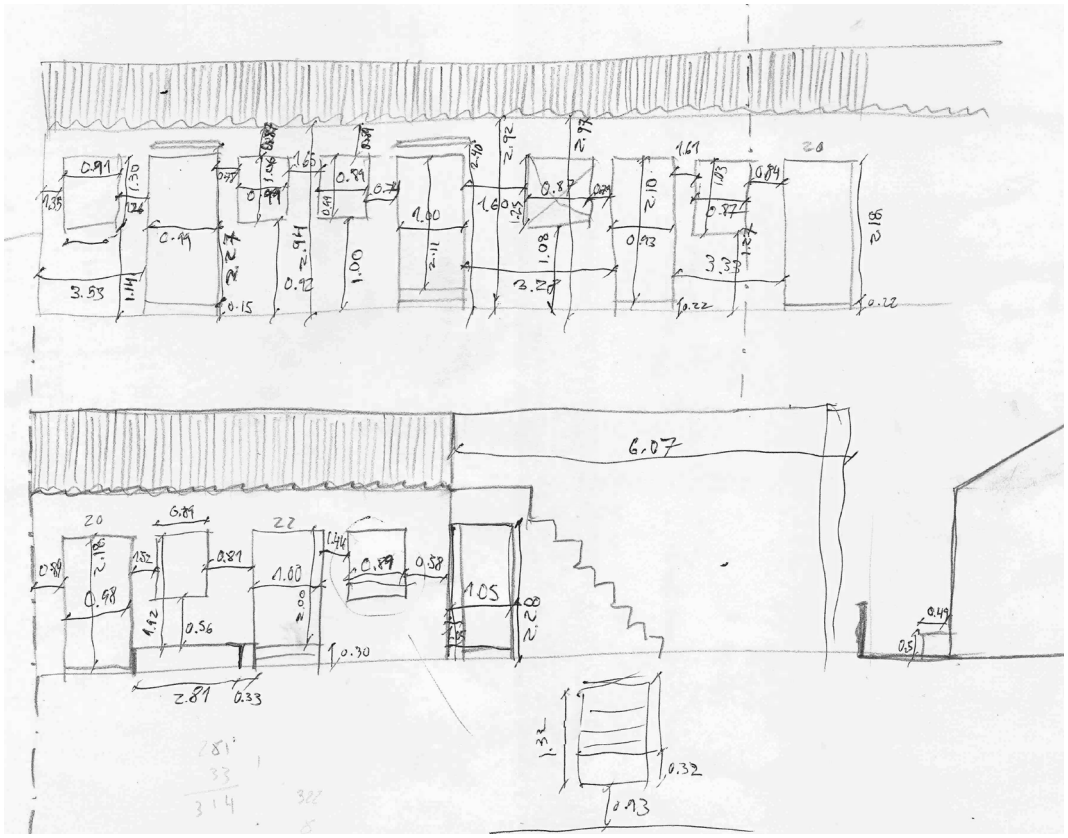


TC8-TC13 Anotações de levantamentos no terreno.





TC14-TC16 Levantamento dos blocos habitacionais do Riobom.



TC14-TC16 Levantamento dos blocos habitacionais do Riobom.

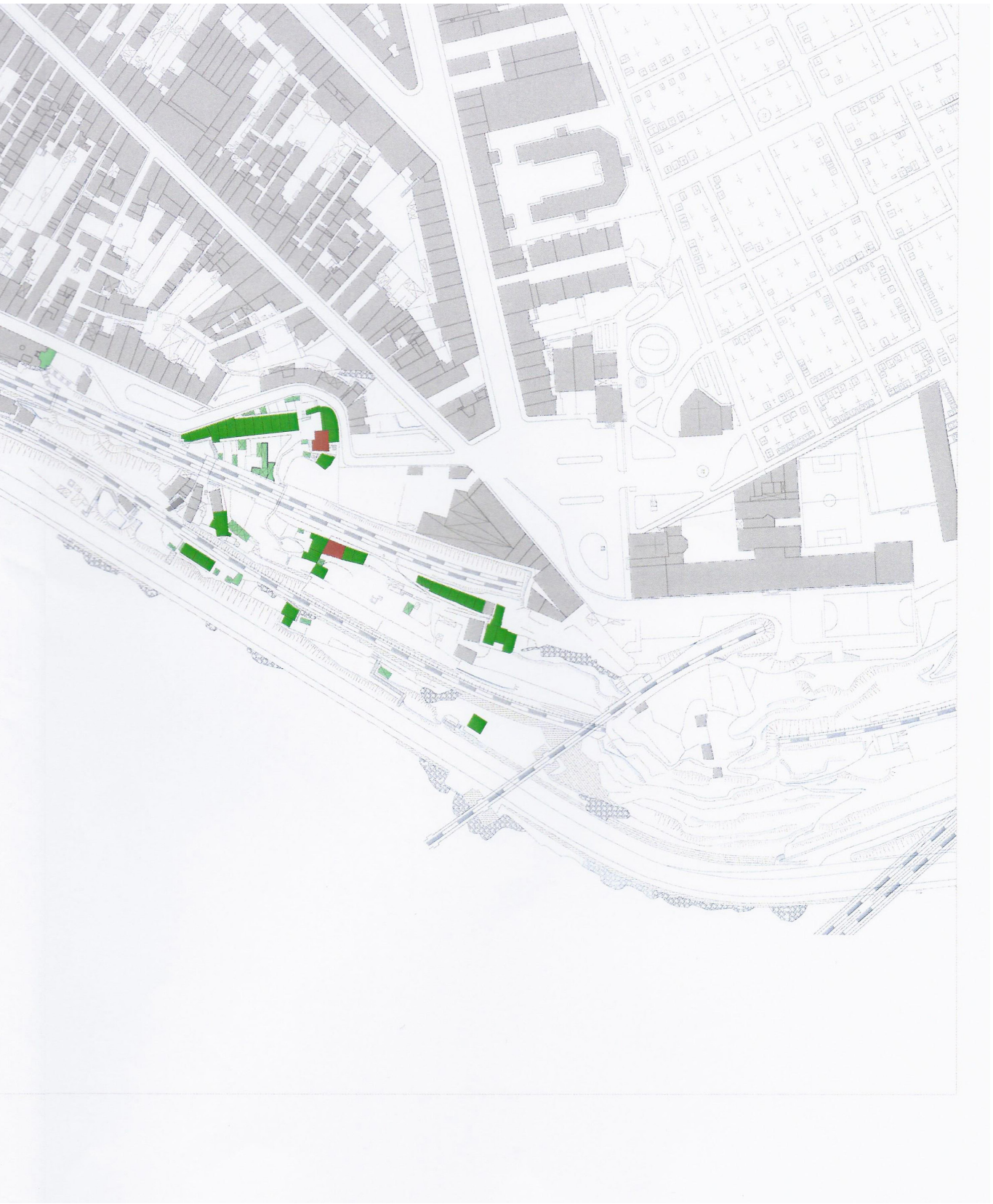
Apêndice

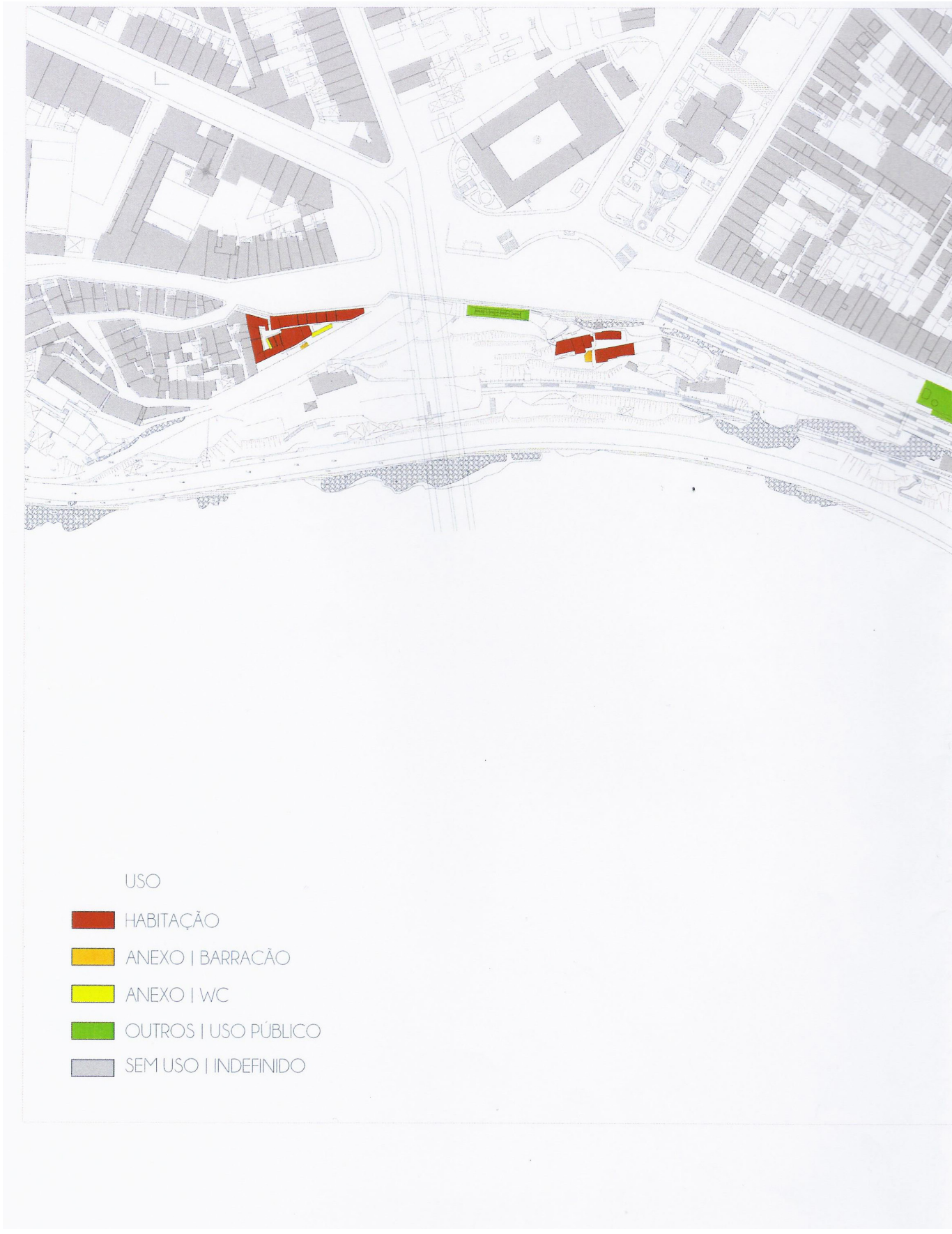
243 Levantamento LaHB



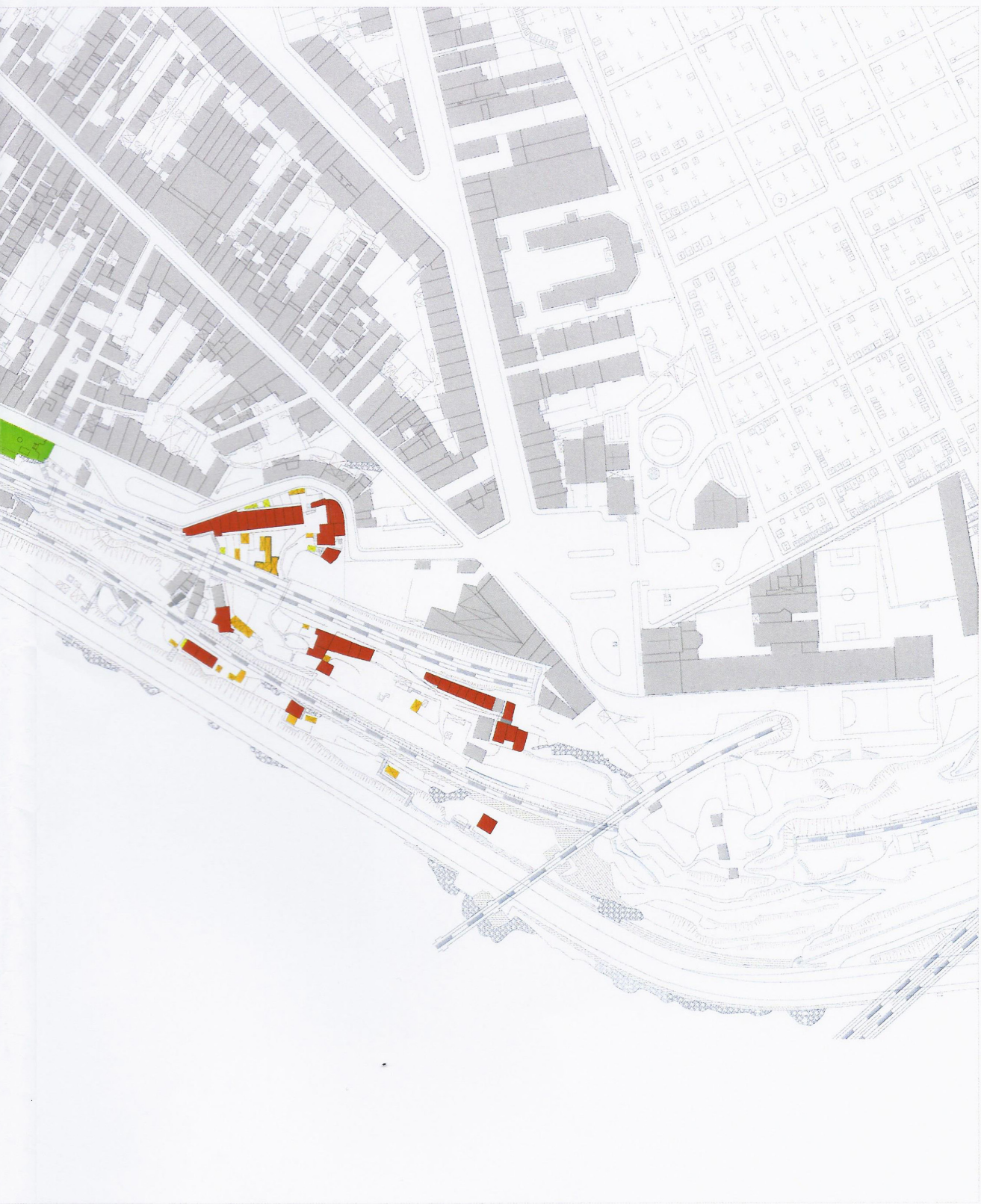
BR11 Caracterização inicial do edificado do Riobom e envolvente realizada pela equipa do LaHB.

Levantamento LaHB



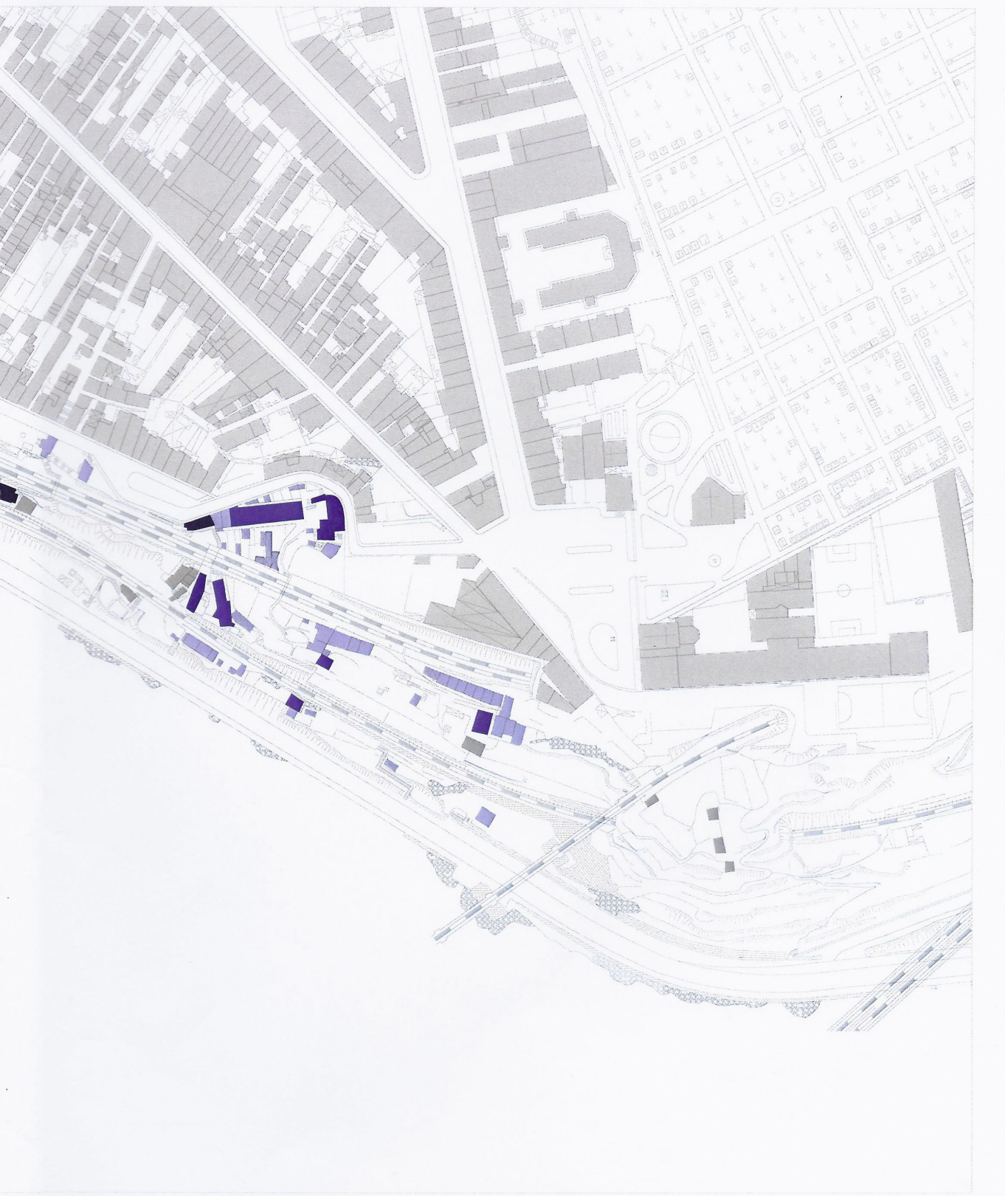


BR12 Caracterização inicial do edificado do Riobom e envolvente realizada pela equipa do LaHB.





BR13 Caracterização inicial do edificado do Riobom e envolvente realizada pela equipa do LaHB.





BR14 Caracterização inicial do edificado do Riobom e envolvente realizada pela equipa do LaHB.

